

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POLÍTICOS**

**A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA NO**  
**PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO**  
***O CASO PARADIGMÁTICO DE CABO VERDE***

**ADILSON DE JESUS CABRAL TAVARES**

---

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações**  
**Internacionais, Especialização em Relações Internacionais**

**JULHO DE 2010**



A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

*“Eu Sou Eu e a minha circunstância”*

Ortega Y Gasset

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Em memória do meu pai  
A minha singela homenagem

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço a Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, que aceitou em primeira mão a orientação científica desta dissertação, pelas sugestões e críticas construtivistas e pela paciência, durante todo o percurso da investigação.

Obrigado a Professora Doutora Fernanda Enes, pela amizade e simpatia desde os anos de licenciatura, pelo seu método de ensino rigoroso, nas análises crítica e interpretação dos textos por vezes muitos difíceis, ajudou nos a ter uma postura crítica na análise de qualquer tipo de texto. Agradecemos ainda a sua disponibilidade em ajudar nos na revisão da dissertação bem como algumas críticas e sugestões de natureza científica.

Aos professores do mestrado, pelas diferentes abordagens teóricas, analíticas em Ciência Política e Relações Internacionais, na qual tiramos bom proveito nos enquadramentos teóricos e conceptuais desta dissertação.

Aos meus entrevistados, André, Alberto Rui Machado (Presidente da Associação cabo-verdiana de Lisboa), David Hoppfer Almada (Deputado da Nação, Representante de Cabo Verde na Assembleia Parlamentar Cabo Verde/União Europeia e ex Ministro da Justiça no regime do Partido Único), Luís Hoppfer Almada (Comentador político da RDP África).

Aos meus amigos e colegas universitários, Cosme, Sérgio, Domingos, Armando, Nique, pelos apoios morais, psicológicos e financeiros nos momentos mais difíceis da minha carreira académica.

A minha mãe por ter me ensinado desde pequeno, que nada é fácil e que tudo se consegue com sacrifício.

Aos meus irmãos em Cabo Verde, Lú e Já que sempre encorajou me durante estes cinco anos, desde que ingressei me na Faculdade, pelas conversas calorosas por telefone, sempre contando os anos, meses e dias para o meu retorno.

Ao meu irmão Nelo por ter me apoiado desde a minha chegada a Portugal.

A minha irmã Celina que de Luxemburgo sempre manifestou preocupação com a minha pessoa e pelos apoios financeiros.

A todos vós meu muito obrigado!

## **SIGLAS E ABREVEATURAS**

**CDEAO** – Comunidade dos Estados da África Ocidental  
**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa  
**EUA** – Estados Unidos de América  
**FMI** - Fundo Monetário Internacional  
**FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola  
**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique  
**IDE** – Investimento Directo Estrangeiro  
**INGH** – Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos  
**IPAD** – Instituto Português do Apoio ao Desenvolvimento  
**MPD** – Movimento Para Democracia  
**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul  
**MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola  
**NATO** – Organização do Tratado da Atlântico Norte  
**NEPAD** – A Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África  
**OMC** - Organização Mundial do Comercio  
**OMS** – Organização Mundial de Saúde  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**PAICV** – Partido Africano de Independência de Cabo Verde  
**PAIGC** – Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde  
**PALOP's** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**RENAMO** – Resistência Nacional de Moçambique  
**SADC** - Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral  
**SIDA** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
**TIP** – Tribunal Internacional de Justiça  
**UE** – União Europeia  
**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas Para a Infância  
**UNITA** – União Nacional Para Independência Total de Angola  
**URSS** – União das Republicas Socialistas Soviética

## **INDICES DE MAPAS**

Mapa 1 – Caracterização arquipelágica de CV .....	67
Mapa 2 – Localização geoestratégica de Cabo Verde .....	68

## **INDICES DE TABELAS**

Tabela 1 – HIV and Region, 2005 .....	42
Tabela 2 – Sectores de actividade em função do PIB (Oferta) em Cabo Verde.....	74
Tabela 3 – Remessas dos emigrantes por país de origem (Milhões de CVE).....	80
Tabela 4 – Estimativas dos cabo-verdianos no estrangeiro (1986 – 1997) .....	81
Tabela 5 – Pontos de contacto entre a caracterização de Cabo Verde e a sua política externa .....	83
Tabela 6 – Indicadores da Democracia em Cabo Verde numa perspectiva comparada com alguns países .....	103
Tabela 7 – Numero de bolseiros dos PALOP’S e Timor Leste financiada pelo IPAD no ano lectivo 2007/2008 .....	108
Tabela 8 – Numero de Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian destinadas às ajudas ao desenvolvimento (2008) .....	109
Tabela 9 – Formação nos PALOP’s (Bolsas internas) financiada pelo IPAD – 2007/2008 .....	110
Tabela 10 – Ajudas ao desenvolvimento que Portugal concedeu a Cabo Verde entre 2000 e 2007 (valor em Euros). .....	110
Tabela 11 - Importações em Cabo Verde 2000-2008.....	129
Tabela 12 – Exportações em Cabo Verde 2000-2008 .....	130
Tabela 13 – Alguns dados estatísticos internacionais relevantes mormente à educação em Cabo Verde numa perspectiva comparada com outros países do mundo.....	140
Tabela 14 – Indicadores macroeconómicos de Cabo Verde.....	160
Tabela 15 – Distribuição de investimentos externos por ilhas (em percentagem) .....	165
Tabela 16 – Investimento externo entre 2002 e 2006.....	165
Tabela 17 – Forças e fraquezas de Cabo Verde para a captação de IDE .....	167

## **INDICES DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Ilustração gráfica como se mede a desigualdade de rendimento utilizando a Curva de Lorenz .....	20
Gráfico 2 – Evolução de tráfico de estupefacientes em Cabo Verde, 2005 - 2008 .....	70
Gráfico 3 : Evolução da Taxa de Escolarização e de Alfabetização em Cabo Verde (1990-205) .....	142
Gráfico 4 – Numero de emigrantes cabo-verdianos em Portugal.....	154

## **A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO: O CASO PARADIGMÁTICO DE CABO VERDE**

### **RESUMO**

A importância da política externa no processo do desenvolvimento, não pode ser analisada de uma forma isolada, porque muitos factores e aspectos a envolvem. Por isso, para compreendermos até que ponto a política externa contribui no processo do desenvolvimento, recorremos a um estudo de caso, que consideramos ser um paradigma – Cabo Verde.

Analizamos a política externa no processo do desenvolvimento de Cabo Verde no contexto africano. Nesta análise, constata-se que de um modo geral a política externa pouco contribui no processo de desenvolvimento do continente africano, na qual se deve a vários factores tais como a má governação e a corrupção. O uso dos financiamentos externos para fins que não ao desenvolvimento, tornou-se numa prática nos Estados pós-coloniais. Estes financiamentos que a sua boa utilização, mais a abundância de recursos naturais existentes na maioria destes territórios podiam proporcionar um desenvolvimento económico e bem-estar das suas populações, mas a situação é contrária, na mediada que a pobreza continua presente no quotidiano dos africanos, são vítimas de conflitos civis e militares cujo os bastidores são muitas vezes os próprios políticos, vítimas de violação dos direitos humanos.

Cabo Verde desmarca-se da realidade africana acima supracitada. Um Estado com poucos recursos naturais, mas desde cedo o seu povo e os seus dirigentes políticos souberam materializar o seu desenvolvimento, através de uma gestão eficaz dos escassos recursos naturais existentes e o recurso à política externa como principal auxílio do desenvolvimento. Contrariamente da realidade africana, os financiamentos externos sempre foram bem canalizadas para o desenvolvimento, tornando num país credível junto dos parceiros externos do desenvolvimento. Da sua independência até a actualidade é notórios os resultados profícuos, no desenvolvimento político, económico e social, tais como a educação, infra-estruturas, democracia, cidadania e participação política.

Destas análises verifica-se, que há uma grande ligação entre a política interna e a política externa. Se a política interna for má, terá inevitavelmente repercussões negativas na política externa. No caso africano de um modo geral, pelo facto de a política interna dos Estados não é eficaz repercute numa política externa ineficaz. Cabo Verde dentro do continente africano é um dos poucos casos, que pelo facto de a política interna é eficaz, também a sua política externa também tem sido eficaz.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cabo Verde, política externa e desenvolvimento, África, Economia, demografia, boa governação, financiamento externo, transição política, direitos humanos, política internacional, relações internacionais, cooperação internacional, estabilidade política, educação.

**ADILSON DE JESUS CABRAL TAVARES**

**THE IMPORTANCE OF FOREIGN POLICY IN THE PROCESS OF  
DEVELOPMENT: THE CASE PARADIGMATIC CAPE VERDE**

**ABSTRACT**

The importance of foreign policy in the development process, can not be analyzed in isolation, because many factors and issues surrounding it. Therefore, to understand the extent to which foreign policy contributes to the development process, we employs a case study, we consider to be a paradigm - Cape Verde.

We analyze foreign policy in the development process of Cape Verde in the African context. In these tests, it appears that in general foreign policy contributes little in the development process of the African continent, which is due to several factors such as poor governance and corruption. The use of external funding for purposes other than development, it became a practice in post-colonial states. These funds for proper use, the most abundant natural resources exist in most of these areas could provide an economic development and welfare of their populations, but the situation is contrary, mediated in that poverty continues present in people's daily Africans are the victims of civil conflicts and military whose racks are often the politicians themselves, victims of human rights violations.

Cape Verde clears itself up above the African reality. A country with few natural resources, but early on his people and their political leaders knew materialize their development through effective management of scarce natural resources and the use of foreign policy as the main development aid. Unlike the African situation, the external financing were always channeled into the development, making the country a credible external partners in development. Their independence to the present is notorious fruitful results in political, economic and social development, such as education, infrastructure, democracy, citizenship and political participation.

This analysis it appears that there is a great link between domestic politics and foreign policy. If domestic politics is bad, will inevitably have negative repercussions on foreign policy. In the case of Africa in general, because the internal politics of states is not effectively reflected in foreign policy ineffective . Cape Verde within the African continent is one of the few cases that the fact that domestic politics is effective, also is foreign policy has also been effective.

**Keywords:** Cape Verde, foreign policy and development, Africa, economy, demographics, good governance, external financing, political transition, human rights, international politics, international relations, international cooperation, political stability, education

**ADILSON DE JESUS CABRAL TAVARES**



## Índice

Agradecimentos .....	IV
SIGLAS E ABREVEATURAS .....	V
INDICES DE MAPAS.....	VI
INDICES DE TABELAS .....	VI
INDICES DE GRÁFICOS.....	VI
RESUMO .....	VII
ABSTRACT.....	VIII
Introdução .....	4
Hipóteses a desenvolverem.....	7
Metodologia .....	8
a) Pesquisa documental.....	8
b) Método comparativo.....	8
c) As entrevistas.....	9
d) Método histórico.....	9
e) Método quantitativo e qualitativo .....	9
Estrutura da dissertação .....	11
CAPITULO I .....	14
Política externa e desenvolvimento .....	14
1.1. Política Externa: noção e questões associadas.....	15
1.2. Desenvolvimento: paradigmas e conceitos.....	18
1.3. Relação entre política externa e desenvolvimento.....	23
1.4. A problemática do desenvolvimento: o caso Africano .....	26
1.5. Factores que obstaculizam o processo de desenvolvimento do Continente africano: .....	38
a) A falta do capital humano.....	38
b) Demografia .....	43
c) Corrupção, lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder.....	45
1.6. Sugestões com vista a equacionar o problema.....	52
CAPITULO II .....	56

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Cabo Verde: as ilhas e os homens .....	56
2.1. Panorama da história política e constitucional Cabo-verdiana .....	57
2.2. Aspectos Geográficos .....	66
2.3. Condicionantes económicos .....	71
2.4. Em torno da demografia .....	76
CAPITULO III.....	84
Enquadramento geral da política externa cabo-verdiana. A transição política e as mudanças na política externa.....	84
3.1. Democratização e política externa cabo-verdiana .....	97
3.2. A democratização e a aproximação ao Ocidente .....	99
3.3. As principais linhas desta política externa:.....	105
3.3. 1. Plano Bilateral.....	107
3.3.1.1. Portugal.....	107
3.3.1.2. Estados Unidos de América.....	111
3.3.1.3. China.....	112
3.3.1.4. Cuba.....	113
3.3.2. Plano Multilateral .....	114
3.3.3. União Europeia .....	115
3.3.4. FMI, Banco Mundial e a OMC.....	118
3.3.5. Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa .....	119
3.3.6. O Sistema das Nações Unidas .....	121
3.3.7. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) .....	123
3.4. A política externa associada ao desenvolvimento e a cooperação internacional .....	126
3.4.1. Financiamento dos parceiros internacionais e o investimento público.....	131
3.4.2. Cooperações internacionais no domínio da educação: relevância da Formação Superior.....	134
CAPITULO IV .....	143
A projecção internacional de Cabo Verde: que factores?.....	143
4.1. Cabo Verde: uma Nação global e transnacionalizada .....	147
4.2. Boa governação local e a credibilidade internacional .....	155
4.3. Estabilidade política e social e atracção dos investimentos externos.....	160
V. Conclusões .....	168
Referências Bibliográficas (Obras citadas).....	173
Bibliografia (Consultadas mas não citadas).....	186
Fontes primárias/ Documentos oficiais.....	188
Legislações.....	190

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Relatórios e Dossiers .....	190
ENTREVISTAS.....	191
Anexos .....	192

## **Introdução**

*“Desde a sua independência Cabo Verde tem conduzido uma política externa subsidiária do desenvolvimento, política essa qualificada como pragmática. A assinatura de um acordo de parceria especial com a União Europeia, bem como a saída do país do grupo de países menos avançados (PMA), são as duas mais recentes “conquistas” de Cabo Verde, um pequeno Estado Insular cujas principais fontes de desenvolvimento são exógenas: ajuda internacional e emigrantes/emigração.”<sup>1</sup>*

Com esta investigação, pretendemos saber até que ponto a política externa, contribui para o processo de desenvolvimento, ou não, a partir de uma perspectiva teórica e conceptual, só depois, partimos para um estudo de caso. O nosso estudo de caso vai incidir-se sobre Cabo Verde. Pretendemos que se desmarque de uma dissertação meramente expositiva e descritiva, para uma dissertação com uma forte componente argumentativa, reflexiva tomando em consideração os debates teóricos actuais, o que nos permitirá, dissertar sobre a nossa temática com máximo rigor e profundidade.

Na verdade, qualquer análise simplista tende a dizer, que a política externa sempre conduz ao desenvolvimento. Na presente investigação, vamos dissertar, que nem sempre a política externa conduz ao desenvolvimento, ou seja, por detrás de uma política externa desenvolvimentista, subjaz um conjunto de factores complexos que nem sempre é fácil de perceber, o que requerendo uma análise cuidada e aprofundada.

Tentaremos equacionar as questões que se prendem com a nossa hipótese de trabalho. Ou seja, a política externa só terá efeitos plausíveis no desenvolvimento de um determinado país, se ela for conduzida de uma forma pragmática, consistente, transparente e com uma visão estratégica? Ou pelo contrário, uma política externa que distancia destes parâmetros terá efeitos opostos - o subdesenvolvimento, neo-colonialismo -, entre outros factores que obstaculizam o processo de desenvolvimento?

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Kátia, A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa Cabo-verdiana. In GÓIS, Pedro (organizador), *Comunidade (s) cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, ACIDI, 2008, p. 193

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Existem relações directas entre a política interna e a política externa, basta a política interna funcionar mal para que o mesmo reflecta negativamente na política externa? Não será que uma boa política externa depende de um conjunto de factores elementares condicionantes das boas práticas políticas internas: boa governação, respeito pelos direitos humanos e capacidade das elites políticas em projectar o país na cena internacional?

Para responder a estas questões é imperioso atender, no caso africano, à situação preocupante em que o mesmo se encontra. Na maioria dos estados pertencentes à região, a governação quer do ponto de vista político, económico e social apresenta um carácter pouco evolutivo, o que é necessário atribuir responsabilidades pelo estado da situação do continente. Primeiro, há que levar em conta, a questão do legado colonial baseado na exploração económica e escravocrata; segundo, o período pós colonial caracterizado pela evolução do processo político instável com repercussão nas instabilidades políticas, governamentais e sócias que tornaram como principal clivagem no processo de desenvolvimento.

Sendo a política externa e a política interna se encontram estritamente ligadas, no sentido de que uma boa política externa depende muito de uma boa política interna, no caso africano esta questão é bastante contraditória e paradoxal. Um continente onde a má governação, constitui uma realidade visível, em resultado de gestão corrupta e ineficiente dos recursos endógenos e dos financiamentos externos, o incumprimento das leis e a impunidade faz parte do quotidiano, a política externa pouco pode contribuir para um desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Do ponto de vista comparativo, parece-nos que Cabo Verde se distancia desta realidade, pelo menos é esta a percepção que temos à partida e que a investigação tratará de confirmar ou infirmar. Contrariamente da maioria dos Estados africanos, é muito vulnerável no que concerne a existência dos recursos naturais, com algumas limitações causadas pela sua insularidade e exiguidade territorial, mas têm tido um percurso notável em matéria do desenvolvimento. Muitos factores se encontram subjacentes a este progresso: a boa governação em resultado de uma gestão rigorosa e criteriosa dos poucos recursos endógenos existentes e dos financiamentos externos. Por outro lado, a eficácia e o funcionamento das instituições e uma acção pragmática na acção pública interna, constituem os requisitos e as ferramentas essenciais na formulação e condução da sua política externa.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Com base na realidade descrita no parágrafo anterior, a política externa sempre teve e continua a ter eficácia no desenvolvimento político, económico e social de Cabo Verde. A saída do grupo dos países mais pobres do mundo para o grupo dos países de desenvolvimento médio, representa um salto quantitativo e qualitativo em matéria de desenvolvimento, o que não pode deixar de ser analisada á luz de uma política externa pragmática e desenvolvimentista. A importância dos financiamentos externos, quer na modalidade de ajudas externas, quer na modalidade dos empréstimos e a sua boa gestão interna, ajudou a superar de uma forma equilibrada a escassez dos recursos internos.

A nível social e cultural, a formação, qualificação e capacitação dos recursos humanos, constitui um dos exemplos mais empíricos do processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Desde cedo, os dirigentes nacionais, elegeram a educação como uma das prioridades do desenvolvimento, cabendo-a impulsionar o desenvolvimento dos outros aspectos<sup>2</sup> (político, económico, etc.). A política externa, ajudou a materializar o desenvolvimento do sector educativo, quer através das ajudas e financiamentos no desenvolvimento do sector educativo local ou através do envio de estudantes e quadros para formarem e qualificarem nas escolas, e estabelecimentos de ensino superiores estrangeiros. Cabo Verde, possui neste momento, uma elite intelectual, académica e uma sociedade em geral alfabetizada no país e na diáspora, capaz de administrar um desenvolvimento sustentado do arquipélago, e capaz de responder os desafios internacionais que a modernidade impõe.

Hoje face ao mundo globalizado, baseando no pressuposto da interdependência<sup>3</sup> das economias, nenhum Estado pode isolar-se, pelo contrário têm que acompanhar essa dinâmica da globalização através de uma visão estratégica e consistente. A realidade nos mostram exemplos paradigmáticos de alguns Estados, que resolveram fechar as suas economias e as suas políticas em geral em relação ao exterior, os resultados foram um fracasso, inclusive Estados que eram prósperos economicamente. Ora bem uma das estratégias que um Estado deve adoptar é a condução de uma boa política externa, nos vários domínios, quer a nível político, na Economia, Educação, Cultural entre as outras áreas importantes.

---

<sup>2</sup> CORREIA, Virgílio, *Educação e Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 9; GARRY, Jacobs, Harlam Cleveland, *Social Development Theory*, 1999 [Consultado em 29 de Junho de 2010] Disponível em [http://www.icpd.org/development\\_theory/SocialDevTheory.htm](http://www.icpd.org/development_theory/SocialDevTheory.htm)

<sup>3</sup> KEOHANE, Robert, Joseph S. Nye, *Power and interdependence*, New York, Longman, Third Edition, 2001, p. 3 e pp. 21- 22

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Em regra geral, qualquer país do mundo, deve apostar fortemente na condução de uma boa política externa, sobretudo os países em vias de desenvolvimento, baseando-se no pressuposto de que a política externa é o “motor do desenvolvimento”. Isto têm uma particular importância no continente africano, em que deparam - se com duas realidades:

1º Estados que dispõem de muitos recursos naturais (matérias primas), mas enfrentam dificuldades de transformação com vista ao desenvolvimento;

2º Estados que são pobres em matérias-primas.

Em ambos os casos, a diplomacia externa pode colmatar estas dificuldades, no primeiro caso recorrendo a parcerias internacionais nomeadamente na área educativa no sentido de formarem quadros e especialistas nas mais diversas áreas com ênfase particular nos domínios das ciências e tecnologias, para poderem aproveitar e transformar as matérias-primas ali existentes; no segundo caso, devido a ausência de recursos naturais e matérias-primas, é insustentável se não houver uma boa política externa, nomeadamente as parcerias internacionais por forma a obter empréstimos internacionais junto das instituições internacionais e os países desenvolvidos, atrair investimentos directos estrangeiros entre os outros domínios importantes da política externa.

Cabo Verde enquadra-se no grupo dos países, que não dispõe de muitos recursos naturais mas, no entanto, tem sido elogiado internacionalmente como um paradigma de desenvolvimento a seguir a nível regional.

A nossa questão é: este desenvolvimento encontra-se associado a que factores? Internos ou externos?

### **Hipóteses a desenvolverem**

**a)** O processo do desenvolvimento, podem resultar de dois factores: factores internos, muitas vezes associado aos recursos naturais, ou aos factores externos associado a uma boa condução da política externa;

**b)** Mesmo existindo recursos internos e financiamentos externos, há que levar em conta um terceiro aspecto, boas práticas governativas;

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**c)** Cabo Verde o seu desenvolvimento pode ser associado aos seguintes factores externos: a gestão dos recursos internos e a sua diplomacia externa de forte pendor desenvolvimentista;

**d)** Esta política externa tem acentuado em dois domínios fundamentais: na área económica e educativa.

De facto, em torno do desenvolvimento existem múltiplos factores, que iremos tratar no enquadramento conceptual desta dissertação, por isso, as hipóteses anteriormente discriminadas é simplesmente para construir o nosso modelo de análises e aplica-los ao nosso estudo de caso.

### **Metodologia**

Para a realização desta investigação utilizamos as seguintes metodologias:

#### **a) Pesquisa documental**

Damos maior importância às fontes primárias através da consulta dos arquivos históricos e diplomáticos, leis, decreto leis e o auxílio da literatura crítica cientificamente fundamentada (estudos, dissertações, teses, papers). Nas literaturas críticas Recorre-se a uma vasta pesquisa bibliográfica numa perspectiva interdisciplinar, reflectindo deste modo, a própria lógica da investigação em Relações internacionais.

#### **b) Método comparativo**

Em alguns pontos do trabalho, chegamos a efectuar estudos comparativos, para poder perceber melhor o nosso objecto de estudo. No capítulo do enquadramento conceptual, compararmos vários países no que tange as suas políticas externas e o desenvolvimento humano (China, países nórdicos). Nos capítulos, que focalizam o nosso estudo de caso, compararmos Cabo Verde e Guiné - Bissau em relação á evolução dos seus respectivos sistemas políticos e constitucionais e os seus impactos na política externa. A comparação entre estes dois países se deve sobretudo as suas proximidades e os laços históricos e culturais.



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

### **c) As entrevistas**

Recorremos a entrevistas semi-dirigidas, a algumas figuras de relevo no contexto sociocultural e político: pessoas que de uma forma directa ou indirecta se encontram ligadas á política externa cabo-verdiana, académicos com capacidades de análises sobre a problemática em debate.

### **d) Método histórico**

Para poder encontrar as origens e as géneses da política externa cabo-verdiana, por outro lado, para podermos avaliar como que Cabo Verde actuou no plano externo no decorrer da história, socorremo-nos de estudos históricos já efectuados.

### **e) Método quantitativo e qualitativo**

Recorreremos ao método quantitativo, nas análises e tratamento de dados estatísticos: análises dos indicadores macroeconómicos (PIB, desemprego), a medição de determinados indicadores sociais como a educação, demografia, etc.

O recurso ao método qualitativo, incide na análise histórica, descritiva e na observação de elementos que compõem os indicadores políticos e sociais não mensuráveis: a questão dos direitos humanos, liberdade de expressão e de informação, democracia e participação política, educação.

Ainda dentro da concepção metodológica desta investigação, evidenciamos as nossas variáveis, indicadores, descritores e conceitos:

O desenvolvimento, constitui a nossa principal variável dependente. Para explicar o processo de desenvolvimento tivemos que recorrer a um conjunto de variáveis independentes (princípios da causalidade), tais como: boa governação, capital humano, existência de recursos naturais, questões demográficas, por último, a política externa como uma variável independente macro no contexto da nossa investigação, ao tentar responder como que a política externa contribui para o processo de desenvolvimento.

Par medir as nossas variáveis, recorreremos aos diversos tipos de indicadores:

a) Indicadores de natureza económica (PIB, Inflação, desemprego, pobreza, dívida publica);

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

b) Indicadores de natureza socioculturais (educação, existência ou não de divisões étnicas, análises demográficas);

c) Indicadores de natureza política e sociais (direitos humanos, liberdade de expressão e de informação, participação política).

Recorremos aos tipos de indicadores acima mencionados, tendo em conta a própria complexidade do desenvolvimento. Problematizar o desenvolvimento, não apenas numa perspectiva económica, mas também na política e social, ou seja, a concepção moderna do desenvolvimento humano.<sup>4</sup>

Na operacionalização da investigação, alguns conceitos foram bem definidos e problematizados. O destaque vai para os conceitos de, política externa, desenvolvimento, boa governação.

Utilizamos os descritores em todos os casos que não é possível quantificar, mas sim qualificar ou/e nas análises descritivas. Por exemplo, nas análises históricas e nas pesquisas qualitativas.

Na presente investigação, delimitamos dois períodos distintos, para analisar a política externa cabo-verdiana e o impacto no seu processo de desenvolvimento:

a) O período<sup>5</sup> do partido único (1975 – 1990), cujo objectivo principal, é analisar se a política externa teve ou não o impacto na viabilização do Estado - Nação cabo-verdiana;

b) O período decorrente da transição política face a um conjunto de reformas económicas, políticas e constitucionais e o seu impacte na política externa.

No entanto, debruçamo-nos mais no segundo período, se levarmos em conta que a ordem política e económica internacional actual é aquela que emergiu exactamente

---

<sup>4</sup> A concepção clássica do desenvolvimento, era muito ligado à ideia do crescimento económico. Com tudo, com as preocupações sócias (a educação, saúde, igualdade de oportunidades, combate ao racismo e a discriminação) e ambientais, começaram a inverter o conceito de desenvolvimento, o exemplo paradigmático do desenvolvimento, é a que a ONU utiliza através do Índice do Desenvolvimento Humano.

<sup>5</sup> No desenvolvimento desta investigação, está fundamentado que a política externa cabo-verdiana, divide-se em três períodos: Período de 1975 – 1980 na qual funcionou a unidade política com a Guiné -Bissau; Período de 1980 – 1990 (da ruptura política com a Guiné Bissau até a 1990, que marca o fim do Partido Único); por ultimo o período pós transição política devido as reformas económicas, políticas e constitucionais no novo contexto político e económico internacional. Mas, enquanto objecto de análises, delimitamos dois períodos: período do partido único e período pós transição política

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

nos anos 90, por isso, falando da política externa cabo-verdiana, remete - nos para o contexto actual.

Até ao fim do presente trabalho, não encontramos um trabalho de investigação de dedicação exclusiva à política externa cabo-verdiana no seu sentido macro. Encontramos diversos trabalhos de investigação, que chegam a abordar a política externa cabo-verdiana, mas não política externa em si, mas sim sempre relacionados com outros objectos de análises. Encontramos trabalhos, que abordam a diáspora na política externa cabo-verdiana, vários trabalhos que abordam a política de cooperação de Cabo Verde, com determinadas organizações internacionais e países, vários outros textos dispersos sobre a temática, mas não encontramos nenhum trabalho que problematiza a política externa cabo-verdiana seguindo os seus três eixos fundamentais:

- a) A política externa para o desenvolvimento na era da globalização;
- b) A política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo;
- c) A política externa de afirmação das comunidades no exterior.

Por isso, com esta investigação e tendo em conta a forma como abordamos, queremos dar um contributo fundamental no âmbito do processo de decisão da política externa cabo-verdiana.

### **Estrutura da dissertação**

O primeiro capítulo, faz um breve enquadramento conceptual. Este enquadramento conceptual, problematiza alguns conceitos, tais como a política externa e o desenvolvimento e as questões que lhes estão associadas. Tenta evidenciar um conjunto de condicionantes, de natureza ideológica, militar, económico que subjazem à condução da política externa. Teoriza o conceito de desenvolvimento com o intuito de deixar bem elucidativo o tipo de desenvolvimento que vai ser abordado, isto, porque o desenvolvimento é um conceito complexo dependendo muito das circunstâncias e contextos que são utilizados. No nosso caso, trata - se do desenvolvimento humano com as suas várias componentes:

- a) Económica (PIB, PNB);
- b) Político-sociais (Liberdade de expressão e informação, indicadores da democracia, etc.);
- c) Socioculturais (educação, cultura, demografia)

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Procura estabelecer as relações estreitas e intrínsecas entre a política externa e desenvolvimento. Por último, problematiza o desenvolvimento no grande continente africano centrando as análises em dois períodos distintos:

1º Período colonial, mostrando até que ponto a colonização teve o impacto negativo no desenvolvimento do continente;

2º Período pós colonial, para mostrar que o atraso e o subdesenvolvimento do continente, não se deve apenas ao seu passado colonial, mas também como vítima dos seus próprios responsáveis políticos, frisando a questão da corrupção, lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder baseada nas inspirações pessoais, outros factores que obstaculizam o seu desenvolvimento como, a explosão demográfica, falta do capital humano.

O capítulo II, faz uma caracterização geral e aprofundada, assim queremos, de Cabo Verde nos domínios, económico, geográficos, demográficos político e social, de modos a evidenciar os condicionantes geopolíticos e económicas que norteiam a política externa. Procura mostrar que Cabo Verde é um país diferente da maioria dos países africanos, em matéria dos recursos internos incapaz de proporcionar o desenvolvimento do ponto de vista endógeno, o que obriga a procurar financiamentos externos para o seu desenvolvimento. Fundamenta o papel da demografia na política externa cabo-verdiana, por ser um país de tradição emigratória em que as comunidades emigradas são superiores aos residentes no arquipélago. A sua localização geopolítica como um condicionante da sua política externa, sobretudo nos domínios da segurança e defesa. Por ultimo, a importância que a sua estabilidade política e constitucional projecta - a no plano externo.

O capítulo III, faz um enquadramento histórico da política externa cabo-verdiana, subdividido por períodos:

1º Período (1975 – 1980);

2º Período (1980 – 1990);

3º Período (1990 – 2010).

Nos dois primeiros períodos mostra a importância da política externa na viabilidade e construção do Estado -Nação cabo-verdiana. No ultimo período enquadra a política externa cabo-verdiana pós transição política num novo contexto político e económico internacional em que assistiu, a nível interno, a um conjunto de reformas

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

políticas, económicas e constitucionais por forma a corresponder as exigências da nova conjuntura internacional. Evidencia as principais linhas programáticas da sua política externa:

- a) Política externa de desenvolvimento e cooperação internacional, no plano bilateral e pela via do multilateralismo;
- b) Os instrumentos da política externa como boa governação.

O último capítulo, problematiza Cabo verde enquanto actor das relações internacionais, e quais os mecanismos e instrumentos que utiliza para afirmar-se e projectar-se na cena internacional:

- a) A sua característica de uma nação global e transnacionalizada, através da sua vasta comunidade emigradas de uma forma dispersas pelo mundo, funcionando como principal veículo da projecção da cabo-verdianidade no mundo e a sua interferência nas relações internacionais de Cabo Verde com vários parceiros bilaterais e multilaterais;
- b) A importância da sua estabilidade política e social na atracção dos investimentos externos e o desenvolvimento do turismo;
- c) A sua localização geopolítica, no contexto das relações transatlânticas entre a África, Europa e América;
- d) Boa governação interna com repercussões na sua credibilidade externa.

A conclusão, apresenta os resultados da investigação e pistas para investigações futuras relevantes que apareceram no decurso da realização da investigação. São temáticas que podiam ser enquadradas e problematizadas nesta investigação, mas que não o fizemos, para evitar que a investigação ficasse muito ampla, superficial e pouco aprofundada, por isso, podem vir a ser objectos de análises em futuras investigações.

Todos os capítulos, que compõem a investigação foram desenvolvidos de forma a correlacionar a política externa com o desenvolvimento. Recorre-se muitas vezes a uma abordagem teórica ampla, auxiliando nos mais variados domínios do saber, numa perspectiva interdisciplinar, mas sem desviar-se do objecto de análise.

## CAPITULO I

### Política externa e desenvolvimento

*“Todos os actores internacionais têm uma ampla gama de objectivos que potencialmente deverão prosseguir. Estes poderão variar em termos de abrangência, intensidade com que são perseguidos, o espaço de tempo dentro do qual se espera alcança-los e os recursos que se pretende alocar para o seu atingimento.”<sup>6</sup>*

Este capítulo faz um enquadramento conceptual abordando alguns conceitos fundamentais, que conduzem toda a investigação. A preocupação de elucidar a política externa e os condicionantes que lhes subjazem, leva-nos a uma pequena abordagem em torno das teorias e políticas do desenvolvimento.

Constitui o objectivo principal da nossa investigação, encontrar a relação entre a política externa e o desenvolvimento em Cabo Verde. Daí o imperativo da problematização do desenvolvimento, focalizando o caso africano. Impõe-se, assim, uma panorâmica geral em torno do desenvolvimento, abordando questões de índole política, económica, social e cultural e uma abordagem ao desenvolvimento em África, a partir de uma interligação entre o colonialismo e pós colonialismo, tomando em consideração a evolução do processo político interno e a sua influência na política externa. Pretende-se com esta abordagem preliminar do desenvolvimento, centralizado no continente africano, efectuar uma desconstrução teórica, que nos faculte elementos de análise e de compreensão do nosso estudo de caso, que está precisamente inserido na região africana. Assim, partindo da análise conceptual pretendemos lançar pistas e sugestões para os capítulos subsequentes.

---

<sup>6</sup> WENDZEL, Robert L., *Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985, p.61

### **1.1. Política Externa: noção e questões associadas**

*“A política externa de cada país diz respeito, em primeiro lugar à manutenção de sua independência e segurança e, em segundo lugar, á promoção e protecção de seus interesses económicos sobretudo os dos seus grupos mais influentes. Profundamente ligados a esses interesses – pelo menos no caso das grandes potências – estão a preocupação de resistir a qualquer penetração e manipulação por parte de países e ideologias estrangeiras e um imprudente esforço para conseguir certo grau de penetração e manipulação em outros países. Finalmente, intimamente relacionados com a segurança nacional, bem como os interesses económicos e militares – inclusive clandestinos – de cada grande potência, estão suas directrizes políticas de ajuda económica a nação estrangeiras, assim como os seus esforços para difundir a sua própria propaganda nacional e ideológica em países estrangeiros e seu apoio a missões de intercâmbio cultural e científico que favorecem aquele objectivo.”<sup>7</sup>*

Nem sempre existiu a política externa, em sentido próprio, na História. Apesar de ao longo da mesma ter havido relações entre diferentes comunidades, não podem ser confundidas nem com a existência de relações internacionais, ou de uma política externa levada a cabo por estas comunidades. Cronologicamente, só podemos falar de política externa com o Tratado de Vestefália<sup>8</sup> pela seguinte razão: este Tratado trouxe um elemento fundamental, a Soberania que significa o poder máximo na ordem interna e a igualdade na ordem internacional, com este conceito passou a existir o Estado propriamente dito, na qual constam os seguintes elementos: povo, território, poder

---

<sup>7</sup> DEUTSCH, Karl, *Análise das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 119

<sup>8</sup> CRAVINHO, João Gomes, *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa, ICS, 2006, pp. 61-65; HOMEM, António Pedro Barbas, *História Das Relações Internacionais: o Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 2003, pp. 7 - 10

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

político, todos os Estados são iguais no que tange à celebração dos acordos e tratados internacionais, proibindo a ingerência nos assuntos internos dos Estados.<sup>9</sup>

Por outro lado, este tratado marca o início da modernidade com a profunda laicização das sociedades políticas devido à separação entre o poder político e o poder religioso. Deste modo, só a existência de um Estado com estas características tornou possível falar de relações internacionais e por conseguinte de política externa dos Estados.

Então o que é a política externa de um Estado? O dicionário de Relações Internacionais sob a direcção de Fernando Sousa, define a política externa como a actividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem.<sup>10</sup> No entanto, os Estados nesta acção e interacção, fazem uma avaliação criteriosa das opções externas em função das diferentes circunstâncias, por exemplo, as influências das questões domésticas na política externa, como “os recursos de um Estado, a sua posição geopolítica, o nível de desenvolvimento da sua economia, a estrutura demográfica, os valores fundamentais da sua população, bem como a ideologia dominante.”<sup>11</sup>

As vicissitudes circunstâncias, em que cada Estado se enquadra, determinam as suas políticas externas em função destas circunstâncias. Se um Estado não dispõe de muitos recursos internos, deve apoiar-se na sua política externa de forma a colmatar esta ausência de recursos. Do ponto de vista geopolítico e geoestratégico, um Estado pode ser um principal aliado de um outro Estado no campo estratégico e militar e assim por diante.

A história da política internacional e das relações internacionais, demonstra, que o interesse nacional é a principal condicionante da política externa. Não obstante a existência de muitas organizações e instituições internacionais e os mais diversos mecanismos de cooperação internacional, os interesses nacionais acabam sempre por extravasar e extrapolar o interesse colectivo. Exemplos concretos disso, são os conflitos internacionais, os grandes impasses internacionais no processo de decisão nos domínios da segurança colectiva, nas questões de impactes ambientais, e muito outros.

---

<sup>9</sup> *Treaty of Westphalia: peace Treaty Between the Holy Roman Emperor and the King of France and their Respective Allies*, Westphalia, 1648[ Consultado em 1 de Julho de 2010], Disponível em [http://avalon.law.yale.edu/17th\\_century/westphal.asp](http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp)

<sup>10</sup> Fernando Sousa (dir.), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, Afrontamento, 2005, p.144

<sup>11</sup> Fernando Sousa, *Dicionário de Relações Internacionais* op. cit., p.144



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Na verdade a política externa tem diversos condicionantes que podem estar por trás da sua condução, por isso, tem que existir uma percepção clara, pois que a mesma não deixando de ser um jogo estratégico, não representa apenas interesse de um Estado, mas sim vários interesses estratégicos que se cruzam no contexto das relações internacionais<sup>12</sup>. Deste modo, muitas vezes torna-se num factor de conflitualidade, o que torna necessária a existência de mecanismos internacionais na prossecução de gestão e resolução dos conflitos internacionais, como por exemplo o papel do Tribunal Internacional de Justiça, como órgão jurídico internacional responsável pela jurisdição em torno dos litígios inter-estados.<sup>13</sup>

Isso também para deixar bem claro, que a política externa não se resume às questões pacíficas, como a cooperação e integração internacional, mas também pode ser levada ao extremo, nomeadamente através da guerra e por outras vias menos pacíficas como a pressão económica, embargos militares, dissuasão nuclear, ameaças, contenção, etc. Inúmeros são os exemplos de relações internacionais conflituosas, em resultado de conflitos de interesses nacionais de um Estado para com outro Estado, podendo ter dimensões regionais, sobretudo por questões fronteiriças (Caso da região de Médio Oriente), também podendo ser a nível das Relações Transatlânticas (como por exemplo a política externa americana para com determinados países asiáticos).

Grande parte destes conflitos, têm também origem nos factores económicos, nomeadamente a questão energética como o petróleo, para não dizer os interesses económicos associados á expansão territorial ou por questão de influência, alinhamento político, formação de super potências como aconteceu na Guerra Fria.

Sendo a política externa, factor de potencial conflitualidade, para além de mecanismos internacionais como TIP, a que já fazemos referência, existe ainda um outro órgão da ONU, Conselho de Segurança, que visa assegurar e prevenir os conflitos internacionais.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais, Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Grávida, 1ª edição, 2002, pp. 58 - 60

<sup>13</sup> Sobre a competência do TIP, ver os artigos: 34º, 35º, 36º, 37º e 38º da Carta das Nações Unidas.

<sup>14</sup> Para um maior aprofundamento, sobre o papel e a competência, do Conselho de Segurança das Nações Unidas ver, GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual De Direito Internacional Publico: Introdução, Fontes, Relevância, Sujeito, Domínio, Garantia*, Coimbra, Livraria Almedina, 2ª edição, 2004, pp. 653 - 681

## **1.2. Desenvolvimento: paradigmas e conceitos**

*“No auge do “welfare state” o conceito de desenvolvimento passa a ter cada vez mais um significado sócio - económico. O PNB “per capita” deixa de ser uma medida adequada. Indicadores quanto ao nível educacional, serviço da saúde, à habitação e a outros serviços pessoais passam a ser incluídos para avaliar o desenvolvimento de um território (caso, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).”<sup>15</sup>*

Define-se como desenvolvimento, “ conjunto das mudanças no sistema económico e social, assim como no tipo de organização, que condicionam e facilitam o crescimento”.<sup>16</sup> No entanto, é de salientar que o conceito de desenvolvimento possui diferentes conotações ou significados em diferentes contextos, no nosso caso estamos a referir o conceito de desenvolvimento utilizado particularmente em Relações Internacionais e Economia, por exemplo avaliar o desenvolvimento de um país ou de uma determinada região.

Neste caso, para medir o desenvolvimento costuma-se recorrer aos indicadores quantitativos e qualitativos, que se dividem em dois grandes grupos:

- a) Indicadores de carácter económico;
- b) Indicadores de natureza social.

Em relação aos indicadores de carácter económico destacam-se o PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto), mas não devemos incorrer no risco de avaliar o desenvolvimento económico de um país somente pelo valor do PIB, *per capita*, por se tratar apenas de uma média não permite medir as desigualdades existentes num país.<sup>17</sup> Pode acontecer que quase a totalidade da riqueza esteja concentrada numa pequena percentagem da população e a percentagem mais elevada da mesma se veja confrontada com situações de pobreza, por isso, é um indicador mais apropriado para

---

<sup>15</sup> SALVADOR, Regina, *O Conceito de Desenvolvimento* (apontamentos da disciplina de Teorias e políticas de Desenvolvimento, do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, da Universidade Nova de Lisboa, p.1, s/d

<sup>16</sup> SOUSA, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, p.144

<sup>17</sup> TODARO, Michael P, *Economic Development*, London, Longman, 1994, p. 60

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

comparar a evolução económica e o nível de desenvolvimento entre regiões e países. Para colmatar esta situação para além da utilização do PIB *per cápita*, costuma-se recorrer aos indicadores das desigualdades na repartição de rendimento<sup>18</sup>, como:

- a) Leque Salarial;
- b) Curva de Lorenz.

O leque Salarial mede a amplitude de variação dos salários, ou seja, é a relação entre o salário máximo e o salário mínimo praticado num determinado país, calcula-se da seguinte Formula:

**Leque Salarial** = Salário Máximo/ Salário Mínimo. Quanto maior a amplitude desta variação, maiores serão as desigualdades.

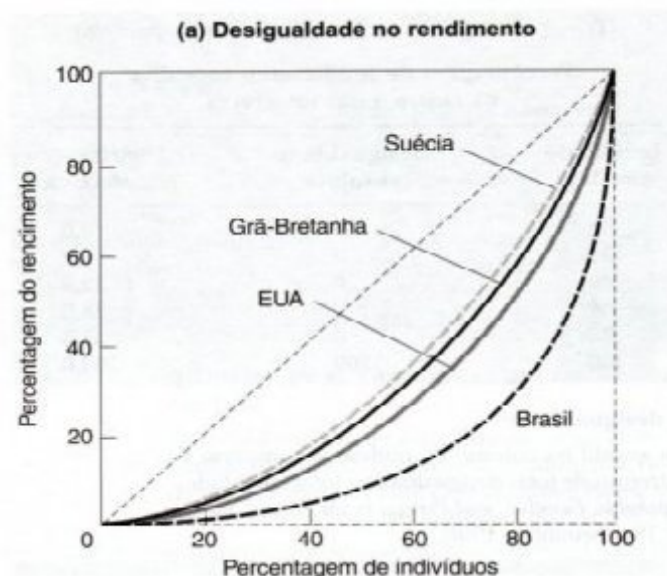
A Curva de Lorenz, é muito utilizada para medir a repartição pessoal do rendimento. De acordo com o exemplo do gráfico 1, na qual aparecem os seguintes países: EUA, Brasil, Grã-Bretanha e Suécia, pretende tirar conclusões diferentes para cada um deles. A recta a tracejado é o lugar onde há uma igualdade na distribuição de rendimentos, o que significa que todas as pessoas auferem de um rendimento igual, como é difícil ou quase impossível a curva sobrepor a recta a tracejado, significa que quanto mais próximo a curva estiver da recta maior, assim é a igualdade na distribuição de rendimentos. No exemplo da figura 1, significa que a Suécia é o país com maior perfeição na distribuição de rendimentos e o Brasil pelo contrário, é o país com maior imperfeição na distribuição de rendimentos.

---

<sup>18</sup> Sobre a questão da medição de repartição de rendimentos ver, ATKIN, Anthony Barnes, *Social Justice and Public Policy*, 1982, Great Britain, MIT Press, 1983

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Gráfico 1 – Ilustração gráfica como se mede a desigualdade de rendimento utilizando a Curva de Lorenz**



Fonte: <http://ekonomias.googlepages.com/Repartidosresultadosdaproduo.pdf>

Falar do desenvolvimento implica uma análise muito profunda e cuidada, estamos a fazer alusão a este aspecto, porque quando se faz referência ao desenvolvimento costumam-se incorrer no erro, de avaliá-lo, apenas na sua componente económica, esquecendo, que o “crescimento económico, só por si pode ser visto como uma expressão estatística, quando não estiver ligado a práticas sociais e humanitárias,”<sup>19</sup> por isso para além dos indicadores de natureza económica, recorre-se aos indicadores de natureza social, quando se pretende medir o desenvolvimento.

No que tange aos indicadores de natureza social, destacam-se dois subgrupos:

- a) Indicadores socioculturais (taxa de analfabetismo, taxa de mortalidade infantil, esperança média de vida);
- b) Indicadores Político-Sociais (Liberdade de expressão, participação democrática).

Estes indicadores permitem facilmente diferenciar as sociedades mais instruídas e sociedades menos instruídas, em regra geral a taxa de analfabetismo são muito elevadas nos países subdesenvolvidos, o número de pessoas com formação superior é

<sup>19</sup> MARTINS, José Abílio Lomba, «Sistemas de colonização e conceitos de desenvolvimento. I Parte: Do Pacto Colonial às independências», In *Africana*, nº19, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais, Universidade Portucalense, pp. 21- 71, Março – 1998; ver também, TODARO, Michael P, *Economic Development*, op, cit., pp. 60-61

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

baixo, da mesma forma que se assiste a um grande obstáculo das camadas sociais mais baixas terem acesso ao ensino superior<sup>20</sup>, nas sociedades desenvolvidas a realidade é totalmente diferente.

Também já existem muitos estudos que comprovam a relação que existe entre o subdesenvolvimento, nomeadamente através dos indicadores socioculturais, em relação à participação política. Nas sociedades subdesenvolvidas, devido à fraca instrução das pessoas, verifica-se um grande afastamento das populações em relação à política, ou seja, confrontam-se com situações de desinteresse, muitas vezes condicionada pela falta de interiorização da cultura política e democrática.<sup>21</sup> Estas situações não só acontecem a nível do empenho político-partidário, mas também o que os cientistas políticos chamam de um fraco “*capital Social*”. Este baixo “*capital social*”, traduz-se na falta de confiança entre as populações, falta de tolerância, o que justifica muitas vezes tensões sociais, a existência de poucas associações comunitárias ou locais.

Ainda em relação aos indicadores de desenvolvimento de natureza social, podemos recorrer a exemplos concretos, que ajudam-nos a perceber melhor este conceito.

A China pode ser um caso de estudo interessante, não vamos debruçar-nos muito sobre esta questão, apenas fazer algumas alusões a aspectos específicos. Neste caso, só para dizer que actualmente a China é considerado como uma potência emergente, é uma das economias que mais cresce no mundo, mas se remetermos para uma análise do desenvolvimento, a realidade é outra, o que se está a verificar neste país é um ritmo de crescimento económico acelerado, que não significa necessariamente um desenvolvimento económico, partindo do pressuposto que o crescimento económico e desenvolvimento económico, não são a mesma coisa. É um país que mais cresce economicamente, mas do ponto de vista interno, depara-se com muitos problemas de natureza social, nomeadamente a falta de escrúpulos em relação ao cumprimento dos direitos humanos, da garantia de liberdade de expressão e de informação, entre outros problemas, denunciados pela crítica internacional.

---

<sup>20</sup> REBELO, António Rebelo De, *Da Teoria Económica à Teoria do Desenvolvimento*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, S/D, p.41

<sup>21</sup> VERBA, Sidney e Norman H. Nie, *Participation in America. Political Democracy and Social Equality*, New York, Harper & Row, 1972

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Nas análises do estratega português Luís Leitão Tomé, “ a economia chinesa é a maior estrela da economia mundial e maior fonte do dinamismo internacional,”<sup>22</sup> mas o autor faz algumas observações em relação a realidade económica chinesa e às repercussões negativas associadas: “ Este crescimento económico não tem sido feito, todavia, sem dor, na medida em que as reformas da transição económica na China também tem levado a que milhares de empresas públicas encerrem, milhões de pessoas conheçam o desemprego, outros milhões sejam atirados para a miséria, que se verifique um verdadeiro êxodo rural e uma grande pressão nos principais centros urbanos, cresçam as desigualdades e as tensões sociais, aumentam as disparidades regionais, prolifere a corrupção e a criminalidade (...).”<sup>23</sup>

É este o modelo do desenvolvimento da China, e que está se a ter reflexo em outras paragens do mundo, por exemplo, no continente africano. Ao contrário do Ocidente que impõe alguns condicionalismos de ajudas ao desenvolvimento, como práticas de boa governação, democratização, liberdade de expressão e respeito pelos Direitos Humanos, a China, não impõe qualquer regra quando concede estas ajudas. Por exemplo, Angola não conseguiu estabelecer negociações com instituições internacionais como a FMI e Banco Mundial, para o processo de reconstrução económica do país depois da guerra civil, pelo facto de não preencher os requisitos que estas instituições costumam impor, mas acabou por conseguir da China. Também por isso não é de estranhar o modelo de desenvolvimento que Angola está a seguir actualmente, é o país que mais cresce em termos do PIB no contexto regional, mas continua a persistir a corrupção generalizada; a violação sistemática dos direitos humanos; a ausência de liberdade de imprensa uma vez que tudo é monopolizado pelo Estado; as desigualdades económicas extremas onde praticamente toda a riqueza está concentra numa pequena elite política e empresarial enquanto a maioria da população vive em situações de pobreza extrema com menos de um dólar americano por dia.

A China neste momento é uma potência emergência em grande expansão sobretudo nestes países em vias do desenvolvimento do continente africano, por outro lado sendo uma potência revisionista, que opõe o actual modelo de ordenamento do

---

<sup>22</sup> Luís L. Tomé, *Novo Recorte Geopolítico Mundial*, Lisboa: UAL, 2004, p.134

<sup>23</sup> Luís L. Tomé, *Novo Recorte Geopolítico Mundial*, op, cit., p. 136

Sistema Internacional, não se saberá qual vai ser o verdadeiro impacto da China no processo do desenvolvimento e do Sistema Internacional nos próximos anos.<sup>24</sup>

Do lado oposto à China, quanto ao paradigma de desenvolvimento a seguir, situam-se nos países escandinavos, onde se pode falar de um verdadeiro conceito do desenvolvimento económico<sup>25</sup>. Nestes países, uma questão central é a valorização e um verdadeiro funcionamento do princípio do *Welfare State*, com uma maior consistência na implementação de políticas sociais, que contribuam positivamente para um maior igualitarismo social, combate à exclusão social, respeito pelos direitos humanos, garantia dos direitos e liberdades individuais, entre outros exemplos relevantes.<sup>26</sup>

### **1.3. Relação entre política externa e desenvolvimento**

O processo do desenvolvimento é bastante complexo, ou seja, o desenvolvimento pode ser associado a vários factores, tais como: políticos, económicos, socioculturais, demográficos, etc. Mas estes factores podem ser de naturezas endógenas (interna) ou exógenas (externa).

No que tange aos factores internos é de relevar o potencial dos recursos naturais que um determinado Estado pode usufruir, desde que estes recursos sejam bem utilizados; já os factores externos podem ser a diplomacia externa de um Estado, quando esta é conduzida de uma forma eficaz e consistente, o impacto das remessas dos emigrantes na economia entre outros factores importantes.

No nosso caso em concreto vamo-nos centrar e problematizar qual é a relação entre a política externa e o desenvolvimento, como já acima afirmámos.

---

<sup>24</sup> Para uma maior compreensão da política externa chinesa ver: ROBINSON, Thomas W, David Shambaugh (editores), *Chinese Foreign Policy: Theory and practice*, Oxford: Oxford University Press, 2006. Esta obra tenta compreender ou descrever todo o pensamento estratégico chinês, nomeadamente a preocupação da China na redefinição da ordem internacional.

<sup>25</sup> Baseando no Indicador do Desenvolvimento Humano da PNUD, relativamente ao ano de 2009, destacam-se três grupos de países: grupos de desenvolvimento alto; grupos de desenvolvimento médio; grupos de desenvolvimento baixo. Os países da Escandinávia aparecem no primeiro grupo (A Noruega é a mais bem classificada, ocupando a primeira posição, a Suécia aparece no sétimo lugar, a Finlândia aparece no décimo segundo lugar, a Dinamarca aparece no décimo sexto lugar. Paradoxalmente, a China que economicamente é o país que mais cresce, aparece no grupo dos países com indicadores de desenvolvimento baixo (nonagésimo lugar). Salientamos que neste relatório a posição começa em 1 e termina em 182.

<sup>26</sup> BAN Nicholas, *The Economics of the Welfare Sate*, Starford, Starford University Press, 1998

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Primeiro queremos deixar bem claro que a política externa é fundamental no processo do desenvolvimento, seja para Estados que dispõem de muitos recursos naturais como também para Estados em que a realidade é contrária. Isto tem uma particular importância no continente africano, em que deparam-se com duas realidades:

1º Estados que dispõem de muitos recursos naturais (matérias primas), mas enfrentam dificuldades em como transformá-los com vista ao desenvolvimento;

2º Estados que são pobres em matérias-primas.

Em ambos os casos, acima supracitados, a diplomacia externa pode colmatar estas dificuldades: no primeiro caso as parcerias internacionais nomeadamente na área educativa no sentido de formarem quadros e especialistas em mais diversas áreas com ênfase particular nos domínios das ciências e tecnologias, para poderem aproveitar e transformar as matérias-primas ali existentes; no segundo, devido a ausência de recursos naturais e matérias-primas, é insustentável se não houver uma boa política externa, nomeadamente as parcerias internacionais de forma a obter empréstimos junto das instituições internacionais e dos países desenvolvidos, de molde a atrair investimentos directos estrangeiros entre os outros domínios importantes da política externa.

O reforço da política externa para o desenvolvimento, têm que assentar numa maior abertura ao mundo de qualquer Estado, seja ao nível de um incremento das relações diplomáticas no plano bilateral com um maior número de Estados possível, seja a nível multilateral através de participação em grandes instituições internacionais e a aposta na integração económica regional, de forma a criarem grandes mercados regionais para fazer face aos problemas que os pequenos mercados nacionais costumam enfrentar a nível internacional.

De uma forma geral, a política externa só pode conduzir ao desenvolvimento, se ela for acompanhada de uma estratégia bem definida, sempre levando em conta os objectivos do desenvolvimento. É Precisamente por esta razão, que as relações externas constituem hoje o núcleo duro de qualquer governo impondo a necessidade de técnicos altamente especializadas e responsáveis políticos de inequívoca qualidade. Na realidade, não é só por um elenco governamental conseguir estas competências que por si só conduz ao desenvolvimento, antes é necessário saber definir e coordenar políticas integradas de forma consistente.



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Por vezes os responsáveis das relações externas, são competentes na implementação das políticas externas, conseguindo aproximar vários parceiros externos, todavia não logram alcançar o desenvolvimento, porque se deixam contaminar pela corrupção. A realidade é que, muitos Estados dito subdesenvolvidos, conseguem contrair empréstimos internacionais, são financiados em determinados programas de ajudas ao desenvolvimento, e estas quantias nunca beneficiam as populações desfavorecidas, pelo contrário são desviados pelas elites governamentais, em benefícios pessoais e das suas famílias mais próximas, enquanto a maioria da população continua vivendo na pobreza extrema.

Esta política externa corrompida, tem suscitado algumas críticas, tanto aos Estados beneficiadores, como também para os Estados e instituições internacionais financiadores. A principal crítica reside no facto destes financiadores terem o pleno conhecimento, no acto do financiamento da má gestão e desvio dos fundos dos sectores chaves para o desenvolvimento, mas nunca exigirem responsabilidades a estes Estados, por exemplo meio de prestação de contas.

É evidente que não se trata de uma questão generalizada, também é uma realidade de que muitos Estados sentem-se sancionados, quando tem um baixo índice de governação e de cumprimento dos seus compromissos internacionais. Isso faz-nos lembrar de uma conferência, realizada no Departamento de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa, onde o Conferencista era o Embaixador guineense, junto da CPLP, Apolinário Mendes de Carvalho, cujo assunto da conferência centrava-se nos acontecimentos dramáticos da Guiné-Bissau, que vitimaram mortalmente o então Presidente da República, João Bernardo Vieira e Chefe General das Forças Armadas, Tágmé Na Waié.<sup>27</sup> O conferencista chegou a afirmar que o grande problema daquele país, é um abandono por parte dos parceiros internacionais<sup>28</sup>.

Para este caso concreto da Guiné-Bissau, está provado que a própria evolução do seu processo político, caracterizado por rupturas políticas, provocando instabilidades políticas e sociais e a má governação, acabaram por ditar uma imagem negativa condicionando os grandes investimentos directos estrangeiros e os apoios internacionais.

---

<sup>27</sup> Estes assassinatos aconteceram em 1 e 2 de Março de 2009 respectivamente

<sup>28</sup> Ver o texto da Conferência, Apolinário Mendes de Carvalho, *O Desafio de Reconstrução do Estado na Guiné-Bissau. O Papel da CPLP*, Lisboa, 16 de Março de 2009

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Em suma, quando a política externa é bem conduzida, seguindo uma linha programática, contribui positivamente para o desenvolvimento, caso contrário, para além de não sortir qualquer efeito progressivo, pode aprofundar o nível de subdesenvolvimento de um país. A contracção excessiva de empréstimos internacionais, mal geridos, como é o caso referido, ou de difícil execução, tornaram complexa a condução da política externa, colocando em causa a ética e o rigor que lhes são indispensáveis.

### **1.4. A problemática do desenvolvimento: o caso Africano**

*“African’s deteriorating economic situation is baffling The continent’s untapped mineral wealth is immense and its tourism potencial is enormous. Yet, it is inexorably miredd in steaming esquador misery, deprivation, and chaos”<sup>29</sup>*

Para debatermos a problemática do desenvolvimento em África, devemos centrar-nos em dois períodos históricos distintos:

- 1º) O período em que a África esteve sobre o domínio colonial;
- 2º) O período pós - colonial.

Começando primeiro por debater a questão da colonização em África e a sua relação com o subdesenvolvimento/desenvolvimento, podemos destacar vários aspectos: dos aspectos positivos é de salientar a criação das principais cidades africanas,<sup>30</sup> portos e obviamente o contributo no povoamento das regiões descobertas. Mas por outro lado o actual subdesenvolvimento da África, é motivo de muitos debates nas literaturas económica, política, histórica sociológica e antropológica, é imputado por muitos aos Estados colonizadores pela forma como implementaram as políticas administrativas durante o período colonial.

Vejamos os exemplos de algumas críticas:

---

<sup>29</sup> GEORGE, B.N. Ayittey, *Why African is Poor*, London, Edited by Julian Moris, 2002, p. 1

<sup>30</sup> Muitas das cidades africanas constituem uma herança europeia, sem se esquecer de cidades que constituem património históricos importantes, podemos citar como exemplo, a cidade de Ribeira Grande de Santiago em Cabo verde, mais conhecido por “Cidade Velha”, por ser a primeira cidade construída pelos Europeus nos trópicos, e a primeira a ser construída em Cabo Verde, recentemente esta foi considerada património mundial da humanidade.

**a) A política educativa** – constatou-se que durante o período colonial havia uma relação directa entre a política educativa e a exploração económica, “ Este é um problema que afectou praticamente todas as ex-colónias europeias, tendo em conta que o objectivo dos europeus na altura, ou seja, durante a colonização, era manter, reforçar e dar continuidade a dominação colonial, não havia um verdadeiro espírito de levar a “civilização” aos africanos, mas sim garantiam um mínimo de “europeização”, para facilitar a exploração económica, essa europeização tinha que ser mínima porque se não os africanos assimilariam com sucesso todas as técnicas, punham em causa a dominação colonial.”<sup>31</sup>

Recorrendo a exemplos concretos desta política educativa discriminatória baseada na segregação racial e de exploração, José Marques Guimarães sustenta: “ Na realidade, independentemente do meio utilizado na sua implementação (escolas confessionais das missões ou escolas laicas, estatais ou privadas) a “política educativa” colonial teve sempre por objectivo, fundamental «a manutenção e o desenvolvimento do sistema colonial, para que o ensino deveria proporcionar ao africano desprovido de direitos de cidadania (indígenas) a assimilação das bases da cultura do colonizador, induzindo a respeitá-la mediante o reconhecimento da sua superioridade”<sup>32</sup>, neste caso estavam perante uma imposição cultural, associado a um interesse estratégico, que era a dominação colonial.

Por outro lado, a política educativa, “ para além de instrumento de dominação colonial dos africanos, o ensino visava também a formação de trabalhadores indispensáveis á exploração economicamente rentável dos recursos coloniais”,<sup>33</sup> com estas análises facilmente pode constatar, que o objectivo dos Europeus, era não fomentar a criação de elites intelectuais africanas, que podiam mudar o rumo ou os objectivos preconizados;

**b) A rivalidade entre vários países Europeus na corrida pelo acesso aos recursos naturais existente no continente africano** – Neste ponto põe em causa o argumento utilizado pelos Europeus, de que a colonização tinha como principal objectivo a “

---

<sup>31</sup>TAVARES, Adilson, *O Regime Político Guineense (1994 -2008)*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Teoria da Democracia, sob a orientação do Professor, Tiago Fernandes, Lisboa: FCSH-UNL, 2008, publicado em [http://www.didinho.org/Regime\\_Politico\\_Guineense\\_1994-2008\\_\[1\].pdf](http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guineense_1994-2008_[1].pdf)

<sup>32</sup> José Marques Guimarães, *A política «educativa» do colonialismo português em África (Da I Republica ao Estado Novo, 1910 – 1974)*, Porto: Profedições, Coleção Andarilho/SD, p. 14

<sup>33</sup> Idem, p. 14

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

exportação da civilização Europeia”, uma vez que os interesses económicos mostravam-se bastante superiores.

Destas rivalidades entre varias potências Europeias, pela exploração dos recursos naturais do continente, tiveram efeitos negativos nas sociedades africanas, que ainda hoje é bem visível, como por exemplo, os conflitos tribais, em resultado das delimitações das áreas de influências territoriais “(...) com a conferencia de Berlim(1884), que institui normas para ocupação. “No inicio da I Guerra Mundial, 90% das terras já estavam sob o domínio da Europa. A partilha é feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais de cada povo, o que contribui para muitos dos conflitos actuais no continente africano”<sup>34</sup>.

Seguindo a mesma linha de abordagem critica do colonialismo e o seu impacto no subdesenvolvimento da África, Manuel Couret Branco, sublinha que “ em muitos dos países africanos, o facto de a colonização se ter interessado sobretudo pela exploração dos recursos naturais e das culturas exóticas constitui a principal razão para a sua excessiva especialização e pela sua alienante dependência de voláteis mercados externo (...),<sup>35</sup> o autor vai ainda mais longe, ao admitir que “ o facto da administração colonial ter delegado a gestão do dia-a-dia do Estado numa magra elite doméstica, conjugado com o fraco investimento feito na educação da população nativa, explica em parte, a existência de poucas alternativas a já referida elite e da sua ligação quase exclusiva a actividade extractivas ou á administração colonial”<sup>36</sup>.

Com base nos argumentos acima referidos e tendo em consideração, que praticamente todos os países africanos tiveram um passado colonial, é um dado adquirido e inquestionável, de que a colonização contribui para o atraso e o subdesenvolvimento profundo dos países africanos, de modos que perante o Capitalismo económico internacional, onde a competição económica pelos Estados, é uma realidade eminente, evidentemente que a África não está em mesmas condições do ponto de partida para competir com os países de economias mais avançadas.

No entanto podemos colocar a seguinte questão: Já lá vão dezenas de anos que os Estados africanos se tornaram independentes, então o porquê ainda da existência de

---

<sup>34</sup> BRANCO, Alberto Manuel Vara, *África: um continente em mutação, a terceira vaga de transições democráticas e alguns dos impactos políticos da globalização em Estados não democráticos*, Viseu, Spectrum, S/D, p.4

<sup>35</sup> Manuel Couret Branco, «Desenvolvimento Subdesenvolvimento e democracia em África», in *Economia e Sociologia: África*, Évora, 2008, nº 85, p. 99

<sup>36</sup> Manuel Couret, op, cit., p. 99

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

inúmeros problemas que afectam o processo do desenvolvimento deste continente? Existem varias respostas para esta questão. Primeiro existe um longo debate em torno do próprio processo que conduziu a independência destes Estados, ou seja, a descolonização do continente africano teve duas vias: Estados em que o processo da descolonização se deu por via da luta armada, através da formação de movimentos independentistas, que resolveram lutar contra o poder colonial, por outro lado houve casos em que o processo da descolonização foi negociado. Existem alguns estudos de transição política que tentam estabelecer uma relação directa do processo de descolonização com a democratização e o desenvolvimento, por exemplo no caso africano, constata-se uma diferença muito grande das ex colónias Britânica em relação a ex colónias portuguesa e francófona no que tange á criação de instituições políticas e democráticas, bem como o processo do desenvolvimento.<sup>37</sup> Como podemos explicar estas relações?

Quanto ao primeiro ponto importante a salientar é que nos casos em que se deu a independência por via da luta armada, a colonização era feita de uma forma mais repressiva, sem qualquer hipóteses de diálogos com os movimentos nacionalistas que começaram a emergir concretamente no período pós Segunda Guerra Mundial, isto, fez com que estes movimentos se tornassem cada vez mais agressivos contra as autoridades coloniais ao mesmo tempo apoiados por algumas potências estrangeiras que tinham interesses estratégicos.<sup>38</sup> Acabando por conseguirem independência por esta via, a principal consequência é que estes movimentos depois das independências assumiram o poder como algo pessoal em si próprios, e nunca quiseram democratizar, este aspecto contribui para a criação de Estados com características autoritárias, totalitárias, bastante

---

<sup>37</sup> Sobre esta questão ver WALLERTEIN, I, *África the Politics of Independence and Unity*, USA, University of Nebraska Press, 2005

<sup>38</sup> Como sabemos no período pós Segunda Guerra Mundial, o Sistema Internacional, foi caracterizado pela existência de dois blocos, com características políticas e ideológicas muito diferentes, que na concessão teórica de relações internacionais, formulada por Raymond Aron, estávamos perante um Sistema Internacional heterogéneo, que caracteriza pelo facto de ser instável, ARON Raymond, *Paix et guerre entre les nations*, p. 434. No entanto nunca desencadeou um conflito armado por parte das duas superpotências, nos respectivos espaços geográficos, mas sim o conflito bélico ou militar desencadeou nas outras partes do globo, concretamente no período da *detente*, no continente africano onde cada uma das superpotências, apoiava um determinado movimento de libertação, também houve intervenção na Ásia, (ver, LEFFLER, Melvyn P. Davids Painter, *Origins of The Cold War: A International History*, London, Routledge, Second edition, 2005), o que pressupõe uma análise realista das relações internacionais, se levamos em conta as lutas e dinâmicas pelo poder travado nestes espaços geográficos( S o realismo clássico aplicar-se à melhor a realidade pós Segunda Guerra Mundial, ver, MORGENTHAUX, Hans J., *Politics Among Nation : The extruture for power and peace*, Edição the Koupe, Original da Universidade de Michigan, 4ª edição, 1967); WIGHT, Martin, *International Theory: The Three Traditions*, London: Leicester University Press, Edited by Gabriele Wight and Brian Porter, 1991, pp. 111- 114

centralizados, fomentando deste modo fenómenos como a corrupção, clientelismos, redes de contactos informais, inviabilizando o processo do desenvolvimento.

Um estudo importante que nos ajuda a compreender estes fenómenos é o do autor Robert David Putnan, “*Making Democracy work: Civic Traditions in modern Italy*”,<sup>39</sup> estudo comparativo entre o Sul da Itália em relação ao Norte e o Centro da Itália. Após vários anos de investigação o autor apresentou as suas explicações sobre o porquê das diferenças profundas entre o Norte o Centro e o Sul da Itália no que tange á democratização, desenvolvimento. Primeiro ele começou a fazer uma análise da evolução política económica e social a partir das reformas políticas, que foram implementadas na Itália nos anos 70, acabando por constatar que a evolução foi muito diferente entre o Norte e o Sul. O autor, porém, não ficou nestas análises preliminares, pelo que resolveu fazer uma abordagem histórica para encontrar as verdadeiras origens das assimetrias entre o Norte e o Sul da Itália recuando até a Idade Média nos seus estudos. Uma das primeiras análises conclusivas é que as diferenças entre o Norte o Sul e o Centro da Itália é uma realidade que remontam a Idade Média, o autor argumenta que com a queda do Império Romano, as diversas regiões italianas começaram a ter um percurso diferente. Enquanto no Norte e no Centro privilegiavam a criação de associações com um maior envolvimento da comunidade cívica, baseando-se no pressuposto de *relações horizontais*, o que Putnan designa do “*Capital Social*”, já no Sul da Itália a realidade foi totalmente contrária pelo facto de após a queda do Império Bizantino, se terem mantido monarquias que exerciam um domínio centralizador contribuindo para o autoritarismo, clientelismos e por conseguinte um deficiente funcionamento das instituições.<sup>40</sup>

Do mesmo modo, Seymour Martin Lipset, na sua obra “*American Exceptionalism: A Double – Edged Sword*”, faz um estudo empírico, quando compara Estados Unidos de América, Canadá, Japão e a Europa. Desta comparação, o autor salienta, que nos EUA, assentam nos princípios da revolução anti-monárquico, baseando-se em princípios individuais, contrariando a realidade Europeia, que é bastante aristocrática, estatocêntrica e hierarquizada.

---

<sup>39</sup>Robert David Putnan -*Making Democracy work: Civic Traditions in modern Italy*, 1993,Princeton, Princeton University Press, pp. 3 -204

<sup>40</sup>Ainda sobre estudo comparativo entre as diferentes regiões italianas, sobre o performance das instituições depois das reformas de 1970 ver, COTTA, Maurizio, &Luca Verzichelli, *Political Institutionas in Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 182 - 186

Segundo o autor acima citado, nesta lógica, na Europa as pessoas estão mais à mercê dos Estados enquanto que nos EUA, as pessoas não esperam ou preocupam muito menos com as ajudas do Estado<sup>41</sup>, isto contribui para uma sociedade política e liberalmente organizada, tendo em conta um maior envolvimento da sociedade civil.<sup>42</sup> Esta sociedade liberalmente organizada, paradoxalmente é caracterizada por grandes desigualdades económicas e sociais, devido a lógica do capitalismo económico e do individualismo, que se apoia essencialmente no mérito mas também é certo, que não existem muitos privilégios nobiliárquicos no que tange às relações sociais e institucionais bem como a fraca corrupção em resultado da descentralização política e administrativa.

No caso dos EUA, convém salientar, que o próprio processo da colonização, subordinada à Inglaterra, não era tão centralizada, isto porque durante o período colonial, na altura composta por 13 colónias já com alguma autonomia política,” (...), todas estas colónias possuíam instituições de governo próprio, com assembleias representativas e algumas até (as duas colónias livres) dispoendo de autênticas constituições”<sup>43</sup> Esta autonomia política, um pouco nítida, não impediu a Revolução americana, rejeitando algumas medidas e princípios políticos e ideológicos que lhes eram impostas pela metrópole. Um conjunto de medidas impopulares, como o aumento de impostos, a rejeição da Monarquia (Forma do Governo Inglês) em defesa de um regime Republicano, oposição à religião Anglicana do Estado, na qual tiveram repercussões directa no actual sistema político americano. O Sistema político americano também foi objecto de estudo levado a cabo por Alexis Tocqueville numa perspectiva comparada com a França, segundo o autor, enquanto nos EUA, constata-se uma descentralização política e administrativa, na França não obstante ter havido uma revolução não contribuiu para uma descentralização política e administrativa como nos EUA.<sup>44</sup>

É importante também frisar que havia uma diferença profunda entre a Inglaterra e o resto da Europa continental durante o período colonial, quanto à organização e o funcionamento do poder político e da sociedade civil. De um lado,

---

<sup>41</sup> WEBER, MAX, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. (sem Local), Courier Dover, 2003

<sup>42</sup> LIPSET, Seymour Martin, *American Exceptionalism: a Double – Edged Sword*, New York London: W.W. Norton & Company, S/D, 293 p

<sup>43</sup> GUEDES, Armando Marques, *Ideologias e Sistemas Políticos*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1984, p. 118

<sup>44</sup> Alexis de Tocqueville, *Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Fragmentos, 1989, 215 p

temos a Inglaterra assente num individualismo liberal estruturante, assente na criação de corpos intermédios entre o poder central e a sociedade civil (descentralização política e administrativa), assente na minimalização do político, indo deste modo ao encontro do pensamento liberal de John Locke.<sup>45</sup> Acabou por Contribuir favoravelmente para uma autonomia progressiva das suas colónias. Do outro lado, tínhamos a Europa continental, concretamente a França, assente numa sociedade bastante aristocrática, centralização do poder político e a maximalização do político, que pouco contribui na descolonização das suas colónias.

Ora bem, as análises de Putnam e Lipset, também são aplicáveis em África. Conforme tínhamos dito num dos parágrafos anteriores, uma das causas do subdesenvolvimento em África, tem uma ligação directa com o próprio processo de descolonização. Uma colonização na maior parte dos casos bastantes repressivas que culminou com a criação de movimentos nacionalistas bastantes agressivos, obtendo a independência por via da luta armada.

Por outro lado, não podemos esquecer que estes movimentos foram apoiados por algumas potências estrangeiras, nomeadamente a União Soviética. Foi precisamente desta ingerência, aliada embora a outros factores, que surgiu o “*Socialismo Africano*”, fomentando a criação dos Estados de cariz marxista, com o partido único onde muitas vezes o partido se confunde com o Estado<sup>46</sup>. Os resultados foram bastante negativos na criação de muitos Estados, acusando um grande défice no funcionamento das instituições, como salienta Ramiro Monteiro, “Após as independências das colónias (e face á insuficiência, nos jovens países, de estruturas, de quadros, e á própria conjuntura desfavorável ao Ocidente), a então URSS preocupou-se em ajudar á instalação nestes países de governos frágeis de modo a poder controlá-los ou a substituí-los por outros de

---

<sup>45</sup> John Locke, *Two Treatises of Government*, London, J. M. Dent, 1978, pp. 164-178

<sup>46</sup> Com a emergência de novos Estados em África na sequência da descolonização em África, deu lugar sem precedentes de Estados autoritários e totalitários, onde os seus líderes defendiam que era o modelo político mais viável para o continente, devido a complexidade das características sociais do contingente, como por exemplo as questões tribais, opondo categoricamente a existência de democracia liberal. Chegavam a empregar o cunho de “Socialismo africano”, os seus defensores máximos foram: o Economista Francês François Perrux, é considerado o fundador do socialismo dito Africano, que posteriormente passou a ter vários defensores de entre os quais se destacaram: Ben Bella na Argélia, Lumumba no Congo- Kinshasa, N’ Krumah no Gana, Modibo Keita no Mali e Sékou Touré na Guiné-Conacri. Também o cunho “Socialismo africano” os seus defensores argumentavam, que era uma forma de rejeção do Capitalismo e do Sovietismo”, consideravam um modelo político original para Africa, mas é certo que este modelo foi completamente influenciado pelo Socialismo do modelo Soviético. Curiosamente como observa Maurice Duverger, o Socialismo expandiu-se, nos países semi-industrializados e em vias de desenvolvimento, não tendo deste modo lugar de destaque nos países sobredesenvolvidos, Maurice Duverger, *Os Grandes Sistemas Políticos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985, p. 411



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

obediência marxista (...).”<sup>47</sup> Isto contribuiu para as profundas instabilidades políticas e sociais no continente africano, tornada mais profunda pela configuração estrutural das sociedades. Os factores mais relevantes desta configuração são, no nosso entender, a falta de elites políticas com preparação suficiente para dar respostas aos reais problemas destas sociedades, caracterizadas pelas grandes divisões étnicas ou tribais, as elevadas taxas de analfabetismo, a falta dos bens nomeadamente os da primeira necessidade e a forte expansão demográfica. Todos estes factores estiveram por detrás dos vários conflitos internos, que acabaram por destruir uma grande parte das infra-estruturas, acentuar a violação sistemática dos direitos humanos e determinar implicações negativas no que tange à geografia humana em resultado da criação dos campos de refugiados.

A questão do “*centralismo democrático*” em África, teve consequências idênticas ao Sul da Itália,<sup>48</sup> foi bastante favorável à corrupção e um grande distanciamento da sociedade civil em relação ao Estado, onde muitas vezes a política é vista como uma forma do enriquecimento rápido e ilícito, pondo em causa os valores fundamentais de uma sociedade, como o mérito, igualdade de oportunidades e uma política social adequada e justa através da política de redistribuição de rendimentos, de emprego e acesso à educação, em fim o funcionamento de uma sociedade justa e equilibrada, tal como é defendido pelos teóricos clássicos da justiça, Jonh Rawls<sup>49</sup> e Aristóteles<sup>50</sup>.

Afastando um pouco da perspectiva de análises, centrando-nos na abordagem interna dos Estados africanos, há que encontrar o paradigma do desenvolvimento seguindo a lógica da Nova Ordem Económica Internacional.

A Nova Ordem Internacional, ultrapassou aquele período conturbado instaurado no período pós Segunda Guerra Mundial, marcada pelas preocupações em torno de segurança e defesa, para uma ordem em que questões como a economia

---

<sup>47</sup> Ramiro Ladeiro Monteiro, *A África na política de cooperação Europeia*, Lisboa: ISCSP, 2001, 2ª edição, pp. 28-29

<sup>48</sup> Queremos chamar atenção que não pretendemos fazer uma análise política comparada entre os dois casos, uma vez que Putnan estabelece uma comparação entre as diferentes regiões italianas enquanto que nós estamos a debater a realidade africana de uma forma genérica.

<sup>49</sup> Jonh Rawls, *A theory of justice*, Oxford, Clarendon Press, 1972

<sup>50</sup> Aristóteles, *Ética a Nicomaco*, Livro V

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

política internacional, cooperação internacional e integração regional passaram a dominar os debates e fóruns internacionais.<sup>51</sup>

A África ainda não conseguiu acompanhar este novo paradigma, como por exemplo em matéria de integração regional, vários factores tem atrasado a consolidação de blocos económicos regionais no continente africano, tais como a falta de confiança inter-Estados, e “ a falta de vontade política dos governos africanos, explica para muitos analistas, grande parte da morosidade do processo de integração na África Ocidental e Oriental.”<sup>52</sup>

Ao contrário da integração regional na Europa com a União Europeia e a relevância do Mercosul no contexto do mercado Sul americano em que estão a ser bem sucedidos, em África os progressos ainda são bastantes modestos. Das organizações de integrações regionais existentes (CEDAO, SADEC, NEPAD), tem uma fraca projecção internacional e pouco tem contribuído para o desenvolvimento local das respectivas regiões.

Apesar de a integração económica regional neste continente ser algo de grande valia perante a exiguidade dos mercados nacionais, e caso a tal integração venha a ser bem sucedida, poderia ser um passo decisivo na criação de potências regionais e uma inversão da dinâmica da Economia Mundial caracterizada pela disparidade de desenvolvimento entre o Norte e Sul. Ainda está longe de alcançar esta integração económica bem sucedida.

Como podemos observar o défice em matéria de integração regional, não se coloca apenas no plano económico, mas também a nível político. Por exemplo, a União Africana substitui a antiga Organização da Unidade Africana, inspirando no modelo político da União Europeia<sup>53</sup>, mas ainda persiste-se uma incapacidade de proceder-se uma integração política assaz e que por sua vez possa viabilizar uma integração económica

---

<sup>51</sup> Sobre a questão da integração, no que se refere às Organizações internacionais, SOHN, Louis B, *International Organization and Integration: Annotated Basic Documents of International Organizations and Arrangements*, Haia, Edição de Martinus Nijhoff, 1986 pp. 5-726

<sup>52</sup> TORRES, Adelino, *Integração Regional em África e Multilateralismo: integração regional versus GATT?* [Texto apresentado como comunicação ao I encontro de Economistas de Língua Portuguesa, realizado na Faculdade da Economia do Porto ente 5 e 8 de Abril de 1993]. Lisboa: Cesa, 1993, p.23

<sup>53</sup> A União Europeia apesar de ser um dos exemplos mais pragmáticos no mundo no concerne à integração regional, também apresenta as suas limitações na integração política, por isso, até agora mostrou-se mais como uma potência económica do que uma potência política.

A integração económica regional é fundamental no processo do desenvolvimento do continente africano, embora não tenha ainda obtido resultados significativos. Quanto à dinâmica do desenvolvimento internacional, na era da globalização económica, subscrevemos a tese de Adelino de Torres, defendendo “(...) que o continente africano deverá reforçar a vertente da integração regional, sem nunca perder de vista a sua inclusão nas correntes comerciais da economia mundial.”<sup>54</sup> Isto quer dizer que a cooperação económica internacional, sobretudo por via do multilateralismo, apesar de ser susceptíveis a muitas críticas, vindo sobretudo das esquerdas marxistas, é a melhor solução para África.

A partir destas análises da realidade africana pós colonial, quer ao nível do funcionamento interno de cada Estado quer numa dimensão regional vem demonstrando, de uma certa forma, que muitos dos problemas coloniais tiveram repercussões negativas no período pós colonial; mas também vem demonstrando, que muitos dos problemas que afectam o desenvolvimento daquele continente, foram e ainda continuam a ser protagonizadas, pelas respectivas elites governamentais locais. Esta é, por exemplo, a leitura que Nuno Manalvo faz: “Mas o tamanho da sua beleza só tem equiparação com o tamanho do seu infortúnio. Vítima de diferentes conjunturas históricas, internacionais, desde as vocações imperiais de alguns Estados Europeus, passando pelas lutas de blocos na Guerra fria, os últimos séculos condenaram todo um continente á guerra, á miséria e á destruição, numa culpa colectiva a que não pode ficar alheia a participação de muitos dos seus próprios líderes políticos”<sup>55</sup>. Por isso não é novidade para ninguém a relação entre colonização e o subdesenvolvimento, mas também temos que ter uma percepção clara que é uma realidade do passado evitando um discurso centralizado nas antigas metrópoles, muitas vezes com o intuito de justificar os fracassos das incompetências governamentais e das corrupções locais.

Mia Couto, vai mais longe na sua opinião, ao considerar que “ O colonialismo foi outro desastre cuja dimensão humana não pode ser aligeirada. Mas tal como a escravatura, também na dominação colonial houve mão de dentro. Diversas elites africanas foram coniventes e beneficiárias desse fenómeno histórico (...) creio que a história oficial do nosso continente foi sujeita a várias falsificações (...) É importante

---

<sup>54</sup> Adelino Torres, *Integração Regional em África e multilateralismo*. p. 5

<sup>55</sup> Nuno Manalvo, *Carlos Veiga (Biografia Política): O Rosto da Mudança em Cabo Verde*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009, p.7. Estamos a citar na nota introdutório do Livro, onde o autor faz um breve contextualização da realidade política Africana.

fazer nova luz sobre o passado, porque o que se passa hoje nos nossos países não é mais do que a actualização de convívios antigas entre a mão de dentro e a mão de fora”.<sup>56</sup>

A propósito desta questão das lideranças e governações locais, já alguns autores chegam a empregar a expressão “ *Colonialismo Interno*” é uma expressão muito forte para ser utilizado neste contexto e no pleno século XXI, mas a aproximação a esta realidade é uma evidência.

Para o autor Casanova Pablo González “ a definição do colonialismo interno está originalmente ligado a fenómenos de conquista, em que as populações de nativos exterminados e foram parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o Socialismo, ou de *recolonização* e regresso ao capitalismo neoliberal.”<sup>57</sup> O autor alude alguns exemplos concretos, para mostrar que em muitas destas sociedades, acontecem situações semelhantes às que acontecia durante a “colonização externa”: situações de desigualdades frente as elites das etnias dominantes e das classes que as integram; administração e responsabilidade jurídico-política nas mãos das etnias dominantes, das burguesias e oligarquias do governo central; a exclusão dos habitantes no que concerne á participação nos mais altos cargos políticos e militares do governo central.<sup>58</sup>

Os exemplos acima supracitados, constituem o paradigma de governação de maioria dos Estados africanos, na verdade os seus povos libertaram-se da opressão do colonialismo levado a cabo pela Europa, para serem sujeitos á opressão dos seus próprios líderes governamentais. Situações essas, que são consumados, pela inexistência da democratização nesses países em detrimento de regimes autoritários e totalitários, fomentando a existência de pequenas elites governamentais corruptas, enquanto a maioria das populações se mantêm em situações de pobreza extremas. Estas elites muitas vezes são incontestadas, pelas populações locais com medo de represálias, uma vez que as liberdades de expressões são praticamente inexistentes, são exemplos de inúmeros casos de repressão violenta.

Também é um dado adquirido, do peso étnico na criação de governos locais, existem muitos casos em que os governos provêm de uma determinada etnia, ou seja, a

---

<sup>56</sup> Mia Couto, *Pensatempos: Textos de opinião*, Maputo, Ndjira, 2005, pp. 13-14

<sup>57</sup> Casanova Pablo González, *Colonialismo (uma redefinição): a teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, Sabrinha, 2007, p.3

<sup>58</sup> Casanova Pablo González, op, cit, p. 3

etnia transformou-se como principal via de acesso ao poder e do controlo Estatal sobre os recursos,<sup>59</sup> constituindo grandes ameaças para as outras, chegando mesmo a haver situações de perseguições étnicas. Esta situação faz-nos lembrar de um pequeno trabalho de investigação, que levamos a cabo na disciplina de Teoria da Democracia, no programa de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, que se intitulava “ O Regime Político guineense.” o trabalho centrava-se num estudo aprofundado de transição política naquele país nos anos 90 e a sua evolução. Uma das primeiras conclusões da investigação, a que chegamos era de que as divisões étnicas, tinha um impacto negativo, na consolidação da democracia naquele país, o que também justificava a existência de muitas instabilidades políticas e sociais.

A propósito desta investigação, chegamos a ter informações relevantes, nomeadamente a forte tendência para a criação de um governo étnico. Aconteceu isso durante a governação chefiada por Kumba Yalá, que foi acusado de “*Balantização*”, tendo em conta, que ele pertence a uma etnia maioritária da população guineense, a Etnia *Balanta*, que na altura constituía 40% da população. No caso guineense, alguns autores advertem que, mesmo no decorrer das campanhas eleitorais, os candidatos proferem discursos de carácter étnico-eleitorais: “No fim da segunda volta das presidenciais, agitando os 40% de *Balantas* existentes na Guiné - Bissau, Koumba Yalá afirma que não haverá lugar para novas situações como a de Paulo Correia – um dos militantes do PAIGC dessa etnia, morto em 1985, acusado de tentativa de golpe de Estado.”<sup>60</sup>

Já o nosso entrevistado, um cidadão guineense, refuta a tese acima supracitada: “Kumba Yalá, no acto das campanhas apesar de pertencer uma etnia que possui uma maior percentagem na população (etnia *Balanta*), ele nem se quer se preocupa em ir as regiões onde existe maior parte destas etnias, porque ele já sabe *a priori* que os votos já estão garantidos, talvez ele vai procurar votos em outras etnias, tendo em conta que a etnia *Balanta* apesar de ser maior de que as outras etnias não é maior parte da população, ou seja, que dá para vencer uma eleição.”<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> CASTELLS, Manuel, *The Information Age: Economy, Society And Culture, Volume III, End of Millenium*, Oxford, Blackwell, 1998, P. 107

<sup>60</sup> RODRIGUES, Luís Barbosa, *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999 p.124

<sup>61</sup> Trecho de uma entrevista, que nos foi concedido por André, no dia 04 de Fevereiro de 2007, na sala 04 da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa.

Ambas as teses foram conclusivas para a nossa investigação na altura, se eram os candidatos a cargos políticos na Guiné-Bissau que fazem discursos de carácter étnico-eleitorais, no acto das campanhas ou se são os cidadãos que se preocupam em eleger candidatos da sua etnia, nenhum destes contribui para uma verdadeira democracia, deixando a nu, que a etnia prevalece sobre a unidade e interesses nacionais. Analisando com atenção este fenómeno no processo político guineense e voltando a questão da chamada “*colonização interna*”, coloca-se a seguinte questão, perante um governo predominantemente da etnia *Balanta*, o quê que aconteceria com as etnias minoritárias? São situações deste tipo, bastante complexas que infelizmente acontecem em muitos Estados africanos.<sup>62</sup>

Com esta abordagem geral queremos dizer que existem vários factores, que constituem obstáculos sérios ao desenvolvimento do Continente Africano, que vamos tratar de seguida.

### **1.5. Factores que obstaculizam o processo de desenvolvimento do Continente africano:**

#### **a) A falta do capital humano**

Um dos grandes problemas com que o continente Africano se depara, é a falta do capital humano, ou seja, “é a debilidade da base cultural da sociedade.”<sup>63</sup>

Uma das razões que costumam ser apontadas é a herança colonial, durante a colonização as autoridades coloniais não investiram muito na educação nestes territórios, aliás com a descolonização regressaram às metrópoles os quadros mais importantes que existiam nestes territórios, tendo em conta a retirada das principais empresas e instituições importantes que geravam o emprego.

Com a falta de infra-estruturas educativas e quadros qualificados no sentido de proporcionarem o desenvolvimento da educação sobretudo a nível superior, os novos governos sentiram a necessidade de estabelecerem cooperações internacionais para o envio dos seus jovens para se formarem nas universidades internacionais, com destaque particular para as antigas metrópoles, mas que muitas vezes não tem tido resultados

---

<sup>62</sup> Ver o Trabalho de investigação, TAVARES, Adilson, *O Regime Político Guineense (1994 -2008)*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Teoria da Democracia, sob a orientação do Professor, Tiago Fernandes, Lisboa, FCSH- UNL, 2008, publicado em [http://www.didinho.org/Regime\\_Politico\\_Guineense\\_1994-2008\\_\[1\].pdf](http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guineense_1994-2008_[1].pdf) p.p. 16 - 19

<sup>63</sup> Ramiro Ladeiro Monteiro, *A África na Política de Cooperação Europeia*, p.57

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

positivos para os novos Estados, uma vez que muitos dos quadros formados não regressam aos países de origem, por questões de instabilidades políticas e sociais, ou porque não se sentem bem promovidos e integrados profissionalmente em relação às ofertas de empregos muitas vezes aliciantes nos países de formação.

A falta de quadros qualificados, tem sido a causa principal do recrutamento das elites políticas não devidamente preparadas para implementarem políticas públicas adequadas às realidades sociais dos respectivos espaços. Em matéria do recrutamento das elites políticas, queremos acrescentar que a realidade africana é totalmente diferente em relação aos países desenvolvidos. Numa perspectiva comparada, é de salientar que nestes há cada vez mais tendências para a tecnocracia, com formação de governos tecnocratas onde se recorre mais às credenciais académicas utilizadas como requisitos de cargo ministerial em determinados ministérios chaves do governo. Por esta via o recrutamento centra-se sobretudo no meio universitário, a título de exemplo, Portugal que é um país que nem se quer tem um nível de desenvolvimento idêntico aos países nórdicos, consta-se que maioria dos membros do governo nas sucessivas legislaturas são docentes universitários ou pessoas ligadas a profissões liberais como os advogados.<sup>64</sup>

Contrariamente, em África nem sempre as credencias académicas, constituem os requisitos para o exercício de cargos políticos de grandes responsabilidades, há muitos casos em que o poder político é bastante militarizado, devido a participação significativa dos militares no exercício do poder político, bem como pessoas que não preenchem requisitos mínimos porque não tem nenhuma formação académica.

Por outro lado esta falta do capital humano tem sido incapaz de gerar riquezas, mesmo nos países onde existe abundância de matérias-primas, porque tem sido incapaz de promover a transformação das suas matérias-primas no valor acrescentado. Como afirma António Rebelo de Sousa, “ o critério da comparação entre os recursos aproveitados e o potencial dos recursos existentes apresenta algumas limitações”<sup>65</sup>, o autor continua, dizendo que uma destas limitações radica no facto de existirem países que se caracterizam por uma fraca existência de recursos naturais, mas que são desenvolvidas, pelo facto de poderem importar capital do exterior e ao mesmo tempo

---

<sup>64</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de, António Costa Pinto, Nancy Bermeo (organizadores), *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial 1850 -2000*, Lisboa: ICS, 1ª edição, 2006, p. 41

<sup>65</sup> António Rebelo de Sousa, *Da Teoria Económica à Teoria do Desenvolvimento*, pp. 36-37

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

dispor de mão-de-obra qualificada, ou poderá ainda comprar matérias-primas do exterior. A análise é correcta e a realidade em si no-lo demonstra, mas o certo é que no continente africano na sua generalidade, uma das principais causas do subdesenvolvimento, é a falta de aproveitamento do potencial de recursos existentes em razão do défice do tal capital humano suficiente para os explorar e transformar em valor acrescentado.

Neste caso queremos ainda salientar que o capital humano, a que insistentemente estamos a fazer referência, não se reduz necessariamente ou somente aos números de quadros qualificados, mas há que levar em conta o número de quadros qualificados em determinadas áreas prioritárias para o desenvolvimento, áreas das ciências, das engenharias, economia e gestão.

Em matéria de qualificação de recursos humanos, sobretudo nas áreas acima mencionadas, a política educativa de envio de estudantes para se formarem e especializarem-se nas universidades estrangeiras, é altamente vantajosa ao desenvolvimento do continente africano, claro, desde que os quadros qualificados retornam aos países de origem e forem devidamente aproveitados. Os governantes africanos, tem que terem a consciência da dimensão da política externa no que concerne a qualificação dos recursos humanos. Só assim estes estudantes ao frequentarem grandes instituições universitárias, sobretudo nas áreas prioritárias para o desenvolvimento, ao regressarem aos respectivos países de origem, levam consigo conhecimentos e experiências inovadoras, que aplicados no campo profissional ou académico, irão dar grande contributo para o desenvolvimento. Este argumento, que também é defendido por Sara Gonçalves numa investigação bem aprofundada, “que o estudo nas universidades dos países desenvolvidos permite aos estudantes adquirir conhecimentos e capacidades que contribuem para o desenvolvimento económico, tecnológico, político e social dos seus países de origem, quando eles regressam”<sup>66</sup>, o problema de fundo que se coloca é o retorno definitivo destes quadros, uma vez que na maioria dos casos acabam por serem absorvidos nos países de formação ou emigram para outros países. Aos responsáveis políticos africanos, cabe a tarefa criarem condições atractivas que proporcionem o retorno dos quadros, após a conclusão dos estudos, ou também um maior empenho no reforço da qualidade do ensino superior local, no que

---

<sup>66</sup>Sandra Marisa Martins Ramos Gonçalves, *A política educativa do envio de estudantes para instituições de ensino externas como estratégia de desenvolvimento: O caso Africano*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentado no ISEG, 2005. p. 15



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

concerne às ofertas educativas, tendo a percepção clara que muitos alunos ao optar por estudar num país estrangeiro procuram melhor qualidade de ensino, que no país de origem não podem usufruir.

O problema da educação, porém, não se coloca apenas a nível superior, mas também ao nível básico e secundário. A taxa de analfabetismo é ainda exorbitante em grande parte das sociedades africanas, com reflexos directos na interiorização da cultura política democrática, nas razões para muitos conflitos. Quanto á questão do analfabetismo se associam a outros factores como os étnicos e religiosas e a propagação de muitas doenças como o VIH-Sida, que constituem características intrínsecas do continente africano, os problemas são ainda mais gravosos e complexos.

A Sida em si já é um grande problema para o continente, os indicadores de prevalência são preocupantes, em termos regionais os valores mais elevados registam-se na África Subsariana<sup>67</sup>, com uma maior incidência na África Austral (África do Sul, Moçambique, Zimbabwe).<sup>68</sup> O seu impacto no processo do desenvolvimento é relevante, não só por causa dos elevados custos no que concerne a sua erradicação, através das medidas preventivas, o tratamento das pessoas infectadas, o empobrecimento do número significativo das famílias, quando atingem os principais responsáveis nomeadamente os pais que acabam por deixar muitas crianças e jovens em situações de orfandade. Compete ao Estado e às diversas instituições privadas de solidariedade zelarem pela garantia da educação e alimentação dessas crianças e jovens. Mas também o grande impacto no sector educativo, com redução substancial dos efectivos com destaque para os docentes, devido a aumento da prevalência dos seropositivos e doenças de SIDA no respectivo sector, vem agravando cada vez mais a fragilidade do ensino nestes países: “The absenteeism of teachers from school and ultimately their deaths affect the teaching re-sources available. Teachers who are infected with the HIV virus may try to transfer to another area or, once visibly ill, may disappear. Other teachers may also want to transfer out of heavily affected areas or may refuse to be posted to them, thus decreasing the number of teachers available in the region<sup>69</sup> “.

---

<sup>67</sup> Ver estimativas do ano de 2005, da distribuição da prevalência do HIV/SIDA por região, na tabela 1

<sup>68</sup> *Securing Our Future, Report of the Commission on HIV/ AIDS and governance in Africa: An initiative of the Secretary – General of the United Nation*, June, 2008, p.3

<sup>69</sup> *United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division The Impact of AID: The Impact of AIDS*, p.69

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Só no ano de 1999, registaram -se os seguintes dados de números de crianças por países que perderam os seus professores por causa da infecção do HIV/SIDA: África do Sul (100 000), Quênia (95,000), Zimbabwe (86 000), Nigéria (85 000), Uganda (81 000), Zâmbia (56 000), Malawi (52 000), Etiópia (51 000), Republica da Tanzânia (49 000), Republica Democrática do Congo (27 000)<sup>70</sup>.

**Tabela 1 – HIV and Region, 2005**

Region	Prevalence(% of adults with or AIDS	Number of adults and children living with HIV or AIDS
World	1,0	38,600,000
Sub-Saharan Africa	6,1	24,500,000
Caribbean	1,6	330
Eastern Europe/Central Asia	0,8	1,500,000
North America	0,6	1,300,000
South/Southeast Asia	0,6	7,600,000
Latin America	0,5	1,600,000
Oceania	0,3	78
Western/Central Europe	0,3	720
North Africa/Middle East	0,2	440
East Asia	0,1	680

Fonte: UNAIDS, 2006 *Report on the Global AIDS Epidemic* (2006)

De modo geral, a qualificação dos recursos humanos constitui um elemento fulcral que permite um maior competitividade internacional dos estados nos mais variados domínios, nomeadamente a questão do acesso a informação através do uso de novas tecnologias com o advento da modernidade, a capacidade de um Estado tirar bons proveitos nas negociações internacionais. A propósito da questão do acesso á informação, a África ainda está à quem das expectativas, a maior parte das pessoas não tem acesso á internet, aos jornais diários entre outros meios de comunicação fundamentais, que proporcionem o conhecimento a inovação e a globalização da sociedade de informação, como defende Manuel Castells.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> UNICEF, *the Progress of Nations*. New York, 2000

<sup>71</sup> Manuel Castells, *The Information Age: Economy, Society And Culture, Volume III, End of Millennium*, Oxford, Blackwell, 1998, p. 92

## **b)Demografia**

“Para além dos progressos científicos e tecnológicos, da mundialização da economia, do naufrágio dos valores tradicionais, das guerras, das revoluções e dos genocídios, o que dá grande originalidade ao século XX é a fantástica multiplicação do número de pessoas, ao mesmo tempo causa e consequência das mudanças.”<sup>72</sup> O curioso é que o crescimento populacional foi bastante desigual, a expansão demográfica teve maior incidência nos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente na América latina com destaque para Brasil, no continente Africano, sudeste da Ásia. No século XXI essa realidade mantém-se, embora os demógrafos estejam a prever o decréscimo da população nestas regiões, devido ao impacto do VIH-Sida.

Sem duvida uma das causas do subdesenvolvimento em África, é a discrepância entre o crescimento populacional e os recursos económicos e naturais capaz de sustentar estas populações. Poder-se-á aplicar a tese *maltusiana*: enquanto a população cresce segundo uma progressão geométrica, os alimentos crescem segundo a progressão aritmética<sup>73</sup>. O continente africano representa esta realidade, um elevado crescimento populacional que não acompanha o desenvolvimento económico, causando muitas vezes violentos conflitos nas disputas pelos recursos existentes,<sup>74</sup> às fomes e por conseguinte a emigração em larga escala das populações nomeadamente para os países desenvolvidos da Europa e da América, “vêm assim na migração um modo de escapar tanto á pobreza como á violência.”<sup>75</sup>

A Europa depara-se com grandes problemas em torno da demografia, devido à baixa taxa de natalidade, apresentando neste momento uma população envelhecida, levando os governos a implementarem políticas natalistas, através de benefícios e incentivos às pessoas no sentido de terem mais filhos, de forma a rejuvenescer a população, mesmo assim sem resultados práticos, porque os casais tem cada vez menos filhos e as projecções demográficas apontam para uma continuidade desta tendência, “um dos desafios que no futuro próximo, se coloca á Europa é o demográfico. A

---

<sup>72</sup> DUPÂQUIER, JACQUES, *A População Mundial no Século XX*, Lisboa, Instituto Piaget, S/D, p.9

<sup>73</sup>Para maior aprofundamento sobre teoria Malthusiana ver, NAZARETH, J. Manuel, *Demografia – A Ciência da População*, Lisboa, Editorial Presença, 1ªedição 2004, pp. 26-40

<sup>74</sup> EHRLICH, Paul R., Anne H. Ehrlich, *Population, resources, environment :issues in human ecology*, San Francisco, W. H Freeman, 1972, pp. 425-427; TODARO, Michael P, *Economic Development*, op. cit., pp. 191-213

<sup>75</sup>CASTLES, Stephen, *Globalização, Transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa, Fim de Século, 2005, p.8

continuidade do processo do envelhecimento é a comum a generalidade das regiões Europeias, embora apresentando intensidade diferenciadas consoante os diferentes territórios.<sup>76</sup> Perante estes desafios por parte dos governos Europeus, há muito que a imigração, têm sido considerada como alternativa, para colmatar a falta de mão-de-obra e da diminuição do impacto da baixa taxa de fecundidade, por isso que as políticas demográficas de imigração, tem suscitado debates, em relação ao seu impacto nas sociedades Europeias.

Já no continente africano a realidade é oposta. Apesar das famílias serem mais pobres tem maior números de filhos, empobrecendo cada vez mais, com a criação das chamadas famílias numerosas, vivendo muitas vezes em condições pouco humanas, quer do ponto de vista habitacional e alimentar, bem como do acesso á educação. De acordo com o relatório de 2008 do Departamento de Referência da População (EUA), citado pelo Jornal Publico, no ano de 2050, a África representará 21% dos habitantes mundiais, ainda de acordo com aquele relatório, enquanto os Europeus optam por ter um ou dois filhos, os africanos subsarianos têm cinco e os asiáticos entre dois ou três.<sup>77</sup>

Tem-se envidado esforços por parte dos responsáveis locais, das diferentes organizações não governamentais, na divulgação de informações, junto dos jovens e adultos em idades reprodutiva no que tange ao planeamento familiar, combate á gravidez indesejada, a distribuição de métodos contraceptivos na maioria dos casos gratuitamente, mas que mesmo assim não conseguiram diminuir o impacto da explosão demográfica no continente.

É de salientar que em África se regista a mais baixa taxa de uso de métodos contraceptivos em relação aos outros continentes, como por exemplo o uso do preservativo. Vários factores condicionam a este fraco uso de métodos contraceptivos, tem a ver com os valores religiosos e morais, consistindo na rejeição da modernidade, ao não aceitarem as “influências ocidentais”, ao professarem determinadas crenças. Por outro lado tem a ver com a própria questão da escolarização, as pessoas menos letradas, são as que mais rejeitam o advento da modernidade, por isso, são os que também menos usam os métodos contraceptivos.

---

<sup>76</sup> COSTA, Nuno Marques da, *A evolução demográfica na Europa: uma visão nos próximos 50 anos*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras, apresentado pelo autor, no X Colóquio Ibérico de Geografia, realizada na Universidade de Évora, 22- 24 de Setembro de 2005

<sup>77</sup> Departamento de Referência da População (EUA), citado pelo Publico, 20 de Agosto de 2008

### **c) Corrupção, lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder**

“That corruption adversely impedes development is no longer an issue of debate. Cross-country empirical work has confirmed its negative impact on institutions, growth and productivity, policy process, property rights, and consequently, development. In several African countries, the effects of corruption have translated in to political instability, frequent regime changes, and unstable economic investment environment.”<sup>78</sup> Isto caracteriza a verdadeira essência do processo político africano, como salientamos numa das alíneas anteriores, uma grande parte das descolonizações dos Estados africanos deu-se por via da luta armada, o que não favoreceu a criação das instituições democráticas, pelo contrário favoreceu a criação de movimentos nacionalistas rivais, no interior de cada um destes Estados, que protagonizaram diversos conflitos internos com grandes dimensões nacionais e internacionais.

É de salientar que mesmo no decorrer das lutas anticoloniais, muitos destes movimentos lutavam mas entre si do que contra os poderes coloniais, e no período pós colonial, estas rivalidades tiveram a sua continuidade, traduzidas em muitas guerras civis, tais como o caso de Angola onde os três partidos políticos (MPLA, FNLA, UNITA), protagonizaram vinte cinco anos de guerra civil, destruindo praticamente todas as infra-estruturas<sup>79</sup>, o caso de Moçambique em que os dois partidos (FRELIMO e a RENAMO), protagonizaram vários anos de guerra civil<sup>80</sup>, o caso da Guiné-Bissau que intensificou muitas rivalidades entre os cabo-verdianos e os guineenses na qual teve o seu clímax com o golpe de Estado de catorze de Novembro de 1980, liderado por então Primeiro-ministro João Bernardo Vieira, pondo fim a unidade política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta ruptura política, porém, não impediu, as sucessivas lutas pelo poder em Guiné-Bissau, através dos vários golpes de Estado bem como os assassinatos políticos, inclusive uma grande guerra civil com derramamentos de sangue. Estes constituem exemplos de inúmeros casos de luta pelo poder no continente africano.<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup>KPUNDEN, Sahr J., Corruption and corruption control in BOADI, E. Gyimah, *Democracy, Reform in Africa: The quality of progress*, London, Linne Rienner Publishers, 2004.p 12

<sup>79</sup> LARA, António de Sousa, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, ISCSP, 2002, p. 72

<sup>80</sup> CHABAL, Patrick, *History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst, 2002, p.103

<sup>81</sup> Do período pós Segunda Guerra Mundial, até 2008, verificou cerca de 61 golpes de Estado no Continente Africano, e várias tentativas que não foram consumados, o último golpe de Estado registado neste continente teve lugar na Guiné Conakry, no ano de 2008. É de salientar ainda, que houve caos de países, que registou-se mais do que um golpe de Estado neste período de tempo, por exemplo em Burkina-Faso, registou-se cerca de cinco golpes de Estado, Guiné - Bissau, três golpes de Estado.

Grandes têm sido os impactos negativos no processo do desenvolvimento do continente africano, para além das guerras civis e as suas consequências. Consta que os interesses pessoais nomeadamente dos líderes políticos se encontram sempre acima dos interesses nacionais, fazendo com que muitos cheguem ao poder por meios não democráticos e com objectivo de perpetuarem no poder, recorrendo muitas vezes a revisões constitucionais de forma a concretizar este objectivo. O impacto provocado por estas instabilidades políticas e governamentais contribui para o enfraquecimento económico continente. A mudança de sucessivos governos, como já referimos, em muitos casos é de uma forma não pacífica, nomeadamente através de golpes de Estados e guerras civis, nestes casos opera - se meio violentos nomeadamente através de golpes de Estados e guerras civis. O recurso a meios violentos, nomeadamente golpes de Estados e guerras civis acabam por provocar destruição em larga escala das principais estruturas, estando também na origem de estagnações e recessões económicas. Tendo em conta que nestes momentos a economia praticamente deixam de funcionar, depois dos conflitos sempre terá que se reiniciar o processo de reconstrução política e económica.

Nem sempre as instabilidades governamentais resultam de golpes de Estado e de guerras civis, por vezes tem a ver com própria complexidade das características de uma determinada sociedade política com repercussões nos sistemas partidários e eleitorais dos mesmos. Há casos em que com a implementação de um sistema multipartidário, recorrendo a sistemas eleitorais de representação proporcional, não têm tido eficácia governamental<sup>82</sup>, uma vez que estão na base de governos minoritários, compostos por diferentes forças políticas que coligadas não conseguem entender-se, fazendo com que o governo caia a meio dos mandatos.<sup>83</sup> Na África lusófona um exemplo mais acabado é o caso São-tomense.

Também há uma divergência entre a abordagem politológica e a abordagem económica em torno da alternância do poder governamental. A primeira é sempre a favor de mudanças no sentido de que tal favorece a democracia, por favorecer a rotatividade. A maioria dos economistas, porém, opõe-se a esta tese, considerando que a

---

<sup>82</sup> LIJPHART, Arend, *Democracies: Patterns of Majoritarian and consensus Government in twenty-one countries*, New Haven and London, Yale University Press, 1984, pp. 1- 45

<sup>83</sup> HERMENS, F.A, *Democracy or Anarchy? A Study of Proportional Representation*, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1941; LANCHESTER, Fulco, A Influência dos Sistemas Eleitorais Sobre a Estabilidade Governativa, In CRUZ, Manuel Braga (coordenação), *Sistemas Eleitorais: o Debate Científico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 178 e 181

continuidade de um governo quando esta é relegitimada por via eleitoral, sempre contribui para o progresso económico, por que permite concluir os projectos, que não foram possíveis de concluir no mandato anterior e há uma linha programática de objectivos concretizados e outros que irão ser concretizados sistematicamente, sem que haja interrupções. Advertem que quando acontecem interrupções através de mudanças de governos, muitos dos projectos dos governos anteriores serão abandonados, tudo começa de novo.

No caso africano, a abordagem económica de que continuidades dos mesmos governos por vários mandatos contribuem para a estabilidade e o progresso económico, nunca constitui um paradigma para o desenvolvimento. Porque ali a questão que se coloca, é se dos vários anos que determinados governos estiveram no poder implementaram boas políticas governamentais, nos vários domínios quer no que tange ao combate à pobreza, o equilíbrio das finanças públicas, bem como o esforço da inserção das economias nacionais na economia mundial.<sup>84</sup> A realidade demonstra-nos que não, na maioria dos casos, os resultados foram a má governação, a apropriação dos bens públicos para fins privados das respectivas elites governamentais. O controverso é que a continuidade por muitos anos de um mesmo governo nestes países raramente tem sido de carácter democrático. Não por falta de eleições periódicas ou de partidos políticos, antes pela apropriação indevida dos mecanismos eleitorais e dos procedimentos que têm conduzido os partidos no poder “relegitimarem” os seus mandatos de uma forma corrompida. A falsificação dos resultados eleitorais, o populismo<sup>85</sup> ou implantação de medo nas populações fazendo com estes mudem os seus comportamentos eleitorais são alguns dos exemplos. Isto remete-nos para o que Manuel Proença Carvalho atribui o nome de “*Democracia de Fachada*”<sup>86</sup>, que significa a

---

<sup>84</sup>ENGLEBERT, Pierre, *State Legitimacy and Development in Africa*, London, Lynne Rienner Publishers, 2002, pp. 173 – 205. Este grande estudioso da política africana, tenta encontrar as causas da estagnação económica e o subdesenvolvimento em África. Para ele há um défice da legitimidade do Estado em África. Comportamentos autoritários pelas elites políticas panfricanistas, com más práticas governativas, que compromete o crescimento e desenvolvimento económico destes Estados, por isso para ele, é ideal que haja uma reforma institucional para que possa verificar um desenvolvimento equilibrado e sustentado do continente.

<sup>85</sup> O populismo assenta-se numa política que se orienta para obtenção do favor popular através de medidas que agradem sobretudo às classes com menor poder económico. Nas sociedades subdesenvolvidas é muito praticada, os governos aproveitam das classes desfavorecidas, oferecendo objectos de baixo valor, obtendo em troca votos, ou conquistando simpatia junto destas pessoas, só que isto tem tido impactos negativos em matéria de boa governação,

<sup>86</sup> Manuel Proença Carvalho, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos Constitucionais*, Lisboa, Quid Júris, 2004, p.104-105

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

existência de partidos políticos, eleições periódicas, mas que nunca o processo eleitoral funciona de forma transparente.

Não obstante aos aspectos acima mencionados, ao longo dos anos tem aparecido algumas teorias, que tentam problematizar o subdesenvolvimento no terceiro mundo enveredando pelas análises dogmáticas e com fortes conotações ideológicas acabando por não apresentarem uma explicação rigorosa nem críticas construtivistas para a problemática do subdesenvolvimento. Um exemplo concreto é a “ Teoria da Dependência”, esta teoria problematiza o subdesenvolvimento ao centrar as suas análises exclusivamente na crítica ao Capitalismo, quer a nível interno dos Estados, como a nível internacional, considerado os países desenvolvidos como os principais responsáveis pelo subdesenvolvimento do terceiro mundo, isentando os líderes ou responsáveis locais de qualquer responsabilidade.

É verdade, que os países do terceiro mundo são os principais exportadores de matérias-primas, para os países desenvolvidos e os grandes importadores dos produtos manufacturados muitas vezes a custos elevadíssimos.<sup>87</sup> Também é certo que o terceiro mundo se encontram à margem das principais decisões políticas e económicas internacionais, mas por si só não constituem causas exclusivas do subdesenvolvimento, há que atribuir também as responsabilidades internas de cada Estado perante o fenómeno do subdesenvolvimento. Os teóricos da dependência não costumam fazer referências às corrupções internas, traduzida na má governação local, na falta de transparência na gestão dos fundos públicos, das ajudas externas ao desenvolvimento, dos empréstimos internacionais, causando endividamento externo excessivo sem que haja qualquer investimento que proporcione um desenvolvimento equilibrado e sustentado.

É evidente, que perante estas circunstâncias os países desenvolvidos podem tirar proveitos económicos das relações com o terceiro mundo, sobretudo em matéria de transacções comerciais poucos transparentes, perante a uma grande deficiência no que tange a fiscalização política e administrativa interna, se levamos em conta a própria característica do aparelho Estadual, na maioria dos casos bastantes hierarquizados

---

<sup>87</sup> SALVADOR, Allende, Discurso na Universidade de Guadalajara, 2 de Dezembro de 1972, in “ SALVADOR, Allende, Oliver Told, Fernando H. Cardoso, *Imperialismo e dependência*/D Mondar editores, p.15. Ainda sobre a Teoria da Dependência ver, CARDOSO, Fernando Henrique, Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979



favorecendo a corrupção generalizada. Ainda quanto às teorias de Dependência, de cujas análises discordamos na sua maioria, não podemos deixar de fazer referência ao seu expoente máximo em África, já que estamos a problematizar o desenvolvimento em África. Estamos a referir a figura de Samir Amim, que tem publicado diversas obras em relação á temática.

O autor tal como os teóricos da Dependência Sul-americanos já citados, também envereda para o mesmo discurso radical e dogmático em oposição aos países ocidentais imputando-lhes total responsabilidade pelo subdesenvolvimento das nações menos desenvolvidas. Já numa obra datada de 1974, na altura que ainda constituíam uma fase primordial ou início da independência de um número significativo de Estados africanos, chega a fazer algumas análises, que nos parecem bastantes contraditórios. Vejamos a título de exemplo o que o autor alude em relação a explosão demográfica e os seus impactos: “ A explosão demográfica do terceiro mundo constitui a expressão de maturidade do mesmo, quer dizer da sua exigência de desenvolvimento, assim como revela a contradição entre esta exigência e os efeitos do sistema radical. A marginalização é a manifestação desta contradição, deve ser referida ao modelo de desenvolvimento extrovertido dependente e não da explosão demográfica.”<sup>88</sup> Apesar desta obra<sup>89</sup> ter sido publicado há mais de três décadas atrás, ainda estes argumentos são frequentemente utilizados para justificar o subdesenvolvimento das nações em vias de desenvolvimento, não obstante estas teses terem caído num certo descrédito, por não poderem responder algumas questões relativamente a mudança interna de alguns Estados (que na linguagem deles, designam do Sul), como por exemplo porquê que a África do Sul conseguiu tornar-se numa potência regional? Ou porquê que um numero significativo dos países asiáticos (que hoje muitas vezes é dominado dos “*Tigres asiáticos*”) viram as suas economias crescerem num ritmo sem precedentes? O curioso é que estas economias regionais, estão em condições de competir no plano económico com as potencias ocidentais como por exemplo a Europa.

O problema destas teorias, não é a incorrecção de todas as suas análises, aliás já evidenciamos alguns aspectos propostos por estes teóricos que são indiscutíveis; o principal problema reside no facto dos seus argumentos se caracterizarem por um

---

<sup>88</sup>Samir Amin, *Capitalismo Periférico e Comercio Internacional: o Desenvolvimento Económico e Social nos Países Capitalista Periféricos*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974, p. 36

<sup>89</sup>Ainda sobre este autor, ver Samir Amin, *L'Imperialisme et le développement inegal*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, 193p

grande pendor marxista, enveredando para um caminho até ao ponto de extremarem as suas ideologias políticas e económicas, caindo num excesso de argumento crítico em relação às potências ocidentais, caindo deste modo nas contradições e perdendo a sua credibilidade científica em matéria de teorias e políticas do desenvolvimento. Por isso a tese de que o “*centro*” desenvolve de uma forma autónoma é auto-suficiente, enquanto que a “*periferia*”, vive numa situação de dependência e subdesenvolvimento, precisa de ser reactualizada, porque os factores que estão por detrás deste subdesenvolvimento, são muito mais complexos, pelo que requer uma análise séria, cuidada e reflexiva, afastando sobretudo do fanatismo político ou ideológico. É crítica que Tony Smith deixa em relação a esta teoria, ao sustentar que a respectiva teoria exagera o seu argumento explicativo do imperialismo económico, ao centrar-se excessivamente o poder dinâmico e transformador do imperialismo capitalista e das forças sócio-económicas associadas a ele localmente, vai mais longe salientando, que a Teoria dá pouca atenção aos motivos políticos subjacentes ao imperialismo ou ao poder autónomo das circunstâncias políticas locais na influência que têm sobre o rumo da mudança em África, Ásia e América Latina.<sup>90</sup>

Por outro lado, acontece que devido a um mau funcionamento interno destes Estados, ou seja, com elevados índices de corrupção, incompetência interna em matéria de governação,<sup>91</sup> acabam por divulgar uma má imagem no plano externo, não conseguindo garantir confiança junto dos parceiros internacionais, em relação a ajuda externa ao desenvolvimento de que podiam beneficiar<sup>92</sup>, dificuldades em contrair empréstimos internacionais, a incapacidade de atrair investimento directo estrangeiro.

Perante estas análises da problematização do desenvolvimento em África, pode - se dizer que neste continente de uma forma geral, com excepção de alguns casos particulares, ainda não estão reunidas as condições mínimas que permitam a condução de uma boa política externa para o desenvolvimento na era da globalização. Primeiro é necessário melhorar as condições internas, só depois tentar alcançar objectivos externos.

---

<sup>90</sup> Tony Smith, «The Logic of Dependency Theory Revisited», in *International Organization*, 35, Outono de 1981, pp.756 – 757.

<sup>91</sup> Sobre a qualidade da governação em África, consultar o site da Mo Ibrahim Foundation, que é uma fundação criada como o objectivo de estimular debate sobre a boa governação em África. Divulgam dados interessantes, na qual permite diferenciar Estados onde há boa governação e Estados onde a Governação é Má. A primeira divulgação de dados sobre a governação em África, aconteceu em 2007.

<sup>92</sup> A condicionalidade da ajuda externa ao desenvolvimento, assenta fundamentalmente numa boa governação por parte dos países receptores, nomeadamente a necessidade destes governos implementarem reformas económicas segundo às exigências da conjuntura económica internacional, nomeadamente a democratização, o respeito pelos direitos humanos.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Aquelas condições não se encontram reunidas enquanto não for ultrapassada a má governação e banida a corrupção que, associadas, contribuem para o neo-colonialismo, permitindo o desvio dos empréstimos para fins que não os do desenvolvimento.<sup>93</sup>

O financiamento externo, nomeadamente através da ajuda ao desenvolvimento, não é tão consensual no meio académico. As posições divergem quanto à sua eficácia e, até, quanto à sua utilidade. João Marques de Almeida, num artigo que publicou no *Diário Económico*,<sup>94</sup> cita o Economista africano, que por sua vez considera que “ se a principal fonte de receita vem do exterior e não das suas populações, os executivos não sentem obrigações perante os seus cidadãos. Ou seja, em termos globais, o resultado das políticas de ajuda foi um fortalecimento executivo do poder central e um enfraquecimento das sociedades civis, que por esta razão os resultados das políticas de ajudas foi o subdesenvolvimento da nação da cidadania em África”, esta análise vem ao encontro do argumento, que já apresentamos, de que o financiamento externo aos Estados constitui, sem dúvida, uma imperatividade, mas o que está em causa é a responsabilidade política por parte destes Estados beneficiários, no que respeita a aplicação destes fundos na execução de políticas governamentais consistentes. No mesmo artigo acima supracitado, sustenta, “ que é fundamental que se dê uma mudança de paradigma: da ajuda ao investimento”.

Já Manuela Franco, refuta esta tal mudança de paradigma: “Ouve-se falar da importância de substituir a ajuda pelo investimento. Mas o que está mais em voga é o diagnóstico do estado falhado, sendo as terapêuticas mais populares o *"Nation building"* e a *"diplomacia preventiva"*, conceitos largamente inoperantes fora das salas multilaterais, limitados que estão pela sacralidade das fronteiras e pelo tempo e desgraças que é preciso deixar acumular até conseguir juntar munição política suficiente para justificar uma interferência nos assuntos internos de entidades soberanas.”<sup>95</sup> A autora vai ainda mais longe ao considerar que “ exportar soluções muitas vezes confirma e perpetua as dificuldades dos países africanos em reclamar a responsabilidade pelo seu destino. Este tipo de condicionalidade da ajuda torna-se uma espécie de lei seca

---

<sup>93</sup> Para uma boa compreensão, do enquadramento da política externa africana, LYONS, Terrence, Gilbert M. Khadiagala, *Foreign Policies Making in Africa*, in “LYONS, Terrence, Gilbert M. Khadiagala, *African Foreign Policies: Power & Process*. United States of America: Lynnes Rieners Publishers, 2001, pp. 1-12

<sup>94</sup> João Marques de Almeida, *Da Ajuda ao Desenvolvimento*, in “ *Diário Económico*, 6 de Julho de 2009

<sup>95</sup> Manuela Franco, *O pecado original do Estado Africano*, Lisboa, IPRI. [ Em Linha]. [Consultado em 04 de Novembro de 2009]. Disponível em <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=14&ida=162>

que produz toda a espécie de corrupções".<sup>96</sup> Neste mesmo artigo Manuela Fraco, chega a falar de que em torno das ajudas externas tem sido criada um conjunto de regras e controles do seu uso, o que a nós parece um grande paradoxo, que como já referimos, apesar de um mau uso, nomeadamente através usurpação dos mesmos, pelas elites governamentais, nunca serem chamados a prestar contas, ficando mesmos impunes.

Também é visível a incompetência dos líderes destes países em avaliar e implementar a política externa de forma que beneficiem os interesses nacionais. Muitas vezes é a falta de capacidade em definir áreas prioritárias da política externa para o desenvolvimento, metas e objectivos que se pretendem alcançar a curto, médio e longo prazo, uma vez que a ausência de técnicos superiores com especialização em diferentes áreas da política externa constitui um problema serio para o continente.

A partir das abordagens críticas sobre o desenvolvimento no continente africano,<sup>97</sup> há que apresentar algumas sugestões, especialmente no que concerne a mudança de atitude e comportamento por parte das elites governamentais e da sociedade civil africana.

### **1.6. Sugestões com vista a equacionar o problema**

Primeiro é de salientar um grande pessimismo por parte da Sociedade civil especialmente por parte das gerações mais novas que não acreditam que futuramente poderá haver mudanças em relação a boa governação, democracia e desenvolvimento. Têm uma convicção que dificilmente se desvanecerá ao considerarem que o sistema implantado já é bastante rígido, sem hipóteses de se inverter, mesmo chegando a admitir que há um ciclo vicioso de que os críticos quando estão isentos de quaisquer responsabilidades governamentais ao ascenderem aqueles cargos acabam por fazer o mesmo que os seus antecessores. Remetendo esta questão para uma análise filosófica da política ou do direito, estamos perante uma concessão *Roussauneana*, da sociedade política, quando este considera que a sociedade corrompe o homem, ou seja, podemos

---

<sup>96</sup> Manuela Franco, op, cit.

<sup>97</sup> De acordo com os dados da PNUD (Indicadores do Desenvolvimento Humano), os países africanos que aparecem neste Ranking, ocupam lugares ou posições relativamente baixos, com a excepção de alguns países como Cabo Verde, Egipto, África do Sul, Marrocos, São Tomé e Príncipe, Angola, Kénia, Sudão, Republica da Tanzânia, Ghana, Mauritânia, Uganda, Nigéria etc., o grupo de desenvolvimento humano baixo é ocupado quase na totalidade pelos países africanos (Togo, Mali, Benim, Côte D' Voire, Zâmbia, Senegal, Ruanda, Gâmbia, Libéria, Etiópia, Moçambique, Guiné-Bissau, Burundi, Chad, Republica Democrática do Congo, Burkina Faso, Mali, Serra Leoa, Níger, etc.).

ser bons, mas vivendo numa sociedade má, transformamo-nos em maus.<sup>98</sup> Na verdade, esta é a concepção e a visão geral dos jovens e da maioria dos africanos em relação à evolução do processo político do continente, ou seja, por mais que sejamos bons, sempre acabamos por serem corrompidas por uma sociedade corrupta, quer queiramos ou não, temos que agir de acordo com a “*Lei da corrupção*”, desmando em relação às autoridades e muitas outras faltas de virtudes, que constituem a essência da sociedade africana.

Rousseau, na sua Filosofia política, tenta encontrar uma solução para equacionar o problema dos homens que eram bons, mas que acabaram por se desvirtuar, esta solução tinha que passar pelo pacto social. Será no caso africano necessário “um novo pacto social” do tipo *Rousseauneano* ou *Hobbeseano*<sup>99</sup> para equacionar os problemas de ordem política e social com que se depara o Continente? Não queremos enveredar por este caminho complexo e espinhoso, mas também não podemos fugir a realidade, é necessário repensar o processo político africano, para se poder encontrar um novo paradigma e novas vicissitudes de Estados modernos, para que se possa inverter a situação, por isso, vamos apresentar algumas pistas e sugestões.

A primeira sugestão, é a imperatividade da renovação do processo político africano, esta renovação terá que passar pela integração de novas gerações devidamente qualificadas para assegurar os destinos do continente, evitando aquela tendência de líderes que permanecem no poder há décadas. No entanto, chegar esta nova fase não é um processo fácil, porque o principal obstáculo, consiste no afastar os líderes corruptos que já permanecem no poder há vários anos, e como já referimos muitos deles renovam os seus mandatos por via eleitoral fraudulenta e falsificada, pois dominam o sistema e os mecanismos do poder. Perante este cenário alguns admitem, que estes só abandonam o poder pela via revolucionária, ora por esta via também não é viável, tendo em conta as consequências que o mesmo trará face as características complexas que caracterizam o continente africano, como cenário de guerras civis. Por isso há que seguir um percurso que conduza a uma mudança gradual e progressiva do processo.

Mas também é evidente que de uma forma genérica perante as contestações e críticas em relação aos líderes africanos, é o momento de os mesmos mudarem os seus comportamentos e atitudes, ou seja, o que está em causa, é a falta de “*carácter*”. Isto

---

<sup>98</sup> ROUSSEAU, Jean - Jacques, *Contracto Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 10 e Segs

<sup>99</sup> HOBBS, Thomas, *Leviathan*, Harmondsworth, Penguin, Books, 1984

vem mostrando, que a ideia do “*Socialismo africano*”, que já fazemos referência numa das alíneas anteriores, nunca funcionou verdadeiramente em África. Aproveitaram em nome do Socialismo Marxista (na qual os seus expoentes máximos, foram Karl Marx e Hengels<sup>100</sup>), para implantarem a ditadura e a corrupção, por esta razão, analisando a evolução do espectro político constitucional africano, concordamos com Pedro Borges Graça, quando defende, “ Que do lado dos africanos, o discurso marxista encontrou desde logo um clima favorável de implantação no terreno político. As transições democráticas do poder colonial começaram a falhar pouco tempo depois das independências na viragem dos anos 50 -60, por várias razões como a Guerra Fria, as lutas internas pelo poder, a falta de preparação nas novas classes dirigentes, a cultura política tradicional de liderança das elites e a corrupção desmedida imediatamente instalada.”<sup>101</sup> Essa realidade mantém-se na quase totalidade dos Estados africanos, tornando deste modo urgente invertê-la, para que tal aconteça tem que haver uma mudança de atitudes e comportamentos dos dirigentes políticos, em certos casos também da sociedade civil.

Também perante a fragilidade ou vulnerabilidade, com que muitos estados africanos se deparam face ao crime organizado internacional, como o narcotráfico, tráfico de seres humanos, é fundamental que haja uma maior cooperação internacional no âmbito do apoio técnico-militar para dar respostas a estes desafios do século.

A nível interno é necessária uma progressiva desmilitarização do poder político, que ainda constitui uma realidade em muitos Estados africanos. Para que haja uma boa democracia, é necessário um controlo dos militares e dos polícias por dirigentes eleitos,<sup>102</sup> este controlo não significa a politização dos mesmos, mas sim uma subordinação a qualquer grupo de dirigentes eleitos independentemente das ideologias políticas, étnicas e culturais.

É necessário uma maior coesão entre os líderes políticos, para evitar casos que tais divergências redundem conflitos armados, para isso, os líderes terão que levar em conta que, ao colocarem os interesses pessoais e políticos, acima dos interesses nacionais, estão a por em causa a estabilidade política e social. O ideal é uma maior

---

<sup>100</sup> MARX, Karl, Friedrich Engels, *The Communist Manifesto*, Penguin Classics, S/D

<sup>101</sup> Pedro Borges Graça, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Edições Almedina, 2005, p. 81

<sup>102</sup> DHAL, Robert, *Democracia*, Lisboa, temas e Debates, 2000, p.169

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

interiorização dos princípios pacíficos de resolverem os litígios políticos e não o recurso as armas ou assassinatos políticos.

Para encermos a problemática do desenvolvimento em África, terminaremos com uma abordagem crítica, de um dos autores mais sonantes, sobre a globalização e o desenvolvimento. Peter Singer, na sua análise sobre a globalização, numa perspectiva ética, mostra até que ponto o comportamento dos países mais avançados do mundo, afectam os países em vias de desenvolvimento, nomeadamente nas questões relacionadas com as alterações climáticas, a globalização económica que não propiciem o desenvolvimento equilibrado entre outros aspectos. Perante esta realidade, assiste-se uma falta de ética dos países mais avançados perante o fenómeno da globalização na perspectiva do autor, de uma forma quase que complexa ou subentendida, o autor considera, que há uma obrigação, dos países desenvolvidos ajudarem os países em vias de desenvolvimento. É indiscutível, a responsabilidade dos países desenvolvidos, para com os países mais pobres, que antecede o período da globalização, se levamos em conta, o passado histórico (o efeito da colonização), mas neste caso também é bom dizer, que a ética, não pode ser analisado apenas em relação aos países desenvolvidos, mas também em relação aos países em vias de desenvolvimento, é necessário uma postura ética, por parte dos seus representantes políticos. Se os princípios éticos funcionar em ambos os casos, haverá muito progresso, por exemplo, erradicação do neo-colonialismo e redução substancial da pobreza.

## CAPITULO II

### Cabo Verde: as ilhas e os homens

*“A nossa pertença a um espaço arquipelágico, atlântico, peri-africano, saheliano, mesmo quando, no dia-a-dia, disso perdemos a consciência – limita-nos, amplia-nos o leque das possibilidades e realização histórica.”<sup>103</sup>*

Ao contrário da maioria dos trabalhos de investigação, nas mais diversas temáticas relacionadas com Cabo Verde que se limitam apenas a fazer uma caracterização breve e sumária, nós vamos optar por um critério diferente. Uma caracterização profunda nos mais variados domínios (político, económico, demográfico, geográfico, etc.), cujo objectivo principal é encontrar as géneses e motivos subjacentes e condicionantes da política externa cabo-verdiana. Por isso, para conciliar os nossos propósitos da investigação, vamos dedicar um capítulo exclusivamente à caracterização geral de Cabo Verde e à sua interferência na política externa. Deste modo, podemos evidenciar os condicionantes geopolíticos e geoeconómico da política externa cabo-verdiana e como Cabo Verde actuou no plano externo com o evoluir dos tempos.

Por outro lado, tendo em conta que também nos vamos centrar, nas análises das políticas e teorias do desenvolvimento, a caracterização interna de um país nas vertentes acima supracitadas, enquadra-se nos factores endógenos do desenvolvimento, o que pressupõe uma análise pormenorizada das mesmas.

Só a partir destas análises será possível verificar o ponto da situação em que Cabo Verde se encontra, numa perspectiva comparada com a realidade africana, abrangendo aspectos tais como: educacionais, demográficos, político-constitucionais, geográficos.

---

<sup>103</sup> SILVA, António Leão C. E, *História de um Sahel Insular*, Praia, Spleen, 2ª edição, 1996, p. 10



## **2.1. Panorama da história política e constitucional Cabo-verdiana**

*“Não basta dispor-se de uma constituição que, teoricamente e globalmente funcione. É preciso verificar as reais condições económicas políticas e sociais em que se desenvolve a sua aplicação, passando pelos níveis e âmbitos de participação que ela permite.”<sup>104</sup>*

Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460, tendo-se iniciado o seu povoamento no ano de 1462, esteve sob a dominação colonial portuguesa desta data até ao ano de 1975 em que obteve a sua independência política.

Durante o período colonial teve um estatuto particularmente diferenciado em relação às demais colónias portuguesas em África, ao contrário das outras colónias em que havia estatuto de *indigenato*, o povo cabo-verdiano era considerado civilizado fazendo com que beneficiasse de algumas regalias sociais, nomeadamente o acesso à educação, bem como a participação ou desempenho de algumas funções na administração local.<sup>105</sup>

Contudo, no Século XX, concretamente no período pós-Segunda Guerra Mundial, com a mudança no Sistema Internacional, face ao declínio da Europa como grande potência mundial, cedendo lugar a duas superpotências mundiais (EUA, URSS) com características políticas, económicas e ideológicas inconciliáveis, com repercussão numa política externa expansionista por ambas, teve também grande reflexo nos países do terceiro mundo.<sup>106</sup>

Com a emergência dos movimentos nacionalistas, que reivindicavam as independências políticas, perante um Sistema Internacional Bipolar, fez com que estes movimentos beneficiassem de apoios significativos na luta contra o poder colonial, que em muitos casos foram decisivos na conquista das independências por esta via não pacífica.

Falando no caso concreto de Cabo Verde, a realidade foi essa, apesar de não ter havido uma luta de libertação nacional no respectivo espaço geográfico condicionado

---

<sup>104</sup> FERREIRA, Joel Hasse, «Funcionamento e Evolução do Sistema Político e Constitucional em Cabo Verde» in *Direito e Cidadania*, Praia, Gráfica do Mindelo, 1997 -. – A. 5, nº 18 (2003), p. 141

<sup>105</sup> Para uma revisão bibliográfica sobre a descoberta e o povoamento das ilhas de Cabo Verde, Ver: SECO, Carmelo Garcia, «António Noli Descubridor De Las Ilas de Cabo Verde», in *Revista Africana*, nº 19, Porto, Centro de estudos africanos e orientais, Março – 1998, pp. 7 – 12

<sup>106</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2007, p. 18

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

por algumas limitações de carácter geopolítico e geoestratégico, por uma questão táctica, a luta de libertação com vista a sua independência deu-se conjuntamente com a de Guiné - Bissau sob a égide de um movimento nacionalista comum – PAIGC. Na Guiné - Bissau<sup>107</sup>, onde foi desenvolvida toda a estratégia estrutural e operacional contra a autoridade colonial portuguesa, com o apoio logístico dos países vizinhos e apoios em materiais bélicos provenientes de países estrangeiros nomeadamente da URSS, que tinha o seu interesse estratégico ao apoiar a descolonização destes territórios. Exactamente por causa desta interferência soviética no apoio à independência destes territórios, com a independência dos mesmos tornaram-se Estados de orientação Marxista.

Não obstante a luta de libertação ser desencadeada exclusivamente no território guineense, as motivações e as razões que culminaram com este processo são as mesmas tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde, por outro lado, é de referir o contributo de Cabo Verde, mais na vertente política cultural e intelectual, dado os níveis de escolarização dos cabo-verdianos superiores em relação aos guineenses, como escreve José Vicente Lopes: “Esta por vezes suposta “auto-suficiência” administrativa dos cabo-verdianos, associado a outros factores endógenos, um dos quais a sua relativa escolarização e a existência de uma imprensa mais ou menos dinâmica introduzida em Cabo Verde em 1842, acabaram por ser algumas das razões para o surgimento de uma elite intelectual e burocrática nestas ilhas,”<sup>108</sup> associando aos contributos dos guineenses, que constituíam a maioria na frente do combate, foram decisivos na independência dos dois países e de toda a descolonização portuguesa.

Relembramos que Cabo Verde, obteve a sua independência a 5 de Julho de 1975, a seguir ao 25 de Abril em Portugal, num período caracterizado pela

---

<sup>107</sup> CABRAL, Amílcar, *“Os princípios do partido e da prática política* (trata-se de intervenção em crioulo durante o seminário de quadros, realizado pelo PAIGC, de 19 a 24 de Setembro de 1969) in SILVA, António Duarte, **A independência da Guiné - Bissau e a descolonização Portuguesa: estudo de história, direito e política**, Porto, Afrontamento, 1997. Com o Golpe de Estado de 1980 levado a cabo pelo então Primeiro-ministro João Bernardo Vieira contra o Presidente da República, Luís Cabral provocou uma ruptura política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, a partir deste momento cada um dos países passaram a seguirem o seu próprio percurso, foi nesta circunstância que em Cabo Verde nasceu o PAICV

<sup>108</sup> José Vicente Lopes, *Cabo Verde: as causas da independência: (e o estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, Praia, Spleen Edições, 2003, p.20

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

descolonização portuguesa.<sup>109</sup> Processo iniciado primeiramente na Guiné-Bissau<sup>110</sup>, com a Declaração unilateral da independência em 1973, por parte do PAIGC.<sup>111</sup>

Tal como defendia Amílcar Cabral e os principais ideólogos do PAIGC, os dois países (Cabo Verde e Guiné-Bissau), mantiveram-se a unidade política, depois das independências, mas este projecto teve o seu fim no ano de 1980.

Em 1980, deu-se uma ruptura política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, através de um golpe de Estado protagonizado pelo então Primeiro-ministro, João Bernardo Vieira (Nino), contra o Presidente da República, na altura, Luís Cabral. As razões subjacentes a este golpe de Estado, ficaram bem claras:

1º) É que os guineenses sempre contestaram, a liderança dos mestiços cabo-verdianos, nas estruturas do PAIGC;

2º A crise económica que o país enfrentou durante a presidência de Luís Cabral;

3º A insatisfação pessoal de Nino Vieira, com a redução de competências de acordo com a revisão no Projecto Constitucional de 1980 para o cargo de Primeiro-ministro que ocupava<sup>112</sup>.

Este Golpe de Estado pôs fim à unidade política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, sobre-égide de um único partido (PAIGC), idealizado por Amílcar, Cabral. Em Cabo Verde, foi criado o PAICV dando continuidade a mesma orientação ideológica e política.

A partir deste período cada um dos países passou a ter um percurso político diferente. O Sistema político e constitucional guineense evoluiu de uma forma muito instável, dado aquela continuidade da lógica de luta pelo poder, utilizando qualquer tipo

---

<sup>109</sup> Também um período conturbado para Portugal, no seu processo de transição para a democracia, SÀ, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa 1974 – 1976*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, 166 p

<sup>110</sup> É o país onde a guerra subversiva contra o colonialismo português teve maior êxito, ao contrário de Angola por exemplo, que houve vários movimentos subversivos e rivais entre si, na Guiné – Bissau, apesar de ter existido outros movimentos anti – colonialista, PAIGC foi o único a impor – se conseguindo garantir um maior consenso nacional, que é fundamental nas guerras subversivas como defende Sun – Tzu, *A arte da Guerra*. Mens Martins, S/D, p. 38

<sup>111</sup> SILVA, E. António Duarte, *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa*, pp. 135 – 148. Ainda sobre esta questão, FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro, *Guine – Bissau e Cabo Verde: Da Unidade à Separação*, Porto, Dissertação mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de mestre em Estudos Africanos, 2007

<sup>112</sup> RODRIGUES, Luís Barbosa, *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999, p. 49

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

de meios para a sua concretização.<sup>113</sup> Constan até agora vários golpes de Estados concretizados, sendo que o último originou uma sangrenta guerra civil (1998 – 1999), muitas tentativas que não foram concretizadas, sem se esquecer também dos assassinatos políticos, que vitimaram alguns dos seus líderes políticos.

O Sistema político constitucional cabo-verdiano, evolui a partir de um Sistema Colonial para um Estado independente de partido único, uma transição negociada, em que a luta armada de libertação se desenvolveu essencialmente no antigo Estado associado, da Guiné-Bissau, onde muitos cabo-verdianos se bateram pela liberdade e independência. A luta no arquipélago foi essencialmente política, social e cultural, tendo sido essencial para a negociação e proclamação para a independência.<sup>114</sup>

Do ponto de vista de Ciência política e Direito Constitucional comparado, este percurso histórico de Guiné e Cabo Verde com contornos diferentes pode ser apontado como uma explicação para as diferenças entre os dois países no que tange à estabilidade política e social. Ou seja, no primeiro caso, evoluiu-se para um sistema político bastante militarizado, estando por detrás dos principais conflitos políticos e militares, no segundo caso, para a evolução de um sistema político, onde o diálogo e a negociação se sobrepõem às atitudes menos democráticas, contribuindo deste modo para um verdadeiro Estado de Direito Democrático. “No final do primeiro período depois da independência, o Sistema Político cabo-verdiano evolui pacificamente, para um Estado pluripartidário, com um sistema de direitos, liberdades e garantias que importa sublinhar e condições reais de alternância no poder como aliás se tem verificado.”<sup>115</sup> A título de exemplo, para dizer que na Guiné-Bissau, a realidade não foi essa, assistimos a uma transição política falhada, para não dizer abortada. Este argumento também é sustentado pelo cientista político Togolês, Fafali Koudawo, no seu estudo de transição política comparada entre os dois países: “Contrariamente ao processo cabo-verdiano, conduzido serenamente, com uma grande celeridade, a liberalização política na Guiné-Bissau teve uma evolução lenta, marcada por hesitações, bloqueios e muitos sobressaltos.”<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> NOBREGA, Álvaro, *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, ISCSP, 2003, p.169

<sup>114</sup> FERREIRA, Joel Hasse, «Funcionamento e evolução do Sistema Político e Constitucional em Cabo Verde», in *Direito e Cidadania*, Praia, Gráfica do Mindelo, 1997 -. – A. 5, nº 18 (2003), p. 147

<sup>115</sup> FERREIRA, Joel Hasse, «Funcionamento e evolução do Sistema Político e Constitucional em Cabo Verde», p. 147

<sup>116</sup> Fafali, Koudawo, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001, p. 86

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Cabo Verde, apesar de fazer parte de um conjunto de Estados que emergiram no período pós-Segunda Guerra Mundial, com influências significativas do Marxismo, essas repercussões se deu mais no domínio da organização do poder político, ou seja, a existência de um partido único, que muitas vezes se confundia com o Estado<sup>117</sup>, mas não teve praticamente nenhuma repercussão na condução da sua política externa face aos países do ocidente. Estabeleceu boas relações diplomáticas e cooperação com Portugal desde dos períodos iniciais da sua existência, e com todos os países ocidentais que manifestaram interesses em cooperar e apoiar através das ajudas ao desenvolvimento.

Evidentemente, que Cabo Verde desde cedo levou a cabo uma política externa subsidiária do desenvolvimento, por isso, a questão ideológica nunca condicionou as suas relações externas, ao contrário da influência a nível da organização do poder político. O artigo 6º nº1 da Constituição da U.R.S.S. de 1977 estabelecia “ A força orientadora e directora da sociedade Soviética, o núcleo do seu Sistema Político, da organização estatal e Social é o partido Comunista da União Soviética”,<sup>118</sup> princípio que também foi consagrado na primeira constituição da Republica de Cabo Verde, tal e qual.<sup>119</sup>

Foram 15 anos de um Sistema de partido único, nem sempre foi consensual no seio dos intelectuais e políticos cabo-verdianos. Na verdade, alguns têm argumentado que na altura estavam reunidas condições para a implementação de um sistema multipartidário. Esta é a tese de Mário Silva ao advogar que aquando da independência em 1975, houve negociações entre PAIGC e Portugal, na qual acabou por ser instituído um direito eleitoral com omissões que dificultava a afirmação e legalidade de outros partidos políticos que também contestaram o colonialismo português, salientando o papel dominante da doutrina e ideologia do período, que favorecia o PAIGC: “O Estado cabo-verdiano emergiu em 1975 com Estado centralizador e a unidade nacional era o

---

<sup>117</sup> LIPSET, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Grádiva, 1992, p. 106

<sup>118</sup> ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral Do Estado*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1997, pp. 570 – 585; Sobre o Sistema Político Constitucional Soviético ver ainda, MIRANDA, Jorge, *Manual De Direito Constitucional Tomo I: Preliminares, o Estado e os Sistemas Constitucionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 187 - 197

<sup>119</sup> No entanto, queremos chamar a atenção para o seguinte, o Estado Soviético era totalitário, enquanto que em Cabo verde, nenhum momento da história do partido único, existiu um Estado Totalitário, mas sim um Estado autoritário, que as diferenças são profundas em relação a primeira. Neste ponto, para uma verdadeira percepção sobre o totalitarismo: ARENDT, Hanna, *The origins of totalitarismos*, London, George Allen & Unwin, 1958; OTERO, Paulo, *A democracia totalitária : do estado totalitário à sociedade totalitária : a influência do totalitarismo na democracia do século XXI*, Cascais, Principia, 2001

grande instrumento defendido e considerado indispensável para a reconstrução nacional, correspondendo essa solução à doutrina dominante no continente Africano nos anos sessenta; o Estado independente surgiu, pois, como um Estado que tinha como um dos seus objectivos a unidade nacional e o partido único que dirigiu o Estado tinha também como um dos princípios fundamentais o centralismo democrático.”<sup>120</sup> Por outro lado, desde cedo dentro do próprio PIAIGC, mais tarde PAICV, começou a aparecer um grupo mais reformista (*Ala Liberal*<sup>121</sup>), que começava a opor-se às directrizes políticas e ideológicas do partido. Alguns elementos desta ala chegaram a ser expulsos do partido,<sup>122</sup> considerados mais tarde como os protagonistas da democracia cabo-verdiana, pelo facto de terem materializado a criação de uma nova força política (MPD) que derrotou o PAICV nas primeiras eleições multipartidárias realizadas no país.

No entanto, numa análise politológica, o partido único em Cabo Verde, não foi tão negativo tal como muitos defendem<sup>123</sup>, foi um período da consolidação da sua independência, com muitos avanços positivos, na construção dos alicerces de um Estado moderno, ultrapassando de longe os outros Estados de expressão portuguesa, que obtiveram a independência na mesma altura. É de salientar que, nos anos 90, Cabo Verde apresentava, melhor índice de governação em relação aos restantes Estados dos PALOP<sup>124</sup>. Porém, com a independência alcançada no mesmo período, à partida todos reuniam melhores condições do ponto de vista dos recursos naturais e climáticos do que Cabo Verde. Angola com a sua potencialidade a nível petrolífero ao mesmo tempo possuindo diamantes. São Tomé e Príncipe com clima favorável à abundância de

---

<sup>120</sup> Mário Ramos Pereira Silva, *Os Partidos Políticos e os Grupos de Cidadãos no Direito Eleitoral Cabo-verdiano*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Direito de Lisboa, para a obtenção do grau de mestre em Ciências Jurídicas – Políticas, 2005, p. 182; Na mesma esteira encontra também Humberto Cardoso, *O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1ª edição, 1993, p. 93

<sup>121</sup> Ala liberal, é o termo atribuído a um grupo de políticos portugueses, concretamente nos finais do Estado Novo, defensores de uma maior liberalização política deste regime.

<sup>122</sup> CARDOSO, Humberto, *O Partido Único em Cabo Verde*, op, cit., p. 56

<sup>123</sup> Não são argumentos de matriz científica ou académica. São críticas de natureza político-partidária, sobretudo das outras forças políticas e determinadas facções da sociedade civil, que não simpatizam com PAIGC/CV

<sup>124</sup> Dezenas de anos de conflito ininterrupto, que assolaram Moçambique e Angola acabaram por apresentar índices negativos de desenvolvimento praticamente em todas as áreas. Na Guiné – Bissau, as instabilidades políticas e constitucionais, nomeadamente os golpes e contra golpes de Estados, teve os seus impactos na sua economia nacional. São Tomé e Príncipe apesar de não ter havido qualquer tipo de intervenção militar no processo de descolonização e uma ausência de conflitos armados durante o partido único, mesmo assim não conseguiu alcançar o grau de desenvolvimento equiparável a Cabo Verde. Por isso na altura que se procedia a abertura ao multipartidarismo, Cabo Verde se encontrava muito a frente destes países em matéria do desenvolvimento.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

precipitações que permite uma boa prática de agricultura e o uso de água para outros fins. Moçambique, com um certo potencial hídrico.

Um país com poucos recursos naturais, praticamente com heranças coloniais pouco significativas, alguns períodos conturbados da Economia Mundial, nomeadamente as crises dos anos setenta, resultante do choque petrolífero, as secas prolongadas, evidentemente que a tarefa da consolidação do Estado e da garantia da sua independência não era fácil. Mas os quinze anos de partido único, estabelecendo a estabilidade política, facultaram a ultrapassagem destas dificuldades, garantindo deste modo a viabilidade de Cabo Verde, de se tornar verdadeiramente num Estado.

Com o colapso da URSS e a emergência de uma Nova Ordem Internacional unipolar, liderado pelos Estados Unidos de América, defensor dos valores da democracia e do capitalismo, Cabo Verde, tal como muitos outros Estados Africanos, teve que enveredar pelo caminho da democracia. Assim, nos anos 90 com a aprovação da lei constitucional nº 2/III/90<sup>125</sup>, deu-se a transição para a democracia, em que PAICV deixou de ser um único partido, com a emergência de novos partidos políticos, com destaque particular para o MPD, que acabou por vencer as primeiras eleições multipartidárias realizadas no país.<sup>126</sup>

Cabo Verde, entrou nas estatísticas dos Estados em que a democratização foi tardia, enquadrando-se no número daqueles que os autores dominam da “*terceira vaga de democratização*”<sup>127</sup>.

O Sistema de Governo é Semi-Presidencial, com um forte pendor parlamentar, e quanto a forma de Estado é Unitário com descentralização administrativa, pelo facto de existir um único ordenamento jurídico ou constituição (a sua constituição é semi-rígida, há partes que podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário e há partes que só podem ser alteradas por um processo especial que normalmente são as partes rígidas. Essas partes rígidas normalmente são os direitos fundamentais<sup>128</sup>), aposta fortemente na

---

<sup>125</sup> Constituição da República de Cabo Verde, Preambulo

<sup>126</sup> Os cientistas políticos costumam dizer que num cenário de transição política de um partido único para multipartidarismo, em que o partido único que esteve no poder durante vários anos acaba por perder as primeiras eleições realizadas no país, a transição é bem sucedida. No contexto das ex colónias portuguesas, só Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe a transição política se deu desta forma.

<sup>127</sup> HUNTINGTON, Samuel P, *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, London, University of Oklahoma Press, 1991

<sup>128</sup> FILHO, Manuel Gonçalves Ferreira, *Curso de Direito Constitucional*, Brasil, Editora Saraiva, S/D

descentralização política e administrativa através das autarquias locais.<sup>129</sup> O que por si só não é suficiente, para tornar a administração pública mais perto dos cidadãos e capaz de promover um desenvolvimento local auto-sustentado, tendo em conta a caracterização arquipelágica do país. Há autores que sugerem a regionalização como solução: “ Julgamos que tendo em conta a realidade económica, social e geográfica, haveria que criar (ou desenvolver) um outro modelo, sistema de funcionamento em cada uma das ilhas. Avança-se então com uma sugestão: Envolvendo um representante do Governo da Republica, e nomeadamente os presidentes de câmaras, poderia, no âmbito de cada ilha, criar-se uma estrutura institucional, tecnicamente apoiada, que tivesse funções relevantes na área do desenvolvimento local e regional privilegiado.”<sup>130</sup>

Não é de estranhar que, em Cabo Verde, algumas ilhas se encontrem marginalizadas em relação às políticas do Governo central, nomeadamente, a nível da construção de redes de infra-estruturas de transportes; das crescentes desigualdades de oportunidades dos jovens destas ilhas em relação às outras ilhas onde há maiores investimentos do governo; dos sistemas de saúdes bastantes deficientes (As ilhas de Santiago e São Vicente, são as que mais beneficiam das políticas do governo central).

Não obstante estes desequilíbrios governamentais, não achamos prudente avançar com uma regionalização como o autor acima supracitado defende, nem com outras posições defensoras de uma regionalização em Cabo verde, agrupado por ilhas (Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, com um representante; Sal, Boavista e Maio, com o seu representante; Fogo e Brava, com o seu representante; Santiago, fica sozinho com o seu representante).

Criar entidades supra-autárquicas, desta natureza em Cabo Verde, é irrelevante, mesmo sendo um país caracterizado pela insularidade. A sua dimensão territorial é bastante exígua, por outro lado, deve-se levar em conta, os custos económicos que a regionalização acarreta, provavelmente terá grandes dificuldades em funcionar do ponto de vista prático e operacional. No nosso entender, a descentralização política e administrativa, que já vem funcionando desde a abertura do multipartidarismo, é

---

<sup>129</sup> PINTO, Ricardo Leite, José de Matos Correia, Fernando Roboredo Seara, *Ciência Política e Direito Constitucional. Teoria Geral do Estado e Formas de Governo*, Lisboa, Universidade Lusitana Editora, 2005, p. 172

<sup>130</sup> FERREIRA, Joel Hasse, «Funcionamento e Evolução do Sistema Político e Constitucional em Cabo Verde», p. 149



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

suficiente, desde que haja uma maior acção governamental de mais equitativa em todas as ilhas e uma maior coordenação e diálogo entre o governo e as autarquias locais.<sup>131</sup>

À luz das diferentes teorizações da democracia, Cabo Verde define-se como um país democrático, pelo facto das instituições democráticas funcionarem de uma forma eficaz, constituindo um exemplo a seguir a nível regional, aproximando deste modo aos exemplos das democracias ocidentais. Analisando a definição da Democracia proposto por Shumpeter, na qual considera que os regimes democráticos são aqueles onde há uma fonte de legitimidade popular, ou seja, assenta na vontade popular através das eleições, na responsabilidade dos governantes, a substituição dos governantes perante os governados, a substituição é feita de forma pacífica e sem derramentos de sangue, a existência de uma estrutura política concorrencial, também pressupõe o exercício dos direitos civis e políticos, direitos sociais,<sup>132</sup> Cabo Verde preenche praticamente todos estes requisitos: os governantes chegaram ao poder sempre por via eleitoral,<sup>133</sup> sempre terminaram os seus mandatos e nunca houve qualquer tipo de conflito ou derramento de sangue na substituição dos governantes, há sempre alternância do poder. Por todas estas razões nunca houve qualquer tipo de conflito, tornado deste modo numa realidade paradigmática de um Estado bem sucedido. Deste modo apresenta-se como caso singular em relação a demais Estados do continente africano, onde muitos já enfrentaram situações de conflito civis, golpes de Estados, graves atrocidades contra os direitos humanos, situações de autoritarismos e totalitarismos.

Esta estabilidade social e política que Cabo Verde usufrui, têm-lhe garantido uma maior projecção internacional e a credibilidade junto dos seus principais parceiros externos. Não esquecendo que, devido à existência de poucos recursos naturais e exiguidade territorial e que pouco interessava Portugal do ponto de vista económico, comparando com as outras colónias, como Angola e Moçambique, muitos duvidavam da viabilidade da independência de Cabo-verde: “Aos olhos de muitos observadores,

---

<sup>131</sup> Sobre esta questão da regionalização em Cabo Verde e as discussões em torno da mesma ver, Chefia do Governo, *Parâmetros dos Processos Conjunto de Descentralização e Desconcentração do Estado*. Praia, 2007

<sup>132</sup> SHUMPETER, José, *Capitalism, Socialism and Democracy*, London, Routledge, 2006

<sup>133</sup> A Constituição Cabo-verdiana, consagra, o Sistema eleitoral de representação proporcional, através de colégio eleitoral plurinominal (Artigo 104º), por forma a evitar a exclusão de qualquer partido (partido minoritários), contudo apenas os dois principais partidos dominam a cena política cabo-verdiana, PAICV e MPD na qual alternam o poder. Por causa disso até agora, houve apenas governos majoritários, não descartando hipóteses no futuro de vier a existir um governo minoritário.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

inclusive cabo-verdianos, a independência era uma aventura temerária, para não dizer um acto tresloucado.”<sup>134</sup>

Por parte dos cabo-verdianos, na altura em que se negociou a independência, face às incertezas sobre a viabilidade económica do arquipélago, muitos teriam preferido continuar portugueses. Para estes, a autonomia do país não constituía razão para festejo.<sup>135</sup> Ultrapassando estas expectativas iniciais, tornou-se num Estado viável, contrariamente à maioria dos Estados africanos, reunindo as condições essenciais para a condução de uma boa política externa. De acordo com o artigo 11º, alínea 1 das Constituição da Republica, “O Estado de Cabo verde rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, do respeito pelo Direito Internacional e pelos direitos do homem, da igualdade entre os Estados, da reciprocidade de vantagens, da cooperação com todos outros povos e da coexistência pacífica”, não se trata apenas de um formalismo jurídico, mas sim com uma grande eficácia jurídica.

Vamos dar continuidade a esta análise no terceiro capítulo, ao analisar como é que Cabo Verde, não dispondo de muitos recursos naturais se tornou num Estado viável e exemplar a nível regional? Até que ponto a política externa contribui neste processo?

### **2.2. Aspectos Geográficos**

*“Cabo Verde é uma Nação de Vocação atlântica. Têm uma posição geo - estratégica que lhe confere a condição histórica de país “ponte” entre os continentes”<sup>136</sup>*

Cabo verde é um arquipélago situado no Oceano Atlântico entre o 17º 12' e 14º 28' de latitude Norte e 20º 44' e 25º 22' de longitude Oeste, a uma distância de cerca de 600 km da Costa Ocidental Africana.<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: os bastidores da independência*, Praia, Spleen Edições, 1ª edição, 2002, p.22

<sup>135</sup> TOMÁS, António, *O Fazedor de Utopias: uma Biografia de Amílcar Cabral*, Lisboa, Tinta-Da-China, 1ª edição, 2007, p. 26

<sup>136</sup> NEVES, José Maria, intervenção no Fórum para a construção de um consenso nacional sobre a Parceria Especial União Europeia – Cabo Verde. Praia: Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, 2009, p. 9

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

A sua principal característica é a insularidade, composto por 10 (dez) ilhas e vários ilhéus, dividido em dois grupos, Barlavento (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia,<sup>138</sup> Sal, Boa Vista) e Sotavento (Maio, Fogo e Brava), o que pressupõe uma boa política de construção e gestão de infra-estruturas de transportes, seja marítimo através da construção de portos, bem como transporte aéreo através da construção de aeroportos para poder assegurar uma boa mobilidade entre as ilhas.<sup>139</sup> Por outro lado, exige um esforço redobrado no que tange à fiscalização das suas águas territoriais de forma a combater a criminalidade transnacional, como o narcotráfico, migração clandestina que constituem uma grande ameaça no actual cenário internacional. O facto de Cabo Verde ocupar uma posição geoestratégica<sup>140</sup>, no contexto das relações transatlânticas entre a Europa, América e África, exige um controlo reforçado das suas fronteiras, caso contrário pode funcionar como uma placa giratória ou um trânsito que facilita as ilicitudes acima supracitadas.

Em Cabo Verde, o narcotráfico internacional constitui-se como um dos maiores problemas, por que para além do país poder funcionar como uma placa giratória para o tráfico de estupefacientes entre os continentes, há o perigo de uma parte destes estupefacientes se destinar ao consumo local.

**Mapa 1 – Caracterização arquipelágica de CV**



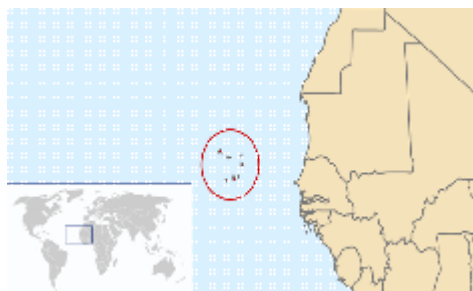
<sup>137</sup> Informação disponível no Ministério dos negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação, [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=42&Itemid=73](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=73) [Consultado em 07 de Outubro de 2009]

<sup>138</sup> É a ilha mais pequena de Cabo – Verde, também despovoada.

<sup>139</sup> CARDOSO, Manuela, *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 185. Esta autora chama atenção para a importância das infra-estruturas de transportes: portos e aeroportos nos Estados insulares como é o caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

<sup>140</sup> Cabo Verde sempre teve uma importância geoestratégica, desde o século XV, altura em que foi descoberto e que iniciou o seu povoamento. Isso significa, que o interesse estratégico, ou a importância de Cabo Verde na política externa Portuguesa, nesses períodos remotos, se deve mais à sua localização geográfica no processo de descobertas e no comércio.

**Mapa 2 – Localização geoestratégica de Cabo Verde**



Fontes: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bela-vista-net-Cabo-Verde-map.jpg>;

Na verdade tem aumentado o número de jovens consumidores de drogas no país, concretamente nos maiores centros urbanos (Praia, Mindelo, Assomada, a ilha turística do sal), tem se alastrado para as restantes ilhas como a de Boavista. São visíveis algumas consequências deste potencial aumento de consumo de drogas a nível da segurança, nomeadamente o aumento de assaltos na via pública, para não mencionar alguns casos de homicídio, neste caso envolvendo os próprios narcotraficantes, relacionados com ajustes de conta. Efeitos esses que poderão agravar-se mais, uma vez que o incentivo ao tráfico internacional de drogas está muito relacionado com o seu consumo, ou seja, quanto maior é a procura maior será a oferta.<sup>141</sup>

Tanto os Estados como as várias organizações internacionais não tem conseguido um combate eficaz a este fenómeno, tal facto deve-se a uma cooperação entre Estados pouco eficiente e empenhada à falta de cooperação dos vários serviços de *intelligence* bem como a uma ineficiente regulamentação, por parte de cada Estado e pelas várias organizações internacionais.<sup>142</sup> No caso de Cabo Verde, existe um esforço redobrado pelas autoridades no combate a este flagelo do século, aliás o actual governo considera-o como uma das prioridades.<sup>143</sup> O problema coloca-se ao nível da existência de poucos recursos, dificultando o efectivo o combate, mesmo assim todos os anos se tem assistido a um aumento da apreensão de drogas por parte das autoridades cabo-verdianas, nomeadamente no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, plataforma de

<sup>141</sup> EBO, Isabel de Jesus dos Santos, *A Geopolítica da Droga*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2008, p. 55

<sup>142</sup> PERREIRA, Paula Cordeiro, Luísa Cabral Menezes, *Enquadramento Internacional*, in NOGUEIRA, José Manuel Freire (coordenação), *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, Edição Cosmos, 2005, p.141

<sup>143</sup> Programa do Governo para a VII Legislatura (2006 -2011), 2006, P.88

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

voos internacionais e escala técnica para abastecimentos e no Aeroporto Internacional da Praia.

Por via marítima, também a realidade é semelhante quanto à migração ilegal a partir das águas territoriais cabo-verdiana, alguns com destinos para o arquipélago, outros com destinos para a Europa. Nos últimos anos já foram interceptadas várias embarcações com imigrantes a bordo, sendo o destino principal é a Europa.

Neste aspecto, uma questão é clara, a do posicionamento geopolítico do arquipélago de Cabo Verde, constituindo necessidade inquestionável de uma política externa de segurança e defesa. Já há alguns sinais desta política externa de segurança e defesa, por exemplo a assinatura do acordo de parceria especial com a União Europeia, que não só beneficia a Cabo Verde, no que tange á segurança e defesa, mas também a própria União Europeia na garantia da sua segurança e defesa. Para a União Europeia, aliás, não deixa de ser uma parceria estratégica no combate a criminalidade transnacional, cuja muitas ameaças vêm de Cabo Verde, devido ao seu posicionamento geopolítico e ineficiência do Estado cabo-verdiano em controlar sozinho a sua vasta zona territorial marítima.

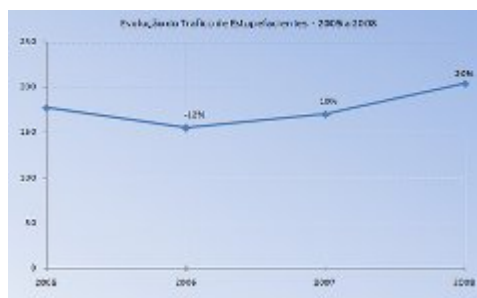
É um dado adquirido de que “ o colapso do Estado e das suas instituições é mais facilmente associado/influenciado por ameaças como o crime organizado e o terrorismo passando a constituir estes Estados um fenómeno alarmante que pode por em causa, a estabilidade regional ou mesmo a paz e a segurança internacional.”<sup>144</sup> Cabo Verde, apesar da vulnerabilidade, ainda não chegamos a este ponto, mas basta vermos para o país vizinho (Guiné -Bissau), onde a questão do narcotráfico tem assumido uma dimensão internacional preocupante. Neste contexto, Cabo Verde devido ao seu posicionamento geopolítico e dado as características do actual cenário internacional, pode vir a despertar interesse dos estudiosos e investigadores em matéria de Segurança/Estratégia e Defesa.

---

<sup>144</sup> PERREIRA, Paula Cordeiro, Luísa Cabral Menezes, *Enquadramento Internacional*, p. 142

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Gráfico 2 – Evolução de tráfico de estupefacientes em Cabo Verde, 2005 - 2008**



**Fonte:** Polícia Judiciária de Cabo Verde

Também não podemos encarar o posicionamento geopolítico de Cabo Verde apenas como fonte de problemas ou ameaças, que possam por em causa a estabilidade quer do país em debate, ou estabilidade a nível regional. A sua localização geopolítica pode ser um factor dinamizador propiciador de uma maior inserção do país na economia mundial, e passível de gerar desenvolvimento.<sup>145</sup> Por exemplo o autor que acabamos de citar desenvolve uma tese, partindo deste pressuposto, ou seja, que a dimensão do posicionamento geográfico de Cabo Verde, pode ser relevante de viabilização da actividade comercial, a partir da análise histórica dos portos internacionais do Mindelo e Ribeira Grande. Já para João Estêvão “(...) o Atlântico constitui o espaço tradicional de integração económica de Cabo Verde e de uma integração conduzida pela importância estratégica da sua localização geográfica.”<sup>146</sup>

Estas análises vem demonstrar, que a insularidade e a posição geográfica de Cabo Verde<sup>147</sup> trazem vantagens para a economia cabo-verdiana, se houver um investimento forte no sector das infra-estruturas, seja aérea como marítima.

Neste momento, Cabo Verde conta com quatro aeroportos internacionais (Aeroporto Internacional Amílcar Cabral na Ilha do Sal, Aeroporto internacional da Praia na Ilha de Santiago, Aeroporto Internacional de Boa Vista, Aeroporto

<sup>145</sup> SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica: o caso das cidades porto (Ribeira Grande e Mindelo)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentado a FCSH – UNL, 2007, p. 353

<sup>146</sup> João Estêvão, «O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Regional», In *Estratégia*, nº20, 2004, p. 152

<sup>147</sup> Sobre esta questão ver ainda, MURTEIRA Mário, *Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial: ideologias e Práticas do Desenvolvimento*, Lisboa, Presença, 1988, p. 173

Internacional de São Vicente), e conta com dois portos internacionais (Porto Internacional do Mindelo e o Porto Internacional da Praia<sup>148</sup>).

Em termos climáticos “Pela situação em latitude no hemisfério Norte, o arquipélago de Cabo Verde situa-se no prolongamento da zona sub-saheliana a Oeste do continente Africano. Os factores climáticos principais que afectam o arquipélago correspondem bem a esta situação, apresentando um clima tropical seco com períodos de secas prolongados e cíclicos apresentando vários extractos climáticos bem distintos desde o árido e semi-árido junto do litoral e sub-húmido e húmido a medida que se avança para o interior e em altitude para o alto das montanhas.”<sup>149</sup>

O problema agrava -se, uma vez que a falta de água vai se juntar a um outro velho problema, que são os solos pouco produtivos. Por estas razões, não favorece a produção agrícola suficiente para o mercado internacional, mas sim uma agricultura de subsistência ou para o consumo próprio, em alguns casos para o mercado local.

### 2.3. Condicionantes económicos

*“(...) Cabo Verde(...) é um país de escassos recursos naturais; pouca água; poucos solos férteis; praticamente sem recursos materiais; sem recursos energéticos fósseis e com escassos recursos minerais e, no entanto, não é um dos mais pobres países da África, bem pelo contrário.”<sup>150</sup>*

A economia cabo-verdiana é bastante débil<sup>151</sup>. O país dispõe de poucos recursos naturais. No sector primário destaca-se as práticas de agricultura e da pesca. No que tange á prática de agricultura é ineficiente devido às fracas precipitações e ao mesmo tempo bastante irregulares, fazendo com que a quantidade produzida se destine ao

---

<sup>148</sup> Este ultimo substitui, o Aeroporto Internacional de Ribeira Grande de Santiago, que chegou a ser um dos portos mais importantes da África, utilizado pelos europeus no tráfico de escravos, entre outras actividades.

<sup>149</sup> Informação disponível no Ministério do negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação, [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=42&Itemid=73](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=73) [ Consultado em 07 de Outubro de 2009]

<sup>150</sup> GÔIS, Pedro, *Emigração Cabo-verdiana para [e na] Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalhos Locais*: Lisboa, Milão, Roterdão, Lisboa: ACID, 2006, p. 11

<sup>151</sup> Os últimos dados (2008) revelados pelo Banco de Cabo Verde são os seguintes: Produto Interno Nominal (130,3 milhões de escudos); Produto Interno Bruto Nominal (1.730,1 milhões de dólares); Produto Interno Bruto Percápita (3.436, 2 dólares)

consumo próprio e em alguns casos ao mercado nacional não conseguindo ter presença relevante no mercado internacional. Em relação à pesca, se calhar Cabo Verde podia ser mais competitivo neste ramo de actividade, por ser um país arquipelágico com uma extensa zona territorial marítima, mas utiliza-se uma pesca bastante artesanal e pouco moderna, não conseguindo deste modo aproveitar todas as potencialidades marítimas do arquipélago.

Aplicando a Teoria da vantagem comparativa,<sup>152</sup> a qual considera que um país deve dedicar-se mais a produzir e exportar aquilo que é mais competitivo e importar aquilo que é menos competitivo, podemos dizer que em Cabo Verde nem sempre esta realidade constitui uma prática, o ideal era que houvesse um maior investimento no que tange à exploração marítima que o país tem um maior potencial, evitando o afastamento das pessoas em relação à actividade piscatória em detrimento de uma concentração massiva das pessoas na actividade agrícola, que é muito condicionada pelas chuvas, que como já o referimos, são escassas e irregulares. Não estamos a advertir para que seja aplicada esta teoria tal como é defendida pelos seus teóricos, apenas estamos a demonstrar uma falta do investimento público neste sector, o que constituiu um grande desperdício no sentido de produzir valor acrescentado<sup>153</sup>. Até porque uma grande parte da população sobrevive da agricultura, mas como já referimos anteriormente, as técnicas são sempre as mesmas, pouco modernizadas, muito condicionada pela falta de água.

Há alguns sinais de melhoria em relação à gestão dos recursos hídricos, nomeadamente através de mecanismos de retenção das águas das chuvas, que depois são reutilizadas nas regas das vegetações, estamos a referir por exemplo a construção da primeira Barragem em Cabo Verde, na ilha de Santiago, no âmbito da cooperação com China. Neste momento existe um Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

---

<sup>152</sup> Sobre a Teoria da Vantagem Comparativa ver, Samuelson, P. e W. Nordhaus, *Economia*, MacGraw – Hill, 16ª edição, 1999, pp. 295-302

<sup>153</sup> O actual governo reconhece a importância do Mar no processo do desenvolvimento de Cabo Verde “Enquadrado no que definimos como economia marítima, é sabido que o mar exerce uma forte influência no tecido sócio -económico do arquipélago, sendo inúmeras as actividades envolvidas, destacando-se os transportes marítimos, a pesca, o turismo, os desportos náuticos, a construção e a reparação naval, para além de constituir em fonte privilegiada de obtenção de água e de produção do Sal (Programa do Governo 2006 – 2011, p. 33). Embora pouco visível, já se começa a traçar alguma política externa neste domínio: foram criadas as possibilidades de actuação de embarcações de pesca nacionais com a assinatura de acordo de pescas e/ou protocolos de implementação, nomeadamente com Senegal, a Mauritânia e a Guiné-Bissau; foi rubricado o protocolo de Acordo de pesca com a União Europeia para o período de 2001 – 2006 e assinado um novo acordo de parceria, no domínio das pescas entre Cabo Verde e União Europeia, para o período de 2006 – 2011. Bem como algumas medidas nacionais de exploração marítima, que consta no actual programa do governo.



(INGRH) ligado ao Ministério da Agricultura e Pescas, com o objectivo de garantir uma gestão racional da água, ao serviço do desenvolvimento. Contudo, os resultados ainda não são bastantes nítidos, com a existência de apenas uma única barragem, todos os anos se assiste a um grande desperdício das águas das chuvas para o Mar, por isso, torna necessária a construção de mais barragens em Cabo Verde, nomeadamente nas ilhas onde a pluviosidade é maior, Santiago, Santo Antão e São Nicolau.

É evidente que a construção destas barragens pressupõe elevados custos económicos, neste caso seria vantajoso encontrar mais parceiros externos, que financiem a sua construção. Se isso vier a acontecer, a agricultura em Cabo Verde será mais competitiva e dinâmica, quem sabe, poderá ter um lugar de destaque no Mercado Internacional.

No entanto, é de salientar, que nem todos os especialistas em geografia que debruçam sobre o estudo de ambiente e recursos naturais concordam com as mesmas soluções. João Mascarenhas Monteiro apesar de reconhecer o problema da escassez de água discorda com o projecto de construção de barragens de grandes dimensões, alegando questões como problemas ambientais. Este geógrafo apresenta outras alternativas sem dúvida mais ecológicas, como a aposta na correcção torrencial das linhas de água, com a construção de diques transversais e medidas de conservação do solo nas vertentes, num conjunto de intervenções com reflexos positivos nas reservas de água e no controlo da erosão.<sup>154</sup> Ao nosso ver, porém, são inefficientes no sentido de gerar riqueza nacional, por isso analisando o custo/benefício, consideramos o modelo de construção de barragens de grandes dimensões, mais viável e modernizante para a Economia cabo-verdiana.

Em relação ao sector terciário, o país consegue arrecadar uma quantidade significativa de receitas proveniente do turismo, uma vez que consegue atrair muitos turistas por ano, que se sentem interessados pelas praias nacionais, pelo clima e pela sua estabilidade social e política.

Os últimos dados estatísticos mostram que o desenvolvimento de Cabo Verde está mais associado ao sector terciário, onde o turismo continua a afirmar-se como uma das principais fontes de receitas nas finanças públicas de Cabo Verde. De acordo com a

---

<sup>154</sup> João Mascarenhas Monteiro, *Problemática do Solo e da Água e o Ordenamento do Território em Santiago (Cabo Verde)*, Lisboa, Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de mestre, apresentado a FCSH – UNL, 2007, pp. 101 - 102

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

tabela que se segue podemos constatar que, o sector terciário, é o principal sustentáculo da economia cabo-verdiana. Os outros sectores têm uma expressão reduzida, nomeadamente o sector primário, onde as limitações estruturais da agricultura e a inexistência de outros recursos naturais impede o seu desenvolvimento á excepção da pesca, que possui algum potencial, embora numa fase de desenvolvimento bastante embrionária, talvez não deva ser justificada só pela natureza insular, situação geográfica e condições geoclimáticas, mas, e principalmente, pela escassez de recursos de vária ordem, em especial os financeiros, e pela falta de aproveitamento dos recursos naturais do arquipélago.<sup>155</sup>

**Tabela 2 – Sectores de actividade em função do PIB (Oferta) em Cabo Verde**

<b>Produto Interno Bruto % PIB (Oferta)</b>			
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Agricultura</b>	7,3	5,2	4,8
<b>Pesca</b>	1,2	0,9	0,8
<b>Indústria</b>	7,7	8,3	7,6
<b>Construção</b>	7,6	7,5	6,9
<b>Serviços</b>	68,5	70,2	64,1

**Fonte:** Banco de Cabo Verde e Caixa Geral de Depósitos

De resto, a economia cabo-verdiana está dependente das remessas dos seus emigrantes na diáspora, dos empréstimos e das ajudas internacionais ao desenvolvimento que contam com uma boa gestão dos mesmos pelos responsáveis locais.

Precisamente por ser um país com uma economia muito dependente do exterior, face ao actual cenário da economia mundial, bastante fragilizado pela crise iniciada em 2008, com o epicentro em EUA, através da ocorrência de vários acontecimentos, que vai marcar a história económica internacional, como por exemplo a falência da *Lehman Brothers*, evidentemente, que Cabo Verde também sentiu o impacto negativo, na sua economia. Deste modo a actividade económica nacional, medida pelo crescimento do

---

<sup>155</sup> Caixa Geral de Depósitos, *Cabo Verde: dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos, 1ª edição, 2007, p. 51

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

PIB real, segundo estimativa do Banco de Cabo Verde, registou uma desaceleração no seu ritmo de crescimento de 6,7 em 2007, para 5,9% em 2008.<sup>156</sup>

Fazendo um pequeno enquadramento da economia internacional neste período, praticamente todas as economias ditas avançadas não conseguiram resistir o efeito da crise, a Economia mundial registou em 2008 um crescimento económico de 3,1% (5,1% em 2007), baseando nas estimativas do FMI, com o reflexo no abrandamento da actividade económica particularmente das economias mais avançadas. Analisando o impacto desta crise económica e financeira das principais economias, os dados não foram muito boas, nos EUA as estimativas do FMI apontam para uma deterioração da taxa do crescimento do PIB para 1,1% em 2008, o que compara aos 2% registados no ano anterior.<sup>157</sup>

Os efeitos desta crise também foram semelhantes para outras economias, como a da Zona Euro, também não escapando desta crise as economias emergentes.

Neste contexto pouco favorável no que tange á estabilidade económica internacional, a Economia Africana, também sentiu os efeitos desta crise, houve diminuição dos fluxos dos investimentos externos, a redução das remessas dos emigrantes e das receitas provenientes do turismo.

Os impactos negativos da crise em Cabo Verde afectaram principalmente, estes dois sectores, diminuição das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes.

A Economia Internacional começa a ressentir-se nos principais Mercados Internacionais (Nos Estados Unidos de América e Na Zona Euro). Os dados apontam para um crescimento da Economia de 5,6% no 4º semestre de 2009, nos EUA e na Zona Euro os dados apontam para o crescimento do PIB na ordem de 0,4%.<sup>158</sup> Deste modo, as Economias muito dependentes do Exterior como o caso de Cabo Verde poderão melhorar substancialmente.

---

<sup>156</sup> Banco de Cabo Verde, *Relatório Anual de 2008*, Praia, 2009, p.10

<sup>157</sup> Banco de Cabo Verde, *Relatório Anual de 2008*, p.18

<sup>158</sup> Fundo Monetário Internacional, Banco de Portugal, Banco de Cabo Verde (2010)

## 2.4. Em torno da demografia

*“ E se eu voltar*

*Se voltar para a pobreza da nossa terra,*

*Tal como fui,*

*Humilde e sem riquezas, também não chorem por mim,*

*Não tenham pena de mim. ”<sup>159</sup>*

Os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, referente ao ano de 2008, Cabo verde contam com uma população de 499 796 habitantes. No entanto a distribuição da população é bastante desigual por ilhas/concelhos, significa que há ilhas e concelhos mais populosas e outras menos, umas mais povoadas e outros menos. Deste modo, a ilha de Santiago é a mais populosa, de seguida São Vicente e a menos povoada constam as ilhas de Maio, Brava e Boavista, ainda é de realçar uma aglomeração das populações nos principais centros urbanos (Praia, Mindelo, Espargos), resultado em grande parte das migrações internas provenientes dos meios rurais para os grandes centros urbanos, devido a uma centralização política, económica e administrativo nestes principais centros urbanos.

Cabo verde tem tido um crescimento acelerado, pelo menos desde dos anos 90 para cá, algumas causas apontadas para este crescimento acelerado sobretudo nos anos 90, são os seguintes: diminuição da taxa de mortalidade e o aumento da esperança média de vida; reflexos da política restritiva da emigração; crescente entrada dos imigrantes da Costa da África Ocidental e da África Lusófona;<sup>160</sup> embora os demógrafos como é o caso do autor que estamos a citar, preveja um abrandamento, na qual apresenta algumas causas associadas: diminuição da Taxa de Mortalidade Infantil e de Natalidade; melhores níveis de vida, etc.<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> BARBOSA, Jorge in “**Claridade**”. Este estrofe do poeta, demonstra uma realidade cabo-verdiana, a emigração, que está estritamente ligada á sua demografia (um país de tradição emigratória).

<sup>160</sup> BRITO, Pedro Moreno, *Análise da Situação Demográfica de Cabo Verde 1990 – 2000 (Prospectiva para o ano de 2025)*, Lisboa, 2003, Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de mestre em Estatística e Gestão de Informação, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, p. 153

<sup>161</sup> BRITO, Pedro Moreno, *Análise da Situação Demográfica de Cabo Verde 1990 – 2000 (Prospectiva para o ano de 2025)*, p. 154

Tendo em conta estas especificidades da demografia cabo-verdiana, ou seja, um crescimento da população acelerado não acompanhado da criação de riquezas capaz de garantir a sustentabilidade de todos, a emigração continua a ser, como sempre foi, uma primeira opção por parte dos cabo-verdianos, na procura de melhores condições de vida no exterior.

Cabo verde sempre foi um país com uma forte tradição emigratória, face a escassez dos recursos internos, as secas prolongadas obrigaram muitos cabo-verdianos a emigrar. Nas análises de um dos expoentes históricos nos estudos da emigração cabo-verdiana, “A história das ilhas está toda ela marcada por fenómenos naturais desconcertantes, alguns graves, e que, em certa parte, explicam a emigração do cabo-verdiano.”<sup>162</sup> No século XX, o arquipélago não escapou a grandes crises internacionais, e situações de secas que, conduziram à fome e à morte de um numero significativo dos cabo-verdianos, estando por detrás da saída de um numero considerável destas gentes para outros países<sup>163</sup> dentro do continente africano (Senegal, São Tomé e Príncipe e Angola), neste caso situando o cronologicamente nos anos entre 1927 – 1945, já depois deste período vai marcar um novo período de grande saída dos cabo-verdianos para o exterior, neste caso para a Europa, num período que este continente caracterizava-se por uma escassez de mão-de-obra e da necessidade de reconstrução pós Segunda Guerra Mundial, também sem se esquecer a primeira vaga de emigração cabo-verdiana, nas primeiras décadas do século XX para os Estados Unidos de América.

Actualmente o número dos cabo-verdianos na diáspora é superior aos que residem no arquipélago. De acordo com as projecções demográficas do Instituto Nacional de Estatísticas referente ao ano de 2008, a taxa de migração era no valor de - 1 355.00, o que acaba por ter um grande impacto no desenvolvimento económico de Cabo Verde.

Ao contrário da problematização que fazemos sobre o desenvolvimento da África, na qual consideramos a questão demográfica como uma das causas do subdesenvolvimento do continente, para o caso de Cabo Verde, a questão demográfica tem grande peso no desenvolvimento das ilhas, claro, quando associado ao fenómeno da emigração. A emigração cabo-verdiana, contribui no processo de desenvolvimento de

---

<sup>162</sup> CARREIRA, António, *Migrações Nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Sociais e Humanas, 1ª edição, 1977, p. 35

<sup>163</sup> MURTEIRA, Mário, *Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial*, ob., cit., p. 176

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Cabo Verde, através das remessas<sup>164</sup> que estes enviam para as suas famílias e os investimentos que eles fazem no país.

É um país de tradição emigratória, não só os dados estatísticos demonstram uma diáspora cabo-verdiana, superior aos residentes no arquipélago, como se pode ver o exemplo da tabela 3, referente a estimativas (1986 – 1997), mas também pelo período histórico que remonta às primeiras vagas da emigração cabo-verdiana: “ Pode afirmar-se, sem receio de desmentido, que de todos os territórios africanos do antigo ultramar português, foi o arquipélago de Cabo Verde o primeiro na emigração.”<sup>165</sup>

Portanto, aqui a análise central, refere-se à diáspora na política externa cabo-verdiana. Pelo número dos cabo-verdianos a radicarem no exterior e o contributo deles no desenvolvimento económico do país de origem, “ para Cabo Verde, a emigração, é um fenómeno estrutural com grande impacto no equilíbrio físico e social no arquipélago, no financiamento do bem-estar dos emigrantes e das suas famílias, na mudança social e cultural no país, assim na transformação política e no desenvolvimento nacional”.<sup>166</sup> Com isto queremos dizer, que o papel da diáspora no desenvolvimento de Cabo verde, não se circunscreve, apenas as remessas dos emigrantes em termos monetários, mas representa um contributo amplo, que começa no combate á pobreza nas ilhas, e estende-se ao investimento privado, através de bens imobiliários (Para quem conhece Cabo Verde, sabe que os melhores empreendimentos habitacionais pertencem aos emigrantes, bem com um numero razoável das empresas privadas, meios de transportes que facilitam ligações diárias entre as diferentes zonas e regiões, as poupanças que depositam nos Bancos Nacionais etc.). Por isso, é justo e faz todo o sentido, uma boa política externa para a diáspora, não só como estratégia de desenvolvimento, mas também no sentido de implementar um conjunto de medidas concretas, que contribua para uma maior integração destes emigrantes nos países de acolhimento e participação activa nos assuntos internos do país de origem, como por exemplo a representação dos seus interesses assegurada pelos mais altos representantes da Nação.

---

<sup>164</sup>De acordo com o relatório do Banco de Cabo Verde de 2009, as remessas dos emigrantes no ano de 2006, atingiram os 26,5 milhões de Euros, no entanto este valor tem decrescido fazendo com que no ano de 2008, as remessas dos emigrantes ficaram pelo valor de 18,9 milhões de Euros. Apontam como causas deste decréscimo, a depreciação do dólar americano e o impacto da crise global.

<sup>165</sup>CARREIRA, António, *Migrações Nas Ilhas de Cabo Verde*, p. 63

<sup>166</sup>TOLENTINO, André Corsino, Carlos Manuel Rocha, Nancy Curado Tolentino, *A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa, ACID, 2008, p. 196

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

É um assunto que tem causado alguns debates na literatura científica, nos *media* na agenda política cabo-verdiana, chegando muitas vezes a surgir opiniões e posições divergentes, por exemplo se as legislações e os discursos políticos tem efeitos práticos para com a diáspora.

Das críticas que disparam sobre o governo em relação á diáspora, chegam mesmo a falar de situações de abandono, tomando como o exemplo, a diáspora cabo-verdiana em S. Tomé e Príncipe, onde existe um número significativo de cabo-verdianos, que emigraram para aquele arquipélago lusófono, afim de trabalharem nas plantações e nas roças sem possibilidades de regressarem á terra Natal: “(...), a diáspora para o Sul foi ficando como que esquecida em resultado dos condicionalismos da trajectória social dos cabo-verdianos, primeiro marcada pela subalternidade no tempo colonial, depois pela marginalidade e pelo empobrecimento no pós independência(...) Numa terra com escassas oportunidades, como S. Tomé e Príncipe, os comportamentos e representações dos cabo-verdianos apelam para a terra natal, cada vez mais distante ao nível económico e social, mas quiçá mais próxima no plano afectivo e simbólico.”<sup>167</sup> É um dado curioso, efectivamente existe uma diáspora cabo-verdiana significativa neste arquipélago, que devido a sua interactividade no dia-a-dia com os São-tomenses, muitos destes últimos falam hoje o crioulo de Cabo Verde. É um assunto que vamos debatê - lo, no capítulo seguinte, ao problematizar os três eixos da política externa Cabo-verdiana, em que a política externa para a diáspora, é uma delas.

---

<sup>167</sup> NASCIMENTO, Augusto, *O Sul Da Diáspora: cabo -verdianos em Plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*, Praia, Edição da presidência da Republica de Cabo Verde, 2002, p. 13

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Tabela 3 – Remessas dos emigrantes por país de origem (Milhões de CVE)**

Remessas dos emigrantes por país de origem (Milhões de CVE)					
	2006	2007	2008	Acumulado Janeiro Set.2008	Acumulado Janeiro Set.2009
Estados Unidos	329,8	1. 672,9	1.474,9	1.036,2	1.173,1
Países Baixos	170,4	1.039,3	1.206,9	916,3	715,6
França	379,0	2.253,6	2.276,6	1.726,2	1.671,8
Itália	106,2	698,5	713,9	543,2	533,2
Alemanha	121,5	140,1	145,6	103,3	99,8
Portugal	3.096,1	3.094,1	3.138,9	2.336,8	2.308,3
Reino Unido	212,2	223,3	259,9	194,5	224,3
Suíça	212,2	199,3	242,1	162,4	196,3
Angola	25,5	31,2	52,7	33,6	29,0
Luxemburgo	217,5	246,7	294,1	216,5	228,2
Espanha	429,7	334,5	353,1	251,7	311,0
Outros	197,9	225,6	270,5	197,8	201,7
<b>Total</b>	<b>5.498,2</b>	<b>10.159</b>	<b>10.424,3</b>	<b>7. 718,6</b>	<b>7.692,4</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

Ainda em torno da demografia, do ponto de vista sociocultural, Cabo Verde, é caracterizado por uma população homogénea, com inexistência de grupos étnicos<sup>168</sup> ou tribais. Quase a totalidade da população professam a mesma religião (Cristã Católica), inexistência de diversidade sociolinguística. Uma característica peculiar da sociedade cabo-verdiana, diferenciadora das sociedades africanas em geral, caracterizadas por divisões tribais e religiosas, que muitas vezes fomentam conflitos, perseguições étnicas e religiosas. Esta é uma das razões, que justifica a inexistência de conflitos políticos e sociais bem como uma boa estabilidade governamental em Cabo Verde. Como defende Robert A. Dahl: “É mais provável que as instituições políticas democráticas se desenvolvam e mantenham num país culturalmente bastante homogéneo do que num país com subculturas profundamente diferenciadas e em conflito.”<sup>169</sup>

<sup>168</sup> No quotidiano cabo – verdiano, os naturais da ilha de Santiago, são chamados de *badius* e os naturais das restantes ilhas, *Sampadjudu*, mas não constitui qualquer factor de diferenciação étnica. Do ponto de vista linguístico, têm como língua materna o crioulo, a única diferença que se pode notar é que em cada ilha, a pronúncia do crioulo é um pouco diferente, que aliás é comum praticamente em todos os países, existirem sotaques diferentes em torno da mesma língua.

<sup>169</sup> Robert A. Dahl, *Democracia*, p. 172



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Por outro, lado a população cabo-verdiana, tem-se evoluído favoravelmente em relação á alfabetização e literacia, tornando como factor chave do desenvolvimento e transformação do país.

**Tabela 4 – Estimativas dos cabo-verdianos no estrangeiro (1986 – 1997)**

Estimativa da população					
	Mínima	Máxima	Média	Nº de fontes consultadas	Quantidades de valores apresentados
<b>América</b>	<b>255 000</b>	<b>410 000</b>	<b>287 000</b>		
EUA	250 000	400 000	281 300	8	3
Argentina	2 000	3 000	2400	7	2
Brasil	2 000	4 000	2700	7	3
Canadá	-	4 000	-	4	2
Venezuela	-	-	-	3	1
<b>Europa</b>	<b>63 000</b>	<b>133 000</b>	<b>133 000</b>		
Portugal	35 000	70 000	52 100	7	4
França	7 000	30 000	12 500	8	6
Holanda	800	19 000	11 900	8	4
Itália	200	10 000	9500	6	2
Espanha	1 500	15 000	6300	8	2
Luxemburgo	3 000	3 000	3000	6	1
Suíça	1 000	2 000	1600	6	1
Alemanha	7 000	3 000	1000	6	3
Suécia	500	2 000	900	6	2
Bélgica	800	8 000	800	5	1
Noruega	200	500	300	5	2
<b>África</b>	<b>48 000</b>	<b>76 000</b>	<b>71 000</b>		
Angola	10 000	40 000	34 400	7	3
Senegal	22 000	25 000	24 100	7	3
São Tomé e Príncipe	7 000	8 000	7 900	7	2
Guiné – Bissau	2 000	2 000	2000	5	1
Gabão	2 00	3 000	900	4	2
Moçambique	5 00	1 000	800	6	4
Costa de Marfim	-	2 000	-	3	2
África do Sul	1 00	100	100	1	1
Zâmbia	-	-	-	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>366 000</b>	<b>620 000</b>	<b>458 000</b>	<b>5.5</b>	<b>2.5</b>

**Fonte:** In Pedro Góis, 2006, p. 4 0

Depois de uma análise pormenorizada, da caracterização de Cabo Verde, estamos em condições, de explicar melhor a sua política externa. Analisando com atenção cada um dos pontos que debatemos neste capítulo, facilmente podem constatar que cada um deles, tem uma ligação directa com a política externa de Cabo Verde.

Analisando ponto por ponto:

1) A evolução do Sistema político-constitucional, para uma estabilidade política extrapolando para o nível internacional, dando uma maior credibilidade internacional

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

como um Estado viável capaz de proporcionar um desenvolvimento sustentável e equilibrado;

2) Do ponto de vista demográfico, como tivemos a oportunidade de ver, estamos perante um país de tradição emigratória, com uma diáspora superior aos residentes no arquipélago, com o contributo fundamental no desenvolvimento, e ao mesmo tempo consta-se, que dos principais parceiros externos de Cabo Verde, são países onde residem maiores comunidades cabo-verdianas, o que significa que a diáspora pode ser um factor de interferência nas relações diplomáticas entre Cabo Verde e muitos países do mundo<sup>170</sup>, justificando deste modo uma política externa em relação com a diáspora, que aliás faz parte de uma das três linhas da política externa cabo-verdiana;

3) Do ponto de vista económico, é fácil perceber que Estado como Cabo Verde, com escassez de recursos internos, tais como mineiros, energéticos, a estratégia do desenvolvimento em grande parte só pode ser concretizado na prossecução dos objectivos externos (Cooperação internacional para o Desenvolvimento, ajudas externas, Integração Económica e Internacional, etc.);

4) Do ponto de vista geográfico, que para além de ter uma relação directa com o económico, nomeadamente a falta de precipitação e o reflexo na produção agrícola incipiente, uma grande relação que se pode estabelecer entre a geografia de Cabo Verde e a sua política Externa, tem a ver com o seu posicionamento geoestratégico, que como já aludimos implica a necessidade de uma política externa de Segurança e Defesa.

Em fim o objectivo central deste capítulo, é encontrar os pontos de contacto entre as características do país e a sua política externa.

---

<sup>170</sup> São exemplos de países, onde residem muitas comunidades Cabo Verdianas e que influência certamente as relações internacionais de Cabo Verde (EUA, Portugal, Holanda, França, Itália, Luxemburgo, Bélgica, São Tomé e Príncipe, Senegal, Angola, também aparecem países como Brasil principalmente por causa de quantidades significativas de estudantes Cabo Verdianos, que procuram as universidades Brasileiras para realizarem os seus estudos superiores.

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Tabela 5 – Pontos de contacto entre a caracterização de Cabo Verde e a sua política externa**

<b>Caracterização do país</b>	<b>Política externa</b>
Estabilidade política e constitucional	Atracção do investimento directo estrangeiro
Boa governação	Credibilidade internacional Financiamento de Ajuda externa ao desenvolvimento
Existência de parques recursos naturais internos Economia muito dependente do exterior	Uma política externa subsidiária do desenvolvimento
Localização geográfica e insularidade	A necessidade de uma política externa de segurança e defesa A inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica
Um país de tradição emigratória	A diáspora na política externa cabo-verdiana

**Fonte:** Conceção própria

### CAPITULO III

#### **Enquadramento geral da política externa cabo-verdiana. A transição política e as mudanças na política externa**

*“ As profundas e rápidas transformações de consequências imprevisíveis que se registam na Europa terão, necessariamente, seu impacto nas políticas de Ajuda Publica ao Desenvolvimento. Torna-se imperioso, portanto, encontrar uma saída para o desenvolvimento a fim de substituir a Economia de reciclagem, a qual ela própria, está em crise, tudo em conta que os fornecedores dos recursos estão a mudar de filosofia”.<sup>171</sup>*

É o capítulo em que vamos começar a responder à nossa pergunta de partida e clarificar os modelos de análises construídos. Recorre às tradições analíticas e comparadas de Ciência Política, teoria da democracia e partidos políticos, para poder enquadrar a transição política em Cabo Verde e o seu impacto na política externa. Auxiliamo-nos das correntes teóricas das teorias das relações internacionais e política internacional, para poder compreender o pensamento estratégico cabo-verdiano no processo de decisão da política externa. Para testar as hipóteses formuladas, baseiamo-nos num conjunto de fontes estatísticos e empíricos credíveis, nacionais e internacionais.

Vamos iniciar a problematização deste capítulo, fazendo um breve enquadramento histórico da política externa cabo-verdiana. Este enquadramento, visa estruturar os períodos ou fases da política externa, por forma a evitar uma análise desequilibrada. Por isso, antes de começar a abordar o impacto da transição política na política externa, tenta abordar os períodos antecedentes (1975 – 1990). Este período, anterior à transição política, problematiza a importância da política externa na viabilização e construção do Estado-Nação e contextualiza-o no contexto bipolar da Guerra - Fria, dividido por blocos (Comunista e Capitalista).

A política externa cabo-verdiana divide-se em três fases ou períodos históricos:

---

<sup>171</sup> Discurso de Pedro Pires, na altura Primeiro-ministro de Cabo Verde, na sua apresentação de cumprimentos de Ano Novo ao chefe de Estado, in Voz de Povo, 11. 01. 1990, p. II

**1º Período (1975 – 1980). Período da unidade política e constitucional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde**

O período em que ambos os países foram governados por um único partido/Estado (PAIGC), institucionalizada na Constituição Política de 1973.<sup>172</sup> Embora a independência só tivesse acontecido em rigor para ambos os países depois do 25 de Abril de 1974, antes desta data foram levadas a cabo intensas acções diplomáticas externas pelos dirigentes do PAIGC, concretamente pelo seu líder histórico Amílcar Cabral, junto das instituições multilaterais como a ONU e de algumas potências internacionais como a URSS, a China, EUA e vários países da sub-região africana. Estas acções tendiam a mobilizar apoios e influências com vista a autodeterminação dos dois territórios. Já em 1973, com a declaração unilateral da independência da Guiné - Bissau por parte do PAIGC, foram mantidas relações diplomáticas com vários países do mundo, que reconheceram como Estado independente.

As intensas relações de cooperação entre os dois países foram desenvolvidas durante este período, tais como reuniões entre as duas assembleias parlamentares, para em comum encontrarem soluções para os problemas. Estas relações institucionais entre os dois países, não aconteciam unicamente no plano interno, mas também no plano externo. Por exemplo de 1975 – 1980 funcionou em Lisboa a Casa de Guiné e Cabo Verde, a mas antiga associação que representou os dois países, e que só veio mudar de paradigma de representação com a ruptura política de 1980, existindo hoje em Lisboa a associação Cabo-verdiana de Lisboa.

Desde cedo, houve teias de interesse pelas várias facções, que compõem o PAIGC<sup>173</sup>, fazendo com que a relação entre os dois países se tornassem conflituantes, ao ponto de criar uma clivagem política o que desuniu do ponto de vista político e institucional os dois países. Enquanto que, em Cabo Verde, o processo da construção do Estado-Nação mostrava viabilidade, não obstante a sua maior vulnerabilidade devido a existência de poucos recursos internos, na Guiné-Bissau desde cedo se começou a verificar alguns incidentes que colocavam em causa a sua própria viabilidade. Tais como: a má gestão dos recursos internos, as execuções arbitrárias que vitimaram um

---

<sup>172</sup> Os artigos 22º, 23º e 68º da constituição, constitucionalizava de uma forma clara o projecto da unidade política dos dois países.

<sup>173</sup> NOBREGA, Álvaro, *A Luta Pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, ISCSP, 2003, p. 169

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

número considerável dos seus cidadãos, a pobreza incontável começou a pôr em causa a sustentabilidade do desenvolvimento do território.

Tratou-se de um período difícil, em que todos os relatórios apontavam para a inviabilidade de Cabo Verde, dado a sua exiguidade territorial, existência de poucos recursos naturais, evidentemente por causa da sua baixa renda *per cápita*. Henry Kissinger, um dos mais conceituados diplomatas do século XX, era muito céptico sobre a viabilidade de Cabo Verde.

Foi o período em que foram envidados todos os esforços, por parte das elites políticas, na maximização das ajudas externas, sobretudo a ajuda alimentar, por forma a garantir a sobrevivência da jovem Estado Nação.

O ambiente económico internacional era pouco favorável em resultado de uma das piores choques petrolíferas da história (Choque Petrolífero de 1973), causando uma grave crise económica internacional com repercussões nos pequenos Estados fortemente dependentes do exterior. O ambiente político internacional caracterizado pela afirmação de duas super-potências mundiais (URSS, EUA), com características políticas e económicas inconciliáveis. Também caracterizado por uma proliferação de conflitos regionais, na África, América Latina, protagonizadas pelas superpotências acima supracitadas, que tinham interesses estratégicos nestes territórios – O período da *Detente*. O período atrás referido, apesar de uma aparente cooperação entre as duas superpotências, em resultado do aparecimento da paridade nuclear estratégica entre ambas, a deterioração das relações sino-soviético e ao mesmo tempo uma aproximação sino-americano,<sup>174</sup> não impediu o alastramento dos conflitos no terceiro mundo, tais como os conflitos: Israelo-árabe, Angola. Foi sem dúvida um período muitas vezes de dilema estratégico das Nações em vias de desenvolvimento em saberem posicionarem-se.

Face ao contexto político e económico internacional acima supracitado, e as vulnerabilidades da jovem Estado-Nação em matéria dos recursos endógenos, desde cedo as elites políticas e governamentais, definiram e delinearam estratégias para o desenvolvimento. A maximização das ajudas externas e uma boa gestão das mesmas, foi uma das primeiras práticas a serem levadas a cabo pelas elites governamentais logo com a independência. David Hoppfer Almada, elucidou-nos algumas das boas práticas,

---

<sup>174</sup> GARTHOFF, Raymond L., *Détente and Confrontation. American-Soviet Relations from Nixon to Regan*, Washington, The Brookings Institution, 1994, p. 11

por exemplo, rentabilizar a ajuda alimentar financiada pelo PAM por forma a gerar dinheiro, emprego e fomentar deste modo o desenvolvimento económico. Segundo Hoppfer Almada o PAM queria que as ajudas alimentares fossem distribuídas gratuitamente às pessoas, mas foi sugerido ao organismo internacional a venda em vez da distribuição gratuita. O dinheiro, dessa forma conseguido, seria aplicado na criação de emprego e assim por diante. Tal prática teve êxito, tendo surgido a EMPA (Empresa Publica de Abastecimento), a primeira empresa pública a ser criada em Cabo Verde.<sup>175</sup> Ainda para o entrevistado, o desenvolvimento e a afirmação do Estado-Nação cabo-verdiana, não é o mérito apenas do governo, mas também de todos cabo-verdianos, que sempre souberam viver com o pouco que têm, que souberam sacrificar e projectar o futuro. O actual Estádio de desenvolvimento em que Cabo Verde se encontra, veio dar razão a aqueles que lutaram pela independência e que sempre acreditaram.<sup>176</sup>

A partir de 1980 deu-se uma ligeira mudança na política externa cabo-verdiana, na sequência do Golpe de Estado de 1980 na Republica da Guiné-Bissau, que pôs fim a unidade política e institucional entre os dois países. Contrariamente da tese de Suzano Ferreira Costa, na qual sustenta, que a primeira fase (1975 – 1980) corresponde a gestão dos recursos da ajuda humanitária e de emergência e a segunda fase (1980 – 1990), o apogeu da cooperação internacional para o desenvolvimento,<sup>177</sup> para nós ambas as fases representa uma intensificação da política externa e gestão dos recursos internos com vista a viabilizar a construção do Estado-Nação, sem qualquer tipo de mudanças práticas ou conceptuais na política externa, tirando a existência de uma governação interna mais autónoma, sob a égide do PAIVC.

## **2º Período (1980 – 1990). Fim da Unidade política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde**

Passaram a seguir caminhos distintos, o primeiro manteve-se aquela tradição revolucionária, com impactes negativo na sua consolidação, o segundo, passou a seguir uma linha mais progressista, que não pôs em causa a sua consolidação e o desenvolvimento. No que se refere à política externa, durante este período, é de realçar,

---

<sup>175</sup> David Hoppfer Almada em entrevista que nos concedeu, no dia 24 de Março no Hotel Altis em Lisboa.

<sup>176</sup> David Hoopfer Almada, Entrevista, op, cit

<sup>177</sup> Suzano Ferreira Costa, *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas De Integração*, Lisboa, FCSH, Dissertação de mestrado, 2009, p. 153

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

que apesar de Cabo Verde ser na altura um Estado com forte impacto do Marxismo<sup>178</sup>, poucas influências teve na condução da sua política externa. Os seus dirigentes políticos, sempre levaram em conta uma linha programática, no sentido de maximizar a concretização de desígnios externos, nomeadamente as ajudas ao desenvolvimento, isto claro, derivado de uma certa lógica, com a caracterização interna do país, que como já referimos no capítulo anterior, dispõe de poucos recursos.

Esta estratégia de desenvolvimento constitui uma realidade semelhante à diplomacia externa de Amílcar Cabral durante a luta de libertação nacional. É do conhecimento que todos os dirigentes nacionalistas africanos, tinham uma certa simpatia pelo Marxismo, Cabral não constituía uma excepção à regra, mas nunca assumiu alinhar por qualquer ideologia política<sup>179</sup>, o que fez ter beneficiado na altura de apoios externos dos vários quadrantes da sociedade internacional, seja de potências comunistas (União Soviética, China) e apoios de alguns países ocidentais, como foi o caso da Suécia. Esta diplomacia de Cabral, também fez escola do partido único em Cabo Verde, desde cedo começou a estabelecer relações diplomáticas com qualquer país do mundo, independentemente de conotações políticas e ideológicas,<sup>180</sup> ou seja, apesar de ser um Estado de orientação pro-marxista, não teve repercussões conturbadas no plano externo. Para David Hoppfer Almada, membro do Governo na altura: “ Cabo Verde com a sua independência, adoptou simplesmente o nome de Republica de Cabo Verde, e não a república popular, república democrática ou outra designação, representando claramente uma forma de não-alinhamento aos dois blocos emergente no contexto da Guerra Fria.”<sup>181</sup> Também para Norrie Maqueen, um dos melhores especialistas no estudo da descolonização portuguesa, salienta que por questões económicas e de sobrevivência negavam a Cabo Verde uma política de externa de Luxo, pelo que o não-alinhamento do país, era rigorosamente respeitado, contrariando o que se passava com a maioria dos outros Estados africanos lusófonos.<sup>182</sup>

---

<sup>178</sup> Esta componente ideológica interna, foi mais marcante no primeiro período (1975 – 1980), onde as doutrinas e as ideologias da luta de libertação nacional estavam mais presentes.

<sup>179</sup> CABRAL, Amílcar, *Alguns Princípios do Partido*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 77 – 78; CABRAL, Amílcar, *Manual Político*. S/L, Edições Maria da Fonte, 1974, pp. 67 - 69

<sup>180</sup> FOY, Colm, *Politics, Economics and Society*, London, Pinter Publishers, 1988, pp. 185-186

<sup>181</sup> David Hoppfer Almada, na entrevista que ele nos concedeu

<sup>182</sup> Norrie Macquen, *Descolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and Dissolution of Empire*, London, Longman, 1997, p. 232



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Com base nas premissas acima traçadas, da condução da política externa, fez com que Cabo Verde tornasse num dos países mais ajudados em toda a região africana, fazendo valer de facto o pragmatismo da sua acção externa.

Curiosamente, praticamente todos os países ocidentais com os quais Cabo Verde tem relações diplomáticas, ainda hoje, elas foram estabelecidas no período anterior á democratização (Portugal, França, Reino Unido, Suécia, Holanda, Itália, Espanha, Bélgica, Áustria, Republica Federal Alemã, Estados Unidos de América etc.), houve um aumento dos países do continente Europeu na qual veio estabelecer relações diplomáticas com Cabo Verde no período democrático, mas isto se deve mais ao desmoronamento da União Soviética (Ucrânia, Lituânia, Letónia, Estónia, Eslovénia, Eslováquia, etc.).

Tanto no primeiro período como no segundo, como podemos observar, os bastidores da política externa são dominados pelos dirigentes do então partido único (PAIGCV/PAICV). O processo da decisão da política externa é bastante centralizado e hierarquizado do ponto de vista institucional, de acordo com as premissas e os princípios do partido, que é a característica típica dos partidos de massas. Outras características evidenciavam tais como as regras rígidas para a escolha dos seus dirigentes, mobilização do eleitorado com base nas ideologias próprias, bem como uma forte intervenção Estatal na Economia.<sup>183</sup> Aliás, esta última característica tornou-se dominante no continente africano, ao ponto de os partidos/Estados<sup>184</sup>, optarem pelas políticas macroeconómicas insustentáveis, o que impediu a revitalização do sector privado.

A actuação dos principais dirigentes da política externa com base nas premissas acima traçadas, excluía a sociedade civil no processo da condução da respectiva política externa face a ausência de mecanismos democrático de representação política, opção pela economia planificada ou direcção central que nos finais dos anos 90 já se mostrava inadequada e desfocada da realidade política e económica internacional.

---

<sup>183</sup> DUVERGER, Maurice, *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro: Zahar, 1970, pp. 99 - 107

<sup>184</sup> SILVEIRA, Onésimo, *Africa South of the Sahara: Party Systems and Ideologies of Socialism*, Upsala, Political Science Association, 1976, pp. 34 -35

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Verificou-se uma ausência de estratégia de inserção no sistema económico internacional, ausência de mecanismos jurídicos, legais e institucionais que despertava interesse ou a possibilidade de investimentos estrangeiros privado.<sup>185</sup>

Também foram os períodos em que as relações externas de Cabo Verde com a África foram mais intensas, explicadas por razões históricas e ideológicas que os unem. Estas relações que vieram a diminuir de intensidade por varias razões:

- a) As relações externas com África, particularmente com a CEDAO começaram a trazer alguns problemas difíceis de gerir, como por exemplo a imigração ilegal;
- b) Cabo Verde tem desenvolvido uma diplomacia externa de capitação de recursos para o desenvolvimento, face a sua grande dependência externa, o que acabou por definir a Europa e os Estados Unidos de América como focos estratégico da referida diplomacia externa;
- c) A diferenciação de Cabo Verde em relação aos demais países da sub-região no que tange aos valores, como os direitos humanos, democracia e cidadania política, influenciando nas suas relações externas mais com o Ocidente.

### **3º Período (1990 – 2010). Marcado por um conjunto de reformas políticas e económicas, com reflexos directos na política externa.**

É neste ultimo período que vamos centrar mais as nossas análises. Para percebermos melhor estas reformas, varmos recorrer a conjuntura internacional da época, bem como alguns estudos e teorias de transição política, aplicando-as ao caso concreto de Cabo Verde.

No ano de 1989, deu-se um dos acontecimentos mais marcantes na história política contemporânea, a queda do Murro de Berlim e por conseguinte o desmoronamento da União Soviética. Assistiu-se deste modo, uma mudança radical do Sistema Internacional, de um Sistema Bipolar, para um Sistema Unipolar sob a liderança hegemónica dos Estados Unidos de América, defensor dos princípios como, o

---

<sup>185</sup> CARDOSO, Humberto, *O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1ª edição, 1993, p 143 e 150

capitalismo, democracia e liberdade<sup>186</sup>. Até à data, os Estados africanos, todos com influências soviéticas, opostos aos princípios ideológicos e económicos das potências ocidentais, sentiram-se obrigados a mudarem de filosofia. A questão central, prendia-se, com as ajudas externas ao desenvolvimento, uma vez que não podendo contar com as ajudas da União Soviética, que entrou em colapso, era necessário sujeitarem-se às ajudas das potências ocidentais. Mas para que isto acontecesse, eram necessários preencherem um conjunto de requisitos para poderem beneficiarem destas ajudas, um destes requisitos era a mudança dos regimes políticos internos. A partir deste momento, as pressões por parte das instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial) sobre estes países eram constantes.

Começou-se a verificar uma vaga<sup>187</sup> de liberalizações políticas sem precedentes nos Estados africanos. Nos PALOP todos optaram desde logo por esta via. Nestes casos, estávamos perante um fenómeno muito pouco estudado em Ciência Política e Relações Internacionais – a dimensão internacional das transições políticas, uma vez que estas vagas de transições, resultaram mais por causa dos factores externos, nomeadamente as pressões multilaterais.

A transição política em Cabo verde, enquadra-se neste período histórico, mas as causas da transição não se deve exclusivamente às forças exógenas, mas também questões de natureza endógena. As questões de natureza social, como por exemplo as inquietações sociais, que estiveram por de trás das manifestações estudantis no Mindelo em 1987, o distúrbio na Ilha do Maio em 1989, as manifestações dos agricultores, a oposição crescente levado a cabo pela Igreja Católica, bem como a oposição mais consistente durante os anos 80 pelos antigos militantes ditos *trotskistas* que abandonaram o PAICV,<sup>188</sup> tudo isto contribuiu para um grande desgaste deste partido o que culminou com todo o processo de transição para a democracia.

Todavia, nem sempre uma transição política significa necessariamente uma transição para a democracia. Ao longo do decurso do século XX, são vários os

---

<sup>186</sup> IKEMBERTY, G. John, *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*, Princeton, Princeton and Oxford Press, 2001, pp. 218 - 256

<sup>187</sup> Estas liberalizações políticas, veio a aumentar, a chamada terceira vagas de democratizações, que teve o seu início nos anos 70, HUNTINGTON, Samuel P, *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, London, University of Oklahoma Press, 1991; LINZ, Juan and Alfred, Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1996, pp. 3 - 87

<sup>188</sup> KOUDAWO, Fafali, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001, p. 120

exemplos de transições de ditaduras de esquerdas para ditaduras de direitas e vice-versa. Também foi uma realidade que quase na totalidade das liberalizações políticas ocorridas nos anos 90, não culminaram necessariamente com a democracia, mas neste contexto Cabo Verde constitui uma exceção à regra. Assistiu-se ao que os especialistas em matéria de transição política, chamam de transição para a democracia bem sucedida. Um primeiro exemplo a tirar que ilustra esta transição bem sucedida, é o facto de nas primeiras eleições multipartidárias, a oposição ter vencido as eleições, pondo fim os 15 anos da governação do partido único. No contexto africano foi um caso raro, mesmo nos PALOP só em São Tomé e Príncipe o fenómeno foi mais ou menos idêntico, mas que veio a desmarcar-se da realidade cabo-verdiana por causa das instabilidades governamentais que vieram a assolar este arquipélago.

Vários factores estão por detrás desta transição bem sucedida em Cabo Verde, e é indiscutível, que os requisitos socioculturais são as mais subjacentes. Primeiro é notória a inexistência de clivagens étnicas<sup>189</sup>, já está mais que comprovado que é mais fácil a democracia funcionar numa sociedade culturalmente homogénea do que numa sociedade heterogénia.<sup>190</sup> Esta homogeneidade cultural, não só impediu conflitos políticos, como também impediu a existência de instabilidade governamental. Até agora o sistema eleitoral de representação proporcional não contribuiu para existência de governo minoritário, fazendo com que mesmo seja estável e sem interrupção no mandato.<sup>191</sup> Em relação a este último aspecto, é de frisar que em determinadas sociedades multiétnicas, a democracia representativa costumam enfrentar severos obstáculos na sua afirmação, sobretudo quando existem o Sistema Eleitoral de representação proporcional, onde os governos são compostos por diferentes facções étnicas, o que acabam por serem instáveis.

Barrington Moore jr, por seu lado, considera que a existência de uma burguesia forte constitui um elemento indispensável para o estabelecimento de uma democracia,<sup>192</sup> mas não ao caso de Cabo Verde, isto para dizer que na altura da liberalização política neste país, a existência de uma pequena elite burguesa urbana nomeadamente nas

---

<sup>189</sup> ÈVORA, Roselma, *Cabo Verde: a Abertura Política e a Transição para a Democracia*, Praia, Spleen edições, 2004, p. 14

<sup>190</sup> Robert A. Dahl, *Democracia*, p. 172

<sup>191</sup> LIJPHART, Arend, *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus in Twenty – One Countries*, New Haven and London: Yale University Press, 1984, pp. 1- 45

<sup>192</sup> Barrington Moore j.r, *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975

idades da Praia ou do Mindelo, era incapaz por si só de impulsionar uma transformação social conducente á democratização.

Por outro lado se levamos em conta os requisitos socioeconómicos para a transição e evolução de um regime democrático, Cabo Verde é um caso de excepção. Robert A. Dahl considera que uma das condições favoráveis á democracia, é uma economia de mercado e uma sociedade moderna, no entanto, ele adverte que a associação próxima entre a democracia e o capitalismo de mercado esconde um paradoxo, pelo facto de uma economia capitalista de mercado gera inevitavelmente desigualdades nos recursos políticos a que diferentes cidadãos têm acesso, mesmo assim o autor encerra esta questão dizendo o seguinte: “ (...), não podemos deixar de concluir que uma economia capitalista de mercado, a sociedade que ela produz e o crescimento económico que caracteristicamente engendra constituem condições altamente favoráveis ao desenvolvimento e á manutenção das instituições políticas democráticas”.<sup>193</sup> Apesar de ser uma realidade, de que as democracias desenvolvem mais nas condições sócio - económicas como defende o autor acima supracitado, esta análise não se aplica com veemência o caso de Cabo Verde, na altura da liberalização do regime já tinha passado 15 anos do regime do partido único onde o modelo económico era a economia planificada, por outro lado, a liberalização económica protagonizada pelo novo governo sob a liderança do Movimento Para a Democracia, não serve como justificação.

Já Seymour Lipset considera que as hipóteses de um Estado vir a tornar-se democrático eram tanto maiores quanto mais elevado for os níveis de desenvolvimento económico.<sup>194</sup> O autor Samuel P. Huntington, também, faz parte da escola estruturalista da democracia, tal como Lipset, a base económica é essencial na transição para a democracia, chegando mesmo a dizer que a maioria dos países democráticos são ricos, uma vez que a correlação entre a riqueza e a democracia implica que as transições para a democracia devem ocorrer principalmente nos países com nível intermédio de desenvolvimento, defendendo ainda que nos países pobres a democratização é impossível<sup>195</sup>. Também estas análises não se aplicam ao caso de Cabo Verde, por se tratar de um país, que só há bem pouco tempo passou a pertencer o grupo dos países de

---

<sup>193</sup> Robert A. Dahl, *Democracia*, p. 182

<sup>194</sup> Seymour Martin Lipset, *Political Man. The Social Basis of Politics*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1981

<sup>195</sup> HUNTINGTON, Samuel P, *The Third Wave. Democratization in The Late Twentieth Century*, p.p. 1-30

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

desenvolvimento médio, antes era um país considerado pobre onde constavam a inexistência de muitos recursos que viabilizam o desenvolvimento económico.

Como podemos ver, todos os argumentos, acima apresentados, defendem a existência de requisitos para a transição e consolidação da democracia. Nestes casos estamos perante as chamadas teorias estruturalistas da teoria da democracia, mas pelo visto os argumentos não explicam a transição para a democracia em Cabo Verde.

Em oposição a esta escola de Ciência Política, existe a escola de contingência, que considera não existir qualquer tipo de correlação entre os requisitos sócio-económicos e socioculturais no processo de transição para a democracia. Esta escola valoriza o papel da interiorização da cultura política democrática pela sociedade civil e mas concretamente pelas elites políticas, isto acontece, quando as elites políticas detentores do poder e a oposição resolvem pactuar com vista a implementação de um regime democrático. Nestes casos muitas das vezes a iniciativa da liberalização ou da democratização partem das elites detentoras do poder. Mas, neste caso, é necessário ter atenção num seguinte aspecto, acontece que muitos dos casos em que ocorreram incitativas para a liberalização política por parte dos detentores do poder, a intenção é dar continuidade no poder, ou seja, por forças de circunstâncias a liberalização acabou por tornar-se num processo inevitável, a prioridade passa-se por definir estratégias de preservação do poder, ou ainda em casos de regimes militares ou personalistas onde as hipóteses de sucesso eram elevadíssimas.<sup>196</sup>

Por exemplo, nos casos dos PALOP a realidade foi essa, as forças de circunstâncias que como já vimos, forças exógenas, que de certa forma obrigaram a liberalização do regime, fez com que os detentores do poder intensificassem as estratégias de preservação do poder, tanto é que com a excepção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, deu-se a continuidade dos detentores do poder (uma transição mal sucedida ou falhada). Não é por acaso, que durante as campanhas eleitorais estes detentores do poder sempre apelaram o voto, alegando a questão da conquista da independência, na qual consideravam herdeiros legítimos. Os autores, que também vão ao encontro destas teses são: O'Donnell e Schmitter, ao considerarem que a acção e a decisão dos autores políticos obedecem a cálculos estratégicos, ou seja, a racionalidade

---

<sup>196</sup>HUNTINGTON, Samuel P, *The Third Wave. Democratization in The Late Twentieth Century*, pp 113 - 114

dos actores políticos, a competição entre as mesmas podem culminar com o processo de transição política.<sup>197</sup>

Em Cabo Verde, estas forças de circunstâncias de origens exógenas, fez com que o partido que detinha o poder desde de 1975 pactuasse com oposição que via crescendo, no sentido de implementar um sistema multipartidário, dali surgiram algumas reformas constitucionais negociada por forma a viabilizar o mesmo. Neste ponto, vamos discordar das análises de Roselma Évora, quando sustenta que “ a transição política em Cabo Verde foi um processo que partiu da direcção do partido único sem qualquer influência social que os levasse a tal decisão e sem nenhuma pressão externa concreta.”<sup>198</sup> Primeiro, não se pode minimizar, as contestações sociais de que partido único foi alvo e que contribuíram para o seu profundo desgaste, os casos concretos, a oposição por parte da Igreja Católica e alguns incidentes que o partido teve com a sociedade como foi o caso da manifestação estudantil no Mindelo.

A nossa maior discordância em relação a autora acima supracitada, é em relação à pressão externa, ela considera que não houve pressão externa para a liberalização política, mas sim que o partido antecipou em relação as transformações que vinham ocorrendo na África e no leste Europeu e as possíveis reivindicações populares a favor da abertura. Ela vai ainda mais longe citando Pedro Pires que por sua vez afirma “ que apesar da dependência do Estado de Cabo Verde á ajuda externa, não houve por parte de qualquer país aliados, a exigência de que fizessem a abertura”, a autora corrobora com Pedro Pires, no sentido de que Cabo Verde, não tinha altos níveis de corrupção, bons indicadores sociais em relação aos países africanos e de não ter tido fortes violações dos direitos humanos, como acontecia em outros países africanos<sup>199</sup>. Ora, na nossa análise esta antecipação não deixou de ser uma pressão externa, porque mesmo não existindo na altura uma pressão directa por parte do Ocidente, ela viria a ocorrer, (neste ponto concordamos com a tese de Philippe Schmitter, ao salientar a questão da condicionalidade multilateral, ou seja, pressões externas sobre um regime autoritário no que tange a concessão de benefícios por instituições multilaterais<sup>200</sup>), e para evitar que as consequências fossem piores, anteciparam sempre com uma estratégia de preservarem o poder, alegando, embora legitimidade histórica da conquista da

---

<sup>197</sup> Guillermo O'Donnel; Philippe Schmitter; Laurence Whitehead (eds.), *Transition from Authoritarian Rule*, 4vols., Baltimore, The John Hopkins University Press, 1986

<sup>198</sup> Roselma Évora, *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição Para a Democracia*, p. 86

<sup>199</sup> Roselma Évora, *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*, op. cit. p. 86

<sup>200</sup> Philippe Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999, p. p. 377 - 400

independência. Legitimidade histórica que veria a marcar toda a campanha eleitoral do PAICV.

No entanto é de salientar, que apesar de em Cabo Verde a transição não ter sido tão personalista como aconteceu por exemplo em Guiné-Bissau,<sup>201</sup> em que a transição gerava praticamente em torno de uma figura política, na altura, João Bernardo Vieira, em Cabo Verde também houve estratégia de preservação do poder, para não dizer uma certa convicção e optimismo por parte do PAICV, de que o eleitorado estava “ ao lado dos conquistadores da independência”. Precisamente por isso, os resultados eleitorais das primeiras eleições multipartidárias foi surpreendente para o partido que já conservava o poder há 15 anos, portanto, uma estrondosa derrota contra a ditadura e uma grande vitória em prol da liberdade e da democracia, e foi assim que, naturalmente, sem guerra e sem violência, com maturidade, e sobriedade, antecipado o próprio futuro do continente, Cabo Verde evolui para um sistema multipartidário e para uma economia de mercado.”<sup>202</sup>

Como podemos ver, Cabo Verde constitui um exemplo invulgar no contexto das democracias contemporâneas. Este paradigma da democracia cabo-verdiana, funciona como um dos pilares basilares da sua política externa, levando em conta os três eixos fundamentais da sua política externa:

- 1) Uma Diplomacia ao serviço do desenvolvimento na era da globalização;
- 2) Uma política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo;
- 3) Afirmação das Comunidades cabo-verdianas no exterior. Estes três eixos da política externa têm um objectivo em comum - a prossecução do desenvolvimento económico, político e social do arquipélago.

Só com a transição para a democracia e a sua evolução de uma forma estável, os três eixos da política externa acima mencionados passaram a funcionar de uma forma mais eficaz e mais pragmática. Ao longo destes dois últimos capítulos vamos problematiza-los e mostrar as correlações existentes. Contudo, antes de passarmos para os pontos que seguem dos capítulos, vamos apresentar algumas relações entre a democratização em Cabo Verde e a sua influência na política externa.

---

<sup>201</sup>KOUDAWO, Fafali, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, pp. 86 -87

<sup>202</sup>MANALVO, Nuno, *Carlos Veiga, Biografia Política: o Rosto da Mudança em Cabo Verde*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009, p. 11



### **3.1. Democratização e política externa cabo-verdiana**

*“Com a posse do primeiro governo eleito democraticamente, o novo primeiro-ministro anunciou o programa do governo do partido vencedor e comunicou um pacote de reformas que seriam implementadas em todos os sectores – na economia, no campo social, na política – com vista a introduzir uma nova dinâmica na política cabo-verdiana”<sup>203</sup>*

Com a democratização, deu-se: uma maior liberalização económica (foi sequenciado o processo de privatização<sup>204</sup>) em resultado das reformas económicas que permitiu uma maior inserção de Cabo Verde na Economia global, por exemplo, as negociações com as instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial; o início da descentralização política e administrativa através das autarquias locais e o maior envolvimento da sociedade civil nos assuntos públicos, contribui para uma maior democratização da política externa que dantes tudo uniformizava em torno de um partido; deu-se uma maior representação da diáspora nos assuntos públicos nacionais por via da sua representação no parlamento nacional (os círculos eleitorais da emigração); a assinatura do Acordo de Parceria Especial com a União Europeia, uma organização internacional onde os princípios como a democracia representativa e multipartidária são requisitos obrigatório para qualquer Estado que pretenda aderir ou ter uma parceria especial; por último, tem a ver com a entrada de Cabo Verde na OMC.

Neste período, ou seja, os primeiros dez anos, o novo partido eleito (MPD), que sustentou o governo, do ponto de vista da classificação dos partidos políticos, nunca se definiu como um partido ideológico (esquerda ou direita), emergiu como um partido de mudança e encontrou um terreno propício, uma vez que o eleitorado cabo-verdiano queria mesmo uma mudança. Do ponto de vista da sua estrutura, desde cedo se definiu claramente como um partido de quadro, se analisarmos com atenção o seu percurso

---

<sup>203</sup>ÉVORA, Roselma, *Cabo Verde: a Abertura Política e a Transição para a Democracia*, Praia, Spleen edições, 2004, p. 94

<sup>204</sup>ÉVORA, Roselma, *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*, op. cit. p.121. O papel do Estado na Economia foi se reduzindo substancialmente e o sector privado passou a ser vista como a principal estratégia do desenvolvimento, foram criadas mecanismos legais para facilitar o processo da transição económica (Revisão Constitucional, Lei N° 93/IV/93)

histórico e a sua característica: tendência para ser bastante personalizado, do ponto de vista da sua liderança; menos disciplinado do ponto de vista das regras internas.<sup>205</sup>

Esta falta de orientação ideológica do partido, esteve por detrás de alguns problemas, que de uma certa forma correu o risco de pôr em causa a credibilidade externa do país. O desentendimento entre alguns dirigentes máximos do partido em relação à opção política e governamental que devia ser seguido na altura. Enquanto Carlos Veiga defendia uma opção política e governamental mais voltada para questões económicas, nomeadamente as privatizações, economia de mercado, Eurico Monteiro, considerava que o partido estava a desviar do seu compromisso com as políticas sócias, isto mostrava claramente a falta da disciplina e orientação ideológica do partido, na qual resultou a primeira cisão que levou a criação de um novo partido (Partido Da Convergência Democrática), liderado por Eurico Monteiro. Mas tarde, já no ano de 2000, instalou-se mais uma crise no interior do MPD com mais uma cisão interna, que culminou com a criação de mais um partido na esfera política cabo-verdiana (Partido De Renovação Democrática). Por outro lado, constatou-se durante a governação do MPD, alguns momentos de tensão entre o partido e o Presidente da Republica, António Mascarenhas Monteiro.<sup>206</sup> Todos estes factores, não só contribui de uma certa forma para denegrir um pouco a imagem de Cabo Verde no plano externo, também contribui para a derrota eleitoral do MPD em 2001 e o regresso do PAICV ao Poder, fechando deste modo o ciclo de transição política em Cabo Verde.<sup>207</sup>

Não obstante, durante os anos 90 o novo partido emergente (MPD) ter sido pouco ideológico, ao sustentar o governo, protagonizou um conjunto de reformas políticas e económicas mais à direita do ponto de vista ideológico, na questão das privatizações, liberalização económica que, ao fim ao cabo, correspondia à exigência da nova realidade política e económica internacional.

Neste momento, o actual partido que suporta o governo, que outrora foi um partido com matriz ideológica muito à esquerda, aparece como um partido da esquerda moderada, visível nas suas actuações nos domínios políticos e económicos, que de uma

---

<sup>205</sup> DUVERGER, Maurice, *Os Partidos Políticos*, p. 100

<sup>206</sup> No fim do segundo Mandato do MPD, verificou a existência de dois Primeiro-Ministro (Carlos Veiga que tinha abandonado a função deixando como seu substituo Gualberto de Rosário), o que causou algum mal-estar entre as entidades acima supracitadas, por questões constitucionais.

<sup>207</sup> Na nossa análise consideramos, que o ciclo da transição política em Cabo Verde aconteceu em 2001 com o regresso do PAICV ao poder, veio reforçar e reconfirmar a tese de alternância de Poder. Deu-se uma nova transferência do poder, não num período como a de 90, que tratou das primeiras eleições multipartidárias em que a população queria mesmo a mudança, influenciadas por variadíssimas razões.

certa forma deram continuidades a um conjunto de opções políticas e económicas iniciadas pelo MPD, tanto no plano interno como no plano externo.

### **3.2. A democratização e a aproximação ao Ocidente**

*“Interessaria, neste contexto, indagar-se quanto ao bem fundado de considerar a democracia cabo-verdiana actual como produto genético da civilização ocidental.”*<sup>208</sup>

Para autores como Onésimo Silveira, desde a independência em 1975, o Estado de Cabo Verde vêm funcionando, sem sobressaltos e sem recurso a profundas reorganizações sociais num quadro de matriz cultural e institucional marcadamente ocidental.<sup>209</sup> Sublinhamos esta tese do autor, é que a sociedade cabo-verdiana sempre apresentou uma característica cultural e identitária muito próxima ao ocidente.

O posicionamento geoestratégico de Cabo Verde e a sua importância histórica no contexto do tráfico negreiro desempenharam um papel crucial no seu povoamento, culminando com a criação da população mestiços. Por outro lado, a sua vocação atlântica sempre foi susceptíveis às influências e importações dos princípios e culturas ocidentais, por isso, as forças exógenas dos anos 90 que culminaram com liberalização de muitos regimes políticos, encontraram um Cabo Verde com condições culturais que a viabilizou: “Conclui-se tanto a nível conceptual como a nível da praxis, que os princípios fundadores e reguladores da democracia ocidental foram absorvidos e incorporados no Sistema Político cabo-verdiano, como valores e fontes de legitimação.”<sup>210</sup>

Uma outra peculiaridade de Cabo Verde em relação à maioria dos Estados africanos face ao ocidente, é pelo facto de em Cabo Verde desde cedo as elites políticas terem atitudes mais progressistas e pragmáticas ao não centrarem na culpabilização do ocidente o seu passado colonial. Desde de cedo esta questão desapareceu da cena política cabo-verdiana centrando as suas atenções na maximização das estratégias do

---

<sup>208</sup> ALMADA, Luís Hopffer Almada «Funcionalização político-ideológica e Síndrome de Orfandade nos discursos identitários cabo-verdiano» in Direito e Cidadania, *Cabo Verde Três Décadas Depois*, Praia, número especial 2007, p. 360

<sup>209</sup> Onésimo Silveira, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 10

<sup>210</sup> Onésimo Silveira, *A Democracia em Cabo Verde*, op.cit. p. 10

desenvolvimento, tanto do ponto de vista endógeno como exógeno.<sup>211</sup> A democratização do ponto de vista político e constitucional, veio dinamizar este processo e acrescentando novas realidades socio-políticas e sócio-económicas, atribuindo maior grau de semelhança em relação ao ocidente.

A democratização em Cabo verde, contribui para uma maior aproximação ao Ocidente. Como escreve John Ikembery, que já citamos, o fim da Guerra Fria, representou a vitória dos Estados Unidos de América enquanto que para a União Soviética um desaire. Esta vitória foi acompanhada pela expansão de um conjunto de instituições internacionais ocidentais, de carácter securitário, económico. Portanto, era o início de uma Nova Ordem Internacional em que os princípios da democracia e economia de mercado falavam mais alto.<sup>212</sup> Segue-se nesta mesma linha Francis Fukuyama na sua filosofia da história, que o colapso das ditaduras representa o fim de um processo histórico, com a afirmação e hegemonia da democracia capitalista sem uma oposição forte por parte das ideologias antidemocráticas.<sup>213</sup> Fazendo uma leitura crítica à tese deste autor, o fim do modelo político e económico internacional é imprevisível,<sup>214</sup> mas também estamos em pleno acordo com o autor ao aceitarmos a evidência da universalização da democracia liberal ocidentalizada, emergida da Nova Ordem Económica Internacional Pós Guerra Fria, pese embora a *multissemia* do capitalismo liberal para que muitos autores chamam atenção, bem assim a sua vigência fragmentada: “ A China e Rússia utilizam o Capitalismo e os mercados globais, apesar de nenhuma delas ser liberal ou totalmente capitalista. Em outras áreas, o fundamentalismo religioso desafia as normas e as práticas capitalismo liberal. Agregamos por vezes todos os fundamentalismos religiosos, mas existem muitos fundamentalismos islâmicos e grandes diferenças entre, por exemplo, as variantes argelinas e saudita. O que eles têm em comum é uma reacção e uma resistência contra o capitalismo liberal secular.”<sup>215</sup>

---

<sup>211</sup> Pese-se embora, que o passado colonial em Cabo Verde não foi o mesmo como aconteceu em muitos Estados africanos, a inexistência do estatuto de indigitado, a inexistência de heranças tribais e étnicas que fomentou muitos conflitos civis pós independências, podem ser as razões subjacentes de não centrarem nas críticas ou na atribuição das responsabilidades ao ocidente das algumas anomalias internas.

<sup>212</sup> John Ikembery, *After victory*, op. cit. p. 216

<sup>213</sup> Francis Fukuyama, *The End of History and and Last Ma*. New York, The Free Press, 1992

<sup>214</sup> TOMÊ, Luís Leitão, *O Estado e a Nova Ordem Internacional: entre a Fragmentação e a Gglobalização*, Lisboa, UAL e Instituto internacional de Macau, 2002, pp. 5- 14

<sup>215</sup> NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais*, p. 266

Neste debate em torno da moldura do Sistema Internacional pós Guerra Fria, as teses e análises de Samuel P. Huntington, aproximam-se, às de Joseph S. Nye, quando salienta, que o mundo pós Guerra Fria as diferenças mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou económicas, mas sim culturais.<sup>216</sup> Isto porque, na perspectiva do autor: “ O equilíbrio de poderes entre as civilizações está a mudar: a influência relativa do Ocidente está a decair; as civilizações asiáticas estão a expandir o seu poder económico, militar e político; o Islão está a explodir demograficamente, com consequências desestabilizadoras para os países muçulmanos e seus vizinhos; as civilizações não ocidentais estão, geralmente, a reafirmar o valor das próprias culturas.”<sup>217</sup> Esta tese de Huntington, refuta por completo a tese de Francis Fukuyama sobre o fim da história.

É evidente que o Sistema Internacional Pós-Guerra Fria, é complexo, mas do seu início até agora, o mundo se encontra sobre a liderança das potências Ocidentais, quer no domínio económico, político e militar, com projecções no terceiro mundo, nomeadamente no grande continente africano. Os exemplos por si são muitos elucidativos, à frente das principais instituições financeiras internacionais como a FMI e Banco Mundial se encontram as potências Ocidentais; A NATO, até agora é a única organização internacional militar mais consistente quer no plano político, quer no operacional; a União Europeia, uma potência económica internacional; entre muitos outros exemplos, que elucidam a liderança ocidental no actual funcionamento do Sistema Internacional.

---

<sup>216</sup> Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Grávida, 1ª edição, 1999, p. 28. Outros atores, chamam atenção às grandes potências para o perigo dos grupos organizados transnacionais organizados, que utilizam técnicas modernas para as práticas de crimes, como por exemplo o terrorismo internacional, na qual destaca o Al – Qaeda, é o que defende, GRAY, Jonh, *Al – Qaeda e o Significado de ser Moderno*, Lisboa, Relógio D’ Água, 2004, p. 94

<sup>217</sup> Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, p. 21. A visão semelhante a Huntington, é do S. N. Eiseenstadt, também este autor é da opinião, que embora a modernidade se tenha disseminado em praticamente todo o mundo, não deu origem a uma civilização única nem a um modelo único de resposta política e institucional, mas a vários, ou pelo menos a muita variantes básicas, que estão constantemente a gerar a uma dinâmica própria, que está estreitamente relacionada com ela, mas que não é idêntica a sua. Por isso, para o autor, por todos estes motivos, o confronto entre as civilizações e culturas na era contemporânea adquire novas dimensões, devido ao aparecimento, por um lado, de cada vez mais esferas institucionais e ideológicas semelhantes, bem como cada vez mais esferas de actividade comum, e, por outro lado, de diferenças crescentes entre os diversos programas de modernidade das sociedades ou civilizações no que se refere a própria interpretação de modernidade. Isto poderá dar origem a tensões novas e muito intensas ou os problemas que eram inerentes a esses confrontos desde que surgiram na história da humanidade, S. N. Eiseenstadt, «O Panorama Civilizacional Contemporâneo: Uma ou mais civilizações modernas?» in *Análise Social*, vol XXVIII (122), Jerusalém, 1993 (3º), pp. 486 – 487; Uma análise mais aprofundada deste autor, ver: EISENSTADT, S. N., *Múltiplas Modernidades: ensaios*, Lisboa: Livros Horizonte, 2007

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Perante esta pressão da Nova Ordem Política e Económica Internacional, os países do terceiro mundo tinham duas alternativas: procediam a reformas nas suas políticas internas para se poderem contar com as ajudas externas; ou simplesmente optavam pela manutenção do *Statu Quo* interno e arcavam com as consequências que lhes eram visíveis, a falta do financiamento externo e agudização da pobreza. Evidentemente que a opção dominante foi a primeira.

Apesar das reformas graduais e substanciais que começaram a ser implementadas num número significativo de países, as diferenças nos percursos foram notáveis. Por exemplo, no contexto africano praticamente nenhum Estado até hoje conseguiu preencher os requisitos sociopolíticos e socioeconómicos, que os Estados Unidos de América e a Europa Ocidental impõem. Contrariamente, Cabo Verde singularizou-se neste processo, daí que as relações internacionais de Cabo Verde com os Estados Unidos de América e os países da Europa Ocidental não se têm processado da mesma forma com os restantes países africanos.

Pelo facto de Cabo Verde, ter um regime democrático comparável aos países ocidentais, com alternâncias do poder, onde oposição fiscaliza o governo em matéria governativa<sup>218</sup>, constitui uma vantagem em relação aos seus congéneres africanos a nível da concessão das ajudas externas ao desenvolvimento. Por exemplo, enquanto alguns Estados africanos não conseguem negociar com as instituições como o FMI e Banco Mundial, por não preencherem determinados requisitos, mas que por outro lado conseguem da Republica Popular da China, que não impõe quaisquer condicionalismos da ajuda externa, Cabo Verde pode beneficiar de ambas, tanto da China como dos

---





<sup>218</sup> A democracia cabo-verdiana, é uma referência a nível regional pelas características que já o evidenciamos, mas também têm as suas dificuldades e os pontos negativos. Até agora, apenas dois principais partidos (PAICV, MPD) protagonizam toda a cena política cabo-verdiana, excluindo os restantes partidos políticos nas principais decisões dos assuntos internos e externos do país; Os debates políticos e as negociações entre o partido do governo e a oposição, carece de uma maturidade política e democrática, como sustenta Roselma Évora, com a abertura política nos anos 90, o partido vencedor pouco fez no sentido da institucionalização da democracia, no sentido de que muitas das decisões que foram tomadas pelo então governo não foi negociada com oposição, contando apenas com os votos a favor do partido que sustentava o governo, para a autora o partido do governo confundiu a democracia com o *majoritarismo*; Assiste-se sem dúvida uma falta da interiorização da cultura política democrática, tanto por parte das elites políticas e governamentais, como por exemplo a questão do debate político, mas também por parte da própria sociedade civil, temos uma sociedade civil “fraca”, incapaz de responsabilizar os seus eleitos pelos actos, uma grande parte da sociedade civil, que não fazem uma reflexão profunda antes de exercerem os seus direitos de voto, na opinião de Jorge Carlos Fonseca, citado por Roselma Évora “ a sociedade civil é fraca e apática, pois herdou um modelo arcaico e autoritário do colonialismo português que se perpetuou com o regime monopartidário (p. 15). Na verdade, a democracia exige o cumprimento escrupuloso dos actos eleitorais, que em Cabo Verde, tem funcionado de uma forma transparente e pacífica, mas também os falhas acima mencionadas, também deve fazer parte.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

países e instituições financeiras internacionais acima referidas. Com estas abordagens, tentamos demonstrar, que politicamente e culturalmente, Cabo verde se encontra mais próximo da Europa do que a África; a sua democracia, o respeito pelos direitos humanos, o catolicismo, afastam-no da realidade africana, tornando-o mais próximo do ocidente.

Face a uma política externa marcadamente desenvolvimentista, estas características internas, acabam por ter o reflexo na condução da sua política externa mais em relação ao ocidente do que à própria região em que geograficamente se encontra inserido. Isto mostra que, em Cabo Verde, a democratização, o desenvolvimento e a política externa se encontram inter-relacionados entre si. Pese embora, que alguns autores como Adam Przeworsk, Michael E. Alvarez, José António Cheibud e Fernando Limongi consideram que os regimes políticos não explicam o crescimento e desenvolvimento económico.<sup>219</sup> No nosso entender pelo facto de um regime ser democrático, há uma maior transparência na gestão dos fundos públicos, maior transparência nas suas relações políticas e económicas internacionais, maior respeito pelos direitos humanos, o que não só produza o crescimento económico, mas também um desenvolvimento sustentado.

**Tabela 6 – Indicadores da Democracia em Cabo Verde numa perspectiva comparada com alguns países**

País	Ranking	Resultado Global	I Processo Eleitoral e Pluralismo	II Funcionamento das Instituições Governamentais	III Participação Política	IV Cultura/Maturidade Política	V Direitos Cívicos
 Suécia	1	9,88	10,00	10,00	10,00	9,50	10,00
 Estados Unidos	10	8,22	8,75	7,00	7,22	8,75	8,50
 Portugal	25	6,65	6,50	6,21	5,66	7,50	6,41
 Cabo Verde	34	7,81	8,17	7,88	8,67	8,25	8,12
 Roménia	39	7,47	8,17	7,50	5,00	8,25	8,41

Fonte: Democracy Index, 2008

<sup>219</sup> Adam Przeworsk, Michael E. Alvarez, José Antonio Cheibud e Fernando Limongi, *Democracy and Development: political Institutions and well-being in the World, 1950-1990*, Cambridge, University Press, 2003, pp. 78-88

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Como podemos ver os indicadores da democracia em Cabo Verde, são satisfatórios. No contexto regional, só o Botswana possui uma democracia comparável a Cabo Verde. É um outro país da sub-região com uma democracia estável,<sup>220</sup> baseado nas eleições livres e multipartidárias desde de 1965, sequenciado por uma estabilidade política e desenvolvimento económico. Contudo, diferencia-se da democracia cabo-verdiana por nunca ter conhecido alternâncias do poder, o partido Botswana *Democratic Party* mantêm-se no poder desde de 1965 de uma forma democrática.

Não obstante a hegemonia e a liderança do Ocidente na política internacional, o ordenamento do Sistema Internacional é mutável, por isso, a longo ou médio prazo não se saberá se o Ocidente continuará nesta liderança ou entrará em declínio. Existem nestes momentos as chamadas potências emergentes (Brasil, China, Índia), a reemergência da Rússia e o crescimento forte das economias asiáticas.<sup>221</sup> Por outro lado, desde os anos 60, que os Estados Unidos de América, vem perdendo a sua supremacia do poder nuclear em resultado da expansão e da proliferação do armamento nuclear, Torbjorn L. Knutsen, considera que a expansão do armamento nuclear para novas potências: China (1964), Índia (1974), Israel (1979), e também possivelmente: Brasil, Argentina, Iraque e Coreia do Sul, contribui para um relativo declínio do Poder Americano.<sup>222</sup> Já para Abel Cabral Couto “ o eventual desenvolvimento de novas superpotências nucleares, isto é, de potências dispostas de forças invulneráveis e capazes de provocarem danos inaceitáveis em qualquer região do globo transformaria o actual sistema num sistema verdadeiramente multipolar; com mais de dois pólos de decisão.”<sup>223</sup>

A História já ensinou-nos, que a mudança do Sistema Internacional é imprevisível, costuma acontecer de forma brusca e inesperada. Entre as duas grandes guerras mundiais existiu um Sistema Multipolar (Estados Unidos de América, União Soviética, Europa), com o declínio da Europa no pós Segunda Guerra Mundial e a afirmação de duas superpotências passamos a ter um Sistema Bipolar (Estados Unidos de América e União Soviética), com o colapso inesperado da União Soviética nos finais

---

<sup>220</sup>SANTO, Paula do Espírito, *Poder, Conjuntura e Eleições em África: o Caso do Botswana*, in BARATA, Óscar Soares, Sónia Infante Girão Frias Piepoli, **África Género, Educação e Poder**, Lisboa, ISCSP-UTL, 2005, p. 475

<sup>221</sup> CUTILEIRO, José, *O Declínio do Ocidente*, Expresso 5 de Junho de 2010

<sup>222</sup> Torbjorn L. Knutsen, *The Rise and Fall of World Orders*, Manchester, Manchester University Press, 1988, p. 243

<sup>223</sup> Abel Cabral Couto, *Elementos da Estratégia: apontamentos para um curso*, Lisboa, Instituto de Estudos militares, 1998, p.149



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

dos anos 80 passamos a ter um sistema Unipolar liderado pelos Estados Unidos de América e pós 11 de Setembro está se a verificar paulatinamente algumas transformações no Sistema Internacional, na qual não saberá futuramente qual será o resultado de tudo isto.

Com base nos pressupostos acima descritos, os agentes da política externa de Cabo Verde deverão estar preparados para implementarem e coordenarem a política externa, independentemente do Sistema Internacional (seja ele, multipolar, bipolar ou unipolar) e independentemente de ser liderado pelo Ocidente ou pelo Oriente ou o que for.

Neste momento é de extrema importância a redefinição da estratégia na política externa cabo-verdiana em apostar fortemente nas relações diplomáticas e cooperação com as potências emergentes acima supracitadas, na qual pode tirar vantagens advenientes, na medida que estes países possuem muito que interessa a Cabo Verde na prossecução do seu desenvolvimento.

### **3.3. As principais linhas desta política externa:**

*“No state can existe without a foreign policy and Cap Verde, perhaps more than most, has had to define its foregn relations very carefully. As a small, poor county, it needs to have relations with others in order to obtain financial and diplomatic assistance for its development programs; its geographical position gives Cape Verde a strategic importance far in excess of its size; and finally, the large number of Cape Verdian emigrants in the outside world render the maintenance of multifaceted foreign relations inevitable.”<sup>224</sup>*

Desde cedo, o Estado cabo-verdiano começou a desenvolver uma estratégia de internacionalização e afirmação no mundo. Esta internacionalização, teve maior preponderância com a transição política ocorrida nos anos 90: “ A estratégia de desenvolvimento, delineada desde o inicio da década de 90, visa inserir Cabo Verde na

---

<sup>224</sup> FOY, Colm, *Cape Verde: Politics, Economics and Society*, London, Pinter Publishers, 1988, p. 177

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Economia internacional, com base na exploração de vantagens comparativas em termos de mão-de-obra qualificada e salários mais baixos, de localização estratégica e de penetração em mercados a que o país está associado na África Ocidental, Europa e América.”<sup>225</sup>

Várias vias de internacionalização foram usadas, e uma delas situa-se no campo diplomático, quer por via das relações diplomáticas bilaterais, quer por via do multilateralismo. No plano bilateral assiste-se cada vez mais países a estabelecerem relações diplomáticas com Cabo Verde. No plano multilateral têm-se assistido um aumento da participação de Cabo Verde em diversas organizações internacionais, tanto a nível regional (CDEAO, União Africana), pluricontinental (CPLP), Universal (Organização das Nações Unidas), de carácter financeiras (OMC), procura de uma cooperação com a NATO.

Também, não menos importante, a internacionalização de Cabo Verde é protagonizada pela sua diáspora, como sustenta André Corsino Tolentino e outros autores numa obra recentemente publicada “ (...) basta olhar para a lista dos países que são simultaneamente os maiores parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e as principais origens das remessas para ver quase a sobreposição dos mapas respectivos. Isto quer dizer que os emigrantes Cabo-verdianos influenciam muito claramente as relações internacionais de Cabo Verde.”<sup>226</sup>

Neste caso, mostra que o reconhecimento internacional de Cabo Verde, não se deve única e exclusivamente à actuação das suas elites políticas no plano externo, mas também das suas comunidades emigradas, que se encontram espalhadas pelo mundo. Sobretudo nos últimos anos começa-se a falar de uma “*diáspora intelectual*”<sup>227</sup> que correspondem aos emigrantes altamente qualificados no domínio da investigação científica e académica que têm dado algum contributo à promoção e divulgação de Cabo Verde além fronteiras. Ao fim e ao cabo, a diáspora tem funcionado como um intermediário da política externa cabo-verdiana.

---

<sup>225</sup> SILVESTRE, Alda, *Cabo Verde: na Rota da Internacionalização*, Lisboa, Grupo de Cooperação de Língua Portuguesa do Instituto Internacional de Caixas Económicas, 1ª edição, 1994, p. 42

<sup>226</sup> TOLENTINO, André Corsino, Carlos Manuel Rocha, Nancy Curado Tolentino, *A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa, ACID, 2008, p. 195

<sup>227</sup> Esta noção da diáspora intelectual não é muito consensual, na medida que na maioria dos casos é entendido como a fuga de cérebros.

### **3.3. 1. Plano Bilateral**

No plano Bilateral a política externa cabo-verdiana está direccionado para os quatro cantos do mundo. Estabelece relações diplomáticas com 54 países do continente africano, 46 do continente asiático, 44 do continente europeu e 10 da Oceânia.<sup>228</sup> No entanto, por ser uma política externa marcadamente desenvolvimentista, a Europa e os Estados Unidos de América têm sido os principais focos estratégicos da política externa cabo-verdiana. Um grande número de países que constam na lista, figuram nelas mais por razões históricas ou simbólicas (por exemplo os países da região africana, América Latina, etc.).

No plano bilateral, evidenciam-se exemplos de alguns países que desempenharam papel chave no processo de desenvolvimento e transformação de Cabo Verde, cujo os seus contributos remontam ao período da independência nacional, consideramos ser os parceiros tradicionais:

#### **3.3.1.1. Portugal**

Do ponto de vista da cooperação bilateral, Portugal têm concentrado os seus esforços nos PALOP. Trata-se de uma opção claramente marcada pelos laços históricos, culturais e linguísticos que ligam este país a aqueles países africanos.<sup>229</sup> Para Norrie<sup>230</sup> Macqueen, para além de laços históricos e culturais, também a localização geográfica, tornou desde inicio uma posição altamente pragmática nas ligações de Cabo Verde com a antiga metrópole.

Baseando no pressuposto acima supracitado, com a independência de Cabo Verde, Portugal sempre tentou preservar os seus laços culturais com este país traduzindo deste modo nas ajudas e cooperação técnica e científica nos vários domínios. De acordo com o artigo 15º do Protocolo de Lisboa se estabeleceu o compromisso de o Governo português com o futuro Estado de Cabo Verde acordos bilaterais de cooperação activa em todos os domínios.<sup>231</sup> Mostra-se que Portugal é um dos parceiros tradicionais de Cabo Verde.

---

<sup>228</sup> Fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

<sup>229</sup> TRINDADE, Augusto José Pereira, *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Lisboa, ISCSP, 2006, p. 77

<sup>230</sup> Norrie Macqueen, *The Decolonization of Portuguese Africa: metropolitan Revolution and Dissolution of Empire*, London, Longman, 1997, pp. 231-232

<sup>231</sup> GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, Lisboa, Cooperação Portuguesa e Revista de Cooperação, 1998, p.195

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

As prioridades têm sido os domínios da valorização dos recursos humanos (sectores da educação da formação profissional e qualificação de quadros, e da capacitação institucional e assistências técnicas); Justiça (Formação de magistrados e médicos legais); Apoio à criação de infra-estruturas básicas, ordenamento do território e recuperação do património; comunicação Social; administração Interna; construção civil e obras públicas; Saúde;<sup>232</sup> No domínio dos recursos humanos é de enaltecer que Portugal ainda hoje seja o principal país no que tange à formação e capacitação dos recursos humanos em Cabo Verde, se modo especial disponibilizando vagas e bolsas de estudos. Actualmente estima-se que cerca de 3900 estudantes cabo-verdianos se encontram matriculados nas universidades e institutos politécnicos portuguesas e cerca de quinhentos diplomaram-se no ano lectivo 2006/2007.<sup>233</sup>

Em relação ao número de bolsas de estudos disponibilizados aos estudantes dos PALOP'S, Timor leste e outros países, Cabo Verde tem recebido uma fatia maior.

**Tabela 7 – Numero de bolseiros dos PALOP'S e Timor Leste financiada pelo IPAD no ano lectivo 2007/2008**

Países	Cabo Verde	Moçambique	Guine – Bissau	S. Tomé e Príncipe	Timor	Outros	Total
Nº de Bolsas	101	91	82	49	25	18	366

Fonte: IPAD

Para além do IPAD, existem fundações em Portugal que disponibilizam bolsas de estudo para os estudantes dos PALOP'S e Timor Leste como a Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Millenium BCP, Fundação Cidade de Lisboa, sendo que a quase totalidade destes estudantes frequentam estabelecimentos de ensino superior público sob a gestão do governo Português.

Com vista a uma nova estratégia de desenvolvimento tem-se assistido à redução do número de bolsas de licenciatura em detrimento da concentração destas bolsas nos cursos de Pós Graduação (mestrados e doutoramentos), onde cada uma destas instituições tem a sua própria política de atribuição de bolsas.

<sup>232</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação, Direcção – Geral da Cooperação Internacional, *Cooperação Governamental*, p. 13

<sup>233</sup> Fonte do Ministério do Ensino Superior e Ciência de Portugal

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

No caso do IPAD, a pré -selecção dos candidatos é deixada à responsabilidades dos países de origem.

A Fundação Calouste Gulbenkian todos os anos têm consultores externos que fazem a pré-selecção dos candidatos, e um dos principais requisitos exigidos ao candidato é que o mesmo se encontram integrado profissionalmente no seu país de origem ou num outro Estado dos PALOP'S e Timor-leste. O principal objectivo é capacitação dos recursos humanos destes países seja para a administração pública, as empresas locais ou para o exercício da docência e da investigação. Tal como têm vindo a acontecer com o IPAD, os dados do 2008 mostra que os estudantes cabo-verdianos continuam a beneficiar de uma maior fatia destas bolsas.

**Tabela 8 – Numero de Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian destinadas às ajudas ao desenvolvimento (2008)**

Países	Cabo Verde	Moçambique	Guiné – Bissau	Angola	S. Tomé e Príncipe	Timor	Outros	Total
Nº de Bolsas	29	4	16	19	22	9	3	102

**Fonte:** Fundação Calouste Gulbenkian

Já a Fundação Millenium BCP<sup>234</sup> e a Fundação Cidade de Lisboa definiram algumas áreas que consideram ser prioritárias para o desenvolvimento na qual destinam as bolsas.

No caso de Cabo Verde, acontece ainda que, com vista a capacitação dos recursos humanos, todos os anos parte para Portugal um número razoável de licenciados com vínculo laboral para fazerem mestrados e doutoramentos sem bolsas de estudo, mas que continuam a receber os seus salários normalmente.

Mediante a cooperação bilateral entre o Governo da Republica de Cabo Verde e o Governo da Republica Portuguesa, esta última tem participado na capacitação dos recursos humanos do primeiro por outras vias. Os estudantes cabo-verdianos, que ingressam nas universidades portuguesas e institutos politécnicos no regime de acesso especial<sup>235</sup>, uns suportam todos os suas despesas durante o curso (estudantes por conta

---

<sup>234</sup> Engenharias, Medicina, Ciências, Direito, Economia e Gestão

<sup>235</sup> Neste regime de acesso, os estudantes são dispensados das provas de acesso ao ensino superior, onde os critérios de selecção para o preenchimento de vagas, são: a classificação final do terceiro ciclo do ensino secundário e as disciplinas nucleares exigidas pelas faculdades e institutos politécnicos.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

própria) e aqueles que são contemplados com uma bolsa do governo de Cabo Verde, as propinas são pagas pelo governo português<sup>236</sup>.

Também o Governo Português tem participado no sector da educação em Cabo Verde através das bolsas internas, neste caso no contexto dos PALOP'S Timor Leste e outros países, Cabo Verde costuma beneficiar de uma fatia menor.

**Tabela 9 – Formação nos PALOP's (Bolsas internas) financiada pelo IPAD – 2007/2008**

Países	Cabo Verde	Moçambique	Guiné – Bissau	Angola	S. Tomé e Príncipe	Timor	Total
Nº de Bolsas	20	40	60	40	60	40	102

Fonte: IPAD

É de ressaltar ainda outros aspectos vantajosos da cooperação lusocabo-verdiana para o Desenvolvimento. É o país da Europa com o maior número de comunidades cabo-verdianas<sup>237</sup> e que mais enviam remessas para Cabo Verde, por outro lado, Portugal figura na lista dos maiores doadores das ajudas ao desenvolvimento para Cabo Verde. Não podemos ainda esquecer o papel de Portugal enquanto país membro da União Europeia do seu contributo no âmbito da parceria especial Cabo Verde/ União Europeia.

**Tabela 10 – Ajudas ao desenvolvimento que Portugal concedeu a Cabo Verde entre 2000 e 2007 (valor em Euros).**

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
26.760.043	25.720.656	11.554.374	35.611.370	24.498.876	36.498.873	37.688.021	31.921.277

Fonte: IPAD

---

<sup>236</sup> No ano lectivo de 2009/2010, o Governo de Cabo Verde atribui cerca de 53 bolsas de estudo para cursos de licenciatura em Portugal. É um número bastante reduzido comparando com anos anteriores em que centena de alunos eram contemplados com uma bolsa de estudo para frequentarem cursos de licenciatura em Portugal. Esta redução se deve á criação e consolidação de estabelecimentos de ensinos superiores no país, onde o próprio governo recusa a atribuir bolsas de estudos para cursos que são ministrados em Cabo Verde (Relativamente esses dados, constam na Direcção de Formação e Qualificação de Quadros).

<sup>237</sup> Os dados provisórios da SEF referente ao ano de 2008, diz -nos que radicavam em Portugal 51353 cabo-verdianos, a frente de Cabo Verde, se encontrava a Comunidade Brasileira com 106961 (a maior comunidade estrangeira), a comunidade ucraniana com 52494 (a segunda maior comunidade). Se bem que estes dados levantam algumas dúvidas nomeadamente em relação a diáspora cabo-verdiana neste país, isto porque com a nova lei da nacionalidade portuguesa muitos cabo-verdianos adquiriram, muitos se encontram em situação irregular por isso não constam nas estatísticas do SEF.

### A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Não podemos deixar de frisar o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, assinado a 13 de Março de 1998. Este acordo assenta-se nos seguintes objectivos:

“1-Aprofundar os laços económicos entre Portugal e Cabo Verde, nomeadamente em termos de comércio e investimento bilaterais;

2- Assegurar condições favoráveis à prossecução das reformas estruturais em curso em Cabo Verde, tendentes ao ajustamento, à abertura e à modernização da respectiva economia;”<sup>238</sup>

“3- Estabilizar as relações cambiais entre os dois países como condição para o sucesso dos dois objectivos anteriores.”<sup>239</sup>

#### **3.3.1.2. Estados Unidos de América**

Tal como Portugal a cooperação bilateral entre os Estados Unidos de América e Cabo Verde, remontam aos períodos iniciais da independência. As ajudas dos Estados Unidos centraram-se nos domínios da ajuda alimentar, formação de quadros, apoio ao sector privado, saúde, segurança e defesa marítima, agricultura (Período que antecede a democratização).

Mais recentemente EUA lançou uma nova estratégia de cooperação com os países em vias de desenvolvimento através de um compacto global para o desenvolvimento. A este compacto, os critérios definidos assentam-se na boa governação, liberalização económica e na transparência da Gestão Pública.<sup>240</sup> Cabo Verde, Já beneficiou deste pacto por duas vezes, primeiro começou no ano de 2005, ultimo no ano de 2009.

Como podemos observar, ultrapassou aquela fase de cooperação bilateral, em que centrava-se mais na ajuda alimentar por parte dos Estados Unidos de América a Cabo Verde, para uma cooperação que abarcam questões económicas, políticas e culturais.

---

<sup>238</sup> GPEARI – Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal, *Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal*. 2009

<sup>239</sup> MENDONÇA, António, *O Acordo de Cooperação Cambial Entre Cabo Verde e Portugal: Algumas Notas de balanço*, Praia, Encontro de Economistas de Cabo Verde, 2000, p. 7

<sup>240</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação, Direcção – Geral da Cooperação Internacional, *Cooperação Governamental*, p. 7

### **3.3.1.3. China**

Os interesses estratégicos da China em África remontam aos períodos iniciais da Guerra Fria. Face ao contexto bipolar baseado numa luta ideológica entre as duas superpotências (EUA, URSS), aproveitando este cenário, a China assume como uma alternativa junto do grupo dos não-alinhados com uma estratégia bem definida de penetração em África, nestas circunstâncias, que resultou o apoio da China aos Movimentos de libertação e aos Estados recém-independentes como o caso de Cabo Verde depois da conquista da sua independência.

A china sempre foi um dos parceiros mais importantes no processo de desenvolvimento e transformação de Cabo Verde. A realidade é que Cabo Verde tem um peso importante na política externa chinesa para África, isto porque o arquipélago de Cabo Verde funciona com porta de entrada para penetrar no Mercado africano.

Desde de 1976 que a China estabelece relações diplomáticas com Cabo Verde (34 anos de cooperação). É bastante visível o impacto desta cooperação em Cabo Verde. O destaque para a construção dos principais edifícios governamentais tais como: o Palácio da Assembleia Nacional, o Palácio da Governo (onde concentram uma grande parte dos Ministérios), a Biblioteca Nacional, o Mausoléu Amílcar Cabral e o Auditório Nacional, a Enfermaria do Bloco Cirúrgico do Hospital Agostinho Neto, a construção da Barragem de Poilão (a primeira barragem de grande dimensão em Cabo Verde).

Recentemente esta cooperação tem se alargado no domínio da educação através da concessão de bolsas de estudo da Republica Popular da China aos estudantes cabo-verdianos (bolsas de licenciatura e pós graduação).

Não obstante a China ser um dos principais parceiros tradicionais do desenvolvimento de Cabo Verde, não há um modelo de desenvolvimento comum entre os dois países. Como salientamos no primeiro capítulo, a China é muito criticada pela comunidade internacional, quanto à actuação das suas autoridades políticas nos domínios político, sócias e ambientais com repercussões num desenvolvimento pouco harmonioso e sustentável. Contrariamente, Cabo Verde desmarca-se do paradigma de desenvolvimento da China, com uma actuação muito mais eficiente nos domínios dos direitos humanos, cidadania, democracia e participação política, na qual constituem os princípios basilares de uma boa governação. A realidade é bem diferente numa



perspectiva comparada com vários Estados africanos, que também cooperam com China e tem peso importante na política externa chinesa, que de uma certa forma seguem o paradigma do desenvolvimento da China, mormente o desrespeito pelos valores da democracia e participação política.

#### **3.3.1.4. Cuba**

A relevância da cooperação cubana com o governo de Cabo Verde, desde a independência, tem sido mais no domínio da formação. Em Cuba formaram-se muitos cabo-verdianos, com destaque particular nas áreas de Ciências Médicas. Nos últimos anos o número de bolsas de estudo concedidas pelo governo cubano a Cabo Verde diminuiu bastante, mesmo assim o número de contemplados é benéfico. No ano lectivo 2008/2009, o Governo cubano concedeu 14 bolsas de estudo aos estudantes cabo-verdianos, 10 para a área de tecnologia de saúde e 4 para contabilidade e finanças.<sup>241</sup>

Cabo Verde estabelece relações diplomáticas bilaterais com mais países, que aliás, já aludimos em número, no entanto os parceiros bilaterais acima supracitados são históricos, na medida que as suas relações com Cabo Verde remontam aos primórdios da independência até hoje, e com uma dinâmica de cooperação bem sucedida com efeitos práticos e visíveis na sociedade cabo-verdiana como aliás evidenciamos.<sup>242</sup>

Já na II Republica, concretamente a partir deste período, a política externa de Cabo Verde no plano bilateral mormente á cooperação para o desenvolvimento passou a ter novos contornos, ou seja, mais dinâmica. Para além do surgimento de novos parceiros bilaterais, muito dos países com os quais Cabo Verde mantinha relações diplomáticas e cooperação antes mas que não tinham efeitos plausíveis, passou a ter a partir deste período. Destes países temos: Luxemburgo, Japão, Holanda, França, Espanha, Região autónoma de Canárias, Brasil, etc.

---

<sup>241</sup> Fonte do Ministério de Negócios Estrangeiros Comunidades e Cooperação de Cabo Verde.

<sup>242</sup> Também como podemos ver alguns deles não são países ocidentais, temos a China no extremo Oriente, a Cuba na América Latina. São exemplos de poucos países não ocidentais que Cabo Verde mais beneficiou em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

### **3.3.2. Plano Multilateral**

Actualmente, Cabo Verde rege relações multilaterais com cerca de 74 organizações internacionais<sup>243</sup>. Tal como nas relações bilaterais, Cabo Verde estabelece relações multilaterais com um número significativo de organizações internacionais, mas por questão de natureza histórica ou simbólica, isto quer dizer que a diplomacia externa cabo-verdiana no plano multilateral define como prioridade estratégica uma maior aproximação e o envolvimento nas organizações internacionais e instituições internacionais tais como: OMC, CPLP, aproximação à União Europeia, etc.

Arnaldo Ramos um dos intervenientes da política externa cabo-verdiana, na qualidade de Embaixador deste país em Portugal, mostrou de uma forma clara que a África têm pesado menos na política externa cabo-verdiana: “dos 12 eixos da política externa do programa do governo, cerca de 10 tiveram desempenho positivo; das 16 medidas implementadas, 14 tiveram sucesso e apenas duas tiveram desempenhos menos efectivos (a aposta de Cabo Verde na União Africana e na Francofonia).”<sup>244</sup> Como podemos observar nas palavras do embaixador, a aposta na União Africana, que representa uma organização internacional de carácter regional, têm sido menos efectivo comparando com os outros eixos da política externa cabo-verdiana. Daí que diremos que a realidade é a mesma em relação às outras organizações internacionais africanas.

É lógico, e faz todo sentido, que Cabo Verde defina como prioritário as relações diplomáticas e cooperação com os países mais desenvolvidos e organizações internacionais economicamente mais poderosa por forma a captar recursos para o desenvolvimento local. Nesta lógica, a diplomacia cabo-verdiana não deve incorrer no erro de distanciar-se muito dos países e das organizações internacionais da sub-região africana, por uma razão simples, sendo que o desenvolvimento não se restringe apenas às questões económicas, mas também âmbito da segurança e defesa, ali, os países vizinhos e as organizações internacionais da região, desempenham um papel fundamental no que concerne á segurança e defesa. Cabo Verde, nos últimos anos, tem se confrontado com problemas como a imigração ilegal e o narcotráfico, estas situações podem ser minimizadas a partir de uma cooperação estreita com os países africanos vizinhos, e as organizações internacionais regionais como a CDEAO. Por outro lado,

---

<sup>243</sup> Fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação

<sup>244</sup> Arnaldo Ramos na conferência, *A política externa cabo-verdiana e os desafios de desenvolvimento*. Faculdade de Direito de Lisboa, 20 de Abril de 2010

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Cabo Verde sendo um país de referência na região pela sua estabilidade política e social, boa governação, deve desenvolver uma diplomacia externa que assenta na mediação, prevenção e resolução dos conflitos na região.

A aproximação e o maior envolvimento de Cabo Verde em algumas organizações internacionais, como a OMC, União Europeia, FMI e o Banco Mundial, teve maior impacto após a transição política e, consequentemente, de uma maior liberalização económica. Cada uma destas organizações têm as suas exigências de carácter socio-político e socio-económico, para com os Estados que pretendem estabelecer relações estreitas com elas.

### **3.3.3. União Europeia**

A União Europeia, as suas principais exigências assentam nos indicadores de natureza sócio-política e sociocultural. “ Por isso a par da cooperação política, visando promover e fortalecer, em todos os seus membros, os princípios e as práticas de um sistema de democracia representativa e pluralista, ocupa-se da salvaguarda dos direitos fundamentais no quadro da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) cuja conclusão promoveu.”<sup>245</sup>, <sup>246</sup> Contudo, a uma adesão plena a esta Organização Internacional, além dos condicionalismos acima exigidos, requer também a pertença geográfica, ou seja, países Europeus. Os diálogos e as opiniões que tem levantado, em torno de Cabo Verde e da União Europeia, merecem uma pequena análise neste espaço. Primeiro, para deixar claro que Cabo Verde, não pode ser membro do pleno direito da União Europeia, exactamente por questões de natureza geográfica, a União Europeia é uma Organização Internacional de carácter regional, Cabo Verde não está inserido neste espaço geográfico.

Perante este condicionalismo de carácter geográfico, nunca as elites políticas cabo-verdiana pronunciaram sobre se Cabo Verde pretende ou não aderir à União Europeia, nem as elites europeias<sup>247</sup> costumam fazer esta afirmação, isto porque, por

---

<sup>245</sup> CAMPOS, João Mota (coordenador), *Organizações Internacionais: teoria Geral, Estudos Monográficos Das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é membro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 47.

<sup>246</sup> O Artigo 6º, alínea 1 e 2 do Tratado Da União Europeia, deixaram bem explícitas estas premissas

<sup>247</sup> Na Europa houve um caso inédito, em que Mário Soares e Adriano Moreira pronunciaram-se a favor de uma integração de Cabo Verde no espaço político e económico Europeu. Não deixou de ser uma

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

parte das sociedades civis nomeadamente em Cabo Verde e em Portugal, devido à falta de informação costumam protagonizar divergências centrando as suas análises ou invocando questão de “adesão de Cabo verde à União Europeia”. O que está em curso actualmente entre Cabo Verde e União Europeia, não é uma adesão mas sim uma Parceria Especial.

Esta Parceria Especial Cabo Verde/ União Europeia deve ser analisada levando em conta os precedentes históricos e à luz dos indicadores sócio-políticos e sócio culturais. Cabo Verde, actualmente cumpre os requisitos acima mencionados, em resultado da transição política, de uma democracia revolucionária para uma democracia liberal (democracia pluralista e representativa), ou seja, “ Tal como a União Europeia defende valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a boa governação política e económica e as garantias oferecidas pelo Estado de Direito em vigor, e promove a paz a segurança e a luta contra o terrorismo e a criminalidade”<sup>248</sup>, é um dos países da África mais bem posicionado segundo o Relatório da PNUD sobre os Indicadores do Desenvolvimento Humano.<sup>249</sup>

Para Suzano Costa, “ O discurso legitimador da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia estrutura-se em torno da apropriação, pela cultura estratégica nacional, dos princípios orientadoras da acção pública europeia e dos valores (paz, democracia, direitos humanos) através dos quais recorre para modelar as relações internacionais contemporâneas e a sua relação com os Estados terceiros.”<sup>250</sup>

Baseando nas premissas do autor acima citado, estamos perante um alargamento da União Europeia, para além do comunitário ou geográfico, mas também um alargamento cultural numa perspectiva transatlântica, na qual Cabo Verde tem convergido para estes princípios culturais e identitários que definem a Europa.

Por estas razões, Cabo Verde, politicamente é mais próxima da Europa (União Europeia) de que quaisquer organizações internacionais africanas.

---

afirmação de carácter circunstancial e mediática, porque é uma questão utópica e que os próprios autores atrás referidos o sabem.

<sup>248</sup> Governo de Cabo Verde, *Parceria Especial Cabo Verde – EU: Quadro Orientador para a implementação*. Praia, 2008

<sup>249</sup> Ocupa 121 lugar, ocupando o grupo dos países considerados com Desenvolvimento Humano Médio, a mais bem posicionada em relação aos restantes Estados dos PALOP’ S, estando a frente de quase todos os Estados africanos (Indicadores do Desenvolvimento Humano, 2009)

<sup>250</sup> COSTA, Suzano Ferreira, *Cabo Verde e a União Europeia : diálogos culturais, estratégias e retóricas de integração*, Lisboa, FCSH- UNL, Dissertação de mestrado, p. 120

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Actualmente a União Europeia, é o parceiro que mais contribui nas ajudas externas ao desenvolvimento em Cabo Verde. No que se refere á ajuda multilateral a Cabo Verde, a União Europeia é a que mais tem canalizado ajudas a Cabo Verde. E, essas ajudas já remontam aos anos 70, ou seja, com a adesão de Cabo Verde á Convenção de Lomé em 1977, chegou a beneficiar dos programas de Lomé I, II, III, IV. As intervenções comunitárias em Cabo Verde, no âmbito de Lomé I e II, ocorridas no período de 1977 a 1985, foram disponibilizadas 59 332 milhões de ECU (MECU), distribuídos por diferentes sectores, nomeadamente infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento á cidade da Praia, reforço do fornecimento de energia ás cidades da praia e do Mindelo, construção de uma cimenteira no Maio, apoio ao comercio, ajuda alimentar, formação e outros sectores. Já no Lomé III, Cabo Verde beneficiou de 25 MECU para o Programa Indicativo Nacional, para além de outros apoios, que não fez parte desta verba como a disponibilização de 29, 66 MECU do Fundo Europeu de Investimento<sup>251</sup>, isto para demonstrar que a dinâmica de ajudas e cooperação entre Cabo Verde e a União Europeia, é histórica e com a transição política e económica passou a ter novos contornos, nomeadamente a questão de uma parceria especial.

Por último resta dizer que o quadro da parceria especial Cabo Verde – União Europeia<sup>252</sup> resume no seguinte:

1- O pilar da *Boa Governação*, onde foram definidos quatro objectivos, nomeadamente a consolidação e o aprofundamento da democracia, do Estado de Direito, do respeito pelos direitos humanos e das liberdades fundamentais e da participação da sociedade civil.

2- O pilar da *Segurança e da Estabilidade*, que, essencialmente, decorre na integração de Cabo Verde nos sistemas colectivos de segurança da UE, visando a luta contra o tráfico de droga, imigração ilegal, tráfico de armas, branqueamento de capitais, entre outros.

3- O pilar da *Sociedade do Conhecimento e da Informação* baseia-se na promoção da investigação e do desenvolvimento e trocas científicas e tecnológicas, bem

---

<sup>251</sup> SILVESTRE, Alda, *Cabo Verde: na Rota da Internacionalização*, op. cit. pp. 68 -70

<sup>252</sup> Governo de Cabo Verde, *Parceria Especial Cabo Verde – UE: quadro Orientador para a sua Implementação*, Praia, 2008, pp. 10-23; UE, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacific\\_states/r13018\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r13018_pt.htm) [Consultado em 15 de Maio de 2010]

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

como na educação e formação profissional. Ainda, nesta linha, as tecnologias da informação e da comunicação assinalam como um integrante fundamental desse pilar.

4 - O pilar da *integração regional*, tanto a nível das RUP (nomeadamente através da participação do país no programa de cooperação transnacional Madeira, Açores, Canárias (MAC) para o período 2007-2013 e nos mecanismos de cooperação no seio das RUP), como a nível da África Ocidental (tendo em conta a especificidade de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Parceria Económica e a utilização dos recursos dos programas indicativos regionais do FED, o fundo europeu de desenvolvimento

5 -O pilar da *convergência das políticas em matéria técnica e normativa* nos sectores abrangidos pelo plano de acção;

6 -O pilar da *luta contra a pobreza*, nomeadamente através de actividades de protecção do ambiente e dos recursos naturais, de preservação do ambiente marinho e de cooperação reforçada no domínio da pesca.

É notório uma certa convergência de Cabo Verde para estes princípios basilares que norteiam a parceria especial.

### **3.3.4. FMI, Banco Mundial e a OMC**

Já outras organizações internacionais, de carácter económico, impõem os requisitos de natureza sócio-económica (FMI, Banco Mundial, OMC), princípios da Economia de Mercado, o que pressupõe liberalização económica.

Em Cabo Verde, com a transição política, foi sequenciado um conjunto de reformas económicas, substituindo o paradigma económico centralizado, que vinha funcionado, desde independência até os anos 90.<sup>253</sup> Cabo Verde, actualmente dispõe de uma economia aberta, correspondendo deste modo às exigências da conjuntura económica internacional, como sustenta António Rebelo de Sousa, “ Cabo Verde é já hoje em dia, uma pequena Economia aberta, estando por conseguinte, muito

---

<sup>253</sup> As primeiras reformas económicas em Cabo Verde com a valorização do sector privado, teve lugar nos finais dos anos 80, nos últimos anos do regime do partido único. A abertura política veio dinamizar esta reforma.

condicionada pela conjuntura externa”.<sup>254</sup> Todas as mudanças internas que se verificaram a partir dos anos 90, com realce para questões políticas e económicas, foi e continua sendo uma forma de responder os desafios da conjuntura política e económica internacional, só assim pode dar avante a inserção de Cabo Verde na Economia Mundial.

Dissemos no capítulo 2, na caracterização económica de Cabo Verde, que o partido (1975- 1990), lançou as bases no processo da construção do Estado - Nação cabo-verdiana, e que na altura da transição política era o Estado mais bem governado dos PALOP. Contudo, é de salientar que a economia de planificação central, veio a mostrar-se insustentável, incapaz de gerar riquezas, constituindo um imperativo a reforma do modelo económico. Com as reformas efectuadas, deu-se um maior dinamismo e modernização da economia cabo-verdiana. Passou-se de uma economia de direcção central, para uma economia mista do tipo *Keynesiano*<sup>255</sup>, onde o sector privado desempenha um papel importante no processo do desenvolvimento económico e o Estado supervisiona, regula a livre concorrência assim como tem em suas mãos algumas empresas importantes, em fim ao governo é reservada a tarefa primordial da gestão macroeconómica, a definição de políticas e a manutenção da paz social<sup>256</sup>.

### **3.3.5. Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa**

Em relação à CPLP, uma organização internacional, pluricontinental e assente numa base cultural, a opção diplomática de Cabo Verde para com esta organização,” enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento do país, no âmbito mais vasto do processo da sua internacionalização, aproveitando as sinergias resultantes não apenas da fortificação das relações económicas, políticas e culturais entre os oito, como a partir da inserção sub-regional e / ou regional de cada um dos países membros, tirar os proveitos

---

<sup>254</sup> António Rebelo de Sousa, *De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional*, Lisboa, ISCSP, 2008, p. 30

<sup>255</sup> KEYNES, John Maynard, *The General Theory of Employment and Money*, London, Machimillan, 1967. No capítulo 24 desta obra, o autor faz um debate acesa em torno do funcionamento do Mercado e mostra o quanto é importante o papel do Estado na regulação e coordenação do mercado, aborda um pouco a questão das políticas sócias, critica a economia neo- clássica, relação entre os regimes políticos e o mercado.

<sup>256</sup> SILVESTRE, Alda, *Cabo Verde: na Rota da Internacionalização*, op. cit. p. 42

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

dai advenientes.”<sup>257</sup> Não obstante, é necessário reconhecer que a CPLP, é uma organização internacional com fraca projecção internacional no contexto das mais diversas organizações internacionais. Enfrenta vários obstáculos internos, nomeadamente em matéria da paz, democracia e desenvolvimento,<sup>258</sup> composto na sua maioria por países em vias de desenvolvimento com um passado colonial, as instabilidades políticas e governamentais (por exemplo os casos de Timor - leste<sup>259</sup> e Guiné-Bissau) com efeito desastrosos em alguns deles, entre outros problemas estruturantes com que o mesmo lida.

No entanto, dois dos seus Estados membros já se encontram num patamar diferente, podendo dar à CPLP uma maior dinâmica no plano Internacional: Portugal, um país membro da União Europeia, membro da NATO; Brasil considerado neste momento uma potência emergente, fazendo parte do Mercosul.<sup>260</sup>

Cabo Verde através da CPLP, busca internacionalizar-se, mas também em contrapartida a CPLP pode redefinir a sua estratégia com uma aposta forte na sua internacionalização usando Cabo Verde como plataforma. Cabo Verde possui uma localização geoestratégica entre Europa, África e América, possui uma vasta comunidade emigrada pelos quatro continentes assumindo a característica de uma Nação global e transnacionalizada e a sua crescente afirmação internacional em resultado da sua estabilidade política e social. Tal como Brasil e Portugal, Cabo Verde também é importante na projecção internacional da CPLP.

Sendo a CPLP uma organização de carácter cultural e de cooperação, abrangem vários domínios de cooperação entre os Estados membros, que vai desde a segurança e defesa, Direitos, liberdades e garantias, económico-empresarial, promoção e difusão da língua portuguesa, educação. Cabo Verde tem participado activamente nas concertações político-diplomático no âmbito das políticas que vem sendo desenvolvidas por esta organização internacional, cite a título a exemplo, é o país que alberga o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, sediada na cidade da Praia.

---

<sup>257</sup> VARELA, Odaí Bartolomeu, Suzano Ferreira Costa, «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Comunidade “Lusófona” ou Fictícia?», in *Tempo Exterior: Revista de Análise e Estudos Internacionais*, nº 19, Julho/ Dezembro/ 2009, p. 7

<sup>258</sup> Ver, Declaração sobre “*Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*”, na IIIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 17 e 18 de Junho de 2000, p. 13

<sup>259</sup> MAGALHÃES, António Barbedo de, *Timor-leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*, Lisboa, Grádiva e Fundação Mário Soares, 1ª edição, 1999

<sup>260</sup> Se bem que a CPLP não constitui uma das prioridades da política externa Brasileira.



### **3.3.6. O Sistema das Nações Unidas**

O Sistema das Nações Unidas, também constitui uma prioridade estratégica na política externa cabo-verdiana. O governo de Cabo verde tem apostado fortemente na cooperação com o Sistema das Nações Unidas e tem correspondido os propósitos da Organização das Nações Unidas, no que tange a boa governação, respeito pelos direitos humanos, desenvolvimento do Capital Humano, protecção social, democracia, paz e desenvolvimento.

Ao contrário da União Europeia, que também é defensor dos mesmos princípios acima supracitados mas por ser uma organização de integração de carácter regional, a sua actuação fora do seu espaço comunitário é definida no âmbito da sua política externa transatlântica, a Organização das Nações Unidas é uma Organização Universal com mais variadíssimos fins a nível global. A nível da sua arquitectura institucional: Conselho de Segurança (o seu papel em assegurar a paz, prevenção, gestão e resolução dos conflitos), o Tribunal Internacional de Justiça, o Conselho Económico e Social, a Assembleia-geral (na qual faz parte praticamente todos os Estados soberanos). O Secretariado (que incube de levar a cabo os actos a nível administrativo); a nível de acção, também executa os seus fins universais através dos seus órgãos especializados: FAO UNICEF, PNUD, OMS, etc.

Cabo Verde não se enquadra no grupo dos países, que têm sido um verdadeiro problema difícil de equacionar por parte da Organização das Nações Unidas, se levarmos em conta um conjunto de países que tiveram e outros continuam a ter problemas internos complicados, no que concerne, à construção do Estado Nação e por conseguinte, à estabilidade do sistema político constitucional, à problemática do cumprimento dos direitos humanos, da corrupção, e nunca ter sido apontado como um factor de instabilidade regional.<sup>261</sup>

Em matéria dos direitos humanos em Cabo Verde, recentemente foi divulgada pela Embaixada de Estados Unidos na cidade da Praia um relatório anual sobre a

---

<sup>261</sup> É de salientar, que muitos dos conflitos que assolaram as várias regiões o globo nos séculos XX e XXI, ainda constam casos difíceis de equacionar, não são apenas conflitos internos de um determinado Estado, muitos dos conflitos tiveram proporções maiores no sentido de que envolveram mais de que um Estado. As disputas pelos territórios fronteiriços, as disputas pelos recursos energéticos como o petróleo, as violações das soberanias nacionais de um Estado em relação ao Outro Estado. O problema de Cabo verde, que a memória chegou a Organização das Nações, foi no período colonial, no período de Luta de Libertação Nacional, nem se quer foi desenvolvido no território cabo-verdiano, mas sim no território guineense, onde a responsabilidade dos incidentes, foi claramente atribuído a Portugal.

matéria, evidenciando algumas falhas no que tange ao seu cumprimento: “ O Governo respeitou os direitos humanos dos seus cidadãos em geral. Contudo, houve denúncias de problemas em algumas áreas: abusos dos detidos pela polícia, impunidade da polícia, más condições nas prisões, longo período de prisão preventiva, atrasos sucessivos nos julgamentos, violência e discriminação contra as mulheres, maus-tratos infantis e alguns casos de trabalho infantil.”<sup>262</sup> Em relação a este relatório, a nossa análise crítica vai no sentido de que muito ainda precisa de ser feito em matéria de cumprimento dos direitos humanos, embora, continuemos ainda a reiterar que a problemática da violação dos direitos humanos, não têm e nunca teve uma agravada dimensão. Todavia, há que ter em conta alguns aspectos, nomeadamente a actuação das autoridades policiais como vem descrito no Relatório acima citado.

O Estado na concepção weberiana, têm o monopólio do uso da violência, mas deve ser disciplinado pelo direito (Poder Legal), o que Weber pretende dizer, é que o Estado deve ter este monopólio do uso da violência, como forma de garantir a ordem, ou seja, o poder “ legal”, que radica na validade do estatuto das leis e da “competência” dimanada de normas racionalmente criadas, apelando para a obediência às suas exigências.”<sup>263</sup> Neste caso concreto de Cabo Verde, é necessário capacitar e disciplinar melhor as autoridades policiaes no exercício das suas funções, por forma a dar continuidade ao normal funcionamento do Estado do Direito Democrático, sem sobressaltos.

A violência contra as mulheres, concretamente a violência doméstica (também referenciado no Relatório acima citado), também constitui um problema em Cabo verde, embora não possamos ignorar os avanços qualitativos e quantitativos no que tange a progressão da mulher na sociedade cabo-verdiana, por exemplo, é um dos poucos países do mundo, com paridade no número de mulheres e homens no governo.<sup>264</sup>

Baseada no pressuposto, de que o progresso económico e social garante uma maior estabilidade política e social, a ONU, desde cedo, tem se actuado nas ajudas aos

---

<sup>262</sup> Embaixada dos Estados Unidos de América, *Direitos Humanos em Cabo Verde* (Relatório Anual). Praia, 2009, p.1

<sup>263</sup> WEBER, Max, *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa, Tribuna da História, 2005, p. 10 e pp.19 – 22; WEBER, MAX, *Economy And Society: An Outline of Interpretative Sociology*, Berkeley, University of California Press, 2º vol, 1978, pp. 941 – 954; CAETANO, Marcello, *Curso de Ciência Política e Direito Constitucional: Introdução, Experiências Constitucionais Estrangeiras, Teoria Geral do Estado*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 3ª edição, Vol. I, 1959, p. 216

<sup>264</sup> Essa paridade é ao nível do Governo, há outras esferas em que a participação das mulheres é bastante incipiente, por exemplo a nível do Parlamento. Para maior aprofundamento, MONTEIRO, Euridice Furtado, *Mulheres, Democracia e Desafios Pós Coloniais: uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*, Coimbra, Faculdade de Economia, Dissertação de Mestrado, 20007, p. 122

### A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

países em vias de desenvolvimento. Estas ajudas desenvolvem-se em três vectores fundamentais: a ajuda financeira, a ajuda alimentar e a ajuda técnica.

A ajuda financeira é levada a cabo por duas instituições financeiras: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Ambas as instituições, estabelecem um conjunto de regras e condicionalismos na concessão das ajudas ao desenvolvimento, sendo uma delas, a boa governação. Falando no nosso caso de estudo, Cabo Verde têm tido referencias positivas junto destas instituições em matéria da boa governação e desenvolvimento, dando deste modo passos concretos e visíveis na inserção no sistema económico e internacional, na qual a FMI e o Banco Mundial são os principais protagonistas.

Em relação à ajuda alimentar, a ONU desempenhou um papel importante na viabilização do Estado Nação cabo-verdiana com a independência alcançada em 1975. Na altura duvidava-se muito de viabilidade de Cabo Verde em conseguir superar as dificuldades nomeadamente a falta de alimentos e o problema da seca. Neste período a política externa cabo-verdiana, assentava principalmente em capitar os recursos alimentícios, no que contou com o apoio da ONU.

A ajuda técnica levou a ONU a criar um número razoável de instituições especializadas, com fins diversos.

#### **3.3.7. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)**

Analisando, a política externa cabo-verdiana no plano multilateral, não menos importante, é a relação de Cabo Verde e a NATO. Sendo a segurança, um factor estruturante para a paz e o desenvolvimento, por outro lado, levando em conta a caracterização de Cabo Verde em torno do seu regime político, vêm se levantando algumas especulações de uma eventual entrada de Cabo Verde nesta organização internacional ocidental de carácter securitária. Na nossa análise, Cabo Verde dificilmente optará por uma entrada na NATO, por uma questão estratégica. Isto porque, põe em causa a sua própria política externa pragmática e marcadamente desenvolvimentista, o principal problema vai se repercutir nas suas relações diplomáticas e cooperação com a China, uma potência revisionista, discordante do actual funcionamento do Sistema Internacional.

Isto tem uma certa lógica, uma vez que a NATO, é uma organização internacional de carácter securitária, criada no contexto da Guerra fria, liderado pelas potências ocidentais, particularmente pelos Estados Unidos de América. Embora, no período pós Guerra Fria, a NATO tenha sido readaptado para fazer face à nova conjuntura internacional, não deixa de ser para muitos, uma organização ao serviço dos interesses dos Estados Unidos de América. Como afirma Carlos Santos Pereira: “Valerá talvez a pena recordar que a NATO é uma coligação político-militar regional liderada pelos Estados Unidos – mas em rigor, uma emanção do dispositivo estratégico americano na área euro-atântica, e que nada confere a aliança qualquer patronado, qualquer dimensão universal ou qualquer direito para além da área dos países signatários.”<sup>265</sup> Por outro lado, a NATO tem sido alvo de muitas críticas de que ao serviço de Estados Unidos têm feito ingerências humanitárias, violação das soberanias nacionais e dos direitos humanos. O autor atrás citado argumenta que: “A “ingerência humanitária tem-se revelado na prática selectiva e arbitrária. Bombardeia-se a Sérvia em nome dos direitos dos albaneses, mas dá-se a cobertura à limpeza da Krajina e assiste-se sem pestanejar ao genocídio do Ruanda. Bombardeia-se os iraquianos em prol da minoria curda, mas entregam-se aos mesmos curdos às mãos do aliado Turco (...) tudo em nome dos mesmos “preceitos morais.””<sup>266</sup> Por isso, as elites políticas e intelectuais cabo-verdianas, certamente, serão prudentes em avaliar e implementar a política externa para com a NATO.

É de realçar que, em 2006, a NATO realizou um exercício militar em Cabo Verde, concretamente na Ilha de São Vicente, suscitando críticas vindas dos vários quadrantes da sociedade civil e política nacional, que acabou de uma certa forma por extrapolar para os debates além fronteiras. Uma das críticas mais suscitadas era de que o respectivo exercício tinha repercussões negativas no que tange ao impacte ambiental, à questão da poluição das águas, os resíduos que ficavam, etc. Afastando um pouco destas especulações, vindas sobretudo por parte da sociedade civil, para o Primeiro-ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, não é descartável a hipótese de Cabo Verde se tornar membro da NATO, mas salientou que a prioridade do momento é uma aproximação de Cabo Verde, a aquela Organização Internacional.<sup>267</sup> Deixa a entender claramente, que

---

<sup>265</sup> Carlos Santos Pereira, *Os Novos Muros da Europa: a Expansão da NATO e as Oportunidades Perdidas do Pós-Guerra Fria*, Lisboa, Cotovia, 2001, p. 21

<sup>266</sup> Idem, op. cit. pp. 21-22

<sup>267</sup> Entrevista do Primeiro-Ministro cabo-verdiano, concedida ao Jornal Publico em 10 de Maio de 2005

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

objectivo de Cabo Verde assenta na cooperação no domínio da Segurança e Defesa. Como podemos observar o actual Programa do Governo, propõe “negociar instrumentos internacionais de enquadramento da participação de Cabo Verde em mecanismos de Segurança colectiva e cooperação com sistemas de aliança pertinentes para a nossa defesa, designadamente com a OTAN, tendo em atenção a nossa efectividade condição de país atlântico, a utilidade e vantagens daí decorrentes.”<sup>268</sup>

Deste modo, afastando a hipótese da integração plena de Cabo Verde na NATO, uma cooperação estratégica com esta organização internacional, justifica-se, uma vez poderá ser uma alternativa viável no combate a imigração ilegal, e as outras formas de criminalidades organizadas, de que Cabo Verde é vulnerável. Não obstante reconhecendo alguns problemas que NATO enfrenta, continua a ser a única organização internacional de carácter militar e securritária mais consistente, quer no plano político, quer ao nível da sua estratégia estrutural e operacional.

De uma forma geral avaliando a política externa cabo-verdiana no plano multilateral, é de salientar um aspecto muito importante, no que concerne aos financiamentos internacionais que Cabo Verde tem usufruído ao longo dos anos, seja como forma de empréstimos, ou de ajudas, as instituições multilaterais continuam a financiar mais do que os parceiros bilaterais com destaque particular para a União Europeia.

---

<sup>268</sup> Programa do Governo Para a VII Legislatura (2006 – 2011), p. 97

### **3.4. A política externa associada ao desenvolvimento e a cooperação internacional**

*“Os princípios basilares da política externa cabo-verdiana são todos conhecidos, do mesmo modo que é reconhecido o continuado esforço do Estado de Cabo Verde para manter uma linha de actuação externa condicente com estes princípios, condição fundamental para a preservação e o reforço da sua credibilidade e prestígio externos, factores indispensáveis á realização estratégica que definimos para o desenvolvimento de Cabo Verde ao longo Prazo”<sup>269</sup>*

Como podemos verificar, nos pontos anteriormente problematizados, toda a política externa cabo-verdiana, tem como premissa principal, o desenvolvimento e cooperação internacional, tanto por via bilateral, como pela via do multilateralismo.

Estamos perante um mundo caracterizado pela interdependência complexa, fruto da globalização política, económica<sup>270</sup> e cultural dos Estados Nações a que nenhum Estado pode ficar imune,<sup>271</sup> por mais que sejam exíguos e insulares como o caso de Cabo Verde. Perante este desafio da globalização e da internacionalização, qualquer Estado que optar por não participar ou cooperar, caminha inevitavelmente para o isolamento.

Contudo, não queremos dar razão aos liberais que consideram que à medida que mundo se torna mais interdependente a cooperação irá substituir a competição.<sup>272</sup> Queiramos ou não, os Estados continuam a ser os principais autores das relações internacionais, baseando numa competição estratégica. Esta competição estratégica entre os Estados foi a causa principal da Segunda Guerra Mundial, e a competição bipolar de todo período da Guerra fria, o que veria a dar razão a Edward Hallett Carr,

---

<sup>269</sup> NEVES, José Maria, «As Relações Externas de Cabo Verde: o Caso da União Europeia», In *Cabo Verde: um caso Insular nas Relações Norte – Sul*, Lisboa, Estratégia, nº 20, 1º Semestre de 2004, p. 1

<sup>270</sup> CASTELLS, Manuel, *The Information Age: Economy, Society And Culture, The Rise of The Network Society*, Volume I, California, Blackwell Publishers, 2000, p. 1

<sup>271</sup> KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Grádiva, 1996, p. 17

<sup>272</sup> NYE, Joseph S, *Compreender os Conflitos Internacionais*, p. 227; Um dos expoentes máximo do Liberalismo é KEOHANE, Robert, *International Institutions and State Power Essays in International Relations Theory*, Boulder, Co, Westview Press, 1989. Para este autor, as instituições internacionais, condicionam o comportamento dos Estados, nomeadamente em torno da cooperação e conflito, o que de uma certa forma atenuam ou minimizam a natureza anárquica do Sistema Internacional (pp. 302 – 305)

quando este criticava aos utópicos idealistas da Sociedade das Nações.<sup>273</sup> Destes utópicos destacavam as figuras do presidente Norte-Americano, Woodrow Wilson<sup>274</sup> e Alfred Eckhard Zimmern,<sup>275</sup> defendiam a Sociedade das Nações, como a melhor forma de garantia da estabilidade política internacional, assente no pressuposto do interesse colectivo dos Estados na arena internacional em substituição dos interesses nacionais hostis uns aos outros, mas a história viria a provar o contrário, com a incapacidade da Sociedade das Nações como mecanismo de paz universal e de equilíbrio de poderes nas relações internacionais, a ascensão do Nazismo do Hitler, o Estalinismo, o confronto entre ambas, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, etc.

No período pós Guerra fria, deixou de existir aquela competição rígida e bipolar que caracterizou a Guerra Fria, mas a competição e os interesses individuais dos Estados persistem, embora de forma mais atenuada do que o período anterior.<sup>276</sup> Neste período, assistiu-se à emergência de uma diversidade de organizações internacionais de integração regional e de cooperação internacional, maior preocupação e debate em torno das questões económicas, maiores preocupações em torno do terrorismo e da criminalidade organizada em geral.<sup>277</sup>

Não obstante a maioria destas organizações internacionais, estarem ao serviço e dos interesses das grandes potências internacionais, ou mesmo, assistimos casos de uma verdadeira oligarquização dentro destas próprias organizações internacionais, Cabo Verde tem conseguido adaptar-se a esta conjuntura internacional, tirando proveitos e dividendos na cooperação internacional. A maioria dos avanços obtidos em Cabo Verde, em matéria do desenvolvimento, foi em resultado da sua política de cooperação com o exterior: a formação do capital humano, as ajudas externas, os empréstimos internacionais, a construção dos principais edifícios públicos e governamentais, são os exemplos mais práticos e empíricos.

Como afirma o embaixador da Republica de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Ramos: “Há 30 anos atrás todos os relatórios apontavam para a inviabilidade de Cabo Verde. Sem recursos naturais e com um pequeno mercado, Cabo Verde, aparentemente

---

<sup>273</sup> Edward Hallet Carr, *The Twenty yars' Crisis, 1919 – 1939*, Londres, Macmillan, 1939, p. 87

<sup>274</sup> Este defendia, no que ficou conhecido como “os 14 pontos de Wilson”, precisamente no ponto 14 defendeu a criação da Sociedade das Nações

<sup>275</sup> Ver a obra, Alfred Eckhard Zimmern, *The League of Nations and the Rule of Law, 1918-1935*, London, Macmillan, 1936

<sup>276</sup> KISSINGER, Henry, op, cit, p. 12

<sup>277</sup> CASTELLS, Manuel, *The Information Age: economy, Society And Culture, The Power of Identity*, California, Blackwell Publishers, 1997, p. 262

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

sem condições, provou que era possível progredir.”<sup>278</sup> Ao nosso ver, esta viabilidade, em grande parte é o resultado da política externa, associado ao desenvolvimento e cooperação internacional, desenvolvida por Cabo Verde ao longo destes 35 anos de independência, claro, também uma boa prática governativa levado a cabo pelos sucessivos governos da Republica.

Contudo, não queremos tecer críticas ao paradigma do desenvolvimento seguido até agora em Cabo Verde, mas é necessário efectuar algumas mudanças, ou simplesmente passar para uma outra fase. Até agora, mostrou-se um país muito dependente do exterior, por razões óbvias, já referidas, o que significa que qualquer choque financeiro e económico internacional de grandes proporções, levará o país a enfrentar grandes dificuldades. Com isto, não queremos dizer, que Cabo Verde deva abandonar a sua política externa desenvolvimentista, antes mantê-la como principal estratégia do desenvolvimento. É, porém, imperioso que o país comece a adquirir maiores competências no sentido de produção e geração de riquezas internas, podendo deste modo, diminuir ou minimizar a sua dependência externa. Neste caso, concordamos plenamente com João Estêvão, quando afirma, que “ Os sucessivos governos tem assumido como objectivo fundamental das suas políticas de desenvolvimento alcançar a modificação deste modelo de funcionamento. Mas passados quase três décadas, a situação permanece essencialmente na mesma. A economia continua a ser marcado por um sector produtivo muito frágil e uma fraca capacidade de exportação, dependendo fortemente dos fluxos externos para garantir a capacidade de importação.”<sup>279</sup>

Cabo Verde é um país de parques recursos, mas este parques recursos por sua vez, são pouco ou até mal explorados, o Mar e o Sol, são dois dos principais exemplos de recursos naturais que precisa de ser ainda bem explorada em Cabo Verde.

---

<sup>278</sup> Arnaldo Ramos em entrevista, ao «Anuário Negócios & Afinidades 2009/10», *Câmara de Comercio Indústria e Turismo Portugal e Cabo Verde*, Lisboa, p. 63

<sup>279</sup> João Estêvão, «O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração económica internacional», In *Estratégia* Nº 20, Lisboa, pp. 3- 4



## **Evolução das importações e exportações em Cabo Verde 2000 – 2008**

**Tabela 11 - Importações em Cabo Verde 2000-2008**

<b>Ano</b>	<b>Valor (CVE)</b>
<b>2000</b>	<b>27.516.540.902</b>
<b>2001</b>	<b>30.340.198.209</b>
<b>2002</b>	<b>34.863.031.661</b>
<b>2003</b>	<b>34.214.336.010</b>
<b>2004</b>	<b>38.484.331.400</b>
<b>2005</b>	<b>38.875.950.356</b>
<b>2006</b>	<b>47.502.204.137</b>
<b>2007</b>	<b>60.118.950.485</b>
<b>2008</b>	<b>62.248.629.935</b>

**Fonte:** Direcção Geral de Alfândegas de Cabo Verde

**Tabela 12 – Exportações em Cabo Verde 2000-2008**

Ano	Valor (CVE)
2000	1.271.374.050
2001	1.208.409.644
2002	1.208.409.644
2003	1.163.404.962
2004	1.332.803.810
2005	1.568.244.870
2006	1.568.244.870
2007	1.547.130.147
2008	2.410.782.119

**Fonte:** Direcção Geral de Alfândegas de Cabo Verde

### **Cálculo da Balança Comercial relativamente ao ano de 2008**

**Balança comercial == Exportações – Importações; BC = 2.410.782.119 - 62.248.629.935; BC = - 59837848E10 (CVE)**<sup>280</sup>

Como podemos ver a Balança Comercial de Cabo Verde, é deficitária, ou seja, o país importa mais do que exporta, factor de dívida externa.<sup>281</sup> É um problema crónico de Cabo Verde, e o resultado da fraca base produtiva. Por exemplo, a pesca é um dos sectores que é muito mal explorado, apesar da potencialidade marítima do país, a exploração se situa ainda muito abaixo dos níveis óptimos de captura (cerca de 8000 toneladas/ano de capturas estimadas entre 2001 e 2003).<sup>282</sup> “ O peso da contribuição do sector da pesca no PIB tem sido relativamente baixo.

---

<sup>280</sup> Cálculo efectuado por nós com base nos dados da Direcção Geral Das Alfandegas de Cabo Verde.

<sup>281</sup> De acordo com o relatório do Banco de Cabo Verde (2008), a dívida externa de Cabo Verde, ascende aos 683,30 milhões de USD (Credores Multilaterais, credores bilaterais, instituições financeiras, empresas privadas entre outras).

<sup>282</sup> Caixa Geral de Depósitos, *Cabo Verde: dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes*, p. 58

Apesar dos investimentos realizados em infra-estruturas e apoios directos, ainda não conseguiu tirar partido do potencial dos recursos naturais existentes, devido à conjugação de vários factores limitativos da sua capacidade de desenvolvimento, tais como a baixa qualidade e numero de embarcações disponíveis, a falta de circuitos de comercialização que garantam o escoamento do pescado e, talvez o mais importante, a pouca qualificação do pessoal do sector, que por efeito das limitações anteriores não encontram razões para investir em formação adequada, ciclo vicioso que terá de ser cortado, para bem do seu desenvolvimento”.<sup>283</sup>

Esta política externa, associado ao desenvolvimento e cooperação internacional, não tem-se limitado apenas nos domínios económicos, têm abrangido a outros sectores como: a formação e capacitação de recursos humanos, segurança e defesa, saúde.

### **3.4.1. Financiamento dos parceiros internacionais e o investimento público**

*“Os recursos externos constituem um suplemento aos fundos domésticos, permitindo aos países investir mais do que poderiam se apenas contassem com as poupanças nacionais, e facilitando, desta forma, o aumento do bem-estar e do crescimento económico”*<sup>284</sup>

Neste ponto, primeiro vamos fazer uma desconstrução teórica, partindo da análise anterior sobre a problemática do desenvolvimento no continente africano.

Dissemos naquele capítulo do enquadramento conceptual, que em África de uma forma geral, não se encontram reunidas as condições elementares para a condução de uma boa política externa, condições reais que se resumem, à boa governação, respeito pelos direitos humanos, promoção da paz, estabilidade e desenvolvimento.

No caso de Cabo Verde, o distanciamento em relação á realidade africana é grande. Para além da edificação e consolidação das instituições políticas e democráticas, baseado no primado da separação dos poderes,<sup>285</sup> na consolidação da democracia

---

<sup>283</sup> Caixa Geral de Depósitos, *Cabo Verde: Dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes*, p. 58

<sup>284</sup> QUERIDO, Chyanda M, *Estabilização Macroeconómica e Financiamento Do Desenvolvimento Em Cabo Verde*, Lisboa, IPAD e Centro de Documentação e Informação, 2005, p. 171

<sup>285</sup> MONTESQUIEU, *De l' esprit des lois I*, Paris, Garnier Flammarion, 1979, p.131. Para este autour, um dos expoentes da Ciência Política, a separação dos poderes é fundamental na garantia da liberdade política dos cidadãos, uma vez que evita a elaboração de leis despóticas, que ao fim ao cabo, é uma forma

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

representativa e multipartidária, proporcionando um ambiente de estabilidade política e social, também assenta na boa governação mormente á gestão dos fundos públicos, acresce o esforço na garantia da estabilidade macroeconómica. Citando Norberto Bobbio: “O primeiro bom governo é aquele do governante que exerce o poder em conformidade com as leis pré-estabelecidas e, inversamente mau governo é o governo daquele que exerce o poder sem respeitar outra lei excepto aquele dos seus próprios caprichos. O segundo bom governo é aquele do governante que se vale do próprio poder para perseguir o bem comum, mau governo é o governo daquele que se vale do poder para perseguir o bem próprio.”<sup>286</sup> Baseando nesta concepção do bom governo e do mau governo, formulado pelo autor aqui citado, sem qualquer juízo de valor, podemos dizer que a maioria dos Estados africanos, têm tido maus governos, já contrariamente, Cabo Verde, tem-se pactuado com boas práticas governativas.

Em relação à questão da boa governação, mas no sentido económico, tem a ver com os financiamentos internacionais e a sua canalização no investimento público. É elucidativo o exemplo do programa *Millennium Challenge Account*, gerido pela agência *Millennium Challenge Corporation*, que Cabo Verde vem beneficiando desde 2005. Em resultado de uma boa gestão deste pacto, por parte do governo de Cabo Verde, em 2009 foi contemplado com mais um pacto, tornando-se no primeiro país africano a beneficiar por duas vezes consecutivas do referido pacto.

Na verdade, o investimento público do governo de Cabo Verde, têm se alargado a diferentes sectores: construção das infra-estruturas rodoviárias (construção de estradas e asfaltamento dos principais anéis rodoviários do país, construção dos aeroportos, a construção de uma barragem na ilha de Santiago, já existindo projecto para a construção de mais barragens nacionais); construção de escolas, hospitais, etc. A construção destas infra-estruturas visa cumprir um dos mais relevantes desideratos, a modernização e a competitividade económica do país.

Os índices de governação em Cabo Verde têm tido uma avaliação internacional positiva, o que valeu a sua saída do grupo dos países menos avançados, para o dos

---

de limitação do poder político em detrimento da garantia dos direitos dos cidadãos, o que caracteriza a verdadeira essência de um Estado Constitucional. Isso para dizer que quando se fala da boa governação em Cabo Verde, não se refere exclusivamente ao desempenho económico, mas também a organização e o funcionamento das diversas instituições publicas, nomeadamente a eficácia dos órgãos da soberania.

<sup>286</sup> Norberto Bobbio (organizado por: Michelangelo Bovero), *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as lições dos clássicos*, Rio de Janeiro, Elsevier, Campus, 2000, p.207

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

países do desenvolvimento médio.<sup>287</sup> Esta avaliação internacional positiva em relação ao desenvolvimento político, económico e social, constitui um dos grandes desafios de Cabo Verde, por exemplo, evitar que haja uma redução das ajudas externas ao desenvolvimento. Neste caso, a diplomacia externa de Cabo Verde, deverá continuar a actuar juntos dos seus parceiros externos para o desenvolvimento, para que não venha a acontecer esta redução das ajudas externas ao desenvolvimento, uma vez que o país não se encontra devidamente preparado para levar a cabo o desenvolvimento com os escassos recursos endógenos.

Havendo redução das ajudas externas, tendência é para o aumento dos empréstimos internacionais, por conseguinte a dívida externa aumentará. Porém, é necessário enaltecer, que a graduação de Cabo Verde para o grupo dos países de desenvolvimento médio, veio reforçar a sua credibilidade externa e que terá repercussões positivas em outros aspectos, tais como a atracção dos investimentos externos, desenvolvimento do turismo, bem como um certo prestígio em alguns fóruns internacionais.

Não obstante o aval positivo do investimento público em Cabo Verde, derivado da formulação e implementação de boas políticas públicas, continuamos a insistir na necessidade de uma maior descentralização deste investimento público, ou seja, não centralizar-se nos principais centros urbanos.

---

<sup>287</sup> Os dados internacionais, que nos ajudam a compreender a governação em Cabo Verde: Relatório da PNUD (2007); Relatório do Banco Mundial 2009; Relatório da Fundação Mo Ibrahim (2008). Estes são os mais elucidativos.

### **3.4.2. Cooperações internacionais no domínio da educação: relevância da Formação Superior**

*“ Análise estatística, estudos de caso e observação empírica confirmam a importância do ensino superior para o desenvolvimento, designadamente enquanto: (a) o maior determinante individual da produtividade do trabalho, iniciativa empresarial, crescimento e inserção na economia do conhecimento; (b) factor de mobilidade social, participação política, reforço da sociedade civil e democratização da sociedade; (c) espaço de liberdade, formação de competências para todos os níveis do sistema educativo e geração de líderes para prever e enfrentar os desafios do seu tempo e conceber o futuro (d) multiplicador de talentos e escolha; (e) viveiro de cientista e profissionais altamente qualificados para inventar, absorver e disseminar o conhecimento e a tecnologia na sociedade ”<sup>288</sup>*

O desenvolvimento de uma Nação, não se assenta exclusivamente nos indicadores de natureza sócio-económica, mas também, indicadores de natureza sócio-política e socioculturais. A educação faz parte dos indicadores socioculturais, e é indispensável no processo de desenvolvimento: “Instituições e cultura primeiro; a seguir, o dinheiro; mas, desde o primeiro e cada vez mais, o factor essencial e recompensador cabe ao conhecimento.”<sup>289</sup>

Trinta e cinco anos volvidos sobre a independência de Cabo Verde, pode-se fazer um balanço positivo e satisfatório mormente à formação e capacitação dos recursos humanos: “ As autoridades estão apostando na adequação do sistema de ensino ao quadro das reais necessidades de desenvolvimento do país, fazendo - o incidir não apenas na simples transmissão de conhecimentos mas na formação global e integrada dos recursos humanos, já hoje internacionalmente reconhecidos como um dos pontos

---

<sup>288</sup> TOLENTINO, André Corsino, O Ensino Superior E o Desenvolvimento Dos Novos Estados de Língua Portuguesa, in “ BARRATA, Óscar Soares, Sónia Infante Girão Frias Piepoli, *África Género, Educação e Poder*, Lisboa, ISCSP – UTL, 2005, p. 217

<sup>289</sup> LANDES, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que são algumas tão Ricas e outras tão Pobres*, Lisboa, Gradiva, 7ª edição, 2005, p. 309; na mesma esteira de argumento, GARRY, Jacob, Harlam Cleveland, *Social Development Theory*, 1999 [Consultado em 29 de Julho de 2010], Disponível em [http://www.icpd.org/development\\_theory/SocialDevTheory.htm](http://www.icpd.org/development_theory/SocialDevTheory.htm)

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

fortes da economia cabo-verdiana, talvez os mais bem formados da área da envolvimento africana.<sup>290</sup>

Este avanço notável no sector educativo cabo-verdiano deve ser analisada, sem se recuar á luz da política externa cabo-verdiana, quer ao nível do ensino básico, secundário e superior. Ao nível do ensino básico e secundário, é de realçar a cooperação externa que ao longo dos tempos culminou com a construção de escolas,<sup>291</sup> fornecimento de materiais didácticos, capacitação dos docentes, etc.

Em relação ao ensino superior, a cooperação externa tem tido grande eficácia. A maior parte dos dirigentes políticos, funcionários da administração pública, obtiveram a formação superior no exterior (Portugal, Brasil, Rússia, EUA, etc.), ainda todos os anos sai do arquipélago centenas dos alunos para as universidades estrangeiras.

Com a emergência de alguns estabelecimentos de ensino superiores locais, o governo começa a mudar de estratégia, incentivando os alunos a optarem pelas ofertas educativas locais, concedendo bolsas e subsídios, implementando alguns critérios rigorosos na concessão de bolsas de estudo para o exterior tais como, a não concessão de bolsas para o exterior para os cursos que são ministrados no país, assistindo-se uma diminuição drástica na atribuição de bolsas de estudo para o estrangeiro. Por exemplo, no ano lectivo (2009/2010), partiram para Portugal apenas 53 alunos com bolsas do governo de Cabo Verde e duas com bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian para frequência dos cursos de licenciatura (numero bastante reduzido, comparando com anos atrás que centenas de alunos eram contemplados com bolsas de estudo para Portugal), 16 alunos foram contemplados com a bolsa de mestrado do Instituto Português do Apoio Ao Desenvolvimento.<sup>292</sup>

Neste caso, com o aumento da oferta educativa local, a cooperação externa vem contribuindo em prestar apoios na formação local. Muitos dos cursos contam com colaboração das universidades estrangeiras, com os docentes doutorados estrangeiros.

Cabo Verde, em termos do capital humano, já é bastante razoável, neste momento é necessário passar para uma nova fase, uma aposta na maior qualidade e definição de áreas prioritárias para o desenvolvimento. É uma preocupação e um dos

---

<sup>290</sup> Caixa Geral de Depósitos, *Cabo Verde: dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes*, op. cit. p.72

<sup>291</sup> Muitas escolas em Cabo Verde, foram construídas no âmbito da cooperação de Cabo Verde com estes países, podemos citar como exemplo, a cooperação luxemburguesa, que financiou a construção da escola Técnica de Santa Catarina de Santiago.

<sup>292</sup> Direcção - Geral do Ensino Superior e Ciência de Cabo Verde

objectivos do Governo de Cabo Verde, manifestada já algum tempo: “ Desenvolver o Capital Humano e orientar o sistema de ensino e formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento.”<sup>293</sup>

Há um grande desequilíbrio entre o número de formados nas áreas de ciências sociais e humanas em relação ao número de formados nas áreas das ciências e tecnologias. O mercado começa a saturar-se de quadros formados em ciências sociais e humanas, enquanto que na área das ciências, engenharias, há uma carência. Esta disparidade, tem que começar a ser equacionada, através de um maior acompanhamento e aconselhamento dos alunos na escolha dos cursos, porque há uma falta de informação e orientação dos alunos quando efectuam as suas escolhas. Por outro lado, há uma grande tendência dos próprios alunos em abdicarem de escolher cursos das ciências, engenharias e tecnologias, porque julgam serem mais difíceis, e optam em larga escala pelos cursos das humanidades considerados mais fáceis, portanto, é uma situação que precisa ser urgentemente invertida. Nos concursos de vagas para formação superior no exterior, das vagas sobrantes, as áreas importantes continuam a serem mais desperdiçadas, são áreas que para além de serem prioritárias, têm maior empregabilidade.

Para fundamentar melhor a questão do défice de quadros nas áreas prioritárias em Cabo Verde, vamos pegar como exemplo, o curso de Medicina. É um dado adquirido que em Cabo Verde, há uma grande carência de médicos por população, este défice se deve ao facto de em Cabo Verde ainda não existir curso de licenciatura em medicina e áreas afins e um número reduzido de vagas fornecidas pelas universidades estrangeiras. Em 2007, com uma população de 491.419 habitantes, Cabo Verde contava com apenas 230 médicos.<sup>294</sup> Nos hospitais centrais, onde há uma maior procura por parte dos pacientes, como os hospitais Batista de Sousa (Mindelo) e Agostinho Neto na Cidade da Praia, o número de médicos não consegue dar resposta de uma forma eficaz. O Hospital Batista de Sousa em 2003 possuía 43 médicos e passou para 47 médicos em 2007. O Hospital Agostinho Neto em 2003 possuía 59 médicos e passou para 81 médicos em 2007.<sup>295</sup>

---

<sup>293</sup> Ministério Das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, *Plano Nacional De Desenvolvimento 2002 – 2005, I Volume*, Praia: Direcção Geral do Planeamento, p. 6

<sup>294</sup> Estamos neste caso a fazer referência ao número de médicos nos hospitais públicos, não abrangendo deste modo as clínicas particulares

<sup>295</sup> Fonte: Relatórios anuais dos Hospitais centrais e do Ministério de Saúde



Há um longo trabalho que deve ser levado a cabo pelo governo de Cabo Verde para atenuar o problema do défice dos recursos humanos nas áreas prioritárias para o desenvolvimento, como: política de incentivo de retorno definitivo de estudantes, tendo em conta, que já é notório o numero de estudantes cabo-verdianos, formado em áreas das ciências, engenharias, medicina, que acabaram por serem absolvidos e integrados profissionalmente no país onde concluíram a formação; a criação de estruturas educativas locais eficazes, que ministrem estes cursos, evitando a fuga de cérebros qualificados.<sup>296</sup>

André Corsino Tolentino, um dos melhores especialistas em Ciências da educação em Cabo Verde e com uma larga experiência profissional no sector educativo, considera que “ (...) que uma função primordial das instituições universitárias nos países em desenvolvimento é precisamente a criação, a fixação e atracão de competências, lutando contra a escassez, o desperdício e a fuga de cérebros. Num país profundamente influenciado pela emigração, a missão da universidade é crucial e tem características peculiares.”<sup>297</sup>

O mesmo autor acima citado, enumera algumas áreas, prioritárias para o desenvolvimento de Cabo Verde: “ as ciências da educação (formação de professores incluindo educação especial e desporto); engenharias (civil, mecânica, electrónica e informática; economia, gestão e administração publica (gestão publica e empresarial, finanças, turismo, hotelaria e restauração, ordenamento do território e gestão das cidades); ciências da terra (agricultura, pecuária, ambiente, recursos naturais e energias renováveis); ciências do mar; ciências da saúde; tecnologias de informação e comunicação”.<sup>298</sup>

Um outro problema de fundo que tem assistido nos sucessivos governos de Cabo Verde, é uma falta de democratização do ensino, que acaba de certa forma por ter repercussões negativas na própria democratização da política externa na formação e qualificação dos recursos humanos. Tem se verificado, que a educação e o ensino

---

<sup>296</sup> Como dissemos na parte do enquadramento conceptual deste trabalho, em África, concretamente na região subsariana, o sistema do ensino superior é pouco consolidado, o que faz com que muitos alunos partem para Europa, Estados Unidos de América, Ásia, para tirarem cursos superiores, e muitos são financiados com bolsas de estudo. Ao regressarem aos países de origem levam com eles competência, inovação, empreendedorismo, mas a verdade é que nem todos optam pelo regresso, por isso os governos africanos tem que criarem condições atractivas e incentivos para fazer retornarem os seus quadros.

<sup>297</sup> André Corsino Tolentino, *Universidade e Transformação Social nos pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 372

<sup>298</sup> André Corsino Tolentino, *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento*, p. 317

superior têm beneficiado mais aos alunos de origens socio-económicas mais elevadas.<sup>299</sup> Primeiro se deve ao critério de atribuição de bolsas por notas mais elevadas, acabando de uma certa forma por beneficiar os alunos dos principais centros urbanos, que ao fim ao cabo, são alunos de famílias mais instruídas, com maiores recursos, mais acesso à informação. Já contrariamente, os alunos pertencentes aos extractos sociais mais baixos, acabam por ficar à margem, pertencem às famílias economicamente instáveis, não reunindo condições básicas, que permitam aproveitamento equivalente, aos de estratos sociais mais elevados. Mas uma vez, esta desigualdade de oportunidades é o reflexo, do modelo bastante centralizado do desenvolvimento, que os vários governos adoptaram desde a independência nacional. Perante este cenário acontece que a política educativa do envio de estudantes para as universidades estrangeiras, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo, ter-se á concentrado mais nas cidades do Mindelo e da Praia.

A realidade acima traçada carece de uma justiça mais equitativa, tendo em conta a complexidade que a envolve. Esta complexidade se deve a peculiaridade própria de cada grupos sociais, particularmente as assimetrias existentes entre o meio urbano e rural. Como defende Michael Walzer, os princípios da justiça são eles próprios pluralistas na sua forma que os vários bens sociais devem ser distribuídos com base em motivos diferentes, segundo processos diferentes e por diversos agentes e que todas estas diferenças derivam diferentes concepções dos próprios bens sociais consequência inevitável do particularismo histórico e cultural.<sup>300</sup> Esta concepção sociológica do direito de Walzer, também poder ser aplicado á democratização do ensino em Cabo Verde, face as origens sócio-económicas diferenciadas dos estudantes e das suas famílias que as tutelam.

Na verdade, aparentemente, esta falta da democratização da política externa não se atinge apenas o sector da educação, mas praticamente todos os sectores. Evidentemente, a macrocefalia faz com que as ajudas externas, os benefícios da cooperação no sector da saúde, das infra-estruturas, beneficiam mais os habitantes dos principais centros urbanos. Neste caso, é necessária uma descentralização do

---

<sup>299</sup> AFONSO, Maria Manuela, *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Lisboa, Associação Académica África Debate, Praia, Spleen, 2002, p. 211

<sup>300</sup> Michael Walzer, *Spheres of Justice: a Defence of Pluralism & Equality*, Oxford, Basil Blackwell, 1989, p. 5

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

investimento público, de forma a combater a macrocefalia e por conseguinte e uma maior equidade na distribuição dos benefícios obtidos através da política externa.

Há sinais de mudança de paradigma de investimento. Nestes últimos anos, têm - se assistido uma certa descentralização do investimento publico, para as áreas mais rurais, principalmente nas infra-estruturas dos transportes, na agricultura e na educação. O investimento nas barragens de grandes dimensões e as bacias hidrográficas é um dos exemplos que deve ser seguido, como forma de combate e redução da pobreza. Quanto às infra-estruturas de transportes, tem se verificado um investimento progressivo no melhoramento das acessibilidades rodoviárias, que ao nosso ver, desempenha um papel importante no deslocamento do investimento privado. No sector educativo, têm-se verificado um aumento das escolas nos meios rurais contribuindo para uma maior democratização do ensino.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Tabela 13 – Alguns dados estatísticos internacionais relevantes mormente à educação em Cabo Verde numa perspectiva comparada com outros países do mundo**

Cape Verde's human development index 2007				
HDI value	Life expectancy at birth (years)	Adult literacy rate (% ages 15 and above)	Combined gross enrolment ratio (%)	GDP per capita (PPP US\$)
1. Norway (0.971)	1. Japan (82.7)	1. Georgia (100.0)	1. Australia (114.2)	1. Liechtenstein (85,382)
119. Uzbekistan (0.710)	94. El Salvador (71.3)	88. Saudi Arabia (85.0)	114. Oman (68.2)	124. Philippines (3,406)
120. Kyrgyzstan (0.710)	95. Iran (Islamic Republic of) (71.2)	89. Oman (84.4)	115. Indonesia (68.2)	125. Mongolia (3,236)
121. Cape Verde (0.708)	96. Cape Verde (71.1)	90. Cape Verde (83.8)	116. Cape Verde (68.1)	126. Cape Verde (3,041)
122. Guatemala (0.704)	97. Maldives (71.1)	91. Honduras (83.6)	117. Sao Tome and Principe (68.1)	127. Guyana (2,782)
123. Egypt (0.703)	98. Morocco (71.0)	92. Syrian Arab Republic (83.1)	118. Albania (67.8)	128. India (2,753)
182. Niger (0.340)	176. Afghanistan (43.6)	151. Mali (26.2)	177. Djibouti (25.5)	181. Congo (Democratic Republic of the) (298)

**Fonte: Human Development Report 2009**

Abordando a panorâmica da educação em Cabo Verde, de uma forma geral e tomando por base os dados estatísticos nacionais, pode-se dizer que é bastante satisfatória. Os dados estatísticos de 2006, que é a única que conseguimos apurar (já lá vão quatro anos, não está bem actualizado, mas dá para ter uma percepção do ponto da situação da educação em Cabo Verde), revela-nos o seguinte : “Em 2006, a taxa de alfabetização é de 79% sendo 84% no meio urbano e 74% no meio rural. Dito de outro modo, a taxa de analfabetismo é de cerca de 21% a nível nacional, sendo 16% no meio

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

urbano e 26% no meio rural. Graças a uma elevada cobertura escolar, cerca de 97 em cada 100 jovens dos 15 – 24 anos sabem ler e escrever, ou seja apenas 3% dos jovens dos 15-24 anos são analfabetos. Cerca de 58% dos indivíduos que frequentaram um estabelecimento de ensino gastam habitualmente menos de 15 minutos entre a casa e a escola, independentemente do meio de transporte utilizado. A grande maioria (79%) dos indivíduos que frequentaram estabelecimentos de ensino declararam não haver problemas a nível do estabelecimento de ensino, dos professores ou mesmo com relação à qualidade de ensino. O nível de satisfação é menor no meio urbano (74%) do que no meio rural (83%) Assim cerca de 21% não estão satisfeitos com os serviços da educação principalmente por razões que se prendem com «*propinas caras*» (37%), «*casas de banho não funcionais*» (31%), «*falta de água*» (31%) e «*falta de segurança*» (19%).<sup>301</sup>

Estes dados podem estar um pouco distorcidos da realidade, uma vez que de 2006 para cá muitas coisas já mudaram. Em 2006, havia apenas uma única universidade em Cabo Verde (privada), que é a Universidade Jean Piaget, e alguns institutos superiores públicos e privados. Já actualmente, existem mais duas universidades privadas (Universidade Lusófona em Mindelo e a Universidade de Santiago na Cidade de Assomada), já está em pleno funcionamento a primeira Universidade Pública de Cabo Verde, localizada na cidade da Praia e com um pólo na cidade de Mindelo na ilha de São Vicente.<sup>302</sup> E o número dos alunos que estudam nestes estabelecimentos de ensino tem vindo a aumentar de ano para ano, actualmente estimam-se que cerca de 10 000 alunos frequentam o ensino superior em Cabo Verde, que é superior ao número de alunos que se encontram a estudar nas universidades estrangeiras (cerca de 6000).<sup>303</sup>

---

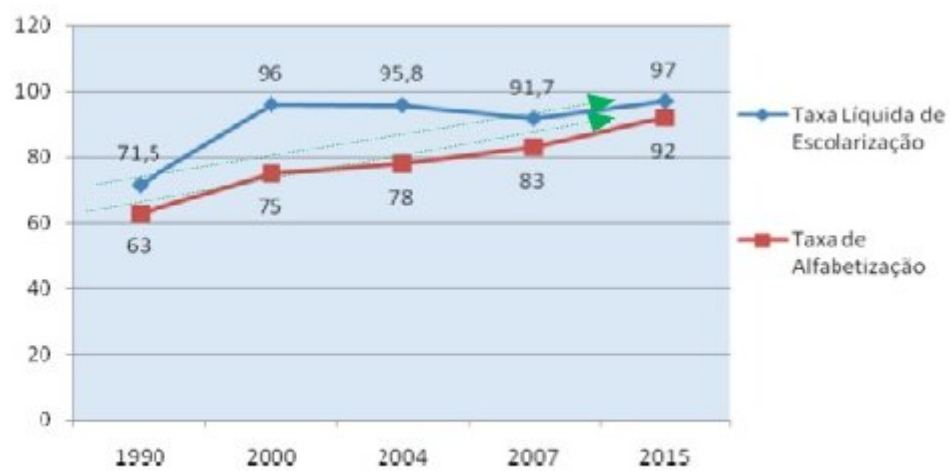
<sup>301</sup> Instituto Nacional de Estatística, 2006

<sup>302</sup> A Universidade de Cabo Verde também já começou a ministrar cursos superiores profissionalizantes nas outras ilhas como é o caso da ilha de Santo Antão.

<sup>303</sup> Para algumas figuras políticas nacionais como é o caso de David Hopffer Almada esta dinâmica do ensino superior interno, justificou a criação pela primeira vez de um Ministério de Ensino Superior em Cabo Verde.

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Gráfico 3 : Evolução da Taxa de Escolarização e de Alfabetização em Cabo Verde (1990-2015)**



**Fonte:** MEES, 2008

## CAPITULO IV

### A projecção internacional de Cabo Verde: que factores?

*“Os analistas e especialistas em relações internacionais, são unânimes em apresentar as relações internacionais com um jogo de poder. Neste jogo ganha quem tiver mais recursos económicos, demográficos, naturais e uma grande capacidade e visão estratégica”<sup>304</sup>*

Este capítulo visa dar continuidade ao capítulo anterior. Procura analisar Cabo Verde, no actual contexto internacional, caracterizado pela globalização e interdependência e numa procura constante em projectar-se na cena internacional. Recorre a várias áreas de saber, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, começando pelas abordagens em torno da história das relações internacionais, concepções teóricas de política internacional contemporânea, passando pelas áreas antropológica, sociológica e económica. A partir destas análises, procura evidenciar quais as ferramentas e mecanismos que Cabo Verde utiliza para se projectar na arena internacional e o seu impacto no processo de desenvolvimento interno.

A cena internacional é caracterizada por uma diversidade de sujeitos ou actores.<sup>305</sup> São sujeitos internacionais os Estados, as organizações internacionais, a pessoa humana. Todos estes actores assentam numa personalidade jurídico-internacional, ou seja, são titulares de normas e princípios de Direito Internacional (uma base jurídico-legal).<sup>306</sup>

Por outro lado, existem grupos organizados transnacionais que não assentam em nenhuma base jurídico-legal, que automaticamente não podem ser considerados sujeitos internacionais, mas cujas acções e os comportamentos influenciam ou condicionam a política internacional,<sup>307</sup> por exemplo, a criminalidade organizada transnacional (terrorismo internacional, rede de tráfico de seres humanos, etc.). A tendência é para um

---

<sup>304</sup> EBO, Isabel De Jesus dos Santos, *A Geopolítica da Droga*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2008, p. 59

<sup>305</sup> DEUTSCH, Karl, *Análise das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 68

<sup>306</sup> GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual De Direito Internacional Publico: Introdução, Fontes, Relevância, Sujeitos, Domínio, Garantia*, Coimbra, Almedina, 2ª edição, 2004, pp. 407 – 541; DUPUY, Perre-Marie, *Droit International Public*, Paris, Dalloz, 8º edicion, 2006, pp.27-265; CASSESE, António, *International Law*, Oxford, Oxford University Press, 2ª edição, 2005, pp. 71 - 142

<sup>307</sup> CASTELLS, Manuel, *The Information Age: economy, Society and Culture, the Power of Identity*, volume II, California, Blackwell Publishers, 1997, p. 260

aumento cada vez mais significativo de “novos actores” das relações internacionais, decorrente dos fluxos transfronteiriços de grupos religiosos, organizações mafiosas,<sup>308</sup> entre outras tornando o sistema internacional cada vez mais fragmentado, já que os novos sectores emergentes ombreiam e desafiam os Estados na arena internacional tornando-os mais fragilizados.<sup>309</sup> Para outros autores realistas, como H. Bull, a multiplicação destes “actores” na cena internacional e nas disputas e rivalidades, conduzem a uma desordem na política internacional equivalente ao um Estado de Natureza.<sup>310</sup>

Todos os actores internacionais estão permanentemente na procura de uma maior influência e projecção na política internacional, muitas vezes pondo em causa as normas do Direito Internacional, o menosprezo pelos princípios da moral internacional e da ética nas relações internacionais. A existência de vontades e interesses diversos, por parte dos diferentes autores internacionais, é a causa para as inúmeras crises e conflitos internacionais. A história demonstra-nos que nem sempre as práticas políticas, seja na política interna, ou na política internacional, se baseiam na ética e moralidade internacional, nem no cumprimento escrupuloso das regras elementares do Direito Internacional Público. Nicolau Maquiavel dizia, na sua obra “O Príncipe”, que tudo que for necessário para manter o poder é legítimo: “Pelo que é necessário a um príncipe, se quiser manter, estar preparado para o poder não ser bom, e para usar ou não a bondade conforme a necessidade.”<sup>311</sup> Para este autor, podemos cumprir as leis, a ética e a moral, mas quando este não for suficiente é legítimo empregar outros meios, mesmo sendo ilegais e imorais: “Devemos, então, saber que há dois géneros de combate: um que se serve das leis, outro que se serve da força: o primeiro é o próprio homem, o segundo dos irracionais: mas porque o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo. A um príncipe é necessário portanto, saber deveras usar ou o animal ou o homem que está dentro dele.”<sup>312</sup>

A postura acima traçada, e que caracteriza o pensamento político de Nicolau Maquiavel, veio aumentar adeptos de tais práticas, aplicada na própria condução da política externa de um número significativo de Estados e potências internacionais. Por

<sup>308</sup> CASTELLS, Manuel, *The Information Age: economy, Society And Culture, The Rise Network Society*, volume I, California, Blackwell Publishers, 2000, p. 2

<sup>309</sup> BERTRAND, Badie, Marie-Claude Smouts, *O Mundo em Viragem: Sociologia da Cena Internacional*, Lisboa, Instituto Piaget, p.p.11 - 23

<sup>310</sup> H. Bull, *The Anarchical Society*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1977

<sup>311</sup> Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, Lisboa, Guimarães editora, 2002, p.75

<sup>312</sup> Nicolau Maquiavel, op, cit, p.84



exemplo Richelieu que chegou a empregar o termo *Raison D' Etat*, substituindo o conceito medieval dos valores morais e universais como princípio operacional da política francesa.<sup>313</sup> “ Quando a guerra terminou, em 1648, a Europa Central havido sido devastada e a Alemanha perdera quase um terço da sua população. No cadilho deste trágico conflito, o Cardeal Richelieu enxertou o princípio da *raison d' etat* na política externa da França, um princípio que os outros Estados europeus viriam a adoptar no decurso do seguinte”<sup>314</sup>

Já no decorrer do século XX, deu-se a continuidade destas práticas<sup>315</sup>, de uma forma assimétrica, tendo em conta que estas mesmas práticas passaram a ser praticadas simultaneamente por vários Estados na condução da sua política externa, motivada sobretudo na procura da expansão das ideologias e do poder na política internacional, tornando-se, deste modo, hostis, uns aos outros. Adolfo Hitler, na sua famosa obra “*Mein Kampf – A Minha Luta*”, começou a expressar algumas ideias racistas. Ao assumir o poder na Alemanha, elas (ideias racistas) estruturaram a sua principal ideologia na condução da política interna e externa alemã. A ideia da Superioridade da Raça Ariana constitui o núcleo de ataque aos dois alvos preferências: o Judaísmo e o Comunismo. “ Os povos que se infiltraram como parasitas da humanidade e que fazem os outros trabalharem para si sob os mais diversos pretextos, podem formar Estados mesmos sem possuírem território. É o caso do povo cujo parasitismo faz sobrepor toda a humanidade: O povo Judeu.”<sup>316</sup> Hitler foi mais longe quando salientou que o judeu não possui nenhuma das qualidades que distinguem as raças criadoras dotadas do privilégio de fundar civilizações.<sup>317</sup>

Estas ideias de Hitler conseguiram obter uma consolidação e consistência com a sua institucionalização por via do partido político Nacional-Socialista Alemão, acabando por extrapolar as dimensões da política interna (perseguição e extermínio dos Judeus na Alemanha), para a política externa - a expansão destes princípios e ideologias além fronteiras nacionais da Alemanha. Como frisamos, numa das alíneas anteriores, a questão da expansão da ideologia e do poder, na política internacional no século XX, passou a ter um carácter assimétrico, ou seja, o princípio da *Realpolitik* na política

---

<sup>313</sup> KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Grádiva, 1996, p. 47

<sup>314</sup> KISSINGER, Henry, op, cit, p. 48

<sup>315</sup> ARENDT, Hannah, *Da Violência*, Brasília, Universidade de Brasília, 1985, pp. 4-5

<sup>316</sup> Adolfo Hitler, *Mein Kampf: A Minha Luta*, Lisboa, Hugin, 1998, p. 118

<sup>317</sup> Adolfo Hitler, op, cit, p. 238

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

internacional tornando-se uma realidade de consequências devastadoras.<sup>318</sup> Por exemplo, Estaline conduziu a política externa soviética, baseando na estratégia de expansão da ideologia comunista e da expansão do poder na arena internacional. Esta assimetria entre estes dois países (Alemanha e a União Soviética) dirigidos por estes dois políticos (Hitler e Estaline), protagonizaram crises e conflitos internacionais, que deixaram marcas na história das relações internacionais contemporâneas.

As práticas acima descritas nas relações internacionais enquadram-se naquilo que denominamos em relações internacionais, concretamente nas teorias das relações internacionais, de *Hard Power*, ou seja, o uso do poder e a força nas relações internacionais. Nos últimos tempos, o conceito de *Hard Power* tem sido relacionado mais com a actuação dos Estados Unidos de América na política internacional, mas o uso do poder e a força não foi usado, somente pelos Estados Unidos de América, mas também por outras potências internacionais ao longo da história, para conseguirem maior poder ou projectar-se mais na arena internacional.

Contrariamente ao Hard Power, utilizam-se o conceito de *Soft Power*, cunhado pela primeira vez por Joseph Nye, que tem haver mais com prática diplomática, por via do diálogo, cooperação, influências culturais, entre outros.<sup>319</sup>

Na verdade, a projecção internacional dos actores internacionais pode derivar de outros aspectos, que não resumem-se, exclusivamente por exemplo ao poder que os mesmos dispõem (poder económico, militar, tecnológico, etc.), mas sim existem outros factores que podem justificar a projecção internacional. O prestígio académico e político de uma determinada personalidade, pode fazer com que uma pessoa seja muito conhecida internacionalmente; também as características internas de um Estado pela positiva, nomeadamente, a boa governação e respeito pelos direitos humanos podem justificar a sua projecção internacional; podíamos ainda recorrer a muitos outros exemplos paradigmáticos que não vamos aqui mencionar.

Cabo Verde, não obstante a sua exiguidade territorial e a sua característica insular, sempre procurou projectar-se internacionalmente, o que aliás constitui neste momento um dos eixos fundamentais da sua política externa: uma Política Externa de Afirmação de Cabo Verde no Mundo. É de ressaltar, que o esforço de Cabo Verde em

---

<sup>318</sup> MOREIRA, Adriano, *Teoria Das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina, 1996, p. 220. Este autor fala da concepção darwinista do poder, na qual aponta como causa ideológica da guerra.

<sup>319</sup> NYE, Joseph., Jr, *Soft Power: The means to success in world politics*, New York, Public Affairs, 2004

afirmar-se no mundo tem tido resultados benéficos, uma vez que hoje é um país de referência na região na qual se encontra inserido, também com um grande *performance* internacionalmente, que muitas vezes constam nos relatórios de instituições internacionais de relevo, bem como alguns fóruns internacionais.

Baseando-nos na descrição teórica que efectuamos, em torno dos conceitos de *Realpolitik*, *Hard Power*, *Soft Power*, queremos afirmar que Cabo Verde sempre tem usado o *Soft Power*, no que concerne à sua participação na política internacional. O primado da utilização dos mecanismos de cooperação internacional, como estratégia de internacionalização e desenvolvimento, a transmissão dos princípios e valores da cabo-verdianidade no mundo, boas práticas na política interna têm-se fundado nos pressupostos pelo respeito dos direitos humanos, boa gestão da coisa pública, consolidação e eficácia no funcionamento das instituições políticas e democráticas. Constituem por si só, formas relevantes de Cabo Verde se projectar na política internacional, pela positiva, sem uso da força, até porque, o país não tem meios económicos e militares que permitam o uso de *Hard Power*, na política internacional. Sendo assim, a diplomacia cultural, a política de mediatização e resolução de conflitos, a cooperação internacional, continuará a ter grande peso na política externa cabo-verdiana e com resultados vantajosos capaz de lhe definir o papel mais activo e interventivo na cena internacional.

Neste capítulo, vamos problematizar estes mecanismos, que Cabo Verde tem utilizado para afirmar-se no mundo

#### **4.1. Cabo Verde: uma Nação global e transnacionalizada**

“ *TÉ NA LUA TEN KAB’ VERDIANU*”<sup>320</sup>

Os fenómenos migratórios, assumem hoje uma característica multidisciplinar, já que é estudada e abordada em várias áreas do saber, tais como Antropologia, Sociologia, Direito, Economia, História, Geografia Humana, Ciência Política, Relações

---

<sup>320</sup> GÓIS, Pedro, *Emigração Cabo-verdiana para [e na Europa] e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais*: Lisboa, Milão, Roterdão, Lisboa, ACIME, 2006, p.23. Esta metáfora, utilizada pelo autor, em crioulo, significa que mesmo na Lua existem cabo-verdianos.

Internacionais, etc. Esta multidisciplinaridade dos fenómenos migratórios é o resultado da sua complexidade e os novos contornos que o fenómeno trouxe, tais como: a criminalidade, o multiculturalismo, a xenofobia, racismo, exclusão social, fuga de cérebros qualificados, tráfico de seres humanos, exploração laboral, inter-etnicidades e transnacionalismos, entre outros aspectos fundamentais, debatidos hoje em tornos dos fenómenos migratórios. Já particularmente, na disciplina de relações internacionais, os fenómenos migratórios, têm assumido um papel de destaque, que vamos contextualizar no caso de Cabo Verde, fenómeno de estudo interessante.

Fazendo um pequeno parêntesis, queremos salientar, que o conceito de transnacionalismo não se reduz apenas aos fluxos económicos e financeiros internacionais. Por exemplo, ele surge associado às grandes empresas multinacionais, às instituições financeiras que actuam em diferentes países e continentes, mas também a própria mobilidade da pessoa humana faz parte deste conceito, sobretudo com os acontecimentos de 11 Setembro de 2001 nos EUA, a mobilidade das pessoas além fronteiras nacionais têm proporcionado, debates em vários fóruns internacionais, com resultados profícuos, com vista a equacionar muitos problemas derivados destas mobilidades.

A projecção internacional de Cabo Verde, não é derivada de quaisquer aspectos relacionados com o poderio económico, ou militar como é o caso de grandes potências internacionais, como por exemplo, os Estados Unidos de América, ou das potências emergentes como a China.

Uma das formas, através do qual Cabo Verde se tem projectado internacionalmente, é a da sua vasta comunidade diáspora. Como referimos no capítulo 2, o número dos cabo-verdianos no exterior é superior as residentes nacionais no arquipélago. Esta vasta diáspora sempre funcionou como forma de veicular a divulgação dos valores e da cultura cabo-verdiana no mundo<sup>321</sup>, mas também sempre proporcionou, e continua proporcionando, o aumento de parceiros bilaterais, do ponto de vista das relações diplomáticas e cooperação, com vários países onde radicam as comunidades cabo-verdianas. Ao nosso ver, se hoje Cabo Verde é muito conhecido e

---

<sup>321</sup> De acordo com a alínea d do artigo 79 da Constituição da Republica de Cabo Verde, compete ao Estado “assegurar a defesa e a promoção da cultura cabo-verdiana no mundo.” Neste mesmo artigo, já na alínea e, diz que compete ao Estado “Promover a participação dos emigrantes na vida cultural e a difusão e valorização da cultura nacional no seio das comunidades cabo-verdianas emigradas. Estas cláusulas constitucionais mostram claramente que a diáspora, constitui um veículo na transmissão da cultura cabo-verdiana no mundo, contribuindo deste modo para uma maior visibilidade do arquipélago no mundo.

procurado pelos turistas dos vários países do mundo, em grande parte é por causa da comunidade cabo-verdiana no exterior, até porque existem pessoas que nunca visitaram Cabo Verde, mas que conhecem um pouco da sua realidade política social e cultural em resultado das convívências com os cabo-verdianos radicados nestes países.

Como afirma Stephen Castles, “ Nas sociedades tradicionais, muitas pessoas passavam a vida inteira na aldeia ou no Bairro onde nasciam. Actualmente, as migrações estão a tornar-se cada vez mais comuns, á medida que as pessoas se movem em busca da segurança e de melhores condições de vida: das aldeias para as cidades, de uma região para outra dentro do seu próprio país, ou entre países e continentes.”<sup>322</sup> Cabo Verde, já está no auge deste processo, uma comunidade não localizada mas sim transnacionalizada.

A emigração cabo-verdiana tem assumido uma característica multifacetada, para além das emigrações tradicionais, na qual abrangem as pessoas não qualificadas, também tem se verificado o fenómeno do *Brain Drain*, que não é mais do de que a fuga de pessoas com qualificações de gestão, de direcção, profissionais de elevada qualificação técnicos e equivalentes, que se movem no seio dos mercados de trabalhos internos das empresas multinacionais e das organizações internacionais, ou que procuram emprego em mercados internacionais de qualificações raras,<sup>323</sup> na qual são absorvidos por muitos países. No caso de Cabo Verde, este fenómeno, tem assumido um contorno preocupante, e estas fugas de cérebros tem sido protagonizadas mais pelos estudantes, que depois da formação não retornam.

O cenário acima traçado, demonstra também que Cabo Verde tem tido uma *diáspora intelectual*. Esta diáspora intelectual tem uma desvantagem para o país, a questão da fuga de cérebros, mas também poderia ter vantagens positivas, se esta diáspora tiver a capacidade ou influencia para criar *lobbies*, junto dos governos dos países do acolhimento, das organizações internacionais, das empresas multinacionais, etc. Contudo, os emigrantes cabo-verdianos, sejam eles qualificados e não qualificados, não tem logrado alcançar esta influência no sentido de criar *lobbies*.

Sendo Cabo Verde uma Nação Global em resultado da sua vasta comunidade diásporica e trasnacionalizada e que tem contribuído positivamente para o seu

---

<sup>322</sup> Stephen Castles, *Globalização, Trasnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*, Lisboa, Fim de Século, 2005, p. 15

<sup>323</sup> CASTLES, Stephen, op, cit, p. 18

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

desenvolvimento local, seja por causa das remessas, ou pela mediação nas relações bilaterais com vários países do mundo, sempre justificou a necessidade de uma política externa para com a diáspora. Esta necessária relação com a diáspora constitui um dos eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana: afirmação das Comunidades Cabo-verdianas no Exterior. No entanto, a questão que se coloca é se realmente esta política de afirmação das comunidades cabo-verdianas no exterior tem sido eficaz e consistente.

As legislações e os programas governamentais sempre abordam a questão da diáspora. Contudo, nem sempre as legislações e os diversos programas sobre a diáspora são postos em prática. Por exemplo, no actual programa do governo, as medidas a favor da diáspora não faltam:

“ a) Manter um diálogo aberto e construtivo com as comunidades, particularmente os dirigentes associativos, líderes, intelectuais, e agentes económicos, tendo em vista a forja de uma visão de longo prazo e a promoção de práticas consequentes com o objectivo de inserção e afirmação nas sociedades de acolhimento e de participação no desenvolvimento de Cabo Verde;

b) Estimular igualmente a plena participação cívica e política nas sociedades de acolhimento, desenvolvendo parcerias inovadoras com todos os autores interessados e desenvolvendo um diálogo político-diplomático favorecedor de tal integração;

.....

j) Negociar acordos de Segurança Social, com vistas a melhor prestação social dos emigrantes cabo-verdianos e seus familiares;

k) Reforçar o apoio às comunidades mais carenciadas, colocando a situação das mesmas na agenda do diálogo diplomático com as autoridades dos países de acolhimento respectivos;”<sup>324</sup>

As medidas acima mencionadas, constantes do actual programa do governo, são os exemplos mais elucidativos porque na verdade, aparecem mais medidas que não mencionamos. Se as medidas que mencionarmos fossem cumpridas de uma forma mais consistente, a política externa em relação a diáspora, sobretudo no que diz respeito á integração dos emigrantes nos países do acolhimento, teria um contorno diferente.

---

<sup>324</sup> Programa do Governo Para a VII Legislatura, 2006 – 2001, Praia, 2006, p. 98

Dos três eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana, ao nosso ver, a política externa de afirmação das comunidades cabo-verdianas no exterior, é a que tem menos eficácia do ponto de vista da sua operacionalização. Ou seja, existe sem dúvida uma política externa em relação a diáspora, mas é bastante incipiente, como defende Kátia Cardoso: “Podemos aferir que os executivos têm dado cada vez mais importância aos emigrantes, não só como fontes de remessa, mas como autores políticos, com a participação activa na sociedade cabo-verdiana. Todavia, a atenção que é dada à emigração, quer na constituição quer nos programas do governo, não têm tido correspondência cabal na prática.”<sup>325</sup>

Não obstante, aos avanços notáveis, que é necessário enaltecer, tais como, apoios através das missões diplomáticas, a garantia constitucional do direito dos emigrantes na participação dos assuntos internos do país, a existência de várias associações na diáspora em que muitos são estimuladas pelo governo, por forma a apoiar os emigrantes na integração e aproximação cultural, o acesso a informações, vários são ainda os problemas e dificuldades que fazem parte do quotidiano do dia a dia dos cabo-verdianos na diáspora, justificando uma maior intervenção do governo. A precariedade laboral, a exclusão social, o desemprego, fazendo com que muitos vivam em situações de vida pouco dignas, sem que haja a actuação do governo nestas situações, levam muitos destes emigrantes a pensar que o governo apenas se interessa em captar as remessas e não contribui para uma boa integração nos países de acolhimento.

Na política externa para a diáspora, é pertinente que sejam melhorados alguns aspectos:

1) Modernizar e reforçar o funcionamento dos serviços diplomáticos. Uma vez que em todos os países onde vive número razoável de emigrantes cabo-verdianos existem representações diplomáticas, o problema não reside na inexistência de representações diplomáticas, mas sim, no funcionamento pouco eficaz, nomeadamente no atendimento das pessoas, no tratamento de documentos, críticas mais constantes e que continuamente disparam;

---

<sup>325</sup> CARDOSO, Kátia, *Diáspora: A (décima) Primeira Ilha de Cabo Verde: a Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de mestre em Estudos Africanos, 2004, p. 102

2) Promover visitas e encontros regulares das autoridades cabo-verdianas com as comunidades da diáspora. Não por questões partidárias, mas por exigência da boa governação. Estas visitas às comunidades devem ser efectuadas em qualquer período do ano, e não centradas no período das campanhas eleitorais;

3) Estimular e incentivar o funcionamento das associações que representam as comunidades, seja por meios financeiros e humanos. Também evitar a instrumentalização destas associações, como forma de tirar dividendos político-partidários, porque se tem assistido a uma proliferação de associações, em que os interesses pessoais ou partidários se encontram acima de tudo;<sup>326</sup>

4) Estimular e apoiar as investigações académicas e científicas, sobretudo, os trabalhos de campo relacionados com temáticas sobre a diáspora. É uma forma de perceber melhor, os principais problemas e dificuldades do dia-a-dia, das comunidades emigradas, só assim podendo as autoridades tomar medidas concretas e adequadas.

A diáspora não pode ser utilizada apenas no sentido de captar remessas. Devem existir acções pragmáticas, neste caso dos governos dos países de origem, para que os emigrantes não se sintam abandonados. Caso contrário, o impacto seria sempre negativo e gerando um afastamento progressivo em relação às realidades e da pertença social e cultural do país que viram nascer; a recusa ou desinteresse em participarem nos assuntos internos do país, por exemplo no processo eleitoral (últimos dados mostram que a taxa de abstenção dos emigrantes nos actos eleitorais é muito elevada, apesar de ser um direito reconhecido e consagrado na constituição da Republica); o desinteresse em investir no país de origem (investimento em negócios, bens imobiliários; o afastamento progressivo do país de origem, acabando muitos por se desinteressarem que nunca mais retornam.

Estas são situações que podem ser atenuadas com uma política externa para diáspora, se implementada de forma consistente e equilibrada, tomando em

---

<sup>326</sup> Na entrevista, que nos foi concedida pelo Rui Alberto Machado, Presidente da Direcção da Associação Cabo-verdiana de Lisboa, revelou-nos, que a referida associação, trata-se da primeira a ser instituída em Portugal para ajudar os cabo-verdianos, começou a funcionar desde a independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, inicialmente, representando os dois países, na altura com o nome de Casa de Guiné e Cabo Verde. Com a ruptura política entre os dois países passou a ser designado de Casa de Cabo Verde. Ainda segundo o nosso entrevistado, tem-se assistido a uma proliferação de associações em nome de Cabo Verde. Quando questionamos-lhe, quais as dificuldades que a associação costuma enfrentar, este revelou-nos, que a dificuldade financeira é a principal, por último salientou-nos que a associação sempre tem tido boas relações com o Governo de Cabo Verde



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

consideração a distribuição geográfica da comunidade cabo-verdiana, dado a sua dispersão por vários países e estando presente em todos os continentes.

A ineficácia da política externa para a diáspora, é reconhecida mesmo por aqueles que se encontram à frente dos destinos da Nação, por ser uma realidade que não pode ser descurada. David Hoppfeer Almada, actualmente deputado da Nação e chegou a ser Ministro no Período do Partido único considera que é do conhecimento de todos que, até agora, as autoridades políticas cabo-verdianas não conseguiram dar a devida atenção às comunidades emigradas, mas as culpas não devem ser assacadas a nenhum governo e nem a Cabo Verde, por tratar-se de uma situação complexa a que acrescem múltiplas dificuldade e faltas de meios. Para o Deputado, é precisamente por isso, que pela primeira vez na história de Cabo Verde, foi criado um Ministério das Comunidades,<sup>327</sup> para dar resposta de uma forma cabal a estes problemas.<sup>328</sup>

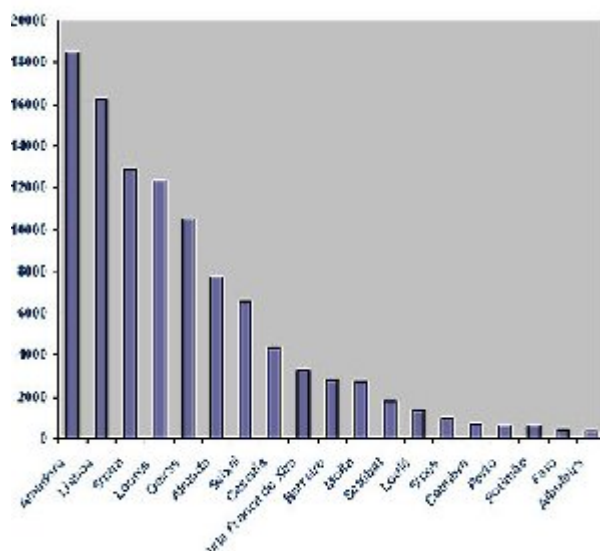
Para fechar este ponto, queremos deixar bem resumido o porquê de Cabo Verde ser uma Nação Global e “Trasnacionalizada”. É-o na medida em que o número de cabo-verdianos a residir na diáspora é praticamente o dobro dos que residem no arquipélago. É-o, ainda, porque geograficamente esta vasta comunidade diaspórica se encontram dispersa em todos os continentes, havendo casos em que a comunidade cabo-verdiana atinge uma grande representatividade, como é o caso de Portugal. A localização geográfica de Cabo Verde, inserido nas rotas transatlânticas, associada àqueles factores reforça ainda a ideia de uma Nação Global potenciada pela sua centralidade geoestratégica de nível transatlântico.

---

<sup>327</sup> O Ministério Das Comunidades foram criadas na sequência da última remodelação governamental que teve lugar em 2010.

<sup>328</sup> David Hoppfer Almada, na Entrevista que nos concedeu em Lisboa, no Hotel Altis, no Dia 24 de Março de 2010

**Gráfico 4 – Numero de emigrantes cabo-verdianos em Portugal**



**Fonte:** Embaixada de Cabo Verde em Lisboa

Dados da embaixada de Cabo Verde em Portugal apontam para 140 mil cabo-verdianos em Portugal, o que contrasta com os dados do SEF que apresentamos no capítulo II. A comunidade cabo-verdiana sempre foi e continua a ser a maior comunidade estrangeira em Portugal, não obstante aos dados oficiais do SEF, que aponta a comunidade brasileira como sendo maior. Os dados do SEF, são distorcidos, uma vez que com a Nova lei da Nacionalidade, muitos cabo-verdianos radicados há muito tempo neste país obtiveram a nacionalidade portuguesa.<sup>329</sup> Os seus filhos por direito também a obtiveram, sendo que também são muitos os cabo-verdianos que se encontram em situação irregular, acabando por não constarem nos dados oficiais do SEF. Para além de Portugal, constam outros países em que a Comunidade cabo-verdiana apesar de não ser maior em relação às outras comunidades, tem uma expressão significativa: EUA (ocupa maior percentagem dos cabo-verdianos que radicam no exterior, concentrado mais em Boston, New Bedeford<sup>330</sup>), Holanda, Itália, França, Luxemburgo, Senegal, etc.

<sup>329</sup> Até bem pouco tempo, nos dados oficiais do SEF, a comunidade cabo-verdiana era maior, os brasileiros só passaram a ser maior comunidade a partir de 2007.

<sup>330</sup> HALTER, Marilym, Cape Verdeans in the US, in "BATALHA, Luis, and Jorgen Carling (edityd by), *Transnational Archipelago: Perspectives on Cap Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2008,p.35

#### **4.2. Boa governação local e a credibilidade internacional**

*“Cabo Verde tem Credibilidade e merece reconhecimento mundial”<sup>331</sup>*

Toda a problematização teórica, que fizemos nos capítulos e nos tópicos anteriores, dá-nos uma visão clara e um panorama geral de que há uma correlação directa entre a política interna e a política externa. Uma má política interna, associado ao desrespeito pelas leis constitucionais, falta de escrúpulos pelos direitos humanos, uma gestão corrupta e abusiva dos fundos públicos terão efeitos negativos na política externa, um destes efeitos negativos é a falta da credibilidade internacional.

Com base nas premissas acima descritas, não é por acaso, que existem os chamados, *Estados falhados*, *Estados párias*, Estados que têm dificuldades em negociar com instituições internacionais de renome, Estados que não conseguem atrair investimentos estrangeiros, Estados que se isolam no plano internacional. Muitos destes Estados Fracos não só não são credíveis no plano internacional, mas também as suas fragilidades e debilidades constituem ameaças à segurança e estabilidade não só a nível regional mas ao mundo.<sup>332</sup> Enquanto que existem Estados credíveis em resultado de um bom percurso político, económico e social, capaz de ter muitos parceiros externos, capaz de atrair investimentos externos.

É preciso recorrer à Teoria Política, para ajudar -nos a ter uma noção do que é um bom governo que nos permita avaliar o que é uma boa governação local, e por conseguinte, o seu impacto no plano internacional. Norberto Bóbbio, autor já citado, considera um bom governo, aquele que prossegue os fins públicos e ao mesmo tempo cumpridor das leis constitucionais instituídas.<sup>333</sup> Desta formulação teórica, ressaltam dois elementos fundamentais caracterizadores de um bom governo, mas não são suficientes. Um bom governo não só é aquele que cumpri as leis e que prossegue os desideratos comuns da sociedade que representa mas, também, têm que ser um bom conhecedor daquilo que faz, indo deste modo ao encontro da tese de Aristóteles de que

---

<sup>331</sup> Marianne Myles, Embaixadora de Estados Unidos de América em Cabo Verde, em entrevista à Agência Lusa

<sup>332</sup> FUKUAMA, Francis, *State Bulding Governance and World order in the Twenty-firsty Century*, London, Profile Books, 2005

<sup>333</sup> Norberto Bóbbio, op. cit, p. 207

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

a política<sup>334</sup> é a arte de bem governar. Por esta razão, um bom governo tem que dominar conhecimentos que abarcam várias áreas de saber, de molde a facultar uma administração a sociedade representada, em toda a sua complexidade (política, económica e social).

Cabo Verde, em matéria de boa governação, não obstante ser um país jovem com apenas 35 anos de independência, deu um salto quantitativo e qualitativo que é necessário enaltecer. De um pequeno país, insular, com todas as vulnerabilidades económicas e naturais, estando na situação em que se encontra hoje, não deixa de ser um percurso exemplar do processo da construção de um Estado Nação. Relembramos, que Cabo Verde chegou a participar nos encontros e reuniões dos países mais pobres do planeta, mas hoje, já não faz parte das Nações mais pobres do mundo, mas sim um país de desenvolvimento médio.

Parece até um paradoxo, que Cabo Verde, na altura da sua independência, considerado um dos países mais pobres do mundo e devido às suas vulnerabilidades económicas e naturais, havendo um certo cepticismo sobre a sua viabilidade, tenha acabado por se tornar num país mais viável e consolidado da África. Enquanto que, muito dos países que *a priori*, mostravam com maior viabilidade, por terem recursos naturais, se encontram hoje, muito abaixo de Cabo Verde no Ranking do Desenvolvimento Humano.<sup>335</sup>

Este desenvolvimento resultou da confluência do aproveitamento dos poucos recursos internos, do financiamento externo (empréstimos internacionais, ajuda multilateral e bilateral), remessas dos emigrantes.

Como dissemos no ponto anterior, o conceito de boa governação não se deve ser resumida apenas às questões económicas, concretamente às questões macro económicas (PIB, inflação, desemprego, política fiscal, etc.), mas também aos aspectos político-sociais. Por isso, uma boa governação também resulta da forma como funcionam os órgãos de soberania e as diversas instituições do Estado reflectida na própria organização e actuação do poder político. Em Cabo Verde, quando se fala da boa governação também refere -se a todos estes aspectos. A existência de uma democracia multipartidária e representativa com alternância do poder, associada a um Sistema de

---

<sup>334</sup> Na nossa interpretação, achamos que Aristóteles usa esse termo política, aos detentores do poder político, na qual compete-os governar bem a sociedade.

<sup>335</sup> Ver Índice Do Desenvolvimento Humano, 2009

Governo Semi-Presidencial com forte pendor Parlamentar, fazendo com que o próprio parlamento concretamente através da oposição fiscalize e supervisiona o governo, permite uma maior transparência na gestão dos fundos públicos.<sup>336</sup> A separação e a independência dos órgãos da Soberania, que em Cabo Verde tem uma grande eficácia, também desempenham um papel importante, na medida que o órgão Judicial, joga um papel chave na fiscalização do poder político para que não haja lugar a impunidade por parte dos responsáveis políticos. O Presidente da Republica com o seu papel de moderador que não só supervisiona o funcionamento das instituições políticas e democráticas, mas também impede que haja lugar a instabilidade política e governamental.<sup>337</sup> Por último, a própria sociedade civil desempenha um papel muito importante na fiscalização do poder político, esta fiscalização funciona através do poder do voto, isto é, pelo facto de existir alternância do poder, sobretudo por causa de um sistema bipartidário rígido<sup>338</sup>, qualquer partido político que sustenta o governo, sente evidentemente, uma pressão da sociedade civil quanto à sua governação reflectida nos resultados eleitorais.

Como podemos ver a boa governação não se restringe apenas à *performance* económica, mas também a questões de índole política e social. No entanto, não pode haver um desenvolvimento político e social sem que haja um mínimo de desenvolvimento e crescimento económico. A falta destes últimos pode gerar tensões sociais, violência e outras diferentes formas de ilicitudes como o “*mercado negro*”, roubos assaltos, etc. No caso de Cabo Verde, é evidente que tem havido este mínimo de desenvolvimento e crescimento económico, mas que provêm mais dos financiamentos externos, tais como no domínio da formação e capacitação de recursos humanos e no domínio da saúde, entre outros.

Pelo facto de Cabo Verde, ter dado este salto, que permitiu distinguir pela positiva em relação a varias Nações, que estagnaram e/ ou retrocederam em matéria do desenvolvimento, foi mais um factor que se projectou e continua a projectar-se na cena

---

<sup>336</sup> Ver artigo 180º da Constituição da Republica de Cabo Verde, no que tange a sua competência em matéria da fiscalização política, particularmente as alíneas a, b, c, e.

<sup>337</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina, 7ª edição, 2003, pp. 621 – 626. De acordo com o artigo 125º, alínea 1, da Constituição da Republica de Cabo Verde “O Presidente da Republica é o garante da unidade da Nação e do Estado, da integridade do território, da independência nacional e vigia e garante o cumprimento da constituição e dos tratados internacionais.”

<sup>338</sup> MAIR, Peter, *Party System Change: approaches and Interpretation*, Oxford, Clarendon Press, 2004, pp. 200-201

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

internacional. É um dos poucos países africanos, credíveis no cenário internacional, conseguindo com maior facilidade negociar e obter financiamentos internacionais, conhecido internacionalmente como pequeno país comprometido com a estabilidade política, paz e desenvolvimento.

Os dados macroeconómicos da tabela 12, demonstram que Cabo Verde tem tido uma evolução plausível, não obstante aos desequilíbrios estruturais do país. No entanto, alguns dos indicadores macroeconómicos precisam de serem melhoradas:

O desemprego, constitui ainda um grande problema do arquipélago. Neste caso, pressupõe a existência de políticas públicas e sociais adequadas, que permitam a redução do desemprego a curto prazo, continuar a apostar na formação superior e profissionalizante como uma das principais formas de combater o desemprego, incentivar os jovens para o empreendedorismo através de linhas de crédito específico, investimento público em determinados sectores capaz de gerar emprego, como por exemplo no sector das pescas, agricultura e serviços em geral.

A pobreza também é um outro problema, a percentagem mostra que as desigualdades económicas são mais ou menos acentuadas. De acordo com os dados da tabela 12, um número significativo da população cabo-verdiana está ao nível da pobreza. Esta incide particularmente no meio rural, onde a falta de oportunidades continua a ter lugar, entre os jovens desempregados, as pessoas da terceira idade que não beneficiam de qualquer tipo de rendimento nem cuidados básicos, as populações de aldeias isoladas devido às dificuldades de acesso, ausência de saneamento, inexistência de água canalizada e luz eléctrica, dificuldade em obter informação, etc. Embora, reconheçamos os muitos investimentos que já foram feitos pelos sucessivos governos de Cabo Verde, por exemplo em matéria de electrificação rural, redes de águas canalizadas, melhoramento nos acessos, o certo é que muito há por fazer.

A pobreza e o desemprego encontram-se interligados e causam problemas sociais complexos, como a toxicodependência, o alcoolismo, a criminalidade e a violência urbana. No caso concreto de Cabo Verde, desde sempre, o fenómeno da pobreza, é a causa das migrações dos cabo-verdianos, seja, internacionais como internas. A nível interno, sempre houve êxodo rural das populações dos meios rurais para os centros urbanos, com destaque particular para a cidade da Praia. Como consequência deste êxodo rural, surgem vários problemas em torno do ordenamento do território, o aumento do desemprego, a criminalidade e a violência urbana que têm

vindo a aumentar nos últimos anos. Neste caso, o combate a estes fenómenos (a criminalidade e a violência urbana) não resume exclusivamente às questões processuais e penais, antes tem de passar pelo combate à pobreza e à exclusão social, por via do emprego e políticas de reintegração social. Por exemplo, o combate à pobreza no meio rural é uma das formas exemplar de evitar o sobrepovoamento urbano e minimizar os problemas acima supracitados, tendo em conta que muitas pessoas deixariam de migrar para os principais centros urbanos, acabando por proporcionar um desenvolvimento mais equilibrado.<sup>339</sup>

Muitas vezes o problema da pobreza e da exclusão social sobretudo no meio rural não é encarado e combatido, devido a falta de conhecimento destas realidades por parte dos centros de decisão do poder político. Zonas remotas, de difíceis acessos, nem sempre são visitadas de uma forma regular por parte dos decisores políticos e de técnicos especializados, para avaliarem os verdadeiros problemas destas populações e, por conseguinte precaverem e tomar algumas medidas necessárias. Nesta temática sempre é necessário um trabalho de campo consistente. Embora no caso de Cabo Verde, o problema do desconhecimento não se coloque, por ser Estado exíguo de pequena dimensão territorial em que existe conhecimento genérico da situação, são indispensáveis estudos criteriosos e pragmatismo na formulação e implementação das políticas públicas. É neste contexto que diríamos que compete ao Estado esforçar-se no sentido de inverter estes desequilíbrios sociais que muitas vezes o próprio mercado impõe, para poder proporcionar um bem-estar<sup>340</sup> mais equitativo das populações.

A dívida pública, precisa de ser contornada ou atenuada. O fraco financiamento interno, devido a escassez de recursos, a dependência do arquipélago em relação ao exterior de onde provêm os principais financiamentos (empréstimos, ajuda bilateral e multilateral), e o forte desequilíbrio das balanças de pagamento e comercial explicam o aumento da dívida pública.

---

<sup>339</sup> TODARO, Michael P, *Economic Development*, London, Longman, 1994, pp. 272-274

<sup>340</sup> BAN, Nicholas, *The Economics of the welfare State*, Stanford, Stanford University Press, 1998

**Tabela 14 – Indicadores macroeconómicos de Cabo Verde**

<b>PIB per capita</b>	<b>\$3.100</b>
<b>Taxa de Crescimento do PIB</b>	<b>6%</b>
<b>Inflação</b>	<b>6,5%</b>
<b>Desemprego</b>	<b>18%</b>
<b>Pobreza</b>	<b>27%</b>
<b>Deficit Fiscal</b>	<b>1,2% do PIB</b>
<b>Dívida Pública</b>	<b>52%</b>

Fonte : Ministério da Reforma do Estado (2009)

#### **4.3. Estabilidade política e social e atracção dos investimentos externos**

*“Em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias realizadas no país, foi instituído um regime democrático com todas as instituições de uma democracia moderna. Hoje Cabo Verde é um país com estabilidade e paz sociais, pelo que goza de crédito junto dos governos, empresas e instituições financeiras internacionais.”*<sup>341</sup>

O Investimento Directo Estrangeiro acontece quando um investidor, com base nas informações de um determinado país desenvolve uma determinada actividade económica e empresarial.

O IDE tem se associado muitas vezes às grandes empresas multinacionais, que desenvolvem as suas actividades empresárias de uma forma dispersa consoante as potencialidades que os países de acolhimento lhes oferecem.<sup>342</sup> Contudo, nem sempre existiu uma interpretação positiva em torno do IDE, aparecem críticas de que estes tipos de investimento, em determinados países, nomeadamente nos países em vias de desenvolvimento, exploram a mão-de-obra barata, aproveitam das matérias-primas existentes nestes países e que acabam por não gerar valor acrescentado nestes países.<sup>343</sup>

---

<sup>341</sup> Ministério de Negócios Estrangeiros e Instituto das Comunidades, *Manual do Emigrante*, Praia, 2006, p. 11

<sup>342</sup> O IDE, não se resume a expansão das grandes empresas multinacionais, existem pequenos investimentos externos, que não deixam de ser IDE.

<sup>343</sup> Os teóricos da dependência que citamos no primeiro capítulo vão mais ou menos ao encontro destas críticas.



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Distanciando da análise acima supracitada, sempre que haja uma boa política económica e empresarial por parte do país receptor do IDE, e que haja potencialidades no sector onde ocorre o IDE, haverá vantagens plausíveis, tanto para o investidor estrangeiro como para o país receptor. São muitas as vantagens do IDE, na qual vamos mencionar alguns mais importantes:

- a) Reforça a inserção dos países receptores nas redes internacionais do comércio internacional;
- b) Gera emprego, desenvolvimento e crescimento económico;
- c) Transferência de *Know-how* e das tecnologias.

O desenvolvimento económico de qualquer país, depende muito dos comportamentos, intervenções e interações dos agentes económicos: Estado, famílias e empresas. Por isso, no sector empresarial é necessário uma boa política económica por parte do Estado, por forma a criar oportunidades de negócios. Terá que haver também o consumo privado por parte das famílias e as trocas comerciais entre as empresas implantadas no mercado. Uma das vantagens do IDE, que apontamos é a capacidade de gerar emprego, é com emprego que as famílias consomem, isto, consolida o sector empresarial, combate a pobreza, reduz o desemprego e contribua para o crescimento económico.

Em Cabo Verde, o IDE, começou a ter particular relevância com as reformas económicas dos anos 90, ou seja, com a transição económica, de uma economia de planificação central para uma economia que começou a valorizar o sector privado como o motor do desenvolvimento. É necessário frisar que antes dos anos 90, concretamente nos finais dos anos 80 com os sinais de mudanças na conjuntura política e económica internacional e a incapacidade da economia de planificação central em materializar um desenvolvimento mais eficaz e dotar o país de viabilidade económica, as reformas económicas tornou-se num imperativo sobrepondo deste modo aos fundamentos doutrinários do partido e por conseguinte as primeiras reformas em que o governo começou a perder o monopólio sobre a economia e começou a fomentar o aparecimento de empresas privadas.<sup>344</sup> Com estas reformas, permitiu uma maior abertura ao mercado internacional e a nível interno foram paulatinamente criados mecanismos jurídico-

---

<sup>344</sup> SILVA, António Correia, *O Processo cabo-verdiano de transição para a democracia*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Estudos africanos, ISCTE, 1977, p.4

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

legais, acompanhado de incentivos fiscais aduaneiros e tributários<sup>345</sup> favoráveis ao investimento directo estrangeiro.<sup>346</sup>

“Incentivos fiscais: isenção de tributação de rendimentos (lucros e dividendos) durante 5 anos e/ou sempre que reinvestidos; isenção de tributação de amortizações e juros correspondentes a operações financeiras que constituam investimento externo; Estabilização do regime fiscal (taxa do imposto único sobre o rendimentos de 10% a partir do 6º ano, sem prejuízo de condições mais favoráveis acordadas com o Estado de Cabo Verde;

Garantias: protecção de bens e direitos inerentes ao investimento externo; livre transferência de dividendos dos accionistas/sócios que tenham participações de capital com recursos financeiros externos; abertura da conta em moeda estrangeira.”<sup>347</sup>

Para além dos incentivos acima supracitados<sup>348</sup> existem outros factores, que subjazem a atracção do IDE em Cabo Verde. São várias, mas vamos destacar as mais relevantes:

a) O seu posicionamento geográfico;

Cabo Verde desempenha um papel estratégico aos olhos dos investidores externos, devido ao seu posicionamento estratégico entre a África, Europa e América. Num período em que uma das estratégias empresariais é a internacionalização ou penetração ao máximo nos diferentes quadrantes do mercado internacional, Cabo Verde, devido ao seu posicionamento, tem condições atractivas para os investidores externos que pretendem penetrar no mercado africano.

b) Um quadro político e institucional estável.

Por mais que um Estado disponha de potencialidades em termos de recursos, oportunidades de negócios, se não tiver um clima político e económico estável, nenhum investidor externo interessará investir neste país. Isso, remete-nos para a estratégia de adaptação das empresas que, antes de investir num determinado mercado, fazem um estudo prévio, avaliando todas as características do mercado. Nesta óptica baste um

---

<sup>345</sup> Lei nº89/IV/93 de 13 de Dezembro

<sup>346</sup> MONTEIRO, César Augusto, *Recomposição do Espaço Social cabo-verdiano*, Mindelo, Edição do autor, 2001, p. 61

<sup>347</sup> Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde

<sup>348</sup> Para além destes incentivos, existem vários outros, que não vamos aqui mencionar. Incentivos que variam de acordo com o sector onde ocorre o IDE

determinado mercado não oferecer as condições acima mencionadas para fazer com que o investidor externo se recuse a investir.

A evolução histórica dos fluxos do IDE, demonstra-nos que se tem privilegiado os mercados como a dos EUA, Japão, UE (Alemanha, Reino Unido, França e recentemente os novos países industrializados e as economias emergentes (Correia, Brasil, Hong Kong e Taiwan). Isto porque tem existido um conjunto de factores chaves, que influenciam a localização destes investimentos, concretamente as grandes empresas multinacionais:

- 1 – Qualidade e quantidade dos factores produtivos;
- 2- Estabilidade económica e política;
- 3- Mercado empresarial e de consumo final amplos;
- 4- Grau de liberalização dos mercados internos;
- 5 – Boas condições de infra-estruturas;
- 6 – Trabalhadores qualificados

O mercado africano e os países em vias de desenvolvimento em geral, não oferecem aos investidores externos as características acima mencionadas, talvez, esta seja a razão de não serem os principais receptores do IDE.

Cabo Verde, possui um ambiente político e económico estável, o que garante a sustentabilidade de desenvolvimento de uma actividade económica e empresarial. A ausência da instabilidade social, devida à não existência de um conflito civil, a estabilidade governamental na medida em que todos os governos que existiram até agora, terem cumprido normalmente os seus mandatos sem qualquer interrupção, o primado do cumprimento das leis, baixa corrupção, liberdade económica<sup>349</sup> e a consolidação do Estado do Direito constituem os factores nucleares da atracção do IDE, no contexto da sua situação geoestratégica. Como argumenta o actual ministro de negócios estrangeiros de Cabo Verde – José Brito: “ E Cabo Verde pela estabilidade que tem, pela democracia que tem, é de facto um parceiro credível. Em termos práticos é mais fácil discutir com Cabo Verde – um país onde há previsibilidade – do que com países onde ainda não há estabilidade desejável. Ali, há varias mudanças, com decisões

---

<sup>349</sup> *Cape Verde: 2010 Index of Economic Freedom*

fora das instituições. Pelo contrário, em Cabo Verde as instituições funcionam. É por isso que Cabo Verde acaba por ser muito procurado.”<sup>350</sup>

A estabilidade política e social é um dos “bens” mais preciosos que o país dispõe, servindo deste modo, como vantagem comparativa e competitiva para se posicionar na cena internacional seja no plano político como económico. Esta estabilidade política e social em contrapartida acaba por atenuar o impacto da vulnerabilidade ou a escassez dos recursos naturais, que o país é alvo decorrentes das múltiplas vantagens que lhe está associada.

Dado estas características de ordem política, económica e geográfica de Cabo Verde, o valor do IDE, em função do PIB, têm aumentado significativamente todos os anos como podemos observar na tabela 13.<sup>351</sup> No entanto, este investimento directo estrangeiro não tem tido uma evolução idêntica entre os diferentes sectores, os sectores do turismo e dos serviços têm registado valores mais elevados, não obstante as outras potencialidades de Cabo Verde, nomeadamente no sector das pescas. Mesmo no próprio sector do turismo, o IDE têm-se centralizado na Ilha do Sal, Boa Vista e Maio, tendo em conta que em Cabo Verde, quando se fala do turismo se associa mais ao turismo balnear.<sup>352</sup>

O arquipélago, porém, tem potencialidades para o turismo rural e eco- turismo, se tomarmos em consideração as características das ilhas com outras características como os casos das ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago. Portanto, neste caso é necessário apostar cada vez mais forte na divulgação de informação<sup>353</sup> a nível internacional, por forma a que os investidores externos conheçam as vantagens comparativas de Cabo Verde no que tange ao desenvolvimento da actividade empresarial nos mais diferentes sectores.

---

<sup>350</sup> José Brito em entrevista ao jornal **A semana**, 1 de Abril de 2010

<sup>351</sup> Claro com a excepção dos períodos recentes afectado pela crise internacional, com uma diminuição de procura externa e o seu impacto negativo nos sectores chave da economia.

<sup>352</sup> Ver os dados do investimento externo por ilhas na tabela 13, por exemplo a ilha do Sal é o que mais recebe o investimento externo no sector do turismo.

<sup>353</sup> A forte aposta na divulgação da informação, é a tese também sustentada por Carlos Rocha (administrador investimento externo), Rui Santos (presidente), Eileen Barbosa (Administradora Promoção Turística), ambas da Cabo-verde Investimentos, na entrevista concedida ao anuário “Negócios e Afinidades”, 24 de Abril de 2010

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Tabela 15 – Distribuição de investimentos externos por ilhas (em percentagem)**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Santiago</b>	8,4	19,6	7,4	36,3	29,5	12,8
<b>S. Vicente</b>	1,4	2,6	26,3	29,2	36,6	0,2
<b>Sal</b>	70,5	26,3	48,4	24,3	31,9	57,3
<b>Boa Vista</b>	7,7	38	4	0,6	2,1	29,5
<b>Outros</b>	12	13,5	14	9,5	0	0,1

Fonte: Cabo Verde investimentos

A par daqueles factores nucleares é, ainda, necessário o desenvolvimento de infra-estruturas, particularmente a nível dos transportes, para poder atrair mais investimentos externos. Reconhecendo, embora, deficiências ao nível da acessibilidade que a insularidade e a orografia colocam, Cabo Verde tem conhecido progressos assinaláveis. A passagem de um aeroporto internacional para quatro aeroportos internacionais, o asfaltamento das principais vias rodoviárias, são alguns exemplos. Os dirigentes nacionais estão conscientes desta realidade, ao reconhecerem a necessidade de “ desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.”<sup>354</sup>

**Tabela 16 – Investimento externo entre 2002 e 2006**

Por Sectores de Actividade				
	% PIB	Hotéis e outros	Industria	
<b>Outros</b>				
<b>2002</b>	6,1	73,6	24,1	2,3
<b>2003</b>	5,7	82,1	6	11,9
<b>2004</b>	5,2	55,9	11,7	32,5
<b>2005</b>	20,3	94,6	2,8	2,7
<b>2006</b>	44,7	95	0,6	4,4

Fontes: Banco de Cabo Verde/ Cabo Verde Investimentos/ Caixa Geral de Depósitos

<sup>354</sup> Ministério Das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002 – 2005, I Volume*, Praia, Direcção Geral Do Planeamento, p. 6

O investimento externo em 2002 que era de 6,1% do PIB, passou para 44% do PIB, em 2006, mas, este crescimento não foi linear, decrescendo de 2002 a 2004, retomou o ritmo de crescimento de 2004 a 2006.

Como salientamos na análise da tabela 13, o IDE em Cabo Verde concentra-se em alguns sectores (turismo e serviços). Nos outros sectores a percentagem do IDE, ainda é relativamente baixa. No nosso entender alguns factores podem explicar estas discrepâncias, vamos evidenciar dois que consideramos ser mais elucidativos:

- 1 – Falta de trabalhadores altamente especializados para determinadas áreas;
- 2- A vulnerabilidade do país em termos das matérias-primas e dos recursos naturais.

Se analisarmos com atenção, podemos constatar que o IDE, em Cabo Verde no sector da indústria, ainda está à quem das expectativas. Os factores acima supracitados podem explicar isso. O sector da indústria e da transformação depende muito das matérias-primas de Cabo Verde não dispõe em quantidade abundante, por outro lado, este sector também requer de trabalhadores altamente especializados, capazes de transformar as matérias-primas em valor acrescentado.<sup>355</sup> Apesar de Cabo Verde ter já avançado muito no sector educativo, quer no ensino básico, secundário, superior e profissionalizante, ainda existem áreas onde verifica-se grande carência. A educação e os níveis de qualificação e uma das bases da produtividade e competitividade internacional,<sup>356</sup> o que requer um investimento serio nas áreas onde verificam carências e que são importantes.

Por último, é necessário salientar que o mercado cabo-verdiano é pequeno, e o consumo, sobretudo privado é baixo, o que impede o desenvolvimento de um sector empresarial de grande dimensão e a determinados sectores. Sabendo que o desenvolvimento e a consolidação de qualquer sector empresarial, depende muito do poder de compra das famílias e dos outros agentes económicos que compõem o mercado.

---

<sup>355</sup>TUNZELMANN, Nick Von, As Industrias de Alta Tecnologia e os Países de Desenvolvimento Intermédio, In LANÇA, Isabel Salavisa, Walter Rodrigues, Sandro Mendonça (organização), *Inovação e Globalização: estratégias Para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo de Letras, 2007, p. 15

<sup>356</sup> Michael Porter, *The Competitive Advantage of Nation*, London and Basings Toke, Machmilam, 1990

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

**Tabela 17 – Forças e fraquezas de Cabo Verde para a captação de IDE**

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
Estabilidade política; Ausência de conflitos étnicos ou religiosos	Graves desequilíbrios económicos, de natureza estrutural; pobreza em recursos naturais
Localização Geográfica privilegiada (equidistante da América do Norte e da África do Sul, a meio caminho entre a América do Sul e a Europa Central)	Elevado custo e fraca regularidade dos transportes marítimos e aéreos
Acesso a mercados externos (Tratado da CDEAO; Convenção de Lomé; Sistema Generalizado de preferências dos EUA e do Japão	Fraca relação custo/qualidade dos factores de produção e serviços
Atitude face ao investimento privado; garantias aos investidores	Fiabilidade dos sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica
Legislação laboral	Fraca disponibilidade de Gestores experientes
Disponibilidade de mão – de – obra facilmente treinável (3 a 6 meses); mão – de – obra não qualificada (cerca de 30 a 40%); bom nível de produtividade após a formação	Fraca disponibilidade de trabalhadores altamente especializados
Disponibilidade de empreiteiros de construção civil	Custo de construção elevada e inexistência de edifícios industriais para arrendamento
Sistemas de incentivos ao investidor externo, às empresas francas, às exportações e a sectores específicos	Fraca disponibilidade de serviços especializados de apoio a empresas; fiabilidade e fraca diversidade dos serviços de telecomunicações; fraca disponibilidade de produtos financeiros
Parques industriais disponíveis (Lazareto – 400 000 m2, e Achada Grande Atrás – 83 000 m2	Infra – estruturação dos parques industriais

**Fonte:** Adaptado a Chyanda M. Querido (2005)

## **V. Conclusões**

Para dizer que Cabo Verde conduziu ao longo dos tempos uma política externa consistente e que protagonizou um desenvolvimento sustentado, que constitui um paradigma ou um caso de sucesso, é necessário contextualizá-la, na região geográfica onde está inserida. A partir desta contextualização, na qual problematiza a política externa e o desenvolvimento da região no seu todo (o grande continente africano, em particular a África Subsariana), torna possível tirar conclusões verídicas de que Cabo Verde, é de facto um paradigma, é deste modo que conduzimos a nossa investigação e segue-se a apresentação dos resultados.

Toda a acção diplomática externa de Cabo Verde visa essencialmente captar recursos e meios e canalizá-los para o desenvolvimento. Por esta razão, para além de se considerar como uma política externa pragmática, ela é utilitarista<sup>357</sup> na medida em que utiliza os diferentes meios, variando no tempo e na forma de actuação de acordo com os condicionantes internos e externos. Por exemplo, para continuar a maximizar as ajudas externas ao desenvolvimento, de 1975 – 2010, são visíveis algumas mudanças na política externa cabo-verdiana: política de não-alinhamento, por forma a poder canalizar ajudas das ambas as super-potências no contexto da Guerra Fria; a transição de um regime mono partidário, para um regime multipartidário, de forma a responder às exigências da nova conjuntura política e económica internacional pós Guerra Fria.

Baseando ainda no parágrafo anterior, conclui-se, de que a ideologia nunca obstaculizou o pragmatismo da acção externa cabo-verdiana. Basta ver os parceiros tradicionais do desenvolvimento de Cabo Verde de 1975 a 2010 (Portugal, China, Estados Unidos de América, Cuba, União Europeia e as principais instituições financeiras internacionais). Entre estes parceiros, vê-se a notável diferença do ponto de vista das suas ideologias e dos seus valores, mas Cabo Verde conseguiu manter boas relações com todas independentemente das suas conotações ideológicas.

A política externa desempenha um papel de capital importância no processo de desenvolvimento de um país. Cabo Verde, constitui um exemplo deste paradigma, em

---

<sup>357</sup> Utilitarismo, é uma doutrina Filosófica de alguns autores como J. S. Mill, *L' Utilitarisme*, Paris, s/d, pp. 47 – 82. Nesta doutrina, defende o comportamento e a atitude humana baseado no consequencialismo, ou seja, actuar por forma a maximizar os resultados de bem estar, liberdade, participação política, etc. É nesta lógica que resolvermos dar este atributo à política externa cabo-verdiana.



## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

que a política externa têm contribuído no seu processo de desenvolvimento e transformação política, económica e social (ajudas externas, empréstimos internacionais, integração internacional, etc.). De um pequeno território, insular e arquipelágico, com todas as suas vulnerabilidades económicas e naturais, onde o cepticismo era enorme em relação à sua viabilidade, conseguiu dar um salto qualitativo e quantitativo, passando do grupo dos países mais pobres do mundo para o grupo dos países de desenvolvimento médio. Constitui um paradigma, na medida que se distancia dos outros Estados da região. E isto, porque a par, de uma acção externa, pragmática e desenvolvimentista, foi adoptando outras ferramentas elementares a nível da política interna, como a boa governação, tornando bem patente que a política externa só poderá conduzir a um desenvolvimento equilibrado e sustentado se, a nível interno, houver transparência, consistência, seriedade e honestidade na política e governação.

Destacamos os exemplos mais práticos e empíricos dos efeitos da política externa no desenvolvimento interno de Cabo Verde: a importância dos financiamentos externos na estabilidade macroeconómica; progressos socioculturais notáveis nomeadamente na alfabetização, formação e qualificação de recursos humanos; progressos políticos e sociais, em matéria de estabilidade, segurança e defesa, indicadores da democracia, qualidade e nível de vida etc. Todos estes indicadores contribuíram de forma decisiva para que Cabo Verde passasse a fazer parte do grupo dos países do desenvolvimento médio. Em matéria do desenvolvimento humano de acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, ocupa uma posição de destaque no contexto da maioria dos Estados africanos.

A consolidação do Estado Nação cabo-verdiano, conseguida de uma forma exemplar, sem sobressaltos em estabilidade social, política e progresso económico, permitiu o distanciamento da realidade africana. Esta distanciação teve e continua a ter reflexos na condução da sua política externa; tem-se afastado cada vez mais dos países africanos em detrimento de uma maior aproximação dos países desenvolvidos como os da Europa e Estados Unidos de América. O exemplo disso, são as principais parcerias internacionais quer no âmbito da bilateralidade quer da multilateralidade.

Sendo Cabo Verde um paradigma de desenvolvimento, a nível regional, pela sua estabilidade política, boa governação, deve ter um papel activo e interventivo no que tange à gestão e resolução de conflitos na região. Constata-se que Cabo Verde está cercado ou rodeado por países politicamente instáveis, como a Guiné-Bissau,

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Mauritânia, Guiné Conacri, etc. Por outro lado, deve desenvolver uma diplomacia regional no sentido de incutir nos outros Estados boas práticas governativas para poderem caminhar para um desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Em consonância com o parágrafo anterior, não podemos deixar de frisar o posicionamento geoestratégico de Cabo Verde e as potencialidades e as vulnerabilidades que lhes estão associados. É bastante vulnerável à imigração ilegal, vindo sobretudo da Costa Ocidental Africana, pelo facto de estar cercado por um conjunto de Estados instáveis por se só constitui algumas ameaças, é também vulnerável a vários tipos de criminalidade organizada transnacional, como o tráfico de drogas, tráfico de seres humanos e outros tipos de criminalidades organizadas transnacionais, o que obriga a uma política externa eficaz de segurança e defesa. No que concerne as suas potencialidades, o seu posicionamento geoestratégico contribui para uma inserção dinâmica na economia mundial; susceptíveis às influências socio-políticas e socioculturais dos vários quadrantes da sociedade internacional acompanhando deste modo as dinâmicas políticas, sociais e culturais do Sistema Internacional.

Pese, embora, a importância da política externa em Cabo Verde, é necessário passar para um novo paradigma de desenvolvimento. Esse novo paradigma de desenvolvimento não visa substituir a política externa enquanto seu principal sustentáculo, mas sim reforçar a capacidade produtiva interna, por forma a minimizar a dependência externa, equilibrar a sua balança comercial e reduzir a dívida externa, potenciando os recursos existentes no arquipélago.

Impõe-se, ainda, uma maior democratização da política externa cabo-verdiana. Nem todos beneficiam de uma forma equitativa dos resultados obtidos pela política externa, pelo facto, de os sucessivos governos desde a independência, terem optado por um modelo de desenvolvimento tripolar (Praia, Mindelo, Sal), permitindo aos residentes destes centros tirarem maiores proveitos, por exemplo, na atribuição de bolsas de estudo para o exterior e maior investimento do governo na construção das infra-estruturas. Contudo, reconhecemos que esta situação se está a inverter gradual e progressivamente, com a descentralização do investimento público, particularmente nos últimos anos, com a construção de infra-estruturas educativas a nível do ensino básico, secundário e profissional, construção e qualificação das infra-estruturas dos transportes e alguns sinais de investimento no sector agrícola com a construção das primeiras barragens de

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

grande dimensões, bacias hidrográficas que tem como principal objectivo o combate e a redução do desemprego e a pobreza no meio rural.

Dos três eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana, política externa para o desenvolvimento na era da globalização, política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo, política externa para a diáspora, a última é a menos consistente. Há um vasto enquadramento jurídico-legal e político sobre a diáspora, mas que do ponto de vista prático é ineficiente. A diáspora continua a servir mais no sentido de captação das suas remessas e a sua interferência nas relações bilaterais do Estado cabo-verdiano com outros Estados principalmente nos países onde a diáspora cabo-verdiana é mais significativa, mas muitos problemas afligem as comunidades emigradas, sem que, no entanto, haja actuação por parte das autoridades nacionais cabo-verdianas. Destaca-se: a precariedade laboral, a inexistência de cooperação com vista à criação de mecanismos de integração nos países de acolhimento. É necessário dar passos concretos com vista a inverter esta situação, que não passa somente pela criação de mecanismos jurídicos, legais e políticos, mas também pela implementação efectiva desses mecanismos.

Com base nos resultados desta investigação, podemos afirmar que a política externa contribui para o desenvolvimento e que Cabo Verde constitui um caso de sucesso, impondo-se assim, como exemplo paradigmático a nível regional. Um país pequeno, mas de “*política externa grande*”<sup>358</sup>, que ajudou a materializar todo o seu processo e percurso de desenvolvimento. Por outro lado, podemos dizer que é um paradigma porque a nível regional é um dos poucos países africanos com uma política externa mais consistente.

Finda esta dissertação, esperemos que venha a dar o seu contributo fundamental no processo de decisão da política externa cabo-verdiana, alertando os responsáveis da diplomacia externa para os pontos fracos e fortes que têm caracterizado a evolução da referida política externa a partir de uma visão crítica e construtivista. Pretende-se alargar o debate em torno da política externa e os aspectos que a envolvem, por forma a estimular e incentivar mais investigações sobre a temática, quiçá os seus impactos no desenvolvimento de Cabo Verde. Estamos perante um mundo, em que os acontecimentos são cada vez mais imprevisíveis e com as suas consequências muitas

---

<sup>358</sup> Expressão, utilizada pelo Embaixador da Republica de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Ramos na Conferência: A política Externa Cabo-verdiana e os desafios do Desenvolvimento, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no dia 20 de Abril de 2010.

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

vezes irreparáveis, as grandes crises económicas e financeiras internacionais, a emergência de novos tipos de criminalidades organizadas transnacionais difíceis de combatê-las, são alguns dos exemplos mais visíveis. Por isso, é bom que estivéssemos cada vez mais preparados para que possamos actuar e intervir, sempre que formos confrontados com determinadas situações complexas como acima mencionados, para isso é necessário debater, propor soluções. Isto reflecte um pouco a natureza desta investigação.

### **Pistas para investigações futuras**

No decorrer da nossa, investigação, surgiram varias pistas factuais e interessantes para investigações futuras: o posicionamento geográfico de Cabo Verde e a necessidade de uma política externa de defesa e segurança no contexto da globalização; a dimensão internacional da transição política em Cabo Verde; teorias e políticas do desenvolvimento em África: o caso de Cabo Verde; viabilidade e construção do Estado Nação em África: O caso de Cabo Verde.

São temas pertinentes e ambiciosos que ainda precisam de ser explorados e trabalhados no campo da investigação científica. No nosso caso, poderá vir a ser o objecto da nossa investigação, num programa de doutoramento ou em trabalho de investigação autónomo.

## **Referências Bibliográficas (Obras citadas)**

- AFONSO, Maria Manuela, *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Lisboa, Associação Académica África Debate, Praia, Spleen, 2002, p. 211
- ALMADA, Luís Hopffer Almada, «Funcionalização Político-ideológica e Síndrome de Orfandade nos Discursos Identitários Cabo-verdianos,» *Revista Direito e Cidadania, Cabo Verde Três Décadas depois*, Praia, número especial 2007, p. 360
- ALMEIDA, João Marques, *Da ajuda ao desenvolvimento*, Diário Económico, 6 de Junho de 2009
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, António Costa Pinto, Nancy Bermeo (organizadores), *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial 1850-2000*, Lisboa, ICS, 1ª edição, 2006, p.41
- AMARAL, Ilídio do, Cabo Verde: introdução Geográfica, In ALBURQUEQUE, Luís de, Emília Madeira Santos (coor), *História Geral de Cabo Verde Volume I*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. pp. 1- 12”
- AMIM, Samir, *Capitalismo Periférico e Comércio Internacional: o Desenvolvimento Económico e Social nos países Capitalistas Periféricos*, Lisboa, Iniciativa Editoriais, 1974, p. 36
- AMIM, Samir, *L'Imperialism et le Developpment Inegal*, Paris, Les Editions de Minut, 1979
- ARENDT, Hanna, *The Origins of Totalitarianism*, London, George Allen& Unwin, 1958
- ARENDT, Hannah, *Da Violência*, Brasília, Universidade de Brasília, 1985, pp. 4-5
- ATKIN, Anthony Barnes, *Social Justice and Public Policy*, 1982, Great Britain, MIT Press, 1983
- BAN, Nicholas, *The Ecomics of Welfare State*, Starford, Starford University Press, 1998
- BERTRAND, Badie, Marie – Claude Smouts, *O Mundo em Viragem: sociologia da Cena Internacional*, Lisboa, Instituto Piaget, S/D, pp. 11- 23
- BOBBIO, Norberto (organizado por: Michelangelo Bovero), *Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, Rio de Janeiro, Elsevier, Campus, 2000, p.207

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

BÒBIO, Norberto, Nicolau Matteucci, *Dicionário de Política*, Brasília, Universidade de Brasília, 12ª edição, 2004, 2 vols

BRATTON, Michael, Nicolas, Van de Wale, *Democratic, Experiments in África, Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge, University press, 1997, p.

BRITO, Pedro Moreno, *Análise da Situação Demográfica de Cabo Verde 1990 – 2000 (Prospectiva para o ano de 2025)*, Lisboa, Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp.153-154

Bull, H., *The Anarchical Society*, Nova York, Columbia University Press, 1977

CABRAL, Amílcar, *Alguns Princípios do Partido*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 77 – 78

CABRAL, Amílcar, *Manual Político*, S/L, Edições Maria da Fonte, 1974, pp. 67 – 69

CAETANO, Marcello, *Curso de Ciência Política e Direito Constitucional: introdução, Experiências Constitucionais Estrangeiras, Teoria Geral do Estado*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 3ª edição, Vol. I, 1959, p. 216

CAMPOS, João Mota (coordenador), *Organizações Internacionais: teoria Geral, Estudos Monográficos das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 47

CANOTILHO, J.J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina, 7ª edição, 2003, pp. 621 – 626

CARDOSO, Fernando Henrique, Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979

CARDOSO, Humberto, *O Partido Único em Cabo Verde: um Assalto à Esperança*. Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1ª edição, 1993, p. 56, 93, 143 e 150

CARDOSO, Katia Aline Lopes Rodrigues, *Diáspora: a (décima) Primeira Ilha de Cabo Verde: a Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana*, Lisboa, Dissertação de mestrado, ISCTE, 2004, p. 193

CARDOSO, Kátia, A Diáspora ao Serviço do Desenvolvimento: os Pontos de Contacto entre a Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana, in GÓIS, Pedro (Organizador), *Comunidade (s) Cabo-Verdiana (s): As Múltiplas Facetas da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa, ACID, 2008, pp. 193-206

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

CARDOSO, Manuela, *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: educação e Infra-estruturas como Factores de Desenvolvimento*, Lisboa, Afrontamento, 2007, p. 185

CARR, Edward Hallet, *The Twenty yars' Crisis, 1919 – 1939*, Londres, Macmillan, 1939, p. 87

CARREIRA, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Ciências Sociais e Humanas, 1983, p. 35

CARVALHO, Apolinário Mendes de, *O Desafio de Reconstrução do Estado na Guiné-Bissau. O Papel da CPLP*, Lisboa, 16 de Março de 2009

CARVALHO, Henrique Martins de, *Política Externa Portuguesa Relacionada com o Atlântico: Lição*, Lisboa, ISCSPU, 1966

CARVALHO, Manuel Proença, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos Constitucionais*, Lisboa, Quid Juris, 2004, p.104-105

CASSESE, Antonio, *International Law*, Oxford, Oxford University Press, 2ª edição, 2005, pp. 71 – 142

CASTELLS, Manuel, *The Information Age: economy, Society And Culture, The power of identity*, California, Blackwell Publishers, 1997, p. 2 e pp. 260 – 262

CASTELLS, Manuel, *The Information Age: economy, Society and Culture, the Rise Network Society*, volume I, California, Blackwell Publishers, 2000, p. 1 – 2

CASTELLS, Manuel, *The Information Age: Economy, Society And Culture, Volume III, End of Millenium*, Oxford, Blackwell, 1998, P. 107

CHABAL, Patrick, *History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst, 2002, p.103

CORREIA, Virgílio, *Educação e Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 9

COSTA, Nuno Marques da, *A Evolução Demográfica na Europa: uma visão nos próximos 50 anos*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras, apresentado pelo autor, no X Colóquio Ibérico de Geografia, realizada na Universidade de Évora, 22- 24 de Setembro de 2005

COTTA, Maurizio, &Luca Verzichelli, *Political Institutionas in Italy*, Oxoford, Oxford University Press, 2007, pp. 182 – 186

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

COUTO, Abel Cabral, *Elementos da Estratégia: apontamentos para um Curso*, Volume II, Lisboa, Instituto de Estudos Militares, 1998, p. 149

COUTO, Mia, *Pensatempos: textos de Opinião*, Maputo, Ndjira, 2005, pp. 13-14

CRAVINHO, João Gomes, *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, ICS, 2ª edição, 2006, pp. 61-65

CUTILEIRO, José, *O Declínio do Ocidente*, Expresso 5 de Junho de 2010

DAHL, Robert A., *Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 169 e 182

DEUTSCH, Karl, *Análise das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 68 e 119

DUPÂQUIER, JACQUES, *A População Mundial no século XX*, Lisboa, Instituto Piaget, S/D, p.9

DUPUY, Perre-Marie, *Droit International Public*, Paris, Dalloz, 8º edición, 2006, pp.27-265

DUVERGER, Maurice, *Os Grandes Sistemas Políticos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985, p. 99-100 e 107

EBO, Isabel De Jesus dos Santos, *A Geopolítica da Droga*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2008, p. 59

EHRLICH, Paul R., Anne H Ehrlich, *Population, Resources, Environment: issues in Human Ecology*, San Francisco, W. H Freeman, 1972, pp, 425- 427

EISENSTADT, S. N., *Múltiplas Modernidades: ensaios*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007

EISENSTADT, S. N., *O Panorama Civilizacional Contemporâneo: uma ou mais Civilizações Modernas?*, in *Análise Social*, vol. XXVIII (122), Jerusalém, 1993 (3º), pp. 486-487

ENGLEBERT, Pierre, *State Legitimacy and Development in África*, London, Lynne Rienner Publishers, 2002, pp. 173 – 205

ESTEVÃO, João, O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional, *Revista Estratégia*, nº20, 2004 pp. 139-157

ÈVORA, Roselma, *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*, Praia, Spleen edições, 2004,p. 14, 86 e 94



A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

FERNANDES, Antero de Conceição Monteiro, *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da Unidade à Separação*, Porto, Dissertação apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de mestre em Estudos Africanos, 2007

FERNANDES, António José, *Relações Internacionais, factos teorias e organizações*, Editorial presença, Lisboa, 1991

FERREIRA, Joel Hasse, «Funcionamento e Evolução do Sistema Político e Constitucional em Cabo Verde», in *Direito e Cidadania*, Praia, Gráfica do Mindelo, 1997 -. – A. 5, nº 18 (2003), pp. 145 – 152.”

FILHO, Manuel Gonçalves Ferreira, *Curso de Direito Constitucional*, Brasil, Editora Saraiva, S/D

FRANCO, Manuela, *O Pecado Original do Estado Africano*, Lisboa, IPRI. [Em Linha]. [Consultado em 04 de Novembro de 2009]. Disponível em <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=14&ida=162>

FUKUYAMA, Fukuyama, *The End of History and and Last Ma*. New York, The Free Press, 1992

GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2007, p.18

GARRY, Jacobs, Harlam Cleveland, *Social Development Theory*, 1999 [Consultado em 29 de Junho de 2010] Disponível em [http://www.icpd.org/development\\_theory/SocialDevTheory.htm](http://www.icpd.org/development_theory/SocialDevTheory.htm)

GARTHOFF, Raymond L., *Détente and Confrontation. American-Soviet Relations from Nixon to Regan*, Washington, The Brookings Institution, 1994, p. 11

GEORGE, B.N. Ayittey, *Why African is Poor*, London, Edited by Julian Moris, 2002, p. 1

GÓIS, Pedro, *Emigração Cabo-verdiana [e na] Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalhos Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisboa, ACID, 2006, p. 11

GONÇALVES, Sandra Marisa Martins Ramos, *A Política Educativa do envio de Estudantes para Instituições de Ensino Externas como Estratégia de Desenvolvimento : o caso Africano*, Lisboa, ISEG, 2005, p. 15

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, Lisboa, 1998, p.195

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual De Direito Internacional Publico: introdução, fontes, relevância, sujeitos, domínio, garantia*, Coimbra, Almedina, 2ª edição, 2004, pp. 407-541

GPEARI – Ministério das Finanças e da Administração Publica de Portugal, *Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal*, 2009,

GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Edições Almedina, 2005, p. 81

GRAY, Jonh, *Al - Qaeda e o Significado de Ser Moderno*, Lisboa, Relógio D' Água, 2004, p. 94

GUEDES, Armando Marques, *Ideologias e Sistemas políticos*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos militares, 1984, p. 118

GUIMARÃES, José Marques, *A Política «educativa» do Colonialismo Português em África: da I Republica Ao Estado Novo (1910 – 1974)*, Porto, Profedições, Colecção Andarilho/SD, p. 14

HALTER, Marilym, Cape Verdeans in the US, in “BATALHA, Luis, and Jorgen Carling (edityd by), *Transnational Archipelago: Perspectives on Cap Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2008, p.35

HERMENS, F.A, *Democracy or Anarchy? A Study of Proportional Representation*, 1941;

HITLER, Adolfo, *Mein Kampf: A Minha Luta*, Lisboa, Hugin, 1998, p. 118

HIX, Simon, *The Political System of European Union*, Londres, Palgrave Macmillan, 2ª edição, 2005

HOMEM, António Pedro Barbas, *História das Relações Internacionais: o Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 2003, pp. 7 -10

HUMBARACI, Arslan, Muchik, Nicole, *Portugal's african War: Angola, Guinea Bissau, Mozambique*, London, Macmillan, 1974

HUNTINGTON, Samuel P, *The Third Wave. Democratizacion in The Late Twentieth Century*, London, University of Oklahoma Press, 1991, pp. 1-30 e 113-114

HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Grádiva, 1ª edição, 1999, 113

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

IKEMBERY, G. John, *After victory: institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*, Princeton, Princeton and Oxford Press, 2001, p. 216, 218, 256

JOSEPH, Richard, *State, Conflict and Democracy in África*, Boulder London, Lynne Rienner Publishers, 1999

KEOHANE, Robert, Joseph S. Nye, *Power and Interdependence*, New York, Longman, Third Edition, 2001, p.3 e pp. 21-22

KEYNES, John Maynard - *The General Theory of Employment and Money*, London, Machimillan, 1967

KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Grádiva, 1996, p. 12, 17, 47

KNUTSEN, Torbjorn L., *The Rise and Fall of World Orders*, Mancherster, Mancherster University Press, 1988, p. 243

KOUDAWO, Fafali, «Governação, Guerra e Paz: o caso da Guiné-Bissau e o exemplo de Cabo Verde» In *Direito e Cidadania* (Nº12-13), Praia, 2001

KOUDAWO, Fafali, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001, p. 86, 87, 120

KPUNDEN, Sahr J., Corruption and Corruption Control in BOADI, E. Gyimah-Democracy, *Reform in Africa: the Quality of Progress*, London, Linne Rienner Publishers, 2004, p. 1 e 12

LANCHESTER, Fulco, A Influência dos Sistemas Eleitorais Sobre a Estabilidade Governativa, In CRUZ, Manuel Braga (coordenação), *Sistemas Eleitorais: o Debate Científico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 178 e 181

LANDES, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que são Alguns tão Ricos e outras tão Pobres*, Lisboa, Grádiva, 7ª edição, 2007, p. 309

LARA, António de Sousa, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, ISCSP, 2002, p. 72

LARANJEIRA, Carla Maria, Enquadramento Económico e Social da África Sub Sariana numa Economia Mundial?, *Revista Africana*, nº 22, Porto, Centro de Estudos Africano e Orientais, Março – 2000, pp. 111-126

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

LEFFLER, Melvyn P. Davids Painters, *Origins of the Cold War: a International History*, London, Roulledge, Second edition, 2005

LIJPHART, Arend, *Democracies: patterns of Majoritarian and Consensus in Twenty – One Countries*, New Haven and London, Yale University Press, 1984, pp. 1- 45

LINZ, Juan and Alfred, Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southen Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1996, pp. 3- 87

LIPSET, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Grádiva, 1992, p.106

LIPSET, Seymour Martin, *Political Man. The social basis of politics*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1981

LOCKE, Jonh, *Two Treatises of Government*, London, J.M, Pent, 1978, pp. 164 - 178

LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: as Causas da Independência: (e o estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, Praia, Spleen Edições, 2003, p.20

LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: os Bastidores da Independência*, Praia, Spleen Edições, 1ª edição, 2002

LYONS, Terrence, Gilbert M. Khadiagala, *Foreigh Polices Making in Africa*, in LYONS, Terrence, Gilbert M. Khadiagala, *AfricanForeigh Polices : power & Process*, Unitede States of America, Lynnes Rieners Publishers, 2001, pp. 1-12

MACQUEN, Norri, Norrie Macquen, *The Decolonization of Portuguese Africa: metropolitan Revolution and Dissolution of Empire*, London, Longman, 1997, pp. 231-232

MAGALHÃES, António Darbedo de, *Timor-leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*, Lisboa, Grádiva e Fundação Mário Soares, 1ª edição, 1999

MAIR, Peter, *Party System Change: approaches and Interpretation*, Oxford, Claredom Press, 2004, pp. 200-201

MANALVO, Nuno, *Carlos Veiga, Biografia Política: o rosto da Mudança em Cabo Verde*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009, p. 7 e 11

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, Lisboa, Guimarães editora, 2002, p.75

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

MARTINS, José Abílio Lomba, *África, Comercio e Desenvolvimento: o Comércio e a Cooperação inter-Africana*, Revista Africana, nº 14, Porto, Centro de Estudos Africano e Orientais, Setembro – 1994, pp. 75 – 106.

MENDONÇA, António, *O Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal: algumas Notas de Balanço*, Praia, Encontro de Economistas de Cabo Verde, 2000

MIRANDA, Jorge, *Manual De Direito Constitucional Tomo I: preliminares, o Estado e os Sistemas Constitucionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 187 - 197

MONTEIRO, César Augusto, *Recomposição do Espaço Social Cabo-verdiano*. Mindelo, Edição do autor, 2001, p. 61

MONTEIRO, João Mascarenhas, *Problemática do Solo e da Água e o Ordenamento do Território em Santiago (Cabo – Verde)*, Lisboa, Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de mestre, apresentado a FCSH – UNL, 2007, pp. 101-102

MONTEIRO, Ramiro Landeiro, *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa. Lisboa, pp. 28-29

MONTESQUIEU, *De l' esprit des lois I*, Paris, Garnier Flammarion, 1979, p.131

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina, 1996, p. 220

MORGENTHAUX, Hans J., *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*, Edição the Koupe, original da Universidade de Michigan, 4ª edition, 1967

MORRE, Barrington J.R., *As Origens Sociais da Ditadura: senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975

MURTEIRA, Mário, *Os Estados de Língua portuguesa na Economia Mundial*, Lisboa, Presença, 1998, p. 173 e 176

NASCIMENTO, Augusto, *O Sul da Diáspora: cabo-verdianos em Plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*, Praia, Edição da Presidência da Republica de Cabo Verde, 2002, p. 13

NETO, Paulo Alexandre (coord.), *Território e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Instituto Piaget, 2006

NEVES, José Maria, *As Relações Externas de Cabo Verde: o Caso da União Europeia, Estratégia*, nº 20”, 2004, pp. 13 -18

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

NOBREGA, Álvaro, *A luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, ISCSP, 2003, p. 169

NOGUEIRA, José Manuel Freire, *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 2005

NYE, Joseph S. Jr, *Compreender os Conflitos Internacionais: uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Grádiva, 1ª edição, 2002, pp.

NYE, Joseph., Jr , *Soft Poewer: The Means to Success in World Politics*, New Yourk: Public Affairs, 2004

OTERO, Paulo, *A Democracia Totalitária: do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária: a Influência do Totalitarismo no Século XXI*, Principia, 2001

PERREIRA, Carlos Santos, *Os Novos Murros da Europa: a Expansão da NATO e as Oportunidades Perdidas dos Pós-Guerra Fria*, Lisboa, Cotovia, 2001, p. 21

PERREIRA, Paula Cordeiro, Luísa Cabral Menezes, Enquadramento Internacional, in NOGUEIRA, José Manuel Freire (coordenação), *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, Cosmos, pp. 141-142

PINTO, Ricardo Leite, José de Matos Correia, Fernando Roboredo Seara, *Ciência Política e Direito Constitucional: teoria Geral do Estado e Formas de Governo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2005, p. 172

PORTER, Michael E., *The Competitive Advantage of Nation*, London and Babisgtoke, Machimilam, 1990

PRZEWORKSK, Adam, Michael E. Alvarez, José Antonio Cheibud, Fernando Limongi, *Democracy and Development: political Institutions and Well-being in the World, 1950-1990*, Cambridge, University Press, 2003, pp. 78-88

QUERIDO, Chyanda M., *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*, Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2004, p. 171

ROBISON, Thomas, W. David Shambaujh (editores), *Chinese Foreign Policy: theory and Practice*, Oxford, Oxford University Press, 2006

RODRIGUES, Luís Barbosa, *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999, p. 124

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

ROUSSEAU, Jean - Jacques, *Contracto Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 10 e Segs

SÁ, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974 - 1976)*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004

SALVADOR, Allende, Discurso na Universidade de Guadalajara, 2 de Dezembro de 1972, in SALVADOR, Allende, Oliver Told, Fernando H. Cardoso, *Imperialismo e Dependência*/D Mondar editores, p.15

SALVADOR, Regina, *O Conceito de Desenvolvimento* (apontamentos da disciplina de Teorias e políticas de Desenvolvimento, do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, da Universidade Nova de Lisboa, p.1, s/d

SAMUELSON, P. e W. Nordhaus, *Economia*, McGraw- Hill, 16ª edição, 1999, pp. 295-302

SANTO, Paula do Espírito, *Poder, Conjuntura e Eleições em África: o Caso do Botswana*. in BARATA, Óscar Soares, Sónia Infante Girão Frias Piepoli, *África Género, Educação e Poder*, Lisboa: ISCSP-UTL, 2005, p. 475

SCHMITTER, Philipe, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999, pp. 377-400

SECO, Carmelo Garcia, «António Noli Descubridor de Las Ilas de Cabo Verde», *Revista Africana*, nº 19, Porto, Centro de estudos africanos e orientais, Março – 1998, pp. 7- 12

SHUMPETER, José, *Capitalism, Socialism and Democracy*, London, Routledge, 2006

SILVA, António Correia, *O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Estudos africanos, ISCTE, 1977, p.4

SILVA, António Leão C. E Silva, *Histórias de um Sahel Insular*, Praia, Spillen, 2ª edição, 1996, p.10

SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica: o caso das Cidades Porto (Ribeira Grande e Mindelo)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentado a FCSH-UNL, 2007, p.353

SILVA, António, E. Duarte, *A Constituição Política de 24 de Setembro da Republica da Guiné-Bissau*, Lisboa, Faculdade de Direito, 1981

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

SILVA, António, E. Duarte, *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1977

SILVA, Mário Ramos Pereira, *Os Partidos Políticos e os Grupos de Cidadãos no Direito eleitoral Cabo-verdiano*, Lisboa, Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito de Lisboa, 2005, p. 182

SILVEIRA, Onésimo, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa: Colibri, 2005, p. 10

SILVEIRA, Onésimo, *Africa South of the Sahara: Party Systems and Ideologies of Socialism*, Upsala, Political Science Association, 1976, pp. 34 -35

SILVESTRE, Alda, *Cabo Verde Na rota da Internacionalização*, Lisboa, Grupo de Cooperação de Língua Portuguesa do Instituto Internacional de Caixas Económicas, 1994, p. 42, 68 e 70

SINGER, Peter, *Um só Mundo: a Ética da Globalização*, Lisboa, Grádiva, 2004

SOUSA, António Rebelo de, *De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional*, Lisboa, ISCSP, 2008

SOUSA, Fernando (dir), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, Afrontamento, 2005, p.144

TAVARES, António Francisco Borges, *O Contributo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento no Crescimento Económico de uma Pequena Economia Insular: o caso de Cabo Verde*, Coimbra, FEC, 2005, p. 81

TODARO, Michael P, *Economic Development*, London, Longman, 1994, pp. 272-274

TOLENTINO, André Corsino, Carlos Manuel Rocha, Nancy Curado Tolentino, *A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa, ACID, 2008, p. 13 e 195

TOLENTINO, André Corsino, O Ensino Superior e o Desenvolvimento dos novos Estados de Língua Portuguesa, in “ BARRATA, Óscar Soares, Sónia Infante Girão Frias Piepoli, *África género, educação e poder*, Lisboa: ISCSP – UTL, 2005, p. 217

TOLENTINO, André Corsino, *Universidades e Transformação nos Pequenos Estados em Desenvolvimento : o Caso de Cabo Verde*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 2ª edição, p. 30



A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

TOMÁS, Américo, *O Fazedor de Utopias: uma Biografia de Amílcar Cabral*, Lisboa, Tinta - Da - China, 1ª edição, 2007

TOMÈ, Luís L., *Novo recorte Geopolítico Mundial*, Lisboa, UAL, 2004, p. 134 e 136

TOMÈ, Luís Leitão, *O Estado e a Nova Ordem Internacional: entre a fragmentação e a globalização*, Lisboa, UAL e Instituto Internacional de Macau, 2002, 5-14

TRINDADE, Augusto José Pereira, *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Lisboa, ISCSP, 2006, p. 77

TUNZELMANN, Nick Von, As Industrias de Alta Tecnologia e os Países de Desenvolvimento Intermédio, In LANÇA, Isabel Salavisa, Walter Rodrigues, Sandro Mendonça (organização), *Inovação e Globalização: estratégias Para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo de Letras, 2007, p. 15

TZU, Sun, *A Arte da Guerra*, Mem Martins, S/D, p. 38

VARELA, Odair Bartolomeu, Suzano Ferreira Costa, «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Comunidade “Lusófona” ou Fictícia?», *Tempo Exterior: Revista de Análise e Estudos Internacionais*, nº 19, Julho/ Dezembro/ 2009, p. 7

VERBA, Sidney e Norman H. Nie, *Participation in America. Political Democracy and Social Equality*, New yorq, Harper & Row, 1972

WALZER, Michael, *Spheres of Justice: a Defence of Pluralism& Equality*, Oxford, Basil Blackwell, 1989, p.5

WEBER, MAX, *Economy And Society: an Outline of Interpretative Sociology*, Berkeley, University of California Press, 2º vol, 1978, pp. 941-954

WEBER, MAX, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, (sem Local), Courier Dover, 2003

WEBER, Max, *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa, Tribuna da História, 2005, p. 10 e pp.19 – 22;

WENDZEL, Robert L., *Relações Internacionais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985, p.61

WIGHT, Martin, *International Theory: The Three Traditions*, London, Leicester University Press, Edited by Gabriele Wight and Brian Porter, 1991, pp. 111- 114

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

ZIMMEM Alfred Eckhard, *The League of Nations and the Rule of Law, 1918-1935*, London, Macmillan, 1936

ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral do Estado*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1997, pp. 570-585

**Bibliografia (Consultadas mas não citadas)**

AMARAL, Ilídio, *Santiago de Cabo Verde: A terra e os Homens*, Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2007

ANDRADE, Leila Leonor de, *A China em África: que Desenvolvimento Comum? o caso Cabo Verde*, Lisboa, ISCSP, 2009, Dissertação de mestrado em Relações Internacionais

BALDIN, David, *Neorealism and Neoliberalism : The Contemporary debate*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994

BATTISTELLA, Dario, *Théories des Relations Internationales*, Paris, Sciences Po Les Presses, 2006

CANTO, Dúnia Eloisa Pires de, *Parceria Especial: Cabo Verde e a União Europeia: Análise da Situação*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentado ao ISCSP- UTL, 2009

HALL, John A., *International Order*, Cambridge, Polity Press, 2006

HEYWOOD, Andrew – *Political Theory: an Introduction*, New York, Palgrave Macmillan, Third Edition, 2004

LAGARTO, Magda Lúcia Ferreira, *Portugal e Cabo Verde : uma História de Cooperação*, Lisboa, Relatório de Estágio em Relações Internacionais, ISCSP, 2008

LOOMBA, Ania, *Colonialism/ Postcolonialism*, London, Routledge, 2005.

M' BOKOLO, Elikia, *África Negra: história e Civilizações*, Lisboa, Editora Vulgata, 2003

PRESTON, P.W., *Development Theory*, Oxford : Blackwell, 2002

REIS, Victor Manuel Vaia dos, *Desenvolvimento e Investimento Estrangeiro em Cabo Verde: contributo Português*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Doutoramento, 2005

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

SPRINGHALL, JOHN, *Decolonization since 1945: the Collapse of European Overseas Empires, Studies in Contemporary History* Palgrave Macmillan, 2000

TODARO, M., *Economic Development*, Nova Iorque, Addison-Wesley Longman, 2000

VALENTE, António, Leão Lopes (fotografias de), *A Partilha do Indivisível: imagens dos Objectivos do Milénio a Partir de Cabo Verde*. Lisboa: ACEP, 1ª edição, 2006

VASCONCELOS, Joelson da Silva de Sá, *Democracia e Desenvolvimento em África : caso Particular de Cabo Verde*. Lisboa : ISCSP, Relatório de Estágio em Relações Internacionais

VAZ, Mody Pereira Landin, *Cabo Verde: uma Política externa de Desenvolvimento: que Relações com a União Europeia?*, Lisboa, Relatório de Estágio do Curso de Relações Internacionais, ISCSP, 2005

### **Fontes primárias/ Documentos oficiais:**

*Cooperação Governamental: Principais parceiros* (Documento oficial do Ministério de Negócios estrangeiros de Cabo Verde, disponível em [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=25&&Itemid=69](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&&Itemid=69)

DECLARATION COMMUNE SUR UN PARTENARIAT POUR LA MOBILITE ENTRE L'UNION EUROPEENNEET LE CAP-VERT( MNECC, Disponível em [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=21&&Itemid=68](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=21&&Itemid=68), consultado em 05 de Outubro de 2005)

Fórum para Construção de um Consenso Nacional sobre a Parceria Especial União Europeia – Cabo Verde (MNECC, Disponível em [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=21&&Itemid=68](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=21&&Itemid=68), consultado em 05 de Outubro de 2009)

Governo de Cabo Verde, *Parceria Especial Cabo Verde – EU: Quadro Orientador para a implementação*. Praia, 2008

Memorando de entendimento entre o Governo da Republica Portuguesa e o Governo da Republica de Cabo Verde: Relativo ao programa indicativo de cooperação para o quadriénio 2008 -2011

Ministério das Finanças, planeamento e Desenvolvimento Regional – *Plano Nacional De Desenvolvimento (2002 – 2005), I Volume*. Praia: Direcção Geral do Planeamento  
Ministério de Negócios Estrangeiros e Instituto das Comunidades – *Manual do Emigrante*. Praia, 2006, p. 11

PLAN D'ACTION UE/CAP VERT (MNECC, Disponível em [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=21&&Itemid=68](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=21&&Itemid=68), consultado em 05 de Outubro de 2009)

Programa do Governo Para a VII Legislatura 2006 – 20011( MNECC, disponível em [http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=24&&Itemid=68](http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&&Itemid=68), consultado em 05 de Outubro de 2009)

A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Programa indicativo de Cooperação Portugal/ Cabo Verde 2008/2011. Lisboa: IPAD, 2008

*Treaty of Westphalia: peace Treaty Between the Holy Roman Emperor and the King of France and their Respective Allies*, Westphalia, 1648[ Consultado em 1 de Julho de 2010], Disponível em [http://avalon.law.yale.edu/17th\\_century/westphal.asp](http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp)

## **Legislações**

Constituição da Republica de Cabo Verde de 1980

Constituição da Republica de Cabo Verde, pós transição política

Constituição da Republica da Guiné - Bissau de 1973

Lei constitucional nº 2/III/90

Lei nº89/IV/93 de 13 de Dezembro

## **Relatórios e Dossiers**

Banco de Cabo Verde – *Relatório Anual*, 2008

Embaixada de Estados Unidos de América, *Direitos Humanos em Cabo Verde* (Relatório Anual), 2009

Governo de Cabo Verde – *Parceria Especial Cabo Verde – EU: Quadro Orientador para a implementação. Praia, 2008*

Governo de Cabo Verde - *Parceria Especial Cabo Verde – EU - Quadro Orientador para a implementação. Praia, 2003*

Relatório Anual de 2009 do Banco Mundial

Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008

## **ENTREVISTAS**

**1** - Entrevista com André – Cidadão guineense e estudante de Literatura na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O objectivo da entrevista, se enquadra no âmbito do trabalho de investigação na disciplina de Teoria da Democracia (O tema do Trabalho – “ *O Regime Político Guineense 1994 – 1998* ” ), na qual fazemos alguns estudos comparados com Cabo Verde no que concerne á evolução do Sistema Político – Constitucional, o que tornou pertinente aproveitar esta entrevista, para desenvolver a nossa Dissertação. A entrevista realizou - se, na sala 04 da Torre B da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no dia 04 de Fevereiro de 2007.

**2.** Entrevista com o Presidente da Direcção da Associação Cabo-verdiana de Lisboa, com o objectivo de perceber melhor, o papel da diáspora na política externa Cabo verdiana. A entrevista teve lugar na própria instalação da Associação, concretamente, na sala de reuniões no dia 28 de Dezembro de 2009.

**3.** Entrevista com Dr. David Hoppfer Almada

**4.** Entrevista do Primeiro-ministro cabo-verdiano concedido ao jornal Publico, Maio de 2005

**5.** Entrevista do Embaixador de Cabo Verde em Portugal concedida ao anuário “Negócios e Afinidades”

**6.** Entrevista do Ministro de Negócios Estrangeiros de Cabo verde, concedida ao Jornal A semana de Cabo Verde.

**Anexos:**

**Transcrições das perguntas das entrevistas:**

**Entrevista com o Presidente da Associação Cabo-verdiana de Lisboa**

1. Quais as principais dificuldades, que mais os Cabo-verdianos enfrentam em Portugal?
2. Em que circunstâncias que os imigrantes, procuram a associação?
3. Quais as vossas principais linhas de actuação em relação aos nossos imigrantes?
4. Há muita procura da vossa associação por parte dos imigrantes?
5. Quais as principais dificuldades da associação? Financeiro? Institucional?
6. Qual é a vossa relação com o governo de Cabo Verde, apoiam? Não apoiam?
8. Quais são os principais problemas que costumam colocar?
9. Costumam realizar algumas actividades no sentido de aproximar os imigrantes?

**Entrevista com o Cidadão guineense (André)**

1. Como cidadão guineense, como avalia a rivalidade interna das várias facções dentro do PIAIGC concretamente durante o período de luta de libertação Nacional?
2. Qual é a sua percepção das clivagens políticas que verificavam entre o Cabo-verdianos e guineenses durante a luta de libertação nacional?
3. Tem algum conhecimento das causas, que levou João Bernardo Vieira, na altura Primeiro-ministro, a protagonizar um Golpe de Estado, que depôs o Presidente da Republica, Luís Cabral?
4. João Bernardo Vieira, disse na altura que uma das razões do golpe do Estado, era resolver o problema da pobreza e miséria que a liderança de Luís Cabral nunca conseguiu equacionar, mas no entanto após este golpe, não houve praticamente progresso em relação ao combate e redução da pobreza. A quê que se deve tal situação?
5. Como vê a evolução do processo político guineense, desde a independência, marcado por lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder?



A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

6.A Guiné-Bissau, é caracterizado por muitas divisões étnicas, com uma certa repercussão no processo político, por exemplo, muitos acusam João Bernardo Vieira, de assassinar Paulo Correia, pelo facto de pertencer uma etnia diferente, Balanta. Concorde com este argumento?

7.Como cidadão guineense consiga dizer-me, porque houve uma grande fluência às urnas, nas primeiras eleições multipartidárias na Guiné – Bissau?

8.Dizem que em Guiné – Bissau, na altura das eleições, os candidatos, costumam preferir discursos de carácter étnico eleitorais. É verdade?

**3. Entrevista com Dr. David Hoppfer Almada (Ex ministro da Justiça, da Informação Cultura e Desporto e Deputado na Primeira Republica, actualmente deputado da Nação e representante de Cabo Verde na Assembleia Parlamentar União Europeia – ACP, Advogado em Cabo Verde, desde 1973)**

1. Na altura da independência de Cabo Verde, todos os relatórios apontavam para a inviabilidade de Cabo Verde, inclusive, um dos mais conceituados diplomatas da história contemporânea, Henry Kissinger também era céptico no que concerne a viabilidade da construção do Estado-Nação cabo-verdiana. No entanto, hoje Cabo Verde, constitui um exemplo paradigmático a nível regional, como um Estado consolidado, e aliás com uma certa projecção internacional. Na sua análise, a que se deve a esse êxito?

2.Tendo em conta a política externa cabo-verdiana essencialmente desenvolvimentista, qual é o balanço que faz dos 35 anos desta política externa?

3. Nas suas análises considera que houve algumas falhas, ou algo que devia ser feito na condução da política externa cabo-verdiana?

4. Hoje fala-se na necessidade de uma maior democratização da política externa cabo-verdiana, por exemplo, algumas críticas vem no sentido que o modelo do desenvolvimento tripolar ou quadricular (nos principais centros urbanos), faz com que nem todos beneficiem do igual modo os resultados obtidos da política externa, tais como em matéria de atribuição de bolsas de estudo para as universidades estrangeiras,

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

também levantam outras críticas de que há um fraco envolvimento da sociedade civil no processo de decisão da política externa. Como vê estas críticas?

5. A capacitação dos recursos humanos, é um dos factores chaves do desenvolvimento de qualquer sociedade, neste aspecto Cabo Verde, tem se destacado positivamente no contexto regional, falando da África Subsariana. No entanto, nos últimos anos, a política educativa, sobretudo a nível superior, tem assumido novos contornos, com grande destaque na política educativa do envio de estudantes para universidades estrangeiras. Assistindo deste modo um decréscimo significativo na atribuição de Bolsas de estudo, incentivando os jovens a estudarem nos estabelecimentos do ensino superiores que foram emergindo no país. As posições em relação a esta matéria divergem - se, sobretudo aqueles que consideram que estudar no exterior, trás mais-valia para o país, em relação á inovação e competências. Como avalia esta situação?

6. A política externa para a diáspora constitui um dos três eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana, costumam – se levantar algumas vozes e opiniões de que a política externa para a diáspora é ineficiente, por exemplo o funcionamento dos serviços diplomáticos. Corrobora com estas críticas?

7. Com as reformas políticas e constitucionais em Cabo Verde, os cabo-verdianos na diáspora podem participar nos actos eleitorais, nomeadamente para as eleições legislativas e presidenciais, por exemplo, temos os deputados da emigração. No entanto, a taxa de abstenção eleitoral tem sido sempre elevada na diáspora. O quê que pode estar por detrás desta elevada taxa de abstenção eleitoral?

8. Gostaria de colocar uma questão muito actual e pertinente em relação a política externa Cabo-verdiana. Como aludi numa das questões anteriores, com a transição política, Cabo Verde, cada vez mais vem apostando no multilateralismo, recentemente vimos a sua entrada na OMC, uma maior aproximação á União Europeia, a sua participação na CPLP, etc. Seguindo esta tendência, costuma-se, aparecer alguns debates, protagonizado particularmente pelas medias, de uma “Possível” entrada de Cabo Verde na NATO. As principais preocupações que se levantam, é que uma boa relação de Cabo Verde com a NATO, põe em causa as boas relações diplomáticas com um dos seus principais parceiros de desenvolvimento, que é a China. Também é da

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

mesma opinião, que a aproximação de Cabo Verde a NATO, trará alguns problemas nas suas relações diplomáticas com países como a China?

**9.** Cabo Verde, tem tido um bom desempenho, no que tange a governação, a passagem para os países de desenvolvimento médio, é um exemplo. No entanto, a boa governação também têm as suas repercussões ou desafios, por exemplo, a redução das ajudas externas ao desenvolvimento. Na sua análises, o que é necessário fazer junto dos parceiros externos, para evitar que haja uma redução das ajudas externas ao desenvolvimento?

**9.** Como vai a Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia?

**10.** Os requisitos sócio -políticos que a União Europeia impõe aos potências candidatos á sua adesão, bem com Estados e Organizações Internacionais que pretendem estabelecer boas relações de cooperação, são: respeito pelos direitos humanos, democracia. Cabo Verde, normalmente preenche em parte estes requisitos, contudo no último Relatório da Embaixada dos EUA sobre os direitos humanos em Cabo Verde, não obstante ter feito uma apreciação positiva sobre o cumprimento dos direitos humanos, apontam algumas criticas se assim podemos dizer, por exemplo a actuação das autoridades polícias, o tratamento dos reclusos nas cadeias civis, etc. O quê que é necessário fazer para que Cabo Verde, continua a ter o seu bom performance no plano internacional, como um Estado de Direito Democrático bem sucedido?

**11.** Já são visíveis os efeitos da cooperação entre Cabo Verde e a União Europeia no que tange ao combate contra o crime organizado transnacional, da gestão dos fluxos migratórios e da Segurança Marítima?

**12.** Como vê a União Europeia como principal parceiro estratégico de desenvolvimento de Cabo Verde?<sup>359</sup> È pelo facto de Cabo Verde partilhar mesmos valores com a União Europeia como a boa governação, direitos humanos? Pelo facto de Cabo Verde, ser ex-colónia de um Estado Membro? Ou existe outro factor que explique melhor estas boas relações diplomáticas de cooperação?

---

<sup>359</sup> Como exemplo, é que a União Europeia é o principal doador de ajudas externas ao desenvolvimento para Cabo Verde

**Transcrições de algumas entrevistas inéditas, recolhidas através dos jornais e revistas periódicas**

**José Maria Neves: "Cabo Verde pretende ir o mais longe possível no relacionamento com a Europa"**

**0.05.2005 - 09:03 Por: Ana Dias Cordeiro (PÚBLICO)**



**Desde que tomou posse em Janeiro de 2001, o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, terá feito pelo menos cinco visitas oficiais a Portugal, e outras tantas privadas, em passagens por Lisboa. Essa frequência "reflecte a importância que atribuímos ao nosso relacionamento com Portugal", explicou numa entrevista ao PÚBLICO, ontem, no fim de mais uma visita de trabalho.**

Em Lisboa, José Maria Neves teve encontros com o primeiro-ministro José Sócrates e outros membros do Governo português, participou no II Fórum Investir em África, do Diário Económico, onde mais uma vez apelou aos empresários a investir no seu país, e teve uma reunião com o ex-presidente Mário Soares e o professor Adriano Moreira, promotores em Portugal da adesão de Cabo Verde à União Europeia.

**PÚBLICO - Um dos assuntos dominantes nesta sua visita foi a análise de um estatuto especial de Cabo Verde na União Europeia [UE]. Qual o tipo de adesão que preconiza?**

**JOSÉ MARIA NEVES** – O que nós pretendemos é ir o mais longe possível no relacionamento com a Europa. Não falamos neste momento de adesão, por ser uma questão muito complexa e difícil, sendo Cabo Verde um país africano. Mas pensamos que poderíamos ter um estatuto de associado, ou então um estatuto especial entre o estatuto de associado e o de adesão. É nesse quadro que estamos a trabalhar desde 2001

**O que ganha Cabo Verde com essa parceria especial?**

## A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde

Cabo Verde é um pequeno Estado insular, que precisa de âncoras para o seu desenvolvimento económico e social. A UE poderá ser uma dessas importantes âncoras de desenvolvimento de Cabo Verde.

### **Através de uma maior ajuda?**

Através da construção dessa parceria e na partilha de interesses comuns. Um país como Cabo Verde, para poder competir e fazer face a toda a dinâmica rápida de transformações neste mundo globalizado, terá de ter âncoras. Pensamos que a UE, os EUA, a África do Sul, Angola, o Brasil, a China, poderão ser parceiros importantes de Cabo Verde. E queremos ser uma ponte entre a África, a Europa e as Américas, útil no contexto do Atlântico. Se explorarmos toda a nossa vocação atlântica, podemos contribuir fortemente para que o Atlântico seja um corredor de paz. Será a nossa contrapartida neste processo de parcerias.

### **Cabo Verde está melhor posicionado do que outros países africanos para ser ponte entre África e a Europa?**

De todos os países africanos, Cabo Verde é aquele que está mais próximo de ser essa ponte, também porque as instituições políticas e administrativas são muito próximas das instituições europeias. E temos a estabilidade macro-económica. Neste momento temos uma paridade fixa com o euro e os critérios de convergência de Maastricht são critérios de referência para a gestão económica do país.

### **O que ganha a UE com essa parceria privilegiada com Cabo Verde?**

Há todo o interesse no alargamento do espaço de estabilidade e de segurança à parte Sul do Atlântico Norte.

### **Tem a ver com a posição geoestratégica do arquipélago?**

Tem a ver com a transformação dessa posição geoestratégica em fonte de transformação do Atlântico num corredor de paz e de estabilidade. Cabo Verde poderá ser muito útil nesse processo, pois a sua posição geoestratégica é fundamental para o futuro da Europa, dos EUA, de África e das Américas.

**Como se articulará a influência americana com a maior influência que passaria a ter a Europa?**

Essa questão de segurança no corredor do Atlântico é comum aos EUA e à Europa. Há um espaço comum que é a NATO. Neste momento, estamos a trabalhar numa maior aproximação à NATO. Foi já decidido que no próximo ano decorrerão, em Cabo Verde, os primeiros exercícios da NATO em África. Ao falarmos de parceria especial com a UE, haverá o lado económico, mas haverá também esse lado estratégico fundamental. A posição de Cabo Verde é fundamental nesta região, que tem recursos petrolíferos importantes que devem considerados.

**Essa parceria poderia passar pela criação de uma base naval?**

Poderá não passar necessariamente pela criação de bases militares em Cabo Verde.

Aqui o mais importante é construir alianças. É importante para Cabo Verde mas também é importante para os grandes países.

**Cabo Verde poderia tornar-se membro da NATO?**

[Este processo] poderá levar a isso. Mas neste momento, queremos começar um caminho com a aproximação à NATO. Estamos a trabalhar essas questões [adesão à NATO e parceria com a UE] em conjunto.

**Esse estatuto especial na UE contemplaria a adopção da moeda única europeia?**

A economia cabo-verdiana, neste momento, é uma economia "euroizada" porque temos a paridade fixa [do escudo cabo-verdiano] com o euro. Não haveria muitos problemas na introdução do euro. Não excluimos essa possibilidade. É uma questão que vamos estudar e que procuraremos consensualizar no país.

**Mas a questão de um tipo de adesão à UE não é totalmente consensual no país.**

É claro que nessa questão deve haver um debate aberto com forte participação dos cabo-verdianos da diáspora e dos que residem no país. E se for necessário um referendo, haverá toda a abertura para que ele se realize.

**Na lista dos projectos de investimento aprovados para Cabo Verde vêm-se quase exclusivamente actividades ligadas ao turismo. Pode Cabo Verde viver quase exclusivamente do turismo?**

O turismo é um dos motores de crescimento. Há o turismo e há a indústria ligeira voltada para a exportação. São dois sectores que poderão ser motores de crescimento. Mas há outros sectores importantes, como os transportes aéreos e marítimos. Queremos transformar Cabo Verde num centro principal de passageiros e cargas na região do Atlântico, como uma grande porta de entrada para África. E queremos que Cabo Verde se transforme numa importante praça financeira. Estamos a trabalhar neste sentido e também no domínio das novas tecnologias de telecomunicações e informações.

**Mais de 80 por cento do Orçamento do Estado é financiado por recursos externos. Continuará Cabo Verde a viver tão dependente do exterior?**

Cabo Verde é muito dependente da ajuda externa. Mas estamos num processo de transição, de passagem de País Menos Avançado a País de Desenvolvimento Médio, que será concluído em 2008. Com essa mudança, haverá uma redução substancial da ajuda. Passaremos de um modelo de desenvolvimento apoiado na ajuda para um modelo ancorado na competitividade da economia. É esse o principal desafio.

**Transcrição parcial da entrevista do Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Ramos ao anuário Negócios e afinidades**

**Com o anuncio da parceria especial Cabo Verde – União Europeia, qual será a posição de Cabo Verde no seio da África e da Cimeira UE- África ?**

A vantagem competitiva de Cabo verde é ser um elo de ligação entre estes dois mundos. E fazê-lo bem, cumprindo a vocação das nossas ilhas desde há cinco séculos. Isto ficou claro no processo de negociação.

**Desde a independência até os dias de hoje, Cabo Verde fez um percurso notável. O que lhe praz dizer sobre este fenómeno ?**

Há trinta anos atrás, todos os relatórios apontavam para a inviabilidade de Cabo Verde. Sem recursos naturais e com pouco e com pequeno mercado e com um pequeno

mercado. Cabo Verde aparentemente sem condições provou que era possível progredir. Iniciativas empresariais impensáveis na altura hoje são impensáveis na altura hoje são visíveis. A situação alterou-se e mesmo este sonho do crescimento a dois dígitos, perseguido por vários governos e atingido em 2006, resolver o crónico desemprego estrutural desde que existimos como história, mostra que a ousadia paga. E o investidor que possua esta mesma ousadia, esta audácia, e decida investir em Cabo Verde sabe que está a investir numa terra onde o povo se bate por aquilo em que acredita.

**Transcrição parcial da Entrevista do Ministro de Negócios Estrangeiros, José Brito ao Semanário *A Semana*.** (entrevistado por José Vicente Lopes).

**José Vicente Lopes -Diante das mudanças ocorridas no mundo qual é o quadro em que Cabo Verde se move neste momento?**

**José Brito** -É um quadro mais complexo do que no passado.

**JVL - Só há que defender quando alguma coisa nos ameaça. O que é que nos ameaça neste momento?**

**JB** - Neste momento, a ameaça mais importante é a criminalidade internacional. Cabo Verde tem de fazer face a essa criminalidade e não pode fazê-lo sozinho. É desenvolvendo parcerias regionais e internacionais que, poderemos de facto, encontrar os meios para nós defendermos.

Há outros aspectos que são globais. Temos, por exemplo a problemática das migrações, que é um outro elemento novo. Cabo Verde passou de um país de emigração para um país de migração, tem que gerir este novo quadro, o que implica relações com outros estados.

Mas também há problemática do terrorismo, um elemento a ter em conta, porque não escolhe o país, e também aqui temos que criar condições para a defesa dos nossos interesses.



**JVL - Ao longo desta entrevista veio a baila, varias vezes, a necessidade de Cabo Verde mobilizar recursos para o seu desenvolvimento. O país ressent-se ou não da sua graduação a país de rendimento médio?**

JB - Contrariamente ao medo que as pessoas tinham da graduação, estamos a aumentar os recursos para Cabo Verde. É evidente que a natureza destes recursos mudou.

**JVL - Em que sentido?**

JB - No sentido de termos apoios que não são mais empréstimos concessionais. Este tipo de apoio aumentou bastante, o que é importante nesta fase da nossa vida.

**JVL -Mas á quem já esteja a preocupar-se com o aumento exponencial da divida externa por esta via.**

Este governo é responsável. Não se pode esquecer que conseguimos baixar a divida interna. Hoje há claramente mais capacidade de endividamento interno porque o Estado não está a competir com o privado. Presentemente, o Estado praticamente não á Banca interna para conseguir recursos. O endividamento externo de Cabo verde, em 2008, andava á volta de 58% do PIB, o que fica abaixo da maioria dos países europeus – portanto dentro dos critérios de Maastricht que é 60%.